



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HINGRYD INÁCIO DE FREITAS

**ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERRAS SUL BAIANAS:
SUJEITOS EM LUTA, TERRITÓRIOS EM DISPUTA**

FORTALEZA

2018

HINGRYD INÁCIO DE FREITAS

ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERRAS SUL BAIANAS:
SUJEITOS EM LUTA, TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F936a Freitas, Hingryd Inácio de.
Assentamentos rurais em terras sul baianas : sujeitos em luta, territórios em disputa / Hingryd Inácio de Freitas. – 2018.
294 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.
1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Processos de territorialização. 4. Litoral Sul da Bahia. I. Título.

CDD 910

HINGRYD INÁCIO DE FREITAS

ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERRAS SUL BAIANAS:

SUJEITOS EM LUTA, TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes Alencar
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Tiago Rodrigues Santos
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

A todas mulheres e homens que em luta pela vida no campo, tecem espaços de esperanças, ainda que em tempos sombrios.

AGRADECIMENTOS

Tecer agradecimentos ao final de uma caminhada que foi partilhada com tanta gente, em distintas temporalidades e espacialidades, é um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade que se impõe como forma de manifestação de toda a minha gratidão na chegada que se realiza nesse momento.

Primeiramente, agradeço à Deus pelo dom da vida e por toda fé que me vivifica a cada dia. Ao meu pai Lino (*in memoriam*) e minha mãe Romilda que fazem brotar em mim a “força que nunca seca”, lembrando aqui Vanessa da Mata. À Linyson, meu irmão...

À minha família de coração pelo afeto de sempre: Nice, Quésia, Rebeca e agora, também, Kauã e Aylla.

Ao Instituto Federal da Bahia, pela licença concedida e aos colegas do Departamento de Geografia do IFBA Campus Salvador pelo apoio e incentivo recebido durante o período de realização do doutorado.

À Universidade Federal do Ceará, aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia e de forma muito especial, ao Laboratório de Geografia Agrária (LEAT) pelo acolhimento e pelas ricas trocas de saberes e experiências geográficas em terras cearenses.

À Universidade Federal da Bahia e de forma muito especial, ao Grupo GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Lugar de onde venho e carrego em mim para onde vou. Gratidão pela partilha na caminhada geografand@s!! Guiomar, Gilca, Edite, Denilson, Tiago, Paula, Laura, Márcio, Maicon, Aline, Lucas, Clóvis, Leila, Taise, Adriano e tantos outr@s. Um agradecimento especial à professora Guiomar, por tudo que ela representa na minha formação e prática acadêmica; à Paula, Tiago e Adriano pelas reflexões afins sobre o tema e objeto da pesquisa em tempos de doutoramento; e à Laura, por todo o apoio na realização do mapeamento temático.

À Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, pelo apoio concedido no âmbito do Projeto “Questão Agrária e Movimentos Sociais nos Jornais da Bahia: dentro da notícia, fora da terra e dos territórios”, aprovado através do Edital FAPESB Universal Nº 05/2015.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio concedido no âmbito do Projeto “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais nos Territórios do Velho Chico, Litoral Sul da Bahia e Sisal”, aprovado através do Edital CNPq Universal Nº 01/2016.

Ao professor Levi Sampaio, pelo acolhimento do projeto de pesquisa e por toda as orientações recebidas no transcurso da sua realização. Saudades para sempre das nossas prosas com café (sem açúcar! rs) no Pici.

Aos professores participantes da banca examinadora Guiomar Germani, Francisco Amaro, Marco Mitideiro e Tiago Santos pelas valorosas colaborações e sugestões. Que assim possamos seguir dialogando por tempos longos!

Aos espaços e sujeitos pesquisados. De forma especial, à Ana e a Luana Leite pelas mãos que se estenderam no tortuoso caminho das fontes documentais na Superintendência Regional do INCRA, em Salvador. À Marcos Nery, pelo recebimento na Unidade Avançada do Sul e Extremo Sul da Bahia. E à Clesson Dias, por todo o aporte dado a partir da sua experiência enquanto Superintendente Regional do INCRA na Bahia, em meados da década de 1990.

À Kaliandra Sena do Instituto Biofábrica do Cacau pelas ricas trocas de saberes geográficos e agronômicos sobre o campo sul baiano.

Aos professores da Universidade Estadual de Santa Cruz, Arlete Ramos e Emerson Lucena, assim como aos estudantes do Curso de Especialização em Educação do Campo pelos diálogos e reflexões construídas no âmbito da disciplina Desenvolvimento Territorial e Conflitos Sociais no Campo.

À Equipe Sul e Sudoeste da Comissão Pastoral da Terra. Em especial, à Valderli Casais e Magno Luiz.

À Equipe Rural do Centro de Estudos e Ação Social. Em especial, à Joaci Cunha e Maicon Andrade.

Ao Polo Sindical dos Trabalhadores no Sul da Bahia; Frente de Trabalhadores Livres; Movimento Luta pela Terra; Movimento de Trabalhadores Rurais Assentados e Acampados da Bahia; Movimento pela Soberania Popular na Mineração; Micro Fórum de Luta por Terra e Cidadania do Sul da Bahia; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia; Conselho Indigenista Missionário; Teia dos Povos; Rede Povos da Mata; Colegiado Territorial Litoral Sul da Bahia.

Às todas as comunidades, famílias, trabalhadores e trabalhadoras rurais pela confiança concedida na partilha dos seus tempos e espaços cotidianos de vida. Um agradecimento especial, à Angélica Anunciação, Derisvaldo Ramos, Joelson Ferreira, Carlos Alberto dos Santos, Valdemiro Bispo, Edson Santana, Esinaldo Almece, Luciano Ferreira, Clodoaldo Neto, Maranacy dos Santos, Gilsélia Pereira, Silvano Fagundes, Gildo Gonçalves, Antonio Carlos de Souza, Nilton Fernandes, Ediler Silva e Adeci Ramos, Samara Araújo,

Naildes Maria Silva, Claudomiro Francisco dos Santos, Adalgiza Santos, Valdirene Andrade,
Adalgiza Santos,

À amizade de Tita Lima e Vania (e de toda família Barros por todo acolhimento
afetuoso em terras cearenses).

À Chenia Lara, pela partilha na caminhada da vida.

À Belinha, pelo sentido da sua existência em mim.

Gratidão a todos e todas.

A história é sem-fim, está sempre se refazendo. O que hoje aparece como resultado é também um processo; um resultado é também um processo que amanhã vai tornar-se uma outra situação (SANTOS,1996, p.95).

RESUMO

Essa tese tem como objeto os projetos de assentamentos em áreas de reforma agrária que foram implantados no Território Litoral Sul da Bahia, no período de 1986 a 2017. Assim, buscou-se compreender como ocorreu o processo da afirmação da “região cacauêira” enquanto espaço político de luta pela reforma agrária, e como, nesse contexto, se definiram novas dinâmicas territoriais na vida cotidiana das famílias assentadas. Um processo que, em meio às múltiplas determinações e contradições do real, se realizada na relação e tensão entre o Estado, os movimentos sociais e as famílias assentadas. Transcorridas mais de três décadas da luta pela conquista à permanência na terra, impõem-se desafios e ameaças aos assentamentos rurais e as famílias assentadas. Desafios e ameaças que estão associados aos (des)caminhos da reforma agrária no Brasil, mas que se particularizam no contexto da reestruturação produtiva regional. Um processo que não somente repercute na dinâmica da produção, mas também da valorização do espaço produzido e dos conflitos territoriais que se estabelecem, assim como das formas cotidianas de resistência e enfretamentos que emergem desse processo. Em que pese os hiatos que se definem entre os sonhos projetados e as realidades conquistadas nos assentamentos rurais, o sentido da luta pela terra é reafirmado no lugar de fala dos trabalhadores assentados. Uma reafirmação que se define pelo sentido da melhoria das condições de reprodução da vida, em suas objetividades e subjetividades, em relação às condições anteriores enquanto trabalhadores assalariados da cacauicultura. Um sentido que vivifica os sujeitos em luta pelos territórios em disputa diante dos desafios e ameaças que se impõem. Uma pesquisa que não pretendeu ser conclusiva sobre todas as suas questões, mas que buscou contribuir com a construção do pensamento crítico sobre o campo brasileiro, ainda mais em tempos de conservadorismo e austeridade que se instituíram após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, e que já se revelam de forma ainda mais perversa para os povos e comunidades do campo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento, análise e sistematização de fontes documentais, bibliográficas e cartográficas, e da realização do trabalho de campo através da pesquisa participante, tendo a interlocução com os sujeitos e espaços pesquisados, como princípio da teoria e do método adotado. Dados primários e secundários que também subsidiaram o mapeamento temático realizado, assim como o acervo iconográfico constituído.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamentos rurais. Processos de territorialização. Litoral Sul da Bahia.

ABSTRACT

This thesis aims at the settlement projects in agrarian reform areas that were implemented in the Southern Coast Territory of Bahia, in the period within 1986 to 2017. Thus, we sought to understand how has been developed the affirmation of the "cacao region" as a political space of the banner of agrarian reform by the rural workers, and how, in this context, new territorial dynamics were defined in the daily life of settled families. A process that, in the midst of the multiple determinations and contradictions of the real, is defined in the relation and tension between the State, the social movements and the settled families. More than three decades after the struggle for conquest of permanence in the land, challenges and threats to rural settlements and settled families have been imposed. Challenges and threats that are associated to the (dis) paths of agrarian reform in Brazil, but that are particularized in the context of the productive restructuring of the capital in the South Coast of Bahia. A process that not only affects the dynamics of production, but also the valorization of the space produced and the territorial conflicts that are established. As well as the daily forms of resistance and confrontations that emerge from this process. Regardless of the gaps defined between the projected dreams and the conquered realities in the rural settlements, the sense of the struggle for land is reaffirmed in the speech place of the settled workers. A reaffirmation that is defined by the improvement of the conditions of reproduction of life, in its objectivities and subjectivities, in relation to the previous conditions as salaried employees of cacao. A sense that vivifies the subjects in struggle over the disputed territories in the face of the challenges and threats that have been imposed. A research that has not intended to be conclusive on all its questions, but bears the intention of contributing with the construction of the critical thinking on the Brazilian rural area, specially in times of -conservatism and austerity that have been instituted after the impeachment of the president Dilma Rousseff, in the year of 2016, which have been unveiling in an even more perverse way for the rural peoples and communities. The research has been developed from the survey, analysis and systematization of documentary, bibliographical and cartographic sources, and the accomplishment of the fieldwork through the participant research, having the interlocution with the subjects and spaces surveyed, as principle of the theory and the method. Primary and secondary data that have also subsidized the thematic mapping carried out, as well as the iconographic approach constituted.

Keywords: Agrarian reform. Rural settlements. Territorialization processes. South Bahia Coast

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Territórios de Identidade do Estado da Bahia, 2017.....	61
Figura 2	– Território Litoral Sul da Bahia, 2017.....	63
Figura 3	– Cacaueiro Infestado com Fungo Vassoura de Bruxa, 2018.....	66
Figura 4	– Evolução da População Rural nos Municípios do Território Litoral Sul da Bahia, 1991 a 2010.....	71
Figura 5	– Evolução da População Urbana nos Municípios do Território Litoral Sul da Bahia, 1991 a 2010.....	71
Figura 6	– População Total por Município no Litoral Sul da Bahia, 2010.....	72
Figura 7	– População Urbana e Rural por Município no Território Litoral Sul da Bahia, 2010.....	72
Figura 8	– Manifestação do Povo Tupinambá de Olivença no Município de Ilhéus-Bahia, 2018.....	77
Figura 9	– Assentamentos de Reforma Agrária no Território Litoral Sul da Bahia, 1986 e 1987.....	81
Figura 10	– Assentamentos de Reforma Agrária no Estado da Bahia, 2017.....	85
Figura 11	– Assentamentos de Reforma Agrária no Território Litoral Sul da Bahia, 1986 a 2017.....	86
Figura 12	– Territorialização da Luta pela Reforma Agrária no Território Litoral Sul da Bahia, 1993.....	92
Figura 13	– Assentamento Terra Vista, Arataca – Bahia, anos 2000.....	94
Figura 14	– Assentamento Terra Vista, Arataca – Bahia, em outubro de 2016.....	94
Figura 15	– Concentração dos Assentamento de Reforma Agrária por Município no Território Litoral Sul da Bahia, 1986 a 2017.....	107
Figura 16	– Assentamentos de Reforma Agrária por Movimentos Sociais no Território Litoral Sul da Bahia, 1986 a 2017.....	112
Figura 17	– Concentração da Terra com Base no Cálculo do Índice de Gini, Território Litoral Sul da Bahia, 2006.....	117

Figura 18	– Reunião do Movimento CETA na UA INCRA Sul e Sudoeste da Bahia, 2018.....	142
Figura 19	– Espacialização do INCRA no Estado da Bahia, 2018.....	143
Figura 20	– Espacialização das Salas da Cidadania no Estado da Bahia, 2018.....	146
Figura 21	– Cronograma de Implantação das Ações nos Projetos de Assentamento (3 anos)	147
Figura 22	– Assentamento de Reforma Agrária por Fase de Implantação Território Litoral Sul da Bahia, 2017.....	150
Figura 23	– Casa de farinha desativada no Assentamento Santa Irene, Gongogi – Bahia, 2018.....	153
Figura 24	– Mata Cacau Cabruca, 2018.....	173
Figura 25	– Território Litoral Sul da Bahia, 2017.....	176
Figura 26	– Assentamento de Reforma Agrária, Litoral Sul da Bahia, 2017.....	178
Figura 27	– Frentes do Capital e Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, Litoral Sul da Bahia, 2017.....	180
Figura 28	– Espacialização da Produção Cacaueira por Município no Estado da Bahia, 2018.....	185
Figura 29	– Espacialização da Produção Cacaueira por Município no Território Litoral Sul da Bahia, 2017.....	187
Figura 30	– Espacialização da Pecuária por Município no Território Litoral Sul da Bahia, 2018.....	189
Figura 31	– Dia Internacional do Cacau ao Chocolate, 2016.....	197
Figura 32	– Estrada do Cacau e Chocolate e Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, Litoral Sul da Bahia, 2017.....	212
Figura 33	– Espacialização do Monocultivo do Eucalipto por Município no Território Litoral Sul da Bahia, 2017.....	215
Figura 34	– Acampamento Baixa Verde, Eunápolis - Bahia.....	216
Figura 35	– Acampamento 2 de Julho, Eunápolis - Bahia.....	217
Figura 36	– Espacialização da Mineração por Município no Território Litoral Sul da Bahia, 2017.....	218

Figura 37	– Afloramento Rochoso no Assentamento Terra de Santa Cruz, Santa Luzia – Bahia, 2018.....	220
Figura 38	– Ocorrências de Conflitos no Território Litoral Sul da Bahia, 1985–2016.....	222
Figura 39	– Ferrovia de Integração Oeste–Leste.....	225
Figura 40	– <i>Outdoor</i> da FIOLE as margens da BR 101, 2016.....	226
Figura 41	– Porto Sul em Ilhéus – Bahia.....	227
Figura 42	– Área de Localização do Porto Sul em Ilhéus–Bahia.....	228
Figura 43	– Unidades de Conservação Presentes no Entorno do Porto Sul.....	229
Figura 44	– Fitofisionomias e Cobertura Vegetal na Área de Influência Direta do Porto Sul.....	230
Figura 45	– Reunião Valec na Superintendência Regional do INCRA, Salvador – Bahia, 2013.....	232
Figura 46	– Assentamentos de Reforma Agrária Impactados pelo Complexo FIOLE – Porto Sul, Território Sul da Bahia, 2018.....	234
Figura 47	– Intercepção do Assentamento Cruzeiro do Sul pela FIOLE, Ubaitaba – Bahia.....	238
Figura 48	– Lote Atingido pela FIOLE no Assentamento Cruzeiro do Sul, Ubaitaba – Bahia, 2017.....	238
Figura 49	– Assembleia Popular da Mineração, Ubatã – Bahia, 2017.....	244
Figura 50	– Reunião da Associação Nova Jerusalém no Assentamento Bom Gosto, Ilhéus – Bahia, 2018.....	245
Figura 51	– Assentamento de Reforma Agrária Impactados pelo Turismo – Especulação Imobiliária, Território Sul da Bahia, 2018.....	248
Figura 52	– Resex Canavieiras – Não ao PL 3068/2015.....	249

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Produção Comercializada de Amêndoas de Cacau da Bahia, Brasil 1958/59 -2016/2017.....	67
Gráfico 2	– Território Litoral Sul da Bahia - População Residente 1991, 2000 e 2010.....	69
Gráfico 3	– Distribuição do PIB no Território Litoral Sul da Bahia, 2014.....	75
Gráfico 4	– Ritmo da Implantação da Política de Assentamentos de Reforma Agrária no Território Litoral Sul da Bahia, 1986 a 2017.....	82
Gráfico 5	– Assentamentos de Reforma Agrária nos Territórios de Identidade da Bahia, 1986 a 2017.....	83
Gráfico 6	– Território Litoral Sul da Bahia- Área Total x Área dos Assentamentos Rurais, 2017.....	87
Gráfico 7	– Território Litoral Sul da Bahia- Área Estabelecimentos Agropecuários x Área Assentamentos Rurais, 2017.....	87
Gráfico 8	– Território Litoral Sul da Bahia – População Rural x População Assentada, 2017.....	88
Gráfico 9	– Assentamentos de Reforma Agrária criados por Movimentos Sociais no Território Litoral Sul da Bahia, 2017.....	89
Gráfico 10	– Assentamentos de Reforma Agrária criados por Governo no Território Litoral Sul da Bahia.....	111
Gráfico 11	– Dotação Orçamentária para Obtenção de Terra para a Reforma Agrária, 2015-2018.....	133
Gráfico 12	– Dotação Orçamentária para Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária, 2015-2018.....	134
Gráfico 13	– Dotação Orçamentária para Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais, 2015-2018.....	134
Gráfico 14	– Dotação Orçamentária para Promoção da Educação do Campo, 2015-2018.....	135
Gráfico 15	– Dotação Orçamentária para Assistência Técnica para Agricultura Familiar, 2015-2018.....	136

Gráfico 16 – Dotação Orçamentária para Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar, 2015-2018.....	136
Gráfico 17 – Dotação Orçamentária para Apoio a Organização Econômica e Promoção de Cidadania de Mulheres Rurais, 2015-2018.....	137
Gráfico 18 – Dotação Orçamentária para Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos Rurais, 2015-2018.....	138
Gráfico 19 – Dotação Orçamentária para Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade de formação de estoques), 2015-2018.....	138
Gráfico 20 – Dotação Orçamentária para Inclusão Produtiva Rural, 2015-2018.....	139
Gráfico 21 – Dotação Orçamentária para Inclusão de Famílias em Situação de Pobreza, 2015-2018.....	140
Gráfico 22 – Dotação Orçamentária para Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade compra com doação simultânea, aquisição de sementes e compra direta), 2015-2018.....	140
Gráfico 23 – Assentamentos de Reforma Agrária por Fase de Implementação no TI Litoral Sul da Bahia, 1986 -2017.....	149
Gráfico 24 – Território Litoral Sul da Bahia – Uso da Terra e Cobertura Vegetal, 2013.....	182
Gráfico 25 – Brasil – Produção do Cacau, 2016 a 2017.....	184
Gráfico 26 – Litoral Sul da Bahia – Produção do Cacau, 2017.....	186
Gráfico 27 – Marcos da Evolução da Produção do Cacau na Bahia entre as Safras de 1986/87 a 2016/17.....	191
Gráfico 28 – Litoral Sul da Bahia – Categorias Sociais em Conflito, 2016.....	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– População Residente no TI Litoral Sul da Bahia nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010	69
Tabela 2	– Assentamentos Rurais de Reforma Agrária criados no TI Litoral Sul da Bahia, 1986 e 1987.....	79
Tabela 3	– Assentamentos de Reforma Agrária criados por Governo no TI Litoral Sul da Bahia, 1986 a 2017.....	89
Tabela 4	– Assentamentos de Reforma Agrária criados no TI Litoral Sul da Bahia, 2016.....	103
Tabela 5	– Assentamentos de Reforma Agrária criados no Município de Ilhéus-Bahia, 1986 a 2017.....	108
Tabela 6	– Número de Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de Área no TI Litoral Sul da Bahia, 2006.....	114
Tabela 7	– Distribuição da Concentração Fundiária dos Municípios do TI Litoral Sul da Bahia, 1920 a 2006	115
Tabela 8	– Colegiado Territorial do TI Litoral Sul da Bahia, 2018.....	128
Tabela 9	– A Rota dos Créditos da Reforma Agrária e seus Valores, 2017.....	159
Tabela 10	– Unidades de Conservação no TI Litoral Sul da Bahia, 2013.....	171
Tabela 11	– Ocorrências de Conflitos por Terra no TI Litoral Sul da Bahia, 2016.....	224

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR	Associação do Advogados dos Trabalhadores Rurais
ABIC	Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate
ABICAD	Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados
AIPC	Associação das Indústrias Processadoras de Cacau
APA	Área de Proteção Ambiental
APC	Associação dos Produtores de Cacau da Bahia
APP	Área de Preservação Permanente
ARL	Área de Reserva Legal
ASCOMBAVE	Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Baixa Verde
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATV	Assentamento Terra Vista
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BAMIN	Bahia Mineração
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Coordenação de Ação Regional
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CARE	<i>Cooperative for Assitance and Relief Everywhere</i>
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CDS-LS	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul
CEAS	Centro de Estudos e Ações Regionais
CEB	Comunidade Eclesiástica de Base
CECAF	Central Estadual de Associações das Comunidades Tradicionais, da Agricultura Familiar e Campesina
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEED	Centro Estadual de Educação Profissional
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERB	Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia
CETA	Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia
CIC	Centro de Inovação do Cacau
CIMA	Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER	Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOFASULBA	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia Ltda
COOPERAST	Cooperativa de Desenvolvimento Territorial
COOPERCENTROSUL	Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana da Região Cacaueira Ltda
COOPESSBA	Cooperativa de Serviços Sustentáveis da Bahia
COOPFESBA	Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Almada e Adjacências
COOPRASUL	Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul Ltda
COPRASBA	Cooperativa Regional Dos Assentados Do Sul Da Bahia Ltda
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEP	Diagnóstico de Evolução dos Projetos
EAD	Educação a Distância
ECOBÁHIA	Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Socioprodutivo
ECOSUR	<i>El Colegio de la Frontera Sur</i>
ESCAS	Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade
FAEB	Federação da Agricultura do Estado da Bahia

FALTAB	Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBAF	Fórum Baiano da Agricultura Familiar
FCP	Fundação Cultural Palmares
FENAGRO	Feira Nacional da Agropecuária
FESPI	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste Leste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Fração Mínima do Parcelamento
FNE	Fundo de Financiamento do Nordeste
FNS	Ferrovia de Integração Norte Sul
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
FTL	Frente dos Trabalhadores Livres
FUNCEP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
GASENE	Gasoduto Sudeste-Nordeste
GEE	Grau Eficiência na Exploração
GG	Grupo Gestor
GGE	Grupo Gestor Executivo
GUT	Grau de Utilização da Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBC	Instituto Biofábrica do Cacau
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto do Cacau da Bahia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IG	Indicação Geográfica

IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
LOA	Lei Orçamentária Anual
LUTE	Movimento Liberdade União, Trabalho e Educação
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDR	Movimento dos Desempregados Rurais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MP	Medida Provisória
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MRPSC	Marco Regulatório de Parcerias com a Sociedade Civil
MSJ	Movimento Social Jupará
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL	Movimento Terra e Liberdade
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MVAB	Movimento Vantuí Agroecológico do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
OPAC	Organização Participativa de Avaliação da Conformidade
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PANC	Planta Alimentícia Não Convencional
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDRL	Política de Desenvolvimento Rural Local
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PDT	Política de Desenvolvimento Territorial
PDTRS	Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEDRS	Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
PESC	Parque Estadual da Serra do Conduru
PIB	Produto Interno Bruto
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PL	Projeto de Lei
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDRS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNF	Programa Nacional das Florestas
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
PRA	Plano de Recuperação Ambiental
PRLC	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira
PROCACAU	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cacaucultura
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROINF	Projetos de Infraestrutura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
PUC	Polo de Unidade Camponesa

RACAASUL	Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Acampados do Sul da Bahia
RB	Relação de Beneficiário
REAFRA	Rede Agroindustrial da Reforma Agraria
RESEX	Reserva Extrativista
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SAM	Sul Americana de Metas
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Secretaria Especial da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia
SEC	Secretaria de Educação
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado
SETAF	Serviço Territorial da Agricultura Familiar
SETRE	Secretaria do Emprego, Renda e Esporte
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SR	Superintendência Regional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUAF	Superintendência da Agricultura Familiar
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento de Nordeste
SUTRAG	Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária
TCU	Tribunal de Contas da União
TD	Título de Domínio
TI	Território de Identidade
TLS	Território Litoral Sul da Bahia

UA	Unidade Avançada
UC	Unidade de Conservação
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSB	Universidade Federal da Sul da Bahia
VBP	Valor Bruto da Produção
VTN	Valor da Terra Nua
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
2	CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	33
2.1	Tema e objeto.....	33
2.2	Método e metodologia.....	45
3	O LITORAL SUL DA BAHIA COMO ESPAÇO POLÍTICO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	52
3.1	Cacaucultura e reforma agrária: dinâmicas, relações e contradições.....	55
3.2	A crise cacauera da década 1980.....	64
3.3	A conquista das “terras do cacau” pelos trabalhadores rurais “sem terra”..	76
4	DA CONQUISTA DA TERRA À PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: DESAFIOS.....	118
4.1	Ações de descentralização do programa da reforma agrária.....	120
4.2	O governo Temer e o “tiro de misericórdia” nas ações da reforma agrária.....	131
4.3	Sentidos da precarização da política de assentamentos de reforma agrária.....	141
5	DA CONQUISTA DA TERRA À PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: AMEAÇAS.....	169
5.1	Espaço produzido e valorização espacial.....	170
5.2	Reestruturação produtiva e novas frentes de expansão do capital.....	177
5.2.1	<i>Produção do cacau e chocolate.....</i>	181
5.2.2	<i>Monocultivo do eucalipto e mineração.....</i>	213
5.2.3	<i>Complexo logístico da FIOOL - Porto Sul.....</i>	225
5.2.4	<i>Turismo e especulação imobiliária.....</i>	245
6	O LUGAR DE FALA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....	250
6.1	Sentidos da conquista da terra.....	254
6.2	Sentidos da resistência no território.....	264
7	CONCLUSÃO.....	273
	REFERÊNCIAS.....	277

ANEXO A – TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2017.....	289
ANEXO B – POPULAÇÃO RESIDENTE NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA, 1991, 2000 E 2010.....	291
ANEXO C – ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA.....	292

1 INTRODUÇÃO

Entendendo o saber-fazer científico enquanto um processo, este trabalho se apresenta como uma proposta de continuidade e aprofundamento da trajetória acadêmica e política que vem sendo trilhada pelas terras sul baianas, desde a minha iniciação científica, no âmbito do Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural – da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Uma trajetória que teve como importante marco a realização do trabalho de conclusão do curso intitulado “A Espacialização da Luta pela Terra no Litoral Sul da Bahia” (FREITAS, 2005), sendo identificadas as principais organizações e movimentos sociais de luta pelas terras sul baianas, sua formação e espacialização. Posteriormente, foi desenvolvida a dissertação de mestrado intitulada “A Questão (da Reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial no Litoral Sul da Bahia” (FREITAS, 2009), sendo analisado o processo de incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento pelo Estado brasileiro, em suas dinâmicas e contradições, assim como particularidades definidas na escala do planejamento e gestão do Território Litoral Sul da Bahia.

A pesquisa de doutorado que ora se apresenta teve como objetivo analisar os processos de territorialização que se definiram no Litoral Sul da Bahia a partir da implantação dos projetos de assentamentos de reforma agrária, no período de 1986 a 2017. Uma pesquisa que, partindo do entendimento que o “processo é o permanente devir”, como nos ensina Santos (1996, p.95), não teve a pretensão de se mostrar conclusiva sobre todas as suas questões, mas que de alguma forma buscou contribuir com o pensamento social crítico sobre a realidade do campo brasileiro. De forma mais específica, sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. Espaços relacionais na totalidade espacial que não sendo externo à sociedade que os constitui, abriga seus antagonismos, contradições e conflitos. Principalmente, considerando a particularidade da formação da sociedade e do território brasileiro, estruturada nos alicerces do latifúndio, escravidão e modelo agrário-exportador ¹.

Nesse sentido, muito distante de realizar uma análise sobre o “sucesso” ou “fracasso” dos assentamentos, a pesquisa buscou compreender como a conquista da posse da

¹ Uma pesquisa que foi desenvolvida de forma colaborativa com o Projeto “Questão Agrária e Movimentos Sociais nos Jornais da Bahia: dentro da notícia, fora da terra e dos territórios” que foi aprovado pela FAPESB, através do Edital Universal Nº 05/2011; e o Projeto “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais nos Territórios do Velho Chico, Litoral Sul da Bahia e Sisal que foi aprovado pelo CNPq, através do Edital Universal Nº 01/2016. Ambos em desenvolvimento no âmbito do Grupo GeografAR da UFBA (www.geografar.ufba.br), sob a coordenação da Profa. Dra. Guiomar Inez Germani.

terra pelos trabalhadores rurais definiu novas temporalidades e espacialidades, assim como sociabilidades e territorialidades manifestadas em distintas escalas e dimensões. Como também, identificar os principais desafios e ameaças que se impõem aos assentamentos no tempo presente, assim como as formas cotidianas de resistência manifestadas pelas famílias assentadas na dimensão da luta pelo território. Dimensão na qual, segundo Germani (1993), se manifesta o enredamento da “nova cara da luta pela terra”. Enredamento que, manifestado na materialidade da prática social das famílias assentadas, adquire o sentido analítico da luta pelo território. Portanto, da luta pelo uso e apropriação do espaço para a reprodução social da vida, em suas objetividades e subjetividades.

Um estudo sobre a territorialização da luta pela reforma agrária – a partir da transformação da condição social do trabalhador assalariado da cacauicultura para o trabalhador assentado da reforma agrária – numa região que floresceu nas bases do latifúndio e poder oligárquico – sendo historicamente alicerçada na ocupação indiscriminada de terras devolutas e espoliação de posses camponesas (GARCEZ, 1977 e 1997). Uma região de “Terras do Sem Fim” adubadas com sangue, como tão bem narrou Jorge Amado (2005 [1942]). Sangue que foi violentamente derramado em torno do estabelecimento da propriedade da terra e da constituição da “Civilização do Cacau” (ADONIAS FILHO, 1981 [1976]). Mas também, como forma da luta e resistência do campesinato às diversas formas de violência e expropriação que historicamente se impuseram no espaço regional.

Um processo histórico de violência e expropriação que em sua diferenciação geográfica constituiu a particularidade do Litoral Sul da Bahia ter sido a região que abrigou, em meados da década de 1990, a maior diversidade de organizações e movimentos sociais de luta pela terra. Assim como, atualmente, é a região que abriga a maior quantidade de assentamentos de reforma agrária no campo baiano. Uma particularidade regional que nos permitiria repensar a própria delimitação da área de estudo cujo nexos explicativo não seriam os limites político-administrativos definidos a partir das regionalizações institucionais, mas o próprio objeto da pesquisa. Ou seja, as relações sociais e as dinâmicas espaciais existentes entre os assentamentos e a região. Afinal, as diferentes problemáticas que se colocam diante dos pesquisadores permitem a construção de diferentes recortes regionais, como considera Alentejano (1997) ao refletir sobre a necessidade de construção de uma metodologia para a análise regional da problemática dos assentamentos rurais. Uma perspectiva de análise regional que coaduna com Arrais (2007) ao considerar que o ato relacional de regionalizar pressupõe uma demarcação de relações políticas. Um ato que pode ou não ser instituído.

Contudo, foi feita a opção metodológica pela adoção da regionalização realizada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no contexto da implantação da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), a partir do ano de 2003, com a criação dos “territórios rurais”. Uma regionalização que, a partir do ano de 2007, também foi incorporada pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN), através dos “territórios de identidade”, constituindo-se, desde então, enquanto a regionalização institucional do governo do estado da Bahia.

Uma opção que se justificou pelo interesse de investigar o objeto da pesquisa no campo da mediação analítica entre a ação política e a política pública que se definiu no campo brasileiro no contexto da adoção da abordagem territorial do desenvolvimento. Contexto no qual foi reproduzido o discurso governamental do “novo modelo de reforma agrária, alicerçado na transição da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial” (MDA, 2003b). Uma concepção política que não somente orientou a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS) e do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PEDRS), mas também, vem orientado a elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) na Bahia, desde o PPA 2008-2011, até os dias atuais.

Outro importante aspecto considerado na definição da área de estudo foi a fonte dos dados secundários coletados e sistematizados para a realização do trabalho de campo. Principalmente, os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR).

Trata-se, portanto, da escala delimitada por 26 municípios baianos: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca. Uma escala regional que adquiriu a denominação de “território” ao ser instrumentalizada pelo Estado como unidade de planejamento e gestão da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), constituindo-se, assim, enquanto o Território de Identidade Litoral Sul da Bahia (TI Litoral Sul da Bahia)².

² Assim como foi analisado em Freitas (2009), ressalta-se que o termo “território de identidade” não é entendido como um conceito em si, mas como a denominação da unidade de planejamento e gestão de uma regionalização elaborada para fins das ações desenvolvimentistas do Estado.

Um recorte escalar que em certa medida está contido na Microrregião Ilhéus-Itabuna da Mesorregião Sul Baiano (IBGE, 1990) e que, historicamente, foi representada como a Região Cacaueira do Sul da Bahia (CEPLAC, 1970; SEPLAN, 1990). Uma forma de representação espacial – e consciência regional –, associada ao tempo-espaço da hegemonia da monocultura agroexportadora do cacau, manifestada não somente na dimensão das regionalizações (institucionais ou não) e dos estudos regionais realizados em diversas áreas do conhecimento, como também dos regionalismos e discursos regionalistas associados às práticas espaciais cotidianas dos sujeitos sociais, em suas diferenças e desigualdades.

Um espaço socialmente estruturado a partir da hegemonia da cacauicultura e que, imerso ao movimento histórico, em suas determinações e contradições, também se afirmou como um espaço político de luta pela reforma agrária. De acordo com a sistematização realizada pelo GeografAR (2018), no período de 1986 a 2017, foram implantados 540 projetos de assentamentos de reforma agrária no estado da Bahia, abrangendo um total de 45.157 famílias assentadas e uma área de 1.538.436,30 hectares. Destes, 74 assentamentos (equivalendo a 13,7% do total), com 2.829 famílias assentadas (6,3%) e uma área de 43.630,77 hectares (2,8%), estão localizados nos 26 municípios que integram o TI Litoral da Bahia.

Uma realidade que adquiriu materialidade a partir da luta dos trabalhadores rurais sem terra pelas “terras do cacau”, mediada pelas ações de organizações e movimentos sociais, a exemplo do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA); Movimento Social Jupará (MSJ); Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR); Movimento dos Desempregados Rurais (MDR); Movimento Terra e Liberdade (MTL); Movimento de Libertação do Sem Terra (MLTS); Movimento Vantuí Agroecológico do Brasil (MVAB); Movimento Liberdade, União, Trabalho e Educação (LUTE); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); Polo de Unidade Camponesa (PUC); Frente dos Trabalhadores Livres (FTL), dentre outros.

Uma diversidade de organizações e movimentos sociais que foi historicamente constituída a partir do importante trabalho de base das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); da Pastoral da Juventude Rural (PJR); Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR-BA); das ações do sindicalismo rural, através da Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura na Bahia

(FETAG-BA) e da Central Única dos Trabalhadores na Região Cacaueira (CUT Cacaueira); e dos partidos políticos com atuação destacada junto aos trabalhadores rurais, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em tempos mais recentes, também, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Uma realidade que nos impõe a necessidade de considerar a territorialização da luta pela terra como um elemento constituinte da produção do espaço regional, em suas sucessões e coexistências temporais. Um processo histórico que nos remete ao marco do colonialismo e da criação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, através da luta e resistência dos povos Pataxós Hã-Hã-Hãe e Tupinambás de Olivença pela defesa das suas territorialidades originárias, assim como do aquilombamento do povo negro contra à escravidão nos engenhos de açúcar e fazendas de café e cacau implantadas às margens do Rio Almada. E que, em tempos mais recentes, também está associado às ações políticas do Sindicalismo Rural e das Ligas Camponesas, a partir das décadas de 1950 e 1960, respectivamente; da Luta dos Posseiros, nas décadas de 1970 e 1980; e da Luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir da década de 1990.

Mas sem dúvida, a crise cacaueira, iniciada no ano de 1987 e que perdura até os dias atuais, imprimiu uma dinâmica ao processo de territorialização da luta pela terra no Litoral Sul da Bahia. Uma crise que muito distante de determinar o “fim da região” – como por vezes é reproduzido pelo discurso regionalista – agudizou as contradições estruturais do desenvolvimento capitalista, sendo assim criada uma conjuntura favorável ao enfrentamento do latifúndio por parte dos sujeitos sociais historicamente forjados na luta contra a violência e expropriação. Uma situação geográfica na qual a bandeira da reforma agrária foi empunhada como esperança para a realização do ideal democrático, sendo afirmados novos sujeitos políticos – as famílias assentadas – a partir da criação de novas formas-conteúdo – os assentamentos rurais – e de suas repercussões territoriais no espaço regional. Formas-conteúdos que, portanto, se geografizam na paisagem enquanto materialidade das contradições espaciais da cacauicultura.

Uma materialidade que se apresenta enquanto uma conquista histórica dos índios desaldeados, dos descendentes dos negros escravizados e imigrantes nordestinos pobres que, na errância da fuga da seca, constituíram a categoria social dos trabalhadores do cacau (seja na condição de posseiros ou assalariados). Portanto, do campesinato brasileiro, em sua unidade e diversidade, no tempo e no espaço. Uma categoria histórica que adquire visibilidade analítica no contexto da permanência da questão (da reforma) agrária. Uma questão que, para além da aparência de ser apenas uma questão fundiária, define-se, em sua essência, como uma questão

territorial. Uma questão territorial que ainda se impõe como condição necessária para a realização da justiça social no campo brasileiro.

Essa é a tese que direcionou os caminhos teórico-metodológicos que foram trilhados para a realização da pesquisa. Caminhos que não se propuseram à realização de mais um estudo sobre a cacauicultura como um vetor da produção do espaço regional. Ou, até mesmo, sobre as formas de percepção e representação espacial da cultura do cacau no imaginário social. Mas, dialeticamente, sobre suas contradições espaciais. De forma mais específica, sobre o processo de territorialização da luta pela reforma agrária que se materializou a partir da crise da cacauicultura.

Uma crise que, em suas determinações e contradições, gerou um desemprego massivo de mais de 250 mil trabalhadores rurais (CEPLAC, 2009), sendo agudizadas as condições históricas de pobreza dos trabalhadores no campo e na sua relação cotidiana com a cidade. Contexto no qual muito mais do que uma “Pobre Região Rica”, como tão bem expressou Asmar (1983), o Litoral Sul da Bahia se configurou enquanto uma “Pobre Região Miserável (DEMETER, 1997).

Assim, considerando a dimensão quantitativa e qualitativa do fenômeno que se define como objeto dessa pesquisa, emergiram algumas questões: como se definiu a lógica da espacialização dos assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia? De que forma os assentamentos estão inseridos no espaço produzido e assim conformam novos processos de territorialização? Quais os principais desafios e ameaças que se impõem aos assentamentos no tempo presente? Qual o significado da conquista da posse da terra para os projetos de vida e utopias engajadas na prática social das famílias assentadas? E para o Estado? Afinal, considerando a dialética da sujeição e resistência à lógica do capital, seriam esses espaços de esperanças? Ou, de fato, a reforma agrária se define enquanto um impossível diálogo?

No sentido de serem respondidas ao menos parte dessas questões, foram definidos como objetivos específicos:

- a) analisar o processo da espacialização dos assentamentos rurais e a afirmação do Litoral Sul da Bahia como espaço político de luta pela reforma agrária;
- b) identificar os principais desafios que se impõem às famílias assentadas a partir do avanço das ações de descentralização da reforma agrária e de precarização da política de assentamentos rurais;

- c) identificar o avanço das principais frentes do capital mundial no contexto da reestruturação produtiva regional e suas ameaças frente aos assentamentos de reforma agrária;
- d) analisar os sentidos da conquista da terra e da resistência no território a partir do lugar de fala das famílias assentadas.

Objetivos específicos que se desdobraram nos capítulos da pesquisa. Além da parte introdutória e conclusiva, a pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O Capítulo 2 apresenta os caminhos teórico-metodológicos que foram trilhados para o desenvolvimento da pesquisa, a definição do tema e objeto, do método e metodologia. Uma perspectiva de análise da questão (da reforma) agrária e da política de assentamentos rurais que, no entanto, não se amarrou à “camisa de forças” do materialismo que pretendeu ser histórico e geográfico. Nesse sentido, é importante destacar que a definição do referencial teórico-conceitual não somente perpassou pelas questões e objetivos da pesquisa, mas também pela interlocução estabelecida com os sujeitos e espaços pesquisados. Portanto, pela relação entre a teoria e a prática como princípio do método adotado.

No Capítulo 3, foi analisado o processo histórico de afirmação do Litoral Sul da Bahia como espaço político de luta pela reforma agrária. Um processo que se intensificou a partir do aprofundamento da crise da cacauicultura, no final da década de 1980, sucedendo-se por diferentes conjunturas políticas e marcos institucionais na Nova República: I Plano Nacional da Reforma Agrária, em 1985; Novo Mundo Rural, em 1999; II Plano Nacional da Reforma Agrária, em 2003; e a Política de Desenvolvimento Territorial, também no ano de 2003.

No Capítulo 4, foram analisados os principais desafios que atualmente se impõem às famílias assentadas na dimensão da luta pelo território. Desafios que estão diretamente associados às ações de descentralização do programa da reforma agrária e precarização da política de assentamentos rurais, e que já se evidenciam de forma ainda mais complexa após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), no ano de 2016, considerando a centralidade assumida pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e os sucessivos ataques aos direitos territoriais dos povos e comunidades do campo. Não somente pela extinção imediata do MDA e da Ouvidoria Agrária, mas também pelas ações institucionalizadas de cortes orçamentários, extinção de programas, retirada de direitos constituídos e acirramento das ações de violência e conflitos no campo.

No Capítulo 5, foram identificadas as principais frentes de expansão do capital no contexto de reestruturação produtiva regional e as ameaças que se anunciam aos espaços dos assentamentos nesse contexto: produção de cacau e chocolate; monocultivo do eucalipto e mineração; grandes projetos de desenvolvimento (com destaque para o Complexo Logístico FIOLE – Porto Sul); turismo e especulação imobiliária. Uma dinâmica territorial que se realiza entre ações de expropriações, sujeições, resistências e enfrentamentos no cotidiano da vida social das famílias assentadas.

No Capítulo 6, buscou-se compreender os sentidos da conquista da terra e da resistência no território a partir do lugar de fala das famílias assentadas. Sentidos que atribuem ao processo da reforma agrária uma condição de luta permanente manifestada enquanto utopia e realidade, ação política e política pública, produção do espaço e reprodução da vida. Ou mesmo, da sua reinvenção, entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro.

2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 Tema e objeto

Um estudo geográfico sobre o tema da questão (da reforma) agrária nos remete à necessidade de problematizar algumas dicotomias que ainda persistem na contemporaneidade, associadas à análise das relações estabelecidas entre o campo e a cidade, o urbano e o rural e na dimensão do rural, entre o agrícola e o agrário.

Uma perspectiva analítica na qual a produção do espaço – a partir da realização social do trabalho – é entendida enquanto um processo que se realiza no movimento da totalidade e se manifesta entre ritmos e intensidades distintas, sendo conformadas diferenciações territoriais entre o campo e a cidade, como também internamente a esses espaços.

Ao analisar a relação campo-cidade, Moreira (2008, p.106) identifica a definição de três fases distintas.

A da separação entre artesanato e agricultura (que dissocia cidade e campo), quando do nascimento do capitalismo; a da consolidação fabril da indústria (que urbaniza a cidade e especializa o campo na agropecuária), na fase madura do capitalismo; e da industrialização da agricultura (que terceiriza a cidade e urbaniza o campo), do atual momento de internacionalização do capitalismo.

Fases que se definem na sucessão e coexistência de tempos e espaços, sendo a diferenciação entre o campo e a cidade analisada a partir da divisão territorial do trabalho. Uma divisão que, dialeticamente, reafirma a interdependência funcional entre o campo e a cidade. Portanto, a indissociabilidade analítica da relação historicamente estabelecida. Afinal, “se o campo não planta, a cidade não janta” como comumente vozeiam os homens e as mulheres do campo.

Uma dinâmica espacial que também é analisada por Moreira (2013, p.43) a partir das relações estabelecidas entre as classes sociais na produção da sua existência.

Cada classe social define seu espaço próprio de existência. De modo que as relações intra e entre áreas não são mais do que relações entre classes sociais (as relações entre cidade e campo, por exemplo, em verdade são relações entre as classes sociais da cidade e as do campo) E assim, relações de dominância, contradições, lutas de classe

Relações e dinâmicas que não somente se definem pela realização social do trabalho, mas também da cultura, e que se expressam – ao mesmo que se diferenciam – através de distintas formas (espaciais) e conteúdos (sociais). Ou dialeticamente, através de “formas-

conteúdos (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2004b). Sentido no qual o rural e o urbano – ou, dito de outra forma, as ruralidades e urbanidades – se manifestam enquanto conteúdos sociais diferenciados da vida cotidiana, através dos quais são afirmadas identidades, sociabilidades e territorialidades.

Relações campo-cidade que se complexificaram no contexto atual de reprodução de urbanidades no rural (RUA, 2006), assim como de ruralidades no urbano. Principalmente, considerando a realidade dos pequenos e médios municípios como é prevalecte na escala do TI Litoral Sul da Bahia onde 61,5% (16 municípios) possuem uma população de até 20 mil habitantes, ainda que 81,9% da população regional (632.787 pessoas) seja classificada como população urbana e apenas 18,1% (139.896 pessoas) como população rural (IBGE, 2010). Municípios com índices de urbanização abaixo da média da Bahia e do Brasil, cujas sedes são “cidades prenes de ruralidade” como define Trindade (2014, p.105) nos seus estudos sobre a formação e dinâmica da rede urbana regional de Itabuna-Ilhéus. Uma rede urbana que foi constituída a partir da cacauicultura, como também considera o autor.

Ou, até mesmo, de ruralidades metropolitanas como considera Alencar e Schweitzer (2008, p.9), ao analisarem a realidade do município baiano de Lauro de Freitas, localizado na Região Metropolitana de Salvador.

O rural no urbano, no metropolitano, é compreendido dialeticamente como produto de um tipo de política e de cultura da modernidade. Não se trata do rural em si e nem do urbano em si: trata-se do rural e do urbano relacionais, que se produzem conjuntamente a partir de uma hegemonia política e cultura no Ocidente, na modernidade do polo urbano. É o polo urbano desde as revoluções burguesas, que nucleando a ideia de que ali está localizada a civilização, a modernidade, e quem não está na cidade é atrasado, é precário, é selvagem, é bárbaro do ponto de vista da representação cultural

Assim, partindo da perspectiva histórica e relacional de análise dos processos e dinâmicas espaciais, faz-se necessário superar o estigma da sujeição do campo na hierarquia espacial, através do qual “o rural muitas vezes é definido a partir de carências e não de suas próprias características” (MARQUES, 2002, p.2). Principalmente, no Brasil, considerando a sua formação e estrutura social, e nesse contexto, a trajetória errante do trabalhador brasileiro na luta pela sua sobrevivência, como continua alisando a autora (Idem, p.15).

Em sua trajetória errante, o trabalhador brasileiro experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência. Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumo urbanos no campo

Como também, enfrentar as formas de dominação e violência simbólica que se manifestam a partir das formas de classificação do outro (BORDIEU, 1998 e 2009). E nesse sentido, os discursos e práticas de inferiorização do campesinato, e, até mesmo, da sua negação. Uma perspectiva analítica que impõe a necessidade de se buscar compreender o campesinato enquanto uma categoria histórica que não está aprisionada na tradição e no costume, mas que se ressignifica no tempo e no espaço, em sua unidade e diversidade.

Ao analisar o uso comunal das terras no contexto da intensificação do processo de cercamentos na Inglaterra do século XVIII, considerando que os “costumes em comum” estão em fluxo contínuo como um campo para a mudança e a disputa, Thompson (1998, p.16-17) considera que

Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes (...). Nesse ponto, as generalizações dos universais da ‘cultura popular’ se esvaziam, a não ser que sejam colocadas firmemente dentro de contextos históricos específicos.

Formas de dominação e violência simbólica sobre os espaços e sujeitos que, segundo Porto-Gonçalves e Cuin (2015, p.150), também se evidenciam enquanto expressões do caráter colonial da modernidade na busca pela legitimação do progresso e desenvolvimento capitalista.

O caráter colonial pode ser identificado claramente quando se vê, por exemplo, esse processo procurando-se legitimar em nome da superação do atraso e da pobreza, em suma do progresso e do desenvolvimento. Assim, povos/regiões são definidos como pobres e/ou atrasadas não por si próprios, mas de modo heterônomo por aqueles que justificam suas práticas inferiorizando o outro, o diferente [...] No Brasil, as políticas estatais têm sido fortemente marcadas por esse viés modernizante/colonial [...] E, geralmente, contra o ‘atrasado’, o ‘pobre’, o ‘Jeca Tatu’, o camponês, o negro, o índio.

Um sentido de sociedade moderna que está centrado, fundamentalmente, na importância que nela assumem os processos de industrialização e de urbanização. Processos que se intensificaram no período do pós-guerra, sobretudo a partir da década de 1970, com a difusão do meio técnico-científico-informacional – como assim definiu Milton Santos em seus estudos sobre a “globalização” – e a aceleração da subordinação dos espaços à lógica da produção e acumulação do capitalismo mundial. Um sentido de modernização que também se difundiu no campo, através da “Revolução Verde”, e de forma particular no campo brasileiro, ainda que revelando-se, no movimento de suas contradições, enquanto uma “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1981a; GRAZIANO e KAGEYAMA, 1996).

Wanderley (2000) ressalta que os processos de industrialização e urbanização não se traduziram, necessariamente, na uniformização da sociedade que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais (destacando, inclusive, a manutenção dos laços de ordem social e simbólica com a tradição camponesa, em sua autonomia relativa). Mas que, o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças socioespaciais das sociedades modernas, apontando “não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000, p. 89).

Um conceito de espaço rural em questão que, no entanto, deve ser analisado no contexto do desenvolvimento geograficamente desigual e combinado do capitalismo (MARQUES, 2002). Portanto, em meio à transformação do território em toda a sua contraditoriedade. Nesse sentido, Bombardi *et al.* (2009, p.138) considera que

Entre estas ideias tem tomado força a de um ‘novo rural’, segundo a qual o campo brasileiro tem se tornado mais moderno e cada vez menos agrícola e mais “plural”. Os camponeses, nesta concepção, vão deixando de sê-lo, para se tornarem agricultores familiares (uma espécie de pequenos empresários do campo) ou simplesmente assalariados. Há três grandes perigos nessa concepção: o primeiro é o de não enxergar a peculiaridade do campesinato enquanto classe social e, portanto, negligenciar a especificidade de sua ação e trajetória. O segundo é que neste caminho de entendimento não há possibilidade de compreender a ação dos movimentos sociais no campo que têm como bandeira a execução de uma reforma agrária ampla. O terceiro, particularmente do ponto de vista da geografia, é que não se consegue abarcar a transformação do território em toda a sua contraditoriedade, determinada pelo modo de produção capitalista.

Uma ruralidade que, abrigada em suas ressignificações (e contradições), no tempo e no espaço, mantém seu nexos explicativo definido na dimensão da relação sociedade-natureza. Ou, dito de outra forma, da relação que os sujeitos estabelecem com a terra como meio para a reprodução (i)material da vida cotidiana.

Relações e dinâmicas que também se manifestam entre o agrícola e agrário. Dimensões interdependentes do rural que, segundo Graziano (1981 b, p.11), adquirem o sentido de “questões” quando associadas à dinâmica da produção no campo.

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que produz, onde se produz, e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz e de que forma se produz.

Entende-se, assim, que não se pode dar ênfase somente à dimensão do agrário, mas como esta dimensão passa a ser acompanhada de uma questão. Isto é, da questão agrária. Uma

questão agrária que se define de forma indissociável da questão agrícola e que, em sua essência territorial, com suas mudanças e permanências, se impõe para toda a sociedade brasileira.

Pensar a permanência da questão agrária na sua dimensão territorial é buscar situá-la no processo de produção do espaço. O espaço produzido que adquire materialidade pela realização social do trabalho e impõe enquanto uma instância social de reprodução da vida, em suas objetividades e subjetividades. De forma mais específica, situá-la no contexto da contraposição dialética entre a apropriação e a dominação espacial, em que o uso aparece em acentuado conflito com a troca pela funcionalização produtiva do espaço no capitalismo (LEFEBVRE, 2006).

Perspectiva na qual o trabalho assume uma centralidade analítica. Uma categoria que não só define a condição de existência do ser social, mas também a mediação da relação sociedade e natureza. Portanto, da produção social do espaço. Nesse sentido, Santos (2004a, p.202) considera que³:

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio.

Um processo de produção social que, no tempo histórico do capitalismo, se realiza, também, enquanto um processo de valorização espacial, como analisa Moraes e Costa (1984, p.116).

Não existe ser social sem trabalho, assim como não existe trabalho sem criação de valor. Todo processo social explica-se assim, em última instância, pelo recurso às categorias valor e trabalho. Temos, assim, assumida uma teoria do valor. Podemos começar a falar, portanto, em processo de valorização do espaço.

Processos de produção e valorização do espaço que se realizam, simultaneamente, na dinâmica de suas contradições e conflitos. Contradições e conflitos que se definem na contraposição dialética entre a apropriação do espaço como meio e condição para a reprodução da vida – valor de uso – e a apropriação do espaço como meio e condição para a acumulação do capital – valor de troca. Sentido no qual o monopólio da propriedade da terra – portanto, do espaço – foi instituída como pressuposto histórico para a extração da renda fundiária e

³ Na perspectiva da sociologia crítica, a categoria do trabalho é estudada a partir da dimensão ontológica e histórica. Ontológica porque integra a constituição do ser social, não sendo está restrita ao trabalho; e histórica, dada a sua processualidade ao longo do tempo.

reprodução do capital (como nos revelou Marx ao analisar o cercamento das terras e a expropriação camponesa na acumulação primitiva do capital)⁴

Uma lógica rentista que define a essência do processo de produção capitalista do espaço. Nesse sentido, também referenciados em Marx, Moraes e Costa (1984, p.118, grifo dos autores) consideram

Em qualquer caso, a propriedade de uma dada parcela do espaço terrestre gera uma renda fundiária absoluta. O que é o ‘arrendamento’, senão uma expressão da existência dessa renda? O proprietário passa a possibilidade de uso da terra a um terceiro, que vai explorá-la dos moldes da empresa capitalista. O que ocorre é que, independente da maior ou menor produtividade de tal empreendimento, uma parcela do lucro obtido irá, inevitavelmente, para os bolsos do **dono** daquele espaço. A propriedade é, assim, o fundamento da renda absoluta.

Estabelece-se, assim, uma forma de dominação e violência pela negação do direito social ao uso do espaço para a reprodução da vida, em suas objetividades e subjetividades. Portanto, da própria condição da existência humana. Uma negação social que se define na dimensão da relação capital-trabalho e adquire materialidade espacial, sendo assim revelada sua essência territorial. Perspectiva na qual a questão agrária se define para além de uma questão fundiária, mas enquanto uma questão territorial.

Uma questão territorial que, inserida no movimento da totalidade, “engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p.12-13). E que assim, adquire materialidade no campo e na sua relação cotidiana com a cidade, sendo articuladas múltiplas dimensões e escalas espaciais.

Uma questão territorial que se complexifica no contexto da mundialização do capital. Não há somente uma lógica do capital, mas também uma lógica espacial das relações de produção e acumulação. Uma lógica que se torna evidente pela fluidez e seletividade espacial do capital mundial, com rebatimentos nos territórios de cada país. Uma ação seletiva que subjuga a relação sociedade e natureza, o uso e a apropriação da terra, água, ar, luz solar e toda a biodiversidade terrestre, no solo e subsolo, à lógica do capital.

Ainda mais, na América Latina, “uma região que se especializou em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta” (GALEANO, 2000, p. 5). E que, ainda hoje, subordinada à lógica

⁴ Convém lembrar, como nos ensinou Marx (2016), que o capital é uma relação social que se reproduz pela realização do trabalho produtivo (trabalho que cria valor para se auferir lucro), tendo a composição orgânica definida pelo capital variável (força de trabalho) e o capital fixo (meios de produção). Nesse contexto, a acumulação capitalista se define pela apropriação das formas de mais valia (absoluta e relativa). Um processo que é instrumentalizado pela propriedade privada dos meios de produção (a exemplo da terra).

do desenvolvimento desigual e combinado, continua a acumular perdas sucessivas de suas riquezas na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Uma conjuntura geopolítica colonial que legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo o mundo: 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018).

Considerando a ação particularizada do fenômeno no campo da mediação analítica, entende-se que a permanência da questão agrária se manifesta de forma ainda mais complexa no Brasil. Uma realidade associada ao caráter agrário e mercantil que substanciou o conteúdo social das diversas fases e vetores da formação espacial brasileira (MOREIRA, 2012). Até mesmo considerando a transição para o capitalismo urbano-industrial e a relação campo-cidade, como continua analisando Moreira (2013, p.43- 44).

A transição da estrutura espacial colonial agromercantil para a capitalista urbano-industrial no modo como ela se fez é, assim, o produto do caráter do agrarismo e industrialismo como conteúdo da relação campo-cidade no Brasil. A articulação político-econômica é o campo de onde o bloco dos agrários e industriais organiza a relação produção-circulação, determinando a estrutura e rumo da formação social brasileira em sua aliança cidade-campo de caráter permanente [...] uma estratégia aliancista dos de cima de evitar uma aliança dos de baixo

Uma permanência histórica que se define enquanto uma contradição do desenvolvimento capitalista como evidenciam os estudos desenvolvidos por Andrade (1980), Martins (1981, 1994, 2010), Oliveira (1999, 2007, 2016), Porto-Gonçalves (1984), Fernandes (2004, 2015), Moreira (2012, 2013) e Germani (1993, 2001, 2009). Não é de modo algum por acaso que o Brasil ocupa a 5ª posição no *ranking* mundial de desigualdade ao acesso à terra: 45% de sua área produtiva está concentrada em propriedades superior a mil hectares – apenas 0,91 % do total de imóveis rurais (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018).

Dados numéricos que, na sua essência, evidenciam as relações sociais no capitalismo, como nos ensina Martins (1980, p.42).

É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação. Há dimensões ocultas nessas relações. Essa é uma característica das relações sociais no capitalismo; as coisas aparecem como sendo o que não são, com a aparência contrária à sua própria essência.

Relações desiguais de poder que historicamente definem os (des)caminhos da reforma agrária e reafirmam o latifúndio como forma-conteúdo estruturante do território brasileiro. Uma forma-conteúdo enraizada nas condições sociais e históricas que determinaram o monopólio da propriedade da terra no Brasil, tendo como marco a Lei de Terras de 1850 –

que foi aprovada pelo imperador D. Pedro II e extinguiu o direito à apropriação legal por posse e usufruo no Brasil (38 anos antes da Abolição da Escravatura, a partir do ano de 1888) –; perpassou pelo processo da industrialização da agricultura, no contexto da Revolução Verde, a partir da década de 1950; adquiriu a forma da agroindústria, a partir da década de 1980; e se consolidou através do agronegócio, a partir da década de 1990.

Uma mudança na base técnica que impôs uma nova racionalidade de uso do tempo e do espaço, assim como das relações de poder no campo dada a hegemonia da política neoliberal e a associação do Banco Mundial, das corporações transnacionais e do capital financeiro internacional aos setores do agronegócio, da agroenergia e da mineração. De forma particular, no contexto da implantação de grandes obras de infraestrutura para a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), a partir do ano 2000, e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir do ano de 2007, impulsionadas pelo “*boom das commodities*” agrícolas e minerais que se definiu de forma associada às elevadas taxas de crescimento e industrialização da China e da Índia. Assim como no contexto da crise econômica mundial de 2008 – e da conjuntura política brasileira estabelecida a partir do ano de 2016 –, com o avanço da incorporação da terra como ativo financeiro e consequente estrangeirização da propriedade da terra no Brasil.

Um processo histórico de acumulação via espoliação sustentado na depredação, fraude e violência. Ações de despossessão cujo Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel central na sua promoção (HARVEY, 2005). Ainda mais, considerando as “Origens Agrárias do Estado Brasileiro” (IANNI, 2004), hoje representada pelo poder do “Partido da Terra” que ocupa o Legislativo, invade o Executivo, cultiva o Judiciário (CASTILHO, 2012), garantindo a flexibilização da legislação agrária e ambiental necessária para o ataque aos direitos territoriais dos povos e comunidades do campo.

Uma acumulação via espoliação que é se realiza de forma associada aos “processos monopolistas do capital no campo”, como define Oliveira (1999 e 2016), mas dialeticamente, também, em meio aos processos de territorialização de luta pela terra. Uma realidade na qual o conflito assume uma centralidade analítica. O conflito compreendido como a categoria fundante das relações sociais (SIMMEL, 1977) que adquire o sentido do conflito territorial pelo enfrentamento de lógicas antagônicas de uso e apropriação do espaço – valor de uso x valor de troca (MARX, 2016) – ou mesmo, da terra – terra de trabalho x terra de negócio (MARTINS, 1980).

Conflitos que não se limitam ao momento de enfrentamento entre classes ou entre estas e o Estado, mas adquire o sentido de movimento contraditório inerente ao próprio desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2004). E que assim, se definem, também, como a contradição no estado prático da democracia. No estado prático da rebeldia pelo questionamento da ordem natural das coisas (PORTO-GONÇALVES; CUIN, 2015).

Estado prático de rebeldia dos sujeitos coletivos que questionam o sentido da monopolização da propriedade da terra e reivindicam o direito social de uso e apropriação do espaço para a reprodução da vida: trabalhadores sem-terra; povos indígenas, comunidades quilombolas; fundos e fechos de pasto; pescadores artesanais; ribeirinhos; atingidos por barragem, pela mineração, pelos parques eólicos e outros grandes projetos. Expressões da unidade e diversidade da vida social no campo e do campesinato brasileiro.

Como analisa Germani (2009), se no passado a estratégia de luta e resistência adotada por esses sujeitos era a invisibilidade, assume agora uma visibilidade pela reivindicação política de identidades e direitos territoriais historicamente negados. Identidades e direitos que, sendo espacialmente mediados, reivindicam a transposição do reconhecimento para a demarcação e titulação do território e assim, pautam a redistribuição da riqueza socialmente produzida.

Sentido no qual a contraposição dialética entre a apropriação e a dominação espacial adquire materialidade e a luta pela terra se projeta na dimensão da luta pelo território. Dimensão da luta na qual o sentido da apropriação do espaço não somente se define na dimensão da realização do trabalho e da produção, mas na dimensão mais ampla da reprodução da vida, sendo conformados novos processos sociais de territorialização: territórios e territorialidades.

Atualmente, diferentes concepções no campo teórico-conceitual e metodológico definem tensões e enfrentamentos no seio da academia (como também no interior das diversas instâncias do poder público pelas quais perpassa a capacidade de planejar e gestar as políticas dirigidas aos assentamentos rurais sobre a permanência (ou não) da questão agrária. Como também, sobre a necessidade (ou não) da realização da reforma agrária no Brasil. Um tema que alimenta um debate bastante controverso e contrapõe distintos paradigmas na contemporaneidade.

Compreende-se, contudo, que “ainda é necessário entender a complexidade das relações que produziram os demandantes de terra e que continuam a manter essa demanda na ordem do dia, num país urbanizado e industrializado” (MEDEIROS, 2003, p.8). Uma realidade que se define na indissociabilidade analítica entre a permanência da questão agrária e a luta pela

reforma agrária, o que nos remete a considerar a existência da questão (da reforma) agrária brasileira. Uma questão que se ressignifica no tempo e no espaço, adquirindo novos conteúdos e formas, ao mesmo tempo que permanecem suas contradições.

Contradições que atribuem ao processo da reforma agrária um sentido de luta permanente para a conquista da justiça social no campo. Uma luta pela democratização da posse e uso da terra que repercute nas relações de poder instituídas no território. Portanto, da prática da cidadania em sua concretude. Afinal, “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial” (SANTOS, 2007, p. 144).

Uma prática concreta da cidadania que se efetive no campo e na sua relação cotidiana com a cidade, sendo criadas possibilidades para a construção de um modelo “genuíno desenvolvimento”, como considera Souza (2006, p.111).

A possibilidade de se deter um controle significativo sobre o seu espaço vivido é, para uma coletividade, decisivo [...]. Sem ele, porém, falta um requisito indispensável à transformação dos indivíduos em cidadãos e à mobilização por um genuíno desenvolvimento.

Até mesmo considerando o caráter fortemente urbanizado da sociedade brasileira. Aspecto que, aliás, segundo Alentejano (2003, p.27), não só reafirma a atualidade do debate da reforma agrária no Brasil, mas coloca a relação campo-cidade como um dos seus aspectos fundamentais.

O caráter fortemente urbanizado da sociedade brasileira deve ser o ponto de partida para a nova reflexão sobre o lugar da reforma agrária no debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, não para negar importância à reforma agrária, mas para afirmá-la como essencial para, no curto prazo, garantir melhores condições de vida para uma imensa massa de explorados e excluídos presentes hoje no campo e na cidade e, a médio e longo prazo, possibilitar a construção de uma sociedade justa e democrática.

É nessa perspectiva analítica do tema da questão (da reforma) agrária que os assentamentos rurais se definem como objeto dessa pesquisa. Ainda que a luta pela reforma agrária no Brasil esteja muito distante de representar uma “mudança de sentido” na estrutura fundiária do campo brasileiro – como propõe a própria etimologia da palavra *reformare*⁵ –, é fato que o assentamentos rural se constitui enquanto uma materialidade espacial da prática social. Uma perspectiva que nos impõe a necessidade de buscar entender como “nos espaços dos assentamentos produzem-se, ao mesmo tempo, novos espaços de vida, novos desafios e

⁵ Em latim, o termo “*re*” significa mudança, renovação; “*formare*”, existência, sentido.

conflitos e como estes marcam o espaço geográfico de forma diferenciada” (GERMANI, 2001, p.67).

Espaços socialmente produzidos que, inseridos no movimento histórico, conformam novos processos de territorialização: território e territorialidade. Processos em construção que se definem na unidade espaço-tempo como síntese da relação sociedade-natureza, como analisa Saquet (2011, p.40).

É a esse processo que denominamos de territorialização: movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que, simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devir. O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; significa a relação espaço-tempo em movimento de unidade; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C) unidas, no mesmo movimento, com a natureza orgânica e inorgânica do homem, como síntese da relação sociedade-natureza (E-P-C-N)

Processos de territorialização que, concreta ou abstratamente, revelam relações marcadas pelo poder, como considera Raffestin (1993, p.142).

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa qualquer) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço[...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder

E que, assim, tornam evidentes as relações de classe no espaço. Sentido no qual o território também se apresenta enquanto “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p.74)

Com o intuito de desvendar o mito da desterritorialização – difundido a partir da tese do “fim dos territórios”(BADIE, 1996) – e considerando, também, a polissemia associada aos estudos sobre o território na contemporaneidade, Haesbaert (2012) analisa o território numa perspectiva integradora enquanto uma relação, sempre em processo, de domínio (político-econômico) e apropriação (simbólico-cultural) do espaço na produção e reprodução da existência social. Assim, “o território é, sempre, abrigo e proteção em duplo sentido: simbólico e material” (HAESBAERT; PORTO GONÇALVES, 2006, p.13).

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2011) considera que o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. E, não sendo externo à sociedade que o constitui, abriga as suas contradições. Há sempre territórios e territorialidades, ou seja, processos sociais de territorialização. Sentido no qual, “num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades em potencial” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 15).

Territorialidades constituídas a partir das relações entre os sujeitos e destes com os espaços da vida cotidiana (SAQUET, 2011). Relações que envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica (SACK, 2011, p.76). Além de abarcar um sentido político (e cultural), “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas (RAFFESTIN, 1993, p.161).

O reconhecimento analítico das múltiplas territorialidades em potencial que existem em cada território – a partir da perspectiva histórica e relacional da sua abordagem teórico-conceitual – torna evidente a complexidade de se pensar os processos de territorialização na realidade da prática social (e espacial) das famílias assentadas. Uma complexidade se define pela particularidade do processo de formação dos assentamentos – conjugando ações e tensões permanentes entre os trabalhadores rurais, movimentos sociais, agentes mediadores e o Estado (até mesmo em suas omissões) –, e da sua constituição enquanto espaços relacionais na totalidade social que, não sendo externo à sociedade que o constitui, abriga as suas dinâmicas e contradições. Dinâmicas e contradições que se definem na escala mais ampla das relações de produção no capitalismo.

Processos de territorialização que, portanto, se realizam enquanto sujeição e resistência à lógica do capital, conformando uma dialética única, no tempo e no espaço. Uma complexidade que se torna evidente na dimensão do planejamento e gestão social dos assentamentos, como mostram os estudos de Alencar (2000) ao desvendar os “segredos íntimos” dos assentamentos de reforma agrária no estado do Ceará. Assim como os estudos multidisciplinares organizados por Medeiros e Leite (1994, 1999, 2004), ao analisarem a formação e as dinâmicas regionais dos assentamentos rurais no campo brasileiro.

Nesse sentido, os autores consideram

O modo como se deu o desenvolvimento dos assentamentos [...] pacificando conflitos e provocando outros; mas sobretudo alterando a geografia agrária do país (e de uma certa medida também a sua geografia política), ganhando visibilidade de um setor social como identidade e voz próprias e localizado territorialmente, garantiu a sua legitimidade como “solução”, ao mesmo tempo em que sua presença criou um problema novo que, num determinado nível, impôs uma certa redefinição aos termos em que se põe a questão agrária. (MEDEIROS; LEITE *et al.* 2004, p. 66)

Bergamasco e Norder (1996, p. 8) analisam a realidade dos assentamentos enquanto “novas unidades de produção agrícola, criadas por meio de políticas governamentais, visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca

terra”. Uma análise que atribui centralidade aos processos de socialização que se definem a partir da posse e uso da terra, na dimensão do trabalho e da produção.

Dimensões do processo de territorialização que, no abrigo das múltiplas determinações e contradições do real, atribuem um novo sentido à luta pela reforma agrária: a “sujeição da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1980). Ao mesmo tempo em que são identificadas “formas cotidianas de resistência camponesa” (SCOTT, 2002). Ainda que manifestadas na forma de “resistência subordinada” como define Mitidiero (2011) ao analisar os desafios que impõem à materialização dos assentamentos e às utopias das famílias assentadas. Desafios que, na dimensão da vida cotidiana das famílias assentadas, definem o enredamento da “nova cara da luta pela terra” (GERMANI, 1993, 2001).

Um processo de transformação dos trabalhadores em sujeitos históricos que está associada à elaboração de suas diferentes identidades e na afirmação de direitos instituídos ou não (GRZYBOWSKI, 1987, p.57). Identidades coletivas espacialmente mediadas que criam, no tempo presente, a alteridade do sujeito, entre os de dentro e de fora: a identidade do trabalhador “sem terra” metamorfoseada na identidade do trabalhador “assentado da reforma agrária”. Sentido no qual, a identidade, “na Geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade” (SAQUET, 2007, 147).

1.2 Método e metodologia

Segundo Gomes (1991), a definição do método torna evidente a dimensão social do saber científico. Uma dimensão que, associada à consciência do pesquisador, é explicitada através da delimitação e abordagem do tema e do objeto, e principalmente, da relação estabelecida entre o sujeito e o objeto (que também se manifesta enquanto sujeito no campo da pesquisa social).

O ponto de partida de uma chegada anunciada sem que, no entanto, a caminhada se revele numa “camisa de força”, como considera Moraes e Costa (1984, p.30).

O compromisso do cientista só pode ser com o real. Quando a realidade observada não encontra correspondência nos pressupostos metodológicos, são esses que devem ser revistos. Tal revisão não pode ser escamoteada, sob o risco de enveredar o trabalho no doutrinário estéril (que nega o real) ou no ecletismo descaracterizador (que introduz a pesquisa na ‘noite escura do relativismo, onde todos os gatos são pardos’)

Uma forma de compreensão da realidade enquanto relação e processo, no tempo e no espaço. Afinal, “a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não

pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço” (SANTOS, 2012b, p.32). Espaço que se dialetiza produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais, como analisa Lefebvre (2006, p.7).

Não designando um “produto” insignificante, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações [...] À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais

Uma dinâmica espacial que adquire materialidade em suas contradições e conflitos, ainda mais agudizados no modo de produção capitalista. Estabelece-se, assim, uma relação de proximidade entre o método geográfico e lógica dialética (marxista) que conforma uma “dialética socioespacial” (SOJA, 2003). Ou mesmo, um “materialismo histórico-geográfico” (QUAINI, 2002).

Um processo de produção (e valorização) capitalista do espaço que, portanto, se realiza na totalidade social. Totalidade aqui compreendida como um “princípio epistemológico e uma exigência metodológica” (KOSIK, 2002, p. 42). Não se definindo, necessariamente, no abarcar o tudo, mas em compreender a realidade em seus processos históricos e suas diferenciações geográficas.

Uma opção metodológica que impõe uma centralidade analítica à questão da escala. “Uma questão que não define, portanto, o nível de análise, nem pode confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente” (CASTRO, 2006, p.123)⁶. Sentido no qual o tema e o objeto da pesquisa foram investigados na escala do Litoral Sul da Bahia em suas relações e dinâmicas estabelecidas com as escalas territoriais do Médio Rio de Contas, Sudoeste, Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia.

Dessa forma, os assentamentos rurais de reforma agrária foram estudados em si mesmos, enquanto espaços diferenciados pela sua formação histórica e constituição social, e enquanto espaços relacionais na totalidade que se dialetizam enquanto “produto-produtor” de territórios e territorialidades cotidianas. Um importante aspecto metodológico a ser destacado é a existência de 29 categorias de “Projetos de Reforma Agrária” assim denominados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA): Assentamento Federal (PA); Assentamento Agroextrativista Federal (PAE); Assentamento Estatual (PE);

⁶ Ressaltando, mais uma vez, que para a realização da pesquisa foram considerados apenas os projetos de assentamentos criados pelo Estado a partir da aplicação do instrumento legal de desapropriação por interesse social, conforme rege a Constituição de 1988 – Assentamento Federal (PA).

Assentamento Municipal (PAM); Programa Cédula da Terra/ Crédito Fundiário (PCT); Assentamento Estadual Sem Convênio (PE); Assentamento Casulo (PCA); Colonização (PAP); Assentamento Dirigido (PAD); Assentamento Rápido (PAR); Especial de Assentamento (PEA); Colonização Oficial (PC); Especial de Colonização (PEC); Integrado de Colonização (PIC); Assentamento Conjunto (PAC); Área de Regularização Fundiária (PF); Assentamento Quilombola (PAQ); Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS); Reserva Extrativista (RESEX); Territórios Remanescentes de Quilombos (TRQ); Assentamento Florestal (PAF); Floresta Nacional (FLONA); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reassentamento de Barragem (PRB); Reconhecimento de Assentamento Fundo de Pasto (PFP); Terra Indígena (TI); Reconhecimento de Projeto Público de Irrigação (PPI); Assentamento Agroindustrial (PAG); e Floresta Estadual (FLOE).

Forma-conteúdos que adquiriram materialidade a partir das ações de distintos sujeitos e lutas políticas, perpassando também por distintas intervenções do Estado (reforma agrária, regularização fundiária, reassentamento fundiário, reordenação fundiária, compra e venda de terra e outras). Ressalta-se, contudo, que na pesquisa foram considerados apenas os projetos de assentamentos que foram criados pelo Estado a partir da aplicação do instrumento legal de desapropriação por interesse social, conforme rege a Constituição de 1988 – Assentamento Federal (PA). Aqui identificado enquanto *Assentamento de Reforma Agrária* ainda que pese o controverso debate acerca do processo da reforma agrária no Brasil: seja a partir da tese de que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil (NAVARRO, 2014); da tese da (não) realização da reforma agrária no Brasil – até mesmo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – ainda que a sua realização continue sendo necessária para a garantia da justiça social no campo (OLIVEIRA, 2007); ou mesmo da tese da realização da reforma agrária possível conforme a correlação de forças estabelecida em cada governo (FERNANDES, 2015).

Uma opção metodológica que impõe a necessidade de uma abordagem do movimento histórico e relacional de cada território, seja no campo, seja na cidade, seja no entrelaçamento constante entre os espaços urbano e rural (SAQUET, 2011). Uma abordagem territorial que possibilite a apreensão dos nexos explicativos das contradições e dos conflitos que se definem na unidade tempo-espço, como síntese da relação sociedade- natureza em cada “formação sócio espacial” (SANTOS, 2012b).

Entende-se, contudo, que a opção pelo método se manifesta na busca pela apreensão intelectual do real em movimento. Não existindo, portanto, uma verdade absoluta que reflita

qualquer ou todo conhecimento (SPÓSITO, 2004). Uma apreensão subjetiva da realidade objetiva que para ser realizada impõe a necessidade da adoção de procedimentos lógicos e técnicas operacionais para a sua investigação.

Na dimensão da metodologia, foi realizada uma pesquisa social qualitativa de base empírica e caráter explicativo (GIL, 2014). Assim, o diálogo entre a teoria e a empiria, a partir da interlocução com os sujeitos e espaços pesquisados, direcionou o desenvolvimento da pesquisa. Como procedimentos metodológicos, foi realizada a pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica sobre o tema e o objeto, e a pesquisa de campo na área de estudo como posterior sistematização e análise dos dados e informações obtidas. Dados primários e secundários que subsidiaram o mapeamento temático realizado e o acervo iconográfico constituído. Procedimentos metodológicos que foram realizados em diferentes momentos e contextos, considerando as experiências vivenciadas entre os estados do Ceará e da Bahia no transcurso da pesquisa.

Durante o período de creditação das disciplinas, entre os anos de 2015 e 2016, foram muito importantes as contribuições teórico-metodológicas dos professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPG/ UFC), e de forma particular, dos pesquisadores do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT/UFC). Momento no qual tive a oportunidade de acompanhar e colaborar com o desenvolvimento da disciplina de Geografia Agrária, ministrada pelo professor Francisco Amaro, no âmbito do Departamento de Geografia da UFC. Como também, da disciplina Campesinato e Agroecologia do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável, no âmbito do Programa Residência Agrária da UFC, juntamente como o professor Levi Sampaio. Destaco, ainda, a importante interlocução estabelecida com o professor Peter Rosset do *Departamento de Agricultura, Sociedad y Ambiente El Colegio de la Frontera Sur* (ECOSUR), San Cristóbal – México, sobre os processos de Territorialização da Agroecologia e Práticas e Vivências na Via Campesina (que, no mesmo período, estava como professor visitante do PPG/UFC e pesquisador colaborador do LEAT/UFC).

Outra importante experiência foi a participação na Pesquisa “Bioenergia, Agricultura Familiar e Políticas de Desenvolvimento: Impactos Socioeconômicos da Produção de Biodiesel nas Regiões de Influência da Petrobrás”, sendo realizado um rico trabalho de campo entre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, a partir da ação colaborativa entre o LEAT/UFC e o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/ CPDA/UFRRJ).

Ricas experiências que possibilitaram o aprofundamento teórico-metodológico sobre a realidade do campo brasileiro e nordestino. E nesse contexto, uma melhor compreensão das particularidades que definem a questão (da reforma) agrária no campo sul baiano.

Com o retorno à Bahia, no final do ano de 2016, também foram retomadas as atividades no âmbito do Grupo de Pesquisa Geografar (UFBA). Ações colaborativas de pesquisa e extensão que foram realizadas na convergência da pesquisa de doutorado. E que assim, não somente possibilitaram o seu aprofundamento teórico-metodológico do tema e objeto, como também contribuíram para o fortalecimento das articulações políticas e institucionais que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho de campo, tendo a observação participante como metodologia adotada.

Assim, integrei a equipe executora dos projetos das pesquisas “Questão Agrária e Movimentos Sociais nos Jornais da Bahia: dentro da notícia, fora da terra e dos territórios (aprovada pela FAPESB através do Edital Universal 5/2015) e “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais nos Territórios do Velho Chico, Litoral Sul da Bahia e Sisal (aprovada pelo CNPq através do Edital Universal 01/2016); e do projeto de extensão “Questão Agrária Pés no Chão” (aprovado pelo Edital PAEXTec UFBA 2017). Como também, a comissão organizadora do II Simpósio Baiano de Geografia Agrária que foi realizado em Salvador, entre os dias 3 a 5 de julho de 2017.

No sentido de melhor compreender a espacialização das ações políticas dos movimentos sociais e a territorialização da luta pela terra na escala do campo sul baiano, foram realizados levantamentos de fontes documentais na Hemeroteca Luta pela Terra do Museu Histórico Nacional (Bibliotecas Virtuais DocPro), na Hemeroteca Questão Agrária na Bahia do Grupo GeografAR, nos Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), nos Cadernos Conflitos no Campo da CPT e nos arquivos da CPT Equipe Sul e Sudoeste da Bahia, localizada no município de Itabuna. Também foram realizadas visitas ao Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC/UESC) com o intuito de estabelecer o diálogo geográfico com a historiografia e literatura regional enquanto importantes fontes documentais da pesquisa.

Outras importantes fontes documentais da pesquisa foram os Censos Demográficos e Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA). Assim como o Setor de Obtenção e o Setor de Desenvolvimento da Superintendência Regional do INCRA-BA sobre os processos de desapropriação dos imóveis rurais, criação e implantação dos projetos de

assentamentos rurais. no Litoral Sul da Bahia. (assim como o acompanhamento das ações da unidade avançada do INCRA no Sul da Bahia).

Entre os anos de 2017 e 2018, foi realizada a etapa do trabalho de campo junto aos sujeitos e espaços pesquisados no Litoral Sul da Bahia. Um trabalho que envolveu tanto o arranjo institucional constituído no campo do planejamento e gestão da política de assentamentos rurais, como as ações políticas das organizações e movimentos sociais de luta pela reforma agrária. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público, organizações, movimentos sociais e famílias assentadas.

Caminhos metodológicos que definiram o encandeamento lógico da pesquisa. A princípio, de forma mais restrita à escala do município de Ilhéus-Ba, com o objetivo de investigar a dinâmica da realização social do trabalho e dos circuitos espaciais da produção dos assentamentos rurais. O município que, no passado, foi o maior produtor mundial de cacau e principal centralidade do coronelismo regional – adquirindo, com isso, a representação da “Princesinha do Sul” – e que, no presente, abriga a maior quantidade de assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia.

Contudo, a relação estabelecida entre a teoria e a empiria não só ampliou a escala, mas também a perspectiva analítica da pesquisa no sentido de compreender os sentidos e os desafios dos processos de territorialização dos assentamentos de reforma agrária na escala mais ampla do Litoral Sul da Bahia.

Ainda que se propondo a um estudo regional, seria impossível abarcar no universo da pesquisa toda a quantidade de assentamentos de reforma agrária e diversidade de organizações e movimentos sociais existentes na escala do Litoral Sul da Bahia. Nesse sentido, faz-se necessário destacar que a definição dos sujeitos e espaços pesquisados, ocorreu a partir da caminhada “pés no chão” em terras sul baianas que foi realizada na partilha com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷. Uma partilha na caminhada que nos possibilitou a construção de uma relação de maior proximidade com o Movimento dos Trabalhadores(as) Assentados(as), Acampados(as) e Quilombolas (CETA). Como também, com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) dada a conflitualidade territorial estabelecida com o avanço do Complexo Logístico FIOOL – Porto Sul nas áreas dos assentamentos rurais.

Uma caminhada que nos possibilitou participar do processo de sistematização da experiência de resistência do Assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia,

⁷ Regional Sul Sudoeste que compreende as Dioceses de Itabuna, parte de Ilhéus, Caetitê e a Arquidiocese de Vitória da Conquista.

realizado pela CPT e movimento CETA. Uma participação que foi muito importante para a realização da pesquisa dada a interlocução estabelecida com as famílias assentadas no cotidiano da vida social. Como também, acompanhar a dinâmica do Micro Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania da Região Cacaueira. Uma importante articulação política da luta e resistência do campesinato regional, em sua unidade e diversidade de sociabilidades e territorialidades. Assim como dos processos de territorialização em rede da agroecologia a partir das ações da Teia dos Povos e Rede Povos da Mata.

Também, foi fundamental a retomada da interlocução com a FETAG-BA, o MLT e a FTL, organizações constituídas nas bases do sindicalismo rural que, em tempos mais recentes, também assumiram destaque no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial. Uma interlocução já estabelecida desde a realização da pesquisa do mestrado, entre os anos de 2007 e 2009, que nos possibilitou o acompanhamento da dinâmica do Colegiado Territorial.

Outra importante experiência metodológica foi vivenciada junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo – (GPEMDEC) e ao Programa de Pós-graduação em Educação do Campo da UESC, no âmbito do qual tive a oportunidade de ministrar a disciplina Desenvolvimento Territorial e Conflitos Sociais no Campo, em junho de 2018. Momento no qual também participei da Jornadas da Reforma Agrária (JURA-UESC), sendo assim estabelecida uma rica troca de saberes e experiências com pesquisadores, professores, estudantes, organizações e movimentos sociais atuantes no espaço regional, especialmente no que se refere aos temas da educação do campo e da agroecologia.

Destaca-se, também, as relações estabelecidas com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – especialmente através da Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS) – o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Um arranjo institucional que desenvolve importantes ações colaborativas junto às organizações e movimentos sociais em áreas de assentamentos de reforma agrária.

Por fim, destaca-se o acervo iconográfico constituído a partir do trabalho de campo e o mapeamento temático que foi realizado, com o uso do software *Arc Gis* e o fundamental apoio técnico do Grupo GeografAR da UFBA (através da ação colaborativa com o projeto de pesquisa “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais nos Territórios do Velho Chico, Litoral Sul da Bahia e Sisal, aprovado pelo CNPq, através do Edital Universal 01/2016).

3 O LITORAL SUL DA BAHIA COMO ESPAÇO POLÍTICO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Buscar compreender os processos históricos e suas diferenciações geográficas nos remete à necessidade de considerar a lógica do desenvolvimento desigual do capitalismo e da divisão territorial do trabalho que se estabelece de forma funcional à acumulação do capital, mas também os discursos e as práticas espaciais que se manifestam na dimensão da vida cotidiana dos sujeitos sociais.

Discursos e práticas de apropriação simbólica e material dos espaços produzidos que explicitam ideologias geográficas – aqui entendidas a partir de Moraes (2005) enquanto formas de consciência do espaço num sentido político – e que assim, também, estão associadas ao campo das representações espaciais e das disputas territoriais, sejam a partir das ações do Estado ou dos grupos e sujeitos sociais, como também considera o autor.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias primas da ação política (MORAES, 2005, p. 44).

Nesse sentido, entende-se a cacauicultura como o elemento de afirmação histórica do espaço regional do Litoral Sul da Bahia na divisão territorial do trabalho, assim como parte constituinte de uma “consciência regional”, manifestando-se, também, como forma de representação do espaço produzido. Uma cultura de natureza contraditória pelo modelo monocultor agroexportador que se hegemoneizou, configurando uma “Pobre Região Rica” (ASMAR, 1983) ou até mesmo uma “Pobre Região Miserável” (DEMETER, 1997).

Uma realidade histórica que atribuiu à cacauicultura o sentido de “Riqueza de Pobres” (COSTA e SOARES, 2016), considerando que toda a sua riqueza adquiriu materialidade a partir da internalização da pobreza nas regiões produtoras da América Latina (Brasil e Equador) e da África (Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camarões). Não é de modo nenhum por acaso que o Litoral Sul da Bahia apresenta índices tão elevados de pobreza como torna evidente os dados do IBGE (2010): 34,67% da população vivendo em situação de pobreza

(renda per capita de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e 14,26% de extrema pobreza (renda per capita menor ou igual a R\$ 70,00)⁸.

Sem considerar, também, com a grande dependência econômica que a maioria dos municípios da região possuem em relação aos repasses financeiros do Estado (principalmente, o Fundo de Participação dos Municípios, o Programa Bolsa Família e as transferências previdenciárias). A participação do Litoral Sul da Bahia no Produto Interno Bruto (PIB) do estado da Bahia, no ano de 2014, foi de apenas 4,7%; e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio foi de 0,627, ou seja, menor do que a média do estado da Bahia que é de 0,742. (SEI, 2015).

Baiardi e Teixeira (2010, p.12) analisam a cultura do cacau no Litoral Sul da Bahia como um elemento de coesão regional.

Nesta sociedade, sempre houve conflitos, o consenso nem sempre esteve presente, mas constata-se nela a existência de um fator de unificação histórico que se coloca além das classes sociais, que tem sido a reivindicação de sua identidade. Este fator, convém salientar, nem sempre uma coesão e uma coalescência em torno de problemas comuns. Ao contrário, a região foi palco de inúmeros conflitos com base na disputa por terra e por poder

Uma coesão compreendida no sentido funcional, dada a sua hegemonia econômica, mas também no sentido de reivindicação da memória e identidade regional. Um fator de unificação histórica dos sujeitos, ainda que, contraditoriamente, tenha sido, também, a base dos intensos conflitos na disputa por terra e poder. Uma forma de reivindicação da memória e identidade regional que também é explicitada nos discursos e nas práticas espaciais das organizações e movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

A monocultura deixou sequelas. E aí existe uma contradição. A gente tem que abrir mão da monocultura do cacau por uma questão de sobrevivência do povo da região cacauera, mas a gente não pode abrir mão do cacau (informação verbal)⁹

Uma realidade que na sua aparência se revela de forma contraditória. Mas que, na sua essência, não o é. Isso porque a produção da cultura (do cacau) – assim como a realização do trabalho – se constitui enquanto um elemento de mediação da relação sociedade e natureza, no tempo e no espaço, que historicamente permeia o cotidiano da vida social e define a relação

⁸ Uma situação de pobreza que ainda se mantém elevada apesar das melhorias das condições de vida da população obtidas, nas últimas décadas, com as políticas de transferência de renda do governo federal.

⁹ Maria Angélica Anunciação. Reconhecida liderança da base social do sindicalismo rural que, atualmente, faz parte da coordenação regional da Frente dos Trabalhadores Livres (FTL). Também, é assentada no PA Manoel Chinês que está localizado no município de Itabuna e foi criado no ano de 2000, com 40 famílias assentadas e uma área de 415,00 hectares. Entrevista realizada na sede da Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana do Centro Sul da Região Cacaueira (COOPERCENTROSUL), em Itabuna, no dia 4 de maio de 2018.

dos sujeitos com os espaços produzidos, em suas diversidades e desigualdades. Trata-se, portanto, de um constructo sociocultural que transcende a forma econômica da monocultura agroexportadora na qual se hegemonizou, em suas múltiplas determinações e contradições.

Um elemento constitutivo da formação regional que também é manifestado nos processos de regionalização para a afirmação das assimetrias necessárias às práticas hegemônicas.

Ao analisar o sentido político e ideológico do conceito de região, Bezzi (2004, p.43) considera que,

A ideia regional se apresenta com mais ênfase sempre que se estabelecem, mais fortemente, vínculos entre espaços diferenciados, submetidos a uma dinâmica comum, que é também derivada de uma prática hegemônica e, portanto, assimetricamente necessária [...]. É, pois, mister entender que o conceito de região tem um forte caráter político e ideológico que permeia as diversas abordagens, nas quais o papel do Estado atua como agente de regionalização, ou seja, como ele organiza, rearranja ou desorganiza os recortes regionais de acordo com a ótica do capital, do poder e da sociedade.

Entende-se, assim, o sentido político e ideológico que historicamente definiu a forma da representação espacial das terras sul baianas enquanto a “Região Cacaueira do Sul Bahia”. Uma forma de representação associada à situação de hegemonia da monocultura agroexportadora do cacau que também foi prevaiente nos estudos realizados sobre regionalização e desenvolvimento regional no Litoral Sul da Bahia, ainda que por vezes sendo escamoteada a natureza política da sua definição.

Como também, a emergência de outros sentidos e formas de representação que se impuseram nas brechas das contradições e dos conflitos da situação de hegemonia estabelecida. De forma mais específica, da espacialização dos movimentos sociais e territorialização da luta pela terra e reforma agrária. Uma realidade histórica que repercutiu nas relações dos sujeitos com o espaço socialmente produzido, assim como nos estudos regionais e propostas de regionalização. E que, a partir da crise cacaueira do final da década de 1980, também se afirma enquanto uma matriz discursiva sobre o desenvolvimento regional.

Uma matriz discursiva associada a afirmação do Litoral Sul da Bahia enquanto espaço político de luta pela reforma agrária – e assim, da agroecologia e soberania alimentar – que em certa medida se contrapõe à hegemonia da monocultura agroexportadora do cacau e assim, torna evidente outras possibilidades de representação do espaço regional. Afinal, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Realidade na qual a região se afirma como “um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais (CASTRO, 2005, p. 193).

3.1 Cacaucultura e reforma agrária: dinâmicas, contradições e representações

A representação espacial das terras sul baianas enquanto a Região Cacaueira do Sul da Bahia se afirmou no imaginário social, entre os meados do século XIX e início do século XX, no contexto de consolidação da monocultura agroexportadora do cacau. Uma funcionalidade produtiva demandada pelo capital mundial que, em simbiose com as condições edafoclimáticas locais do bioma da Mata Atlântica, e com as intervenções territoriais do Estado brasileiro, constitui-se na base econômica e no aparato político-jurídico-ideológico do Litoral Sul da Bahia.

Nesse sentido, Diniz e Duarte (1983, p.35-36), consideram que

No desenrolar das relações que definem os processos sociais ocorridos no espaço cacaueiro, há um “momento” da formação da região. Este se dá quando a estrutura social está definida, quando existe uma totalidade cujos interesses entram em contradição com os interesses de outros espaços e, por conseguinte, de outro conjunto de relações sociais. Explicita-se, assim, que o espaço cacaueiro não existe isoladamente e, como espaço regional, insere-se em um conjunto espacial maior.

Momento no qual a cacaucultura, para além de uma cultura agrícola em si, mas enquanto uma *commodity*, adquiriu o sentido de vetor no processo da produção e valorização capitalista do espaço. Assim como nas distintas formas de apropriação e representação. Portanto, nas relações sociais de poder espacialmente estabelecidas.

Afinal como afirma Raffestin (1993, p.143),

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Um processo de apropriação do espaço que foi alicerçado na reprodução do discurso regionalista do “cacau como um bem social” – ou, lembrando a narrativa literária de Amado (2001), “o único nome que soa bem no Sul da Bahia” – ainda que o brilho do chamado “fruto de ouro” não fosse reluzente para toda a sociedade, como já foi evidenciado. Discurso reproduzido pela burguesia cacaueira e suas institucionalidades representativas que também foi incorporado pelo Estado nos processos de regionalização.

Até os meados da década de 1990, a localização e a extensão das áreas de cultivo do cacauero foram os critérios determinantes para a delimitação das regionalizações oficialmente instituídas (como também dos regionalismos que se manifestaram de forma associada a estas regionalizações). Assim foram delimitadas a Zona Fisiográfica do Cacau (criada pelo IBGE, em 1940); a Microrregião Homogênea Cacau (criada pelo IBGE, em 1968); e a Região Cacaueira (definida pela CEPLAC, em 1970).

Com a Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, oficializada pelo IBGE, no ano de 1990 – em substituição à Divisão Regional em Microrregiões Homogêneas, no ano 1968 – foi então criada a Mesorregião Sul Baiano que é constituída pela Microrregião de Valença (9 municípios), Microrregião Ilhéus-Itabuna (41 municípios) e Microrregião de Porto Seguro (19 municípios). A definição da Microrregião Ilhéus – Itabuna foi baseada na hierarquia funcional dos principais centros regionais que se constituiu sob a égide da cacauicultura¹⁰.

Ainda na década de 1990, o estado da Bahia criou uma nova regionalização na qual as Regiões Econômicas foram adotadas como unidade de planejamento e gestão do território baiano, em substituição às Regiões Administrativas, criadas na década de 1970. Contexto no qual foi delimitada a Região do Sul da Bahia, englobando 74 municípios que, de acordo com as condições edafoclimáticas e os sistemas produtivos predominantes, foram agrupados em três Subregiões: Baixo Sul (11 municípios), Cacaueira (42 municípios) e Extremo Sul (21 municípios).

No ano de 1993, a Subregião Cacaueira da Região Econômica do Sul da Bahia concentrava 84,0% da colhida e 84,5 % do volume da produção regional da cacauicultura (SEPLANTEC, 1997). Aspecto que a consolidou no imaginário social – assim como a Microrregião Ilhéus-Itabuna (IBGE) – como a Região Cacaueira do Sul da Bahia¹¹.

Para além dos processos de regionalização associados às concepções e práticas do planejamento e gestão do Estado, a representação espacial do Litoral Sul como a Região a Cacaueira da Bahia também foi referência para a realização dos estudos regionais com destaque para o rico acervo constituído da historiografia e literatura regional. Dentre estes, destacamos aqui alguns estudos que dialogam com o tema e o objeto da pesquisa: “Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Ilhéus-Itabuna” (GARCEZ, 1977); “Os Donos

¹⁰ O estado da Bahia foi dividido em sete mesorregiões: Extremo Oeste Baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Centro Norte Baiano, Nordeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Centro Sul Baiano e Sul Baiano.

¹¹ Destaca-se, também, o zoneamento turístico do estado da Bahia, realizado no ano de 1995. Assim, foi criada a região da Costa do Cacau que é formada pelos municípios de Ilhéus, Itacaré, Uruçuca, Una, Canavieiras, Santa Luzia e Itabuna.

dos Frutos de Ouro” (GUERREIRO DE FREITAS, 1979); “Coronéis do Cacau” (FALCÓN, 2010 [1983]); “Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia” (BAIARDI, 1984); “Família, Poder e Mito” (RIBEIRO, 2001); “Os Vermelhos nas Terras do Cacau” (LINS, 2007); e em tempos mais recentes, “Os Meeiros do Cacau no Sul da Bahia” (DANTAS, 2014) e “Escravos e Senhores na Terra do Cacau” (GONÇALVES, 2017). Assim como as narrativas literárias de Jorge Amado sobre a constituição da sociedade do cacau e as lutas pelas terras do sem fim (AMADO, 2001, 2005 [1942], 2010 [1944]) e de Adonias Filho sobre a formação da “civilização do cacau” (ADONIAS FILHO, 1981 [1976]). Ou mesmo, da “nação grapiúna” (AMADO e ADONIAS, 1965).

No que se refere ao campo disciplinar da Geografia, Diniz e Duarte (1983, p.23) ressaltam os aspectos da descontinuidade temporal e da lacuna de uma teoria espacial mais bem definida sobre a região.

Outro aspecto a ser acentuado é a ausência de base teórico-conceitual na definição de espaço regional e sua delimitação. Igualmente não se teorizou sobre o conceito de região. O espaço pesquisado sempre foi aquele estabelecido pela divisão regional institucionalizada, para fins estatísticos[...]

À exceção, os autores destacam os estudos pioneiros de Mombeing (1945) e Santos (1955). Destacamos também o estudo desenvolvido por Tricart e Santos (1958). Ainda sob forte influência da geografia regional francesa, na década de 1950, Milton Santos refere-se à constituição de um “gênero de vida” e considera que “a terra e o homem puderam harmonizar-se na formação de uma personalidade regional bem diferenciada” (SANTOS, 1955, p.8). Identifica, também, a existência de uma zona produtora – a Zona do Cacau – e, a partir desta, o nascimento da Região Cacaueira¹².

Cria-se, assim, aos nossos olhos, ao lado da zona cacaueira, de limites ainda indefinidos, mas cuja realidade pode constatar-se não somente pelas linhas de transporte que se estabelecem, cada vez mais profundas, como pelas trocas comerciais, e de toda a natureza, cada dia mais intensas (SANTOS, 1955, p. 18).

Posteriormente, Tricart e Santos (1958, p.35) analisam as zonas de influência comercial no estado da Bahia e elaboram uma proposta de regionalização a partir da dinâmica urbano-regional: as regiões urbanas. Os autores consideram que a região urbana de maior importância dentro do estado da Bahia é a que é presidida pelo eixo Ilhéus-Itabuna. Uma região

¹² Na década de 1950, a Zona do Cacau concentrava cerca de 95% da produção nacional do cacau. Nesse contexto, o município de Ilhéus era responsável por 36,03% do total da produção (SANTOS, 1955).

cuja “formação prende-se, em primeiro lugar, à produção do cacau, e, em seguida, aos outros fatores disso decorrentes”.

No entanto, Diniz e Duarte (1983) consideram que abordagem conceitual da região explicitada nos estudos geográficos realizados durante a década de 1950, não deram conta de explicar a complexidade socioeconômica do espaço regional. Seja como síntese geográfica, isto é, resultante da inter-relação dos elementos naturais, econômicos e sociais; ou como expressão de alguma homogeneidade espacial pelas condições edafoclimáticas do bioma da Mata Atlântica que acolheram o desenvolvimento da cacauicultura.

Nessa perspectiva, os autores afirmam que

A base conceitual, que daria conta da complexidade social do espaço cacauero como região, seria considerar esta como totalidade social, um espaço geográfico produzido por uma sociedade. No espaço regional (submetido à análise porque ele é uma realidade objetiva, concreta, com a estrutura social que o produziu), identificam-se diferenciações entre lugares e áreas que expressam as existentes na estrutura social. As diferenciações no espaço regional definem uma estrutura espacial, objeto da análise regional (DINIZ e DUARTE, 1983, p. 26-27)

A base teórico-conceitual argumentada por Diniz e Duarte (1983) os situa numa posição de muita proximidade com o pensamento do geógrafo Milton Santos, elaborado sob grande influência do filósofo francês Henri Lefebvre, a partir de meados da década de 1970 e 1980. Proximidade que mesmo não tendo sido referenciada pelos autores, ficou evidente na reflexão a que se propuseram sobre a “Produção do Espaço” na Região Cacaueira da Bahia.

Outro importante estudo foi “O Subsistema Urbano-Regional de Ilhéus-Itabuna (MELO e SILVA; SILVA; LEÃO, 1987) que sob influência da Geografia Teórico-Quantitativa, adotou as “Teorias Locacionais” – Christaller e Losch – como base teórico-conceitual, sendo destacada a localização dos fenômenos e as interações decorrentes, em termos de eficiência e equidade, como aspectos básicos da organização do espaço e do desenvolvimento regional.

Rocha (2008) desenvolveu um estudo de base fenomenológica em que analisa as diferentes formas de representação da região, a partir da percepção do cacau com signo da cultura e identidade regional. Um signo que comandou a vida no cotidiano social ainda na expressão de distintos significados.

Em outras palavras, o cacau é um signo regional de grande expressão, por ter sido o produto agrícola mais importante do Sul da Bahia a ponto de constituir, geográfica e economicamente, em sua área de atuação, uma *microrregião cacaueira* (ROCHA, 2008, p. 15)

Diferentes perspectivas teórico-conceituais e metodológicas que explicitaram as dinâmicas e antagonismos do movimento do processo de renovação do pensamento geográfico e da apreensão sobre a questão espacial. Nesse sentido, ao analisar a dinâmica da “organização” à “produção” do espaço, Carlos (2008, p.33) considera que

A essa noção de espaço como palco da atividade do homem, organizado em função das necessidades dos grupos humanos, entendendo a terra como morada, contrapõe-se a idéia de espaço produzido pela sociedade onde o trabalho, como atividades produtora, tem o caráter mediador da relação

Desta maneira, partindo do enfoque metodológico do espaço organizado pelo homem, chegou-se à compreensão do espaço como produto, condição e meio de reprodução social. Uma forma de entendimento da questão espacial na qual não é possível desconsiderar a infraestrutura econômica da sociedade e sua articulação à superestrutura no que se refere à produção do espaço, particularizada em cada tempo histórico. Principalmente, considerando a particularidade da formação histórica do Litoral Sul da Bahia, com ritmos e intensidades associadas aos distintos tempos de apogeu, decadência e reestruturação produtiva da cacauicultura, assim como dos seus antagonismos e contradições espaciais.

A partir do ano 2003, o paradigma da abordagem territorial do desenvolvimento foi incorporado pelo Estado brasileiro, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT). Um processo que teve como desdobramento a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) com a elaboração de uma nova regionalização para o campo brasileiro¹³.

Um processo de regionalização institucional no qual o conceito do território foi instrumentalizado como denominação de unidade de planejamento e gestão de políticas públicas no campo brasileiro.

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005).

E o conceito de identidade, enquanto um sentimento de pertença sócio-político-institucional à dimensão espacial (MDA, 2005). Um processo de regionalização institucional

¹³ Até meados de maio de 2005, o PDSTR era denominado Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT).

que, de acordo com Serpa (2015), priorizou uma abordagem sociocultural para o conceito de região, em substituição a uma abordagem estritamente econômica, estabelecendo uma relação de maior proximidade entre a sociedade e o Estado nas ações de planejamento e gestão do desenvolvimento regional.

Um processo que arregimentou o apoio e a participação das organizações e movimentos sociais através da reprodução do discurso governamental de que “a reforma agrária e a agricultura familiar estariam de mãos dadas com a política de desenvolvimento territorial rumo à construção de uma Vida Digna no Campo”. Ressalta-se, inclusive, que o número de famílias acampadas e assentadas – assim como dos agricultores familiares – foi um dos critérios adotados para a definição dos Territórios Rurais e posterior hierarquização realizada na matriz orçamentária territorial.

Contexto no qual a Região Cacaueira do Sul da Bahia adquiriu a denominação institucional de Território Litoral Sul da Bahia (TLS) e passou a ser considerado um “território estratégico” para as intervenções da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Um sentido político que foi atribuído ao espaço regional pelo histórico da luta pela terra e reforma agrária, diversidade de organizações e movimentos sociais e quantidade de acampamentos e assentamentos rurais em áreas de reforma agrária (FREITAS, 2009).

A partir do ano de 2007, a Política de Desenvolvimento Territorial também foi incorporada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN - BA). Assim, foram criados os chamados Territórios de Identidade (TI). Uma regionalização institucional que foi adotada como referência para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. Atualmente, o estado da Bahia é formado por 27 territórios, assim identificados: TI Irecê, TI Velho Chico, TI Chapada Diamantina, TI Sisal, TI Litoral Sul, TI Baixo Sul, TI Extremo Sul, TI Sudoeste da Bahia, TI Vale do Jiquiriçá, TI Sertão do São Francisco, TI Bacia do Rio Grande, TI Bacia Paramirim, TI Sertão Produtivo, TI Piemonte do Paraguaçu, TI Bacia do Jacuípe, TI Piemonte da Diamantina, TI Semiárido Nordeste II, TI Litoral Norte Agreste Baiano, TI Portal do Sertão, TI Sudoeste Baiano, TI Recôncavo, TI Médio Rio de Contas, TI Bacia do Rio Corrente, TI Itaparica, TI Piemonte Norte do Itapicuru, TI Metropolitano de Salvador e TI Costa do Descobrimento (Figura 1)¹⁴.

¹⁴ Com a aprovação da Lei 13.214 de 29 de dezembro de 2014 foi instituída a Política de Desenvolvimento Territorial do estado da Bahia. No Anexo 1, consta a composição de cada um dos 26 territórios de identidade na abrangência dos 417 municípios baianos.

Figura 1.



O processo de planejamento e gestão social dos Territórios de Identidade, a partir do ano de 2007 – na conjugação das ações dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na escala federal e estadual – imprimiu uma nova dinâmica de participação das organizações e movimentos sociais no campo das políticas públicas na Bahia. Principalmente, através dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETER) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), além das outras instâncias políticas que foram criadas nesse processo.

Um processo de territorialização que imerso ao movimento da totalidade também se realizou em meio ao avanço do neoliberalismo e das ações de descentralização da reforma agrária no Brasil. E que, na escala do Território Litoral Sul da Bahia, adquiriu particularidades com o aprofundamento da crise da cacauicultura e de suas contradições históricas. Uma conjuntura agrária que favoreceu a espacialização dos movimentos sociais e a territorialização da luta pela reforma agrária no espaço regional, sendo de tal modo afirmados novos sujeitos, discursos e práticas na disputa política das ideologias e representações espaciais, assim como de diferentes projetos territoriais.

Uma conjuntura que repercutiu na dinâmica estabelecida no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial na qual a “brasa era toda para colocar na reforma agrária”, como também considerou Angélica Anunciação que, ainda no ano de 2003, enquanto representante do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia /FETAG-BA, foi a primeira coordenadora do TI Litoral Sul da Bahia.

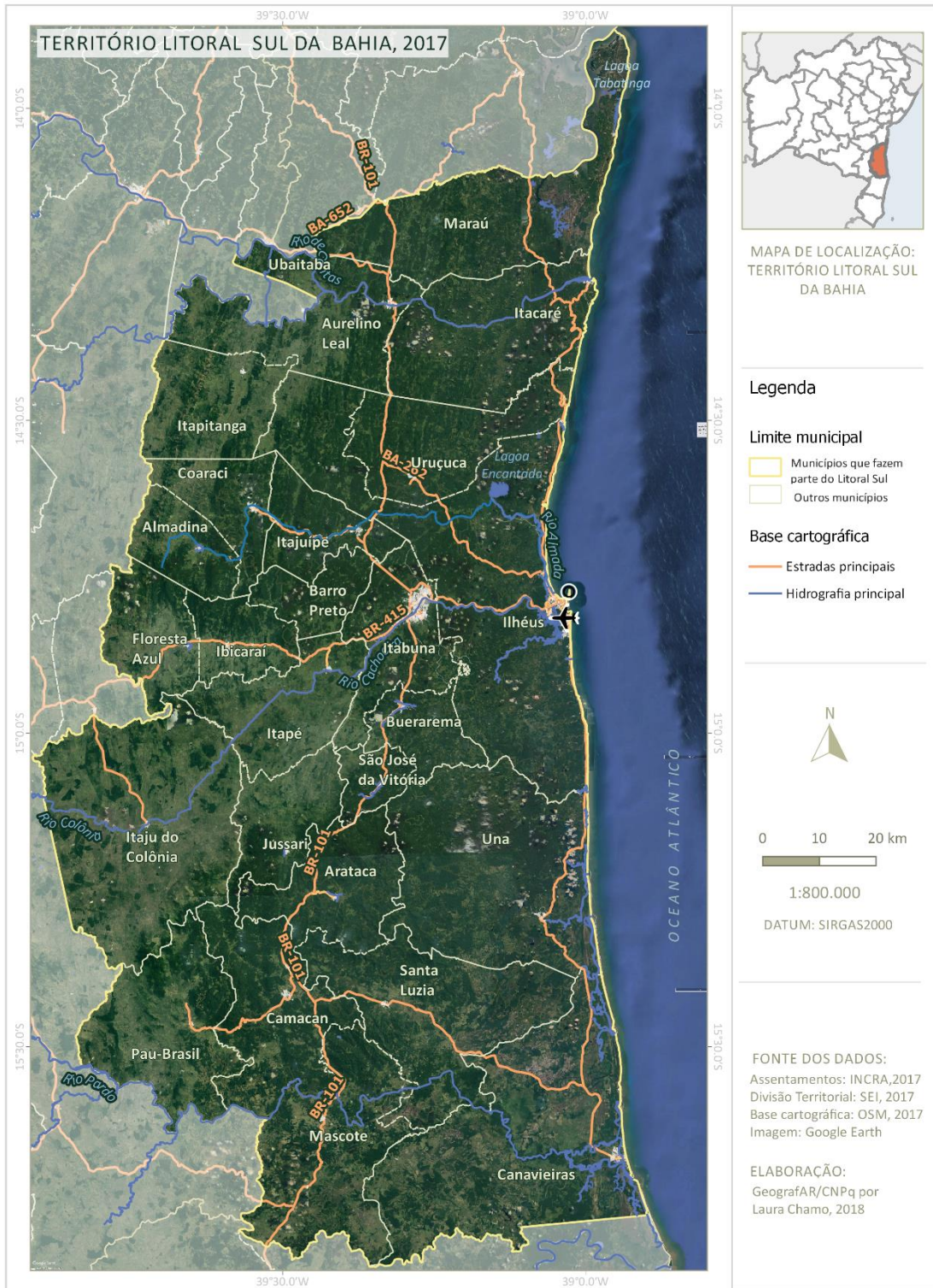
Era um território rural, eu estava lá pela reforma agrária, eu fui a primeira coordenadora do território, eu tava lá pela reforma agrária, a brasa era toda pra colocar na reforma agrária. As outras pessoas que ocuparam a coordenação, como Joelson, Elias e agora Garotinho, tudo da reforma agrária (informação verbal)¹⁵

Como se observa na Figura 2, o Território Litoral Sul da Bahia é, atualmente, constituído por 26 municípios baianos: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.¹⁶

¹⁵Entrevista realizada em Itabuna, no dia 4 de maio de 2018. Desde o ano de 2003, a coordenação do TI Litoral Sul da Bahia vem sendo assumida por lideranças da base social da reforma agrária: entre os anos de 2003 a 2010, Angélica Anunciação (Polo Sindical Sul/FETAG-BA); entre os anos de 2011 e 2012, Elias Jacob e Joelson Ferreira (MST); a partir do ano de 2013 até os dias atuais, Carlos Alberto Pereira (MLT), mais conhecido como “Garotinho”.

¹⁶ Com as mudanças ocorridas através da Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, o município de Ibirapitanga foi deslocado do TI Litoral Sul para o TI Baixo Sul. Assim, o TI Litoral Sul da Bahia que até então era constituído por 27 municípios, passou a ser constituído pelos 26 municípios atuais.

FIGURA 2.



A partir de 2008, ocorreu a ampliação da política territorial pelo governo federal, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a criação dos Territórios da Cidadania. Uma ampliação que se definiu na dimensão da relação campo-cidade, possibilitando a articulação interinstitucional do MDA com outros Ministérios (e órgãos governamentais) e principalmente, o aumento da dotação orçamentária territorial. Contudo, foi mantido o foco da redução da pobreza e desigualdades no meio rural (MDA, 2008).

Formas de representação espacial do Litoral Sul da Bahia que se definiram na coexistência do “território rural” (no âmbito do MDA, a partir de 2003), “território de identidade” (no âmbito da SEPLAN - BA, a partir de 2007) e “território da cidadania” (no âmbito da Casa Civil, a partir de 2008), e que foram incorporadas no campo da políticas públicas como base para as estratégias estatais de desenvolvimento regional/territorial e das ações políticas das organizações e movimentos sociais de luta pela terra/território (assim como da própria academia, no contexto dos estudos regionais/territoriais).

3.2 A crise cacauera da década de 1980

O modelo monocultor e agroexportador da cacauicultura que se hegemonizou no Litoral Sul da Bahia, sempre conviveu com crises cíclicas. Conjunturas de crises associadas à instabilidade do mercado financeiro internacional nas quais a compensação pela diminuição dos preços das amêndoas secas de cacau na cotação das Bolsas de Valores de Londres e Nova Iorque ocorria pela expansão da área cultivada do cacau e aumento da produção de cacau. Por consequência, pelo aumento da apropriação privada da terra como um bem oligárquico em que pelo seu controle quase que exclusivo busca-se o aumento do fluxo de renda fundiária (PORTO-GONÇALVES, 2007). Um processo que, historicamente, se realizou pelos mecanismos da apropriação de terras devolutas e da expropriação de posses camponesas (GARCEZ, 1977).

Além da expansão da cacauicultura e da concentração da terra, as conjunturas que se definiram em tempos de crises cíclicas em certa medida favoreciam as intervenções do Estado no sentido de fomentar a repactuação das dívidas dos produtores, a abertura de novas linhas de créditos agrícolas, assistência técnica e inovação tecnológica, e também, a criação de institucionalidades e de obras de infraestrutura funcionais ao agronegócio do cacau.

Foi assim que, no contexto da crise de 1929, ocorreu a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) e da Estação Experimental de Água Preta, no município de Uruçuca (ambos

criados ano de 1930). Assim como a criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), no ano de 1957, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Como também, no contexto da crise dos anos 1970, houve a criação da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), no ano de 1973 – base da criação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 1995 –, a construção do Porto de Ilhéus, no ano de 1971, e construção da BR 101 (no entrecruzamento com a BR 116), no ano de 1973. Um processo de agregação de valor ao espaço produzido que favoreceu a implantação do maior parque processador de amêndoas de cacau, superando inclusive a capacidade de moagem dos Estados Unidos, Holanda, Alemanha e Rússia (MENEZES e CARMO - NETO, 1993)¹⁷.

Contudo, a crise iniciada no final da década de 1980 e que perdura até os dias atuais, adquiriu outros sentidos e dimensões espaciais. A princípio, também esteve associada à queda na cotação internacional dos preços das amêndoas de cacau pelos níveis elevados dos excedentes mundiais de produção que historicamente definiam as crises cíclicas. Mas que, agravada pelas estiagens ocorridas nos anos de 1987 e 1988, e, principalmente, pela disseminação do fungo da vassoura de bruxa (*Crinipellis perniciosa*, representada na Figura 3) significou, a partir do ano de 1989, a decadência da cacauicultura. Ou, dito de outra forma, do modelo da monocultura agroexportadora do cacau¹⁸.

Outro fator que também contribuiu para o agravamento da crise regional – ainda que preterido pela ordem do discurso oficial – era o comportamento absenteísta dos coronéis do cacau (FÁLCON, 2010). Que, em geral, ostentavam um estilo de vida luxuoso nas cidades, negligenciando os investimentos necessários no manejo da cacauicultura e na infraestrutura das fazendas que assim se tornaram mais vulneráveis à proliferação de pragas e doenças, a exemplo da infestação do fungo da vassoura de bruxa que dizimou a economia regional. Fato que, aliás, ficou evidente na pesquisa documental realizada nos Laudos de Vistoria e Avaliação das fazendas de cacau que foram realizados pelo INCRA-BA para fins de desapropriação por interesse social na região.

¹⁷ A instalação das indústrias processadoras de cacau no Litoral Sul da Bahia ocorreu, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, tendo sido financiada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no contexto da criação dos distritos industriais no Nordeste brasileiro. Nesse contexto, foi criado o Centro Industrial de Itabuna e o Distrito Industrial de Ilhéus (com a instalação da Cargill Cacau Ltda, a Chadler Industrial da Bahia e a Joanes Industrial S/A, dentre outras empresas processadoras de cacau).

¹⁸ O cacauieiro – *Theobroma cacao* (do grego *theobroma*, “alimento dos deuses”) – é uma planta tropical que tem grande sensibilidade à variação das condições climáticas, principalmente elevadas temperaturas e baixas umidades. Aspecto que também a define como uma planta vulnerável à proliferação de doenças e fungos. Em 23 de maio de 1989, especificamente na região do Catolé, no município de Uruçuca, foi detectado o primeiro foco do fungo da vassoura de bruxa – *Moniliophthora perniciosa* – e, posteriormente, em 26 de outubro de 1989, foram descobertas outras áreas-foco em fazendas no município de Camacan (CEPLAC, 2009).

Figura 3. Cacaueiro infestado com o fungo da vassoura de bruxa, 2018



Fonte: Trabalho de campo, em 6 agosto de 2018.

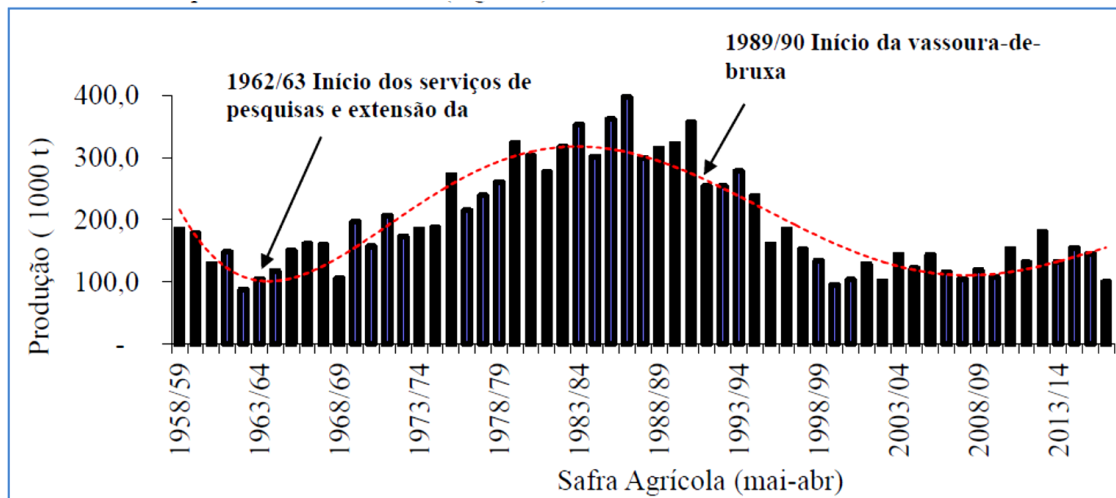
Entre os anos de 1957 a 1980, o Litoral Sul da Bahia passou um ciclo de crescimento econômico da cacauicultura, com o aumento da produção de 162 mil toneladas de amêndoas de cacau no ano safra 1956/1957 para o pico máximo de 397.362 toneladas no ano de 1986/1987. O Brasil produziu 448.577 toneladas e alcançou posição de segundo maior país exportador de cacau, superado apenas pela Costa do Marfim. A Bahia ocupou a liderança da produção nacional com a participação de 86,56 % do total (CEPLAC, 2009).

A análise da série histórica da produção de cacau na Bahia, representada no Gráfico 1, nos permite constatar que o aumento da produtividade da cacauicultura, entre as décadas de 1960 e 1980, ocorreu no vácuo da modernização da agricultura brasileira, seguindo o pacote tecnológico que foi preconizado pela Revolução Verde, através das atividades de pesquisa e extensão da CEPLAC ¹⁹.

Outro aspecto determinante foi o subsídio governamental na concessão de crédito para os investimentos em novos plantios e custeio da produção, com os picos de maior disponibilidade de crédito ocorridos entre os anos safras 1977/78 e 1982/1983 (CEPLAC, 2009). Sem contar também com a concessão dos créditos privados que eram obtidos pelos cacauicultores junto as casas exportadoras, com o empenho das fazendas ou a venda antecipada do cacau na modalidade “cacau na flor”.

¹⁹ Contexto no qual a CEPLAC foi transferida do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura, no ano de 1974, e que também foi criado o Programa de Expansão da Cacauicultura (PROCACAU), em 1976.

Gráfico 1. Produção comercializada de amêndoas de cacau da Bahia, Brasil, 1958/59-2016/2017



Fonte: CEPLAC (2017)

Também, é possível constatar que os efeitos mais perceptíveis da infestação do fungo da vassoura de bruxa sobre a produção do cacau não foram imediatamente observados nos anos safras sucessivas ao ano 1889/90 mas, a partir do ano safra 1994/95, atingindo a seu nível mais baixo no ano safra 1999/2000, com a produção de apenas 96 mil toneladas de amêndoas de cacau. As exportações brasileiras, principalmente no período de 1991 a 2000, tiveram uma queda substancial, na ordem de US\$ 360 para US\$ 110 milhões (MAPA, 2006). O Brasil caiu no *ranking* de 2º para 7º maior produtor de cacau no mundo (sendo antecedido pela Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Equador, Camarões e Nigéria). A Bahia passou a importar cacau da Costa do Marfim e da Indonésia para garantir o atendimento da demanda mínima das indústrias de processamento de cacau instaladas em Ilhéus. Contexto de estagnação produtiva no qual houve o abandono de 10% das fazendas de cacau no Litoral Sul da Bahia (BAIARDI, 2010).

Os estudos realizados por Santos Filho *et al.* (2008) evidenciaram que, no período de 1975 a 1989, o preço médio da arroba de amêndoa seca de cacau (em valor atualizado para agosto de 2005) era comercializado a R\$175,18, caindo para R\$ 59,50 no período de 1990 a 2005, ou seja, uma queda substancial de 66,7% do preço estabelecido na década anterior.

A implantação da cacauicultura no Sul da Bahia foi caracterizada pelo uso extensivo de terra e de mão de obra. A área ocupada era de mais de 600 mil hectares, empregando cerca de 300 mil trabalhadores assalariados (LEITE; MEDEIROS *et al.* 2004, p. 53). O que definia, em média, a demanda de um emprego direto para cada dois hectares cultivados. Uma realidade que não só se configurou pelo modelo da monocultura agroexportadora e pelo sistema de produção cacau cabruca – plantio de cacau sob a mata raleada do bioma da Mata Atlântica –,

mas também pelos aspectos topográficos e as limitações à mecanização (relevo movimentado, variando de plano a forte ondulado no sentido leste-oeste)²⁰.

Tinha-se, assim, uma elevada demanda de mão de obra durante todo o ano agrícola nas fazendas: preparação do solo para o plantio do cacauero, cultivo (roçagem, poda, raleamento da sombra, combate a pragas, controle de doenças, adubação), colheita do cacau (dívida em dois períodos, a safra temporã, que vai de maio a setembro e a safra principal, de outubro a abril) e beneficiamento das amêndoas para a comercialização (fermentação e secagem). Uma demanda que variava de acordo com a localização, área, condições edafoclimáticas, infraestrutura e nível tecnológico de cada fazenda.

Entretanto, com a estagnação produtiva das fazendas, a descapitalização e o endividamento dos produtores, assistiu-se ao mais alto nível de desemprego na região, afetando cerca de 250 mil trabalhadores rurais assalariados (CEPLAC, 2009). Um desemprego massivo que atingiu 83,3% do total de trabalhadores rurais assalariados na cacauicultura, revelando-se, de forma ainda mais dramática, se considerarmos os seus efeitos na dimensão das famílias atingidas ²¹.

Uma situação de crise que não somente repercutiu na economia e no mundo do trabalho, mas também na dinâmica demográfica regional a partir do intenso fluxo migratório dos trabalhadores rurais que se ocorreu para outras regiões, principalmente para as cidades de São Paulo, Salvador e Porto Seguro, assim como para os principais centros regionais de Ilhéus e Itabuna.

Ao analisarmos os dados dos Censos Demográficos do IBGE nas sucessivas décadas de 1980, 1991, 2000 e 2010, é possível constatar que: no ano de 1980, a população total dos 26 municípios que hoje integram a área do TI Litoral Sul da Bahia era de 701.527 habitantes, sendo que destes, 383.338 residiam na cidade (equivalendo a 54,6% da população total) e 318.189 residiam no campo (equivalendo a 45,4 % da população total); no ano de 1991, houve o crescimento da população total para 867.266 habitantes, sendo que destes, 542.048 residiam na cidade (equivalendo a 62,5% da população total) e 325.218 residiam no campo (equivalendo a 37,5% da população total); no ano de 2000, houve a diminuição da população total para 845.714 habitantes, sendo que destes, 635.089 residiam na cidade (equivalendo a 75,1

²⁰ Em Baiardi (2010) é considerada a demanda de um emprego direto para cada 2,4 hectares cultivados.

²¹ Apesar da crise vivenciada com a vassoura-de-bruxa e a queda dos preços internacionais, o cacau é também a principal cultura empregadora na Bahia, seguida de perto pela mandioca e pelo feijão. Apenas quatro culturas – soja, feijão, milho e cacau – concentram 64,3% da área plantada total e somente três produtos – cacau, feijão e mandioca – são responsáveis por 56% da ocupação da mão-de-obra (CEPLAC, 2009).

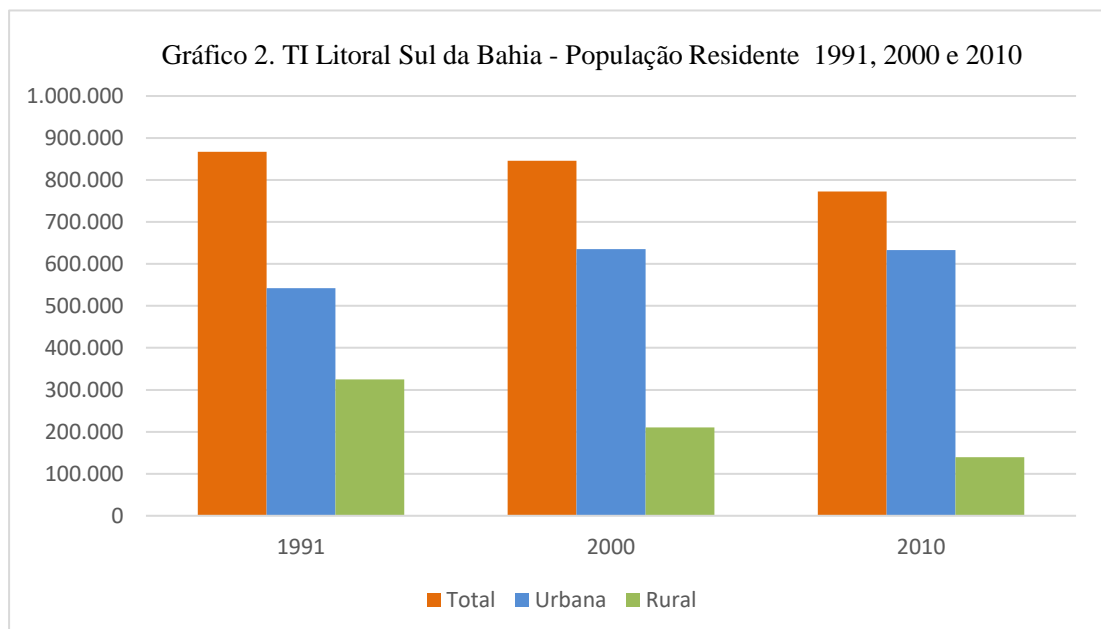
% da população total) e 210.625 residiam no campo (equivalendo a 24,9 % da população total); e que, no ano de 2010, houve o agravamento da diminuição da população total para 772.683 habitantes, sendo que destes, 632.893 residiam na cidade (equivalendo a 81,9 % da população total) e 139.790 residiam no campo (equivalendo a 18,1% da população total).

Reafirma-se, assim, que os efeitos mais perceptíveis da infestação do fungo da vassoura de bruxa sobre a cacauicultura não foram sentidos de forma imediata, já que, entre os anos de 1980 e 1991, ainda foi registrado o aumento do total de pessoas residentes no TI Litoral Sul da Bahia que aumentou de 701.527 para 867.266 habitantes (ou seja, um crescimento de 17,9%). Até mesmo da população rural que aumentou de 318.189 para 325.218 habitantes (ou seja, um crescimento de 2,2%). Contudo, o mesmo não se pode afirmar da dinâmica populacional que se definiu a partir da década de 1990, como representam a Tabela 1 e Gráfico 2.

Tabela 1. População Residente no TI Litoral Sul da Bahia nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010

População	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%	1991-2010	%
Total	701.527	100	867.266	100	845.714	100	772.683	100	- 94.583	-10,91
Urbana	383.338	54,6	542.048	62,5	635.089	75,1	632.893	81,9	+90.845	+16,76
Rural	318.189	45,4	325.218	37,5	210.625	24,9	139.790	18,1	-185.428	-57,02

Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010). Elaborado pela autora.



Fonte: IBGE (1991, 2000 e 2010). Elaborado pela autora.

Como é possível observar, entre os anos de 1991 a 2010, foi registrada uma diminuição de 94.583 pessoas residentes no TI Litoral Sul da Bahia (ou seja, 10,9% da população total). Uma realidade ainda mais agravada no campo com a diminuição de 185.428 pessoas (o que significou a perda dramática de 57,02% da população rural!). Um intenso êxodo rural e consequente diminuição da população do campo que foi constatado na totalidade dos seus 26 municípios, como pode ser visto na Figura 4.

Já em relação a população urbana, houve um crescimento de 16,76% com o aumento de 90.845 pessoas residentes nas cidades nesse mesmo período. O que comprova que parte significativa dos trabalhadores rurais desempregados migraram do campo para as cidades regionais. Um crescimento da população urbana que também foi constatado na totalidade dos 26 municípios do TI Litoral Sul da Bahia, como como pode visto na Figura 5.

Principalmente, para os principais centros regionais de Ilhéus e Itabuna que, atualmente, concentram 51% da população total, assim como pode visto na Figura 6 Além disso, com a população total de 772.683 habitantes (equivalendo a 5,5% da população baiana) o Litoral Sul da Bahia possui a terceira maior população entre os territórios de identidade do Estado, sendo antecedido apenas pelos territórios Metropolitano de Salvador (3.439.670 habitantes) e do Portal do Sertão (872.780 habitantes), como também evidenciam os dados do IBGE (2010).

Por fim, constata-se, atualmente, o predomínio da população urbana em relação à população rural na quase totalidade dos 26 municípios. A única exceção identificada é o município de Maraú, cuja população urbana não equivale a 20% do total da população, como pode ser observado na Figura 7. Uma realidade que se traduz no índice de urbanização de 81,9% da população total, ainda que 16 municípios (ou seja, 61,5%) possuam uma população de até 20 mil habitantes, cujas sedes são “cidades preches de ruralidade” assim como já foi analisado a partir dos estudos de Trindade (2014).

Uma nova dinâmica demográfica que se definiu a partir do aprofundamento da crise cacaueteira, na qual as condições da precarização da vida e do trabalho se impuseram de forma ainda mais perversa nas periferias urbanas. Para os trabalhadores que ainda permaneceram no campo, a relação do assalariamento que era a regra, transformou-se em exceção, passando a ser predominante a relação da parceria (ou da “meia” como é comumente denominada no campo sul baiano)²².

²² No Anexo 2, consta os dados específicos de população urbana e rural, no período de 1991 a 2010, que se definiu na escala de cada um dos 26 municípios do TI Litoral Sul da Bahia.

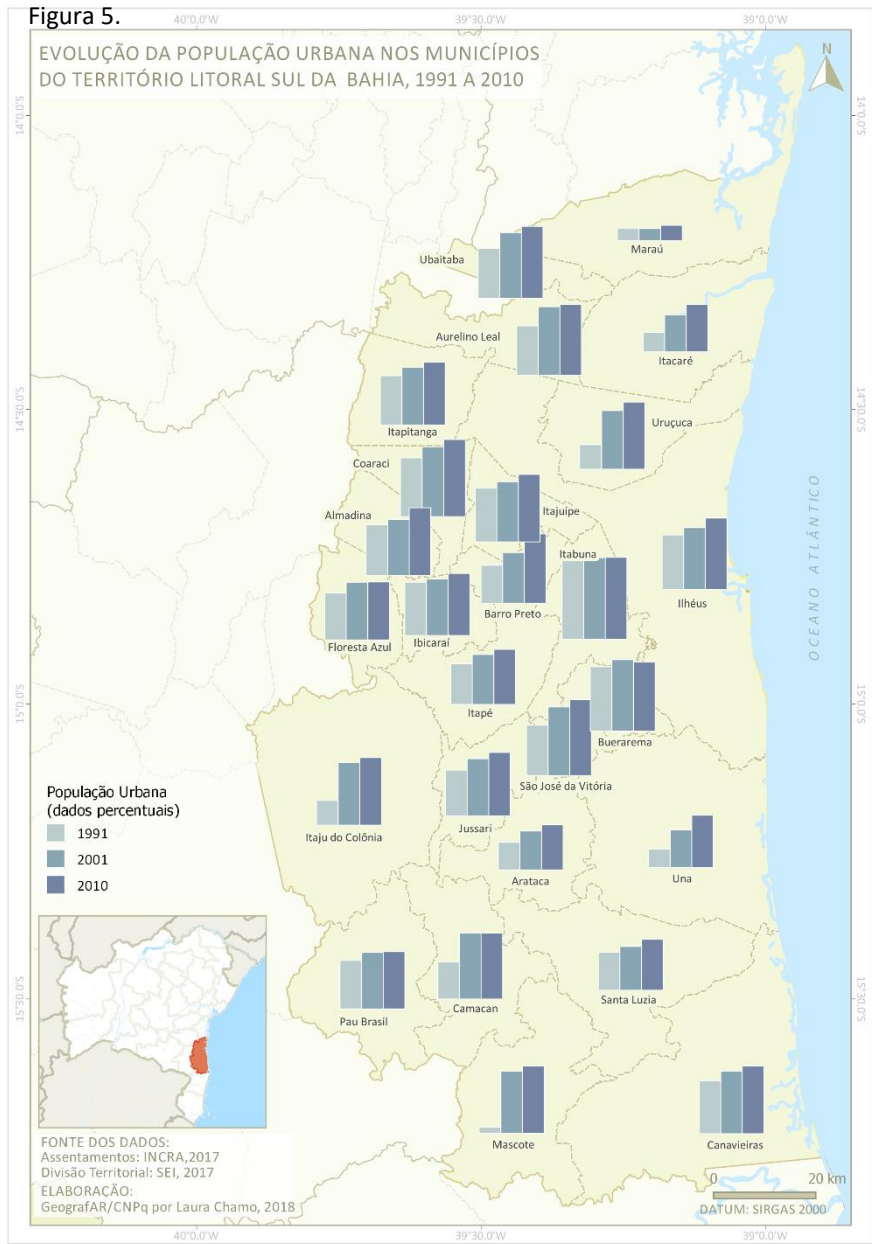
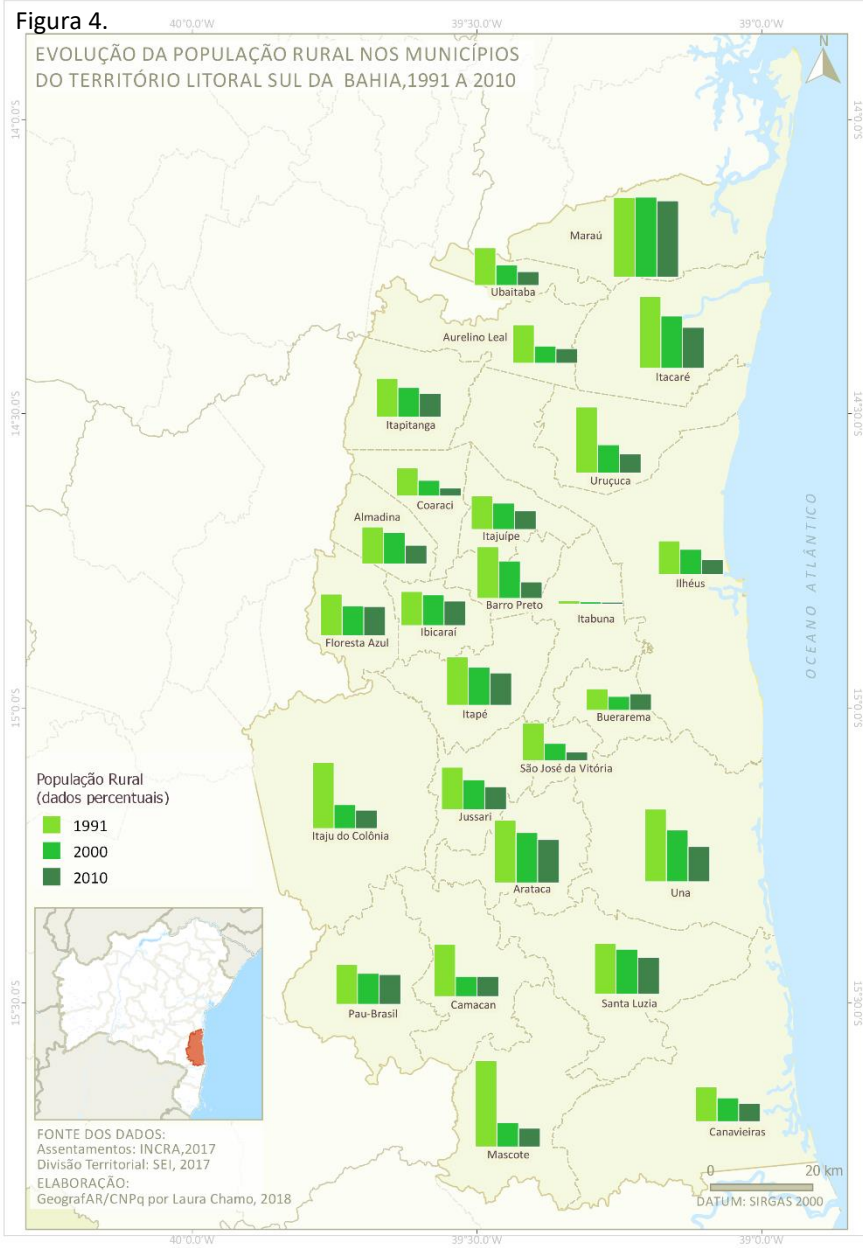


Figura 6.

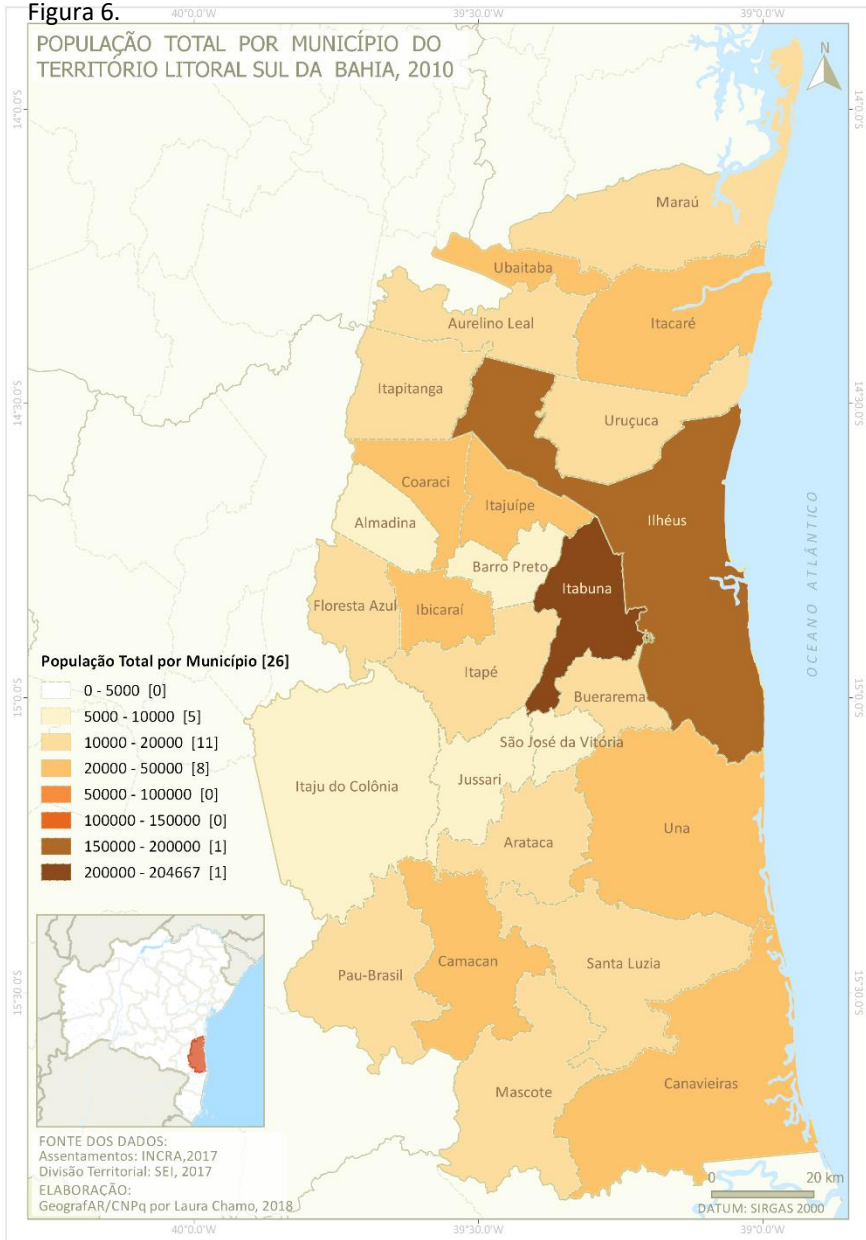
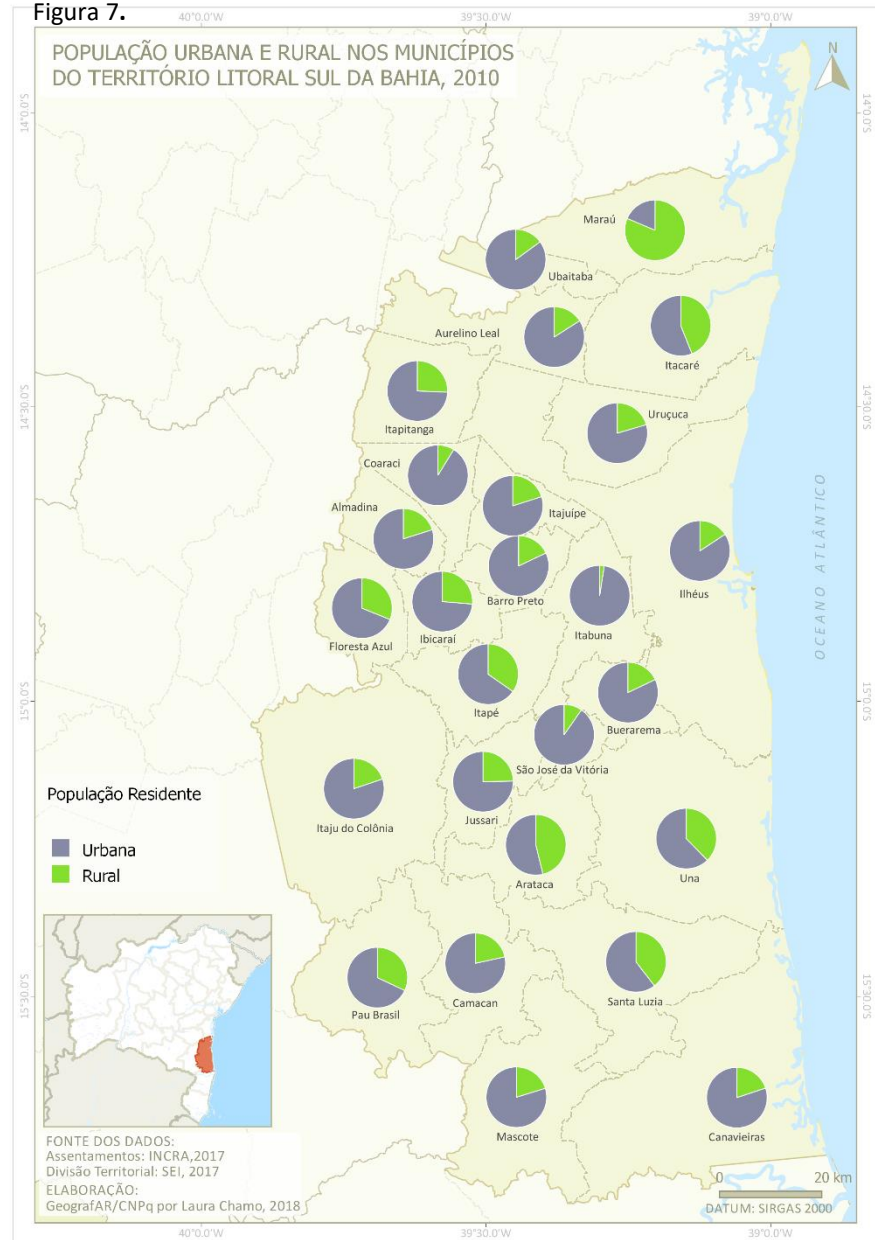


Figura 7.



Os efeitos da crise da cacauicultura não se restringiram à agricultura ou mesmo ao campo, mas se manifestaram em toda a cadeia produtiva do cacau, ou melhor, do “circuito espacial da produção” como define Santos (1996, p.49).

Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções têm que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o processo de produção até chegar ao consumo final.

Assim, para além dos proprietários e trabalhadores rurais, também foram atingidas as grandes casas de exportação e empresas de beneficiamento e transformação do cacau que historicamente exerceram o monopólio do território como descreve Trindade (2014, p.216).

Em Itabuna, a princípio, destacou-se a instalação da indústria multinacional Nestlé, em 1980, para a fabricação de leite em pó e outros derivados. Por muitos anos, a empresa foi um dos principais símbolos de crescimento econômico de Itabuna. Entretanto os principais fixos industriais relacionados ao beneficiamento e à transformação do cacau foram instalados em Ilhéus, como as indústrias Barreto de Araújo, Itafsa, Cargill Cacau Ltda. e Chadler Industrial da Bahia. A maior parte dessas indústrias, cujas atividades se baseavam no processamento do cacau, foi desativada em decorrência da crise da cacauicultura e, hoje, seus galpões de produção estão ocupados com atividades de outros setores produtivos.

Efeitos que também se manifestaram na dimensão da rede urbana regional Ilhéus-Itabuna, constituída sob a égide da cacauicultura, tendo ocorrido transformações que engendraram uma nova lógica territorial, como continua analisando o autor (Idem, p.236).

Entre as décadas de 1980 e 1990 ocorreram importantes transformações socioespaciais que alteraram a forma e o conteúdo dessa rede urbana. A crise da cacauicultura exigiu do Estado e do setor privado a execução de ações emergenciais de amparo a Região. As transformações engendraram uma nova lógica territorial que inclui, entre outros fatores: o redimensionamento das funções de Itabuna e Ilhéus sobre a hinterlândia regional, a diminuição de fluxos relacionados ao comércio do cacau e o recrudescimento de outros fluxos (comércio, turismo, indústria e serviços), novas conexões em rede com outras regiões da Bahia e com outros lugares do Brasil [...]

A hierarquia funcional que tradicionalmente foi definida a partir do município de Ilhéus, enquanto principal centro da produção e exportação das amêndoas de cacau, através do Porto do Malhado, criado no ano de 1971, passou então ser desempenhada pelo município de Itabuna na dimensão da produção e consumo de bens e serviços, dada a localização estratégica definida, principalmente, pelo entroncamento entre a BR 101 e BR 415²³.

²³ Justifica-se assim a opção de método do autor pela mudança na denominação da própria rede, com a inversão da posição dos principais centros regionais. Sob égide da cacauicultura, definiu-se uma rede urbana regional “Ilhéus-Itabuna”, com a consolidação do poder de Ilhéus. Atualmente, pelo papel desempenhado pelo setor de

Um processo de ruptura, que suas múltiplas determinações e contradições, também possibilitou o enfrentamento do latifúndio pelos sujeitos historicamente constituídos na luta contra a violência e expropriação. Conjuntura na qual adquiriu materialidade a territorialização da luta dos trabalhadores “sem terra” pelas “terras do cacau”, sendo a bandeira da reforma agrária fincada em terras sul baianas como possibilidade de realização do ideal democrático e da conquista da cidadania em sua concretude. Uma síntese da luta histórica dos índios desaldeados, dos descendentes dos negros escravizados – nos engenhos de açúcar e fazendas café e cacau – e imigrantes nordestinos pobres que, na errância da fuga da seca, constituíram a categoria social dos trabalhadores assalariados do cacau no Litoral Sul da Bahia. Portanto, do campesinato brasileiro, em sua unidade e diversidade, no tempo e no espaço.

Dessa forma, entende-se que a crise da cacauicultura iniciada no ano de 1987 e que perdura até os dias atuais, não significou o “fim da região” como é comumente reproduzido no discurso da burguesia cacauqueira e de suas institucionalidades representativas. Talvez, até tenha significado o fim dos tempos áureos que marcou o apogeu dos coronéis do cacau na República Velha e da burguesia cacauqueira nascente na Nova República. Mas é fato que a materialização da crise possibilitou a conquista de uma nova condição socioespacial para a reprodução da vida dos trabalhadores do cacau – ou, lembrando Asmar (1979), dos “pobres da região rica”. Ainda que, no acirramento de suas contradições, tenha determinado, também, a sua desrealização pelo desemprego massivo no campo e o aumento da precarização das condições de vida e trabalho na cidade.

Uma nova condição socioespacial definida pela sementeira de sonhos e esperanças para a colheita de uma vida melhor, como tão bem definiu a educadora Maranancy dos Santos Silva, filha de trabalhadores assentados no Assentamento Cascata, localizado no município de Aurelino Leal.

A crise da vassoura de bruxa representou sentimentos e conflitos diferentes para diferentes atores da sociedade. Para o fazendeiro talvez representou apenas o desfazer de um patrimônio, mas para aquele grupo de assentados que viviam na estrada já há oito anos receber aquela terra naquele momento era o grito de liberdade que há muito ecoava em seu peito, era ter a certeza que ali plantariam não só alimentos, mas também sonhos e esperanças de uma vida melhor para o seus, era mais que o presente era a certeza de futuro garantido (informação verbal)²⁴.

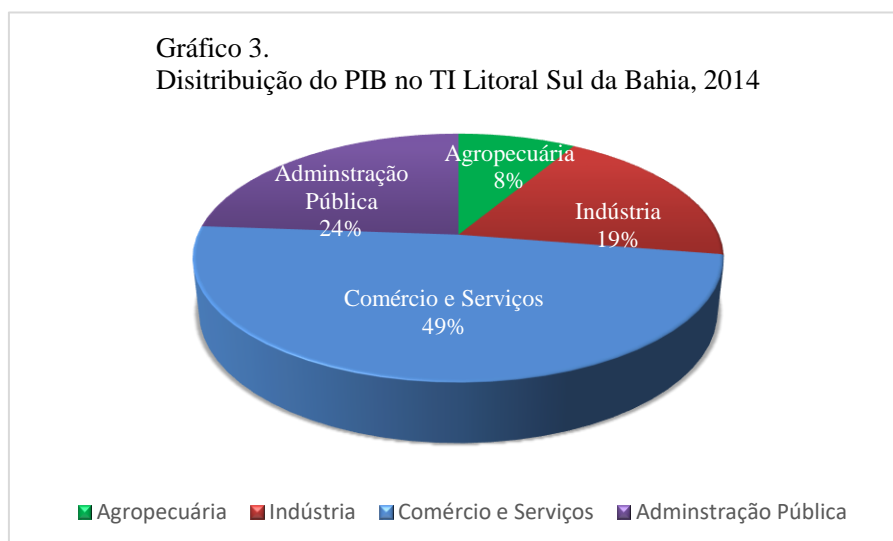
comércio e serviços, e o predomínio de Itabuna, constitui-se a rede urbana regional “Itabuna-Ilhéus” (TRINDADE, 2014).

²⁴ Depoimento obtido na disciplina Desenvolvimento Territorial e Conflitos Sociais no Campo que foi ministrada pela autora no Curso de Especialização em Educação do Campo na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), durante o período de 14 a 16 de junho de 2018.

Uma sementeira de sonhos e esperanças para a colheita de uma vida melhor que, no entanto, não se realizou apenas como a “crise da vassoura de bruxa”, assim como a crise da década de 1980 é representada no imaginário da sociedade regional. Até mesmo no lugar de fala das famílias assentadas que comumente personificam a crise como tendo sido “a madrinha da reforma agrária”. Mas sim, enquanto um processo de ruptura pelo acirramento das contradições estruturais do modelo de desenvolvimento alicerçado na monocultura agroexportadora do cacau.

A cacauicultura não é mais a principal atividade econômica do Litoral Sul da Bahia, como evidenciam os estudos recentes sobre o deslocamento relativo do produto agregado da região – e a sua reconversão produtiva – com a transformação de uma economia primária exportadora para uma economia terciária, baseada no setor de comércio e serviços (com destaque para as atividades da saúde, educação e turismo). “Uma realidade que se define entre a cooperação e o conflito, demandando mudanças de costumes, hábitos e crenças de uma sociedade que ainda pisa no chão de cacau e se oxigena numa economia de serviços” (MIRA, 2015, p. 300).

Como se observa no Gráfico 3, a participação do setor da agropecuária no PIB regional, no ano de 2014, foi de apenas 8%; seguido pelo setor da indústria com 19%; setor de comércio e serviços com 49%; e o setor da administração pública com 24%. Dados que também evidenciam a dependência econômica que os municípios têm da administração pública, principalmente os que possuem menor população e dinamismo econômico. Em tempo que os municípios de Itabuna e Ilhéus, além de concentrarem 51% do total da população (IBGE,2010), concentram também 69% do PIB regional. Uma região cuja a participação no PIB estadual é de 4,7% (SEI, 2015).



Fonte: SEI (2015). Elaborado pela autora.

Entretanto, a cacauicultura continua sendo a principal atividade agrícola da economia regional. Ademais, após o transcurso de mais de duas décadas de crise e os percalços com os efeitos da estiagem ocorrida nos anos de 2015 e 2016, que ocasionou a redução de 28 % da safra 2016/2017 em relação à safra 2015/2016 (CEPLAC, 2017), anuncia-se um período de retomada da liderança baiana na produção nacional de cacau, como será analisado no Capítulo 5.

3.3 A conquista das “terras do cacau” pelos trabalhadores “sem terra”

Como foi analisado em Freitas (2009), a luta social pela terra no Litoral Sul da Bahia tem como marco o processo da acumulação primitiva do capital que se instituiu nas bases do colonialismo europeu, a partir do século XVI. Um processo histórico de luta e resistência contra a espoliação das territorialidades originárias dos povos Pataxós Hã-Hã-Hãe e Tupinambás de Olivença que permanece que até os dias atuais. Quer seja através da luta pela demarcação do Território Indígena Tupinambá de Olivença, como representa a Figura 8, ou pela retomada do Território Pataxó Hã-Hã-Hãe, quer seja através do empunho da bandeira da reforma agrária pelos descendentes de índios desaldeados que hoje são trabalhadores rurais sem terra como analisaremos no Capítulo 6²⁵.

²⁵ No ano 1937, foi criada a Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu que demarca o território do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe numa área de 54.100 hectares, organizada em quatro comunidades: Caramuru-Mundo Novo e Água Vermelha (Pau Brasil), Panelão (Camacã) e Baheté (Itaju do Colônia). Atualmente, a área encontra-se sub judice pela intrusão por cerca de 300 posses de não-índios, algumas delas com títulos de propriedade concedidos pelo estado da Bahia. Em abril de 2009, a FUNAI publicou o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença: uma área de 47.343 mil hectares que abrange os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, sendo constituída por 22 comunidades: Cururupe, Olivença, Campo de São Pedro, Curupitanga, Cururutinga, Gravatá, Mamão, Pixixica, Sapucaieira, Santana, Santaninha e Águas de Olivença (Ilhéus); Serra Negra, Serra das Trempes, Serra do Padeiro, Serra do Ronca e Serra do Serrote (Ilhéus e Buerarema); Acuípe de Baixo, Acuípe do Meio e Acuípe de Cima (Ilhéus e Una); e Maruim e Maruinzinho (Una) (PTDRS, 2010).

No dia 20 de abril de 2018, na Tenda do Teatro Popular em Ilhéus, foi realizado o Júri Simulado do Índio Caboclo Marcelino pela Defensoria Pública do Estado da Bahia. Uma ação de resgate da memória da luta e resistência histórica do Povo Tupinambá de Olivença no Sul da Bahia. Índio Caboclo Marcelino no passado, Cacique Babau (e tantas outras lideranças indígenas) no presente. Assim, a história vai se repetindo, como “tragédia e farsa”, compreende Marx em “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”.

Figura 8. Manifestação do Povo Tupinambá de Olivença em Ilhéus-Ba, 2018



Fonte: CIMI -BA, em 29 de maio de 2018.

Como também, através do aquilombamento do povo negro que foi escravizado nos engenhos de cana de açúcar e fazendas de café e cacau implantadas às margens do Rio Almada, na Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Um processo que tem como síntese a luta e resistência de 35 comunidades quilombolas na contemporaneidade do espaço regional, sendo que destas, 13 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). De acordo com os dados sistematizados pelo GeografAR (2018), as comunidades certificadas estão concentradas nos municípios de Marau (Quitumba, Marau, São Raimundo, Empata Viagem, Minério e Terra Verde) e Itacaré (Água Vermelha, Fojo, João Rodrigues, Porto do Oitizeiro, Santo Amaro e Serra de Água).

Um processo histórico de violência e expropriação, mas também de luta e resistência que foi intensificado a partir do início do século XX, sob a égide da monocultura agroexportadora do cacau e da ocupação indiscriminada de terras devolutas, expropriação de posses camponesas e exploração do trabalho assalariado no campo. Principalmente, dos camponeses nordestinos que na fuga da seca migraram para as terras sul baianas em busca dos “frutos de ouro”.

Contradições que determinaram a inserção do Litoral Sul da Bahia no movimento precursor do sindicalismo rural brasileiro, tendo sido fundado, no ano de 1934, um dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Brasil, em Pirangi, distrito de Ilhéus, atual município de Itajuípe. Assim como foi criado o Sindicato Itabuna-Ilhéus, no ano de 1952, que chegou a ter mais de seis mil trabalhadores filiados e ser um dos maiores sindicatos do Brasil (FETAG-BA, 2008).

A partir das décadas de 1950 e 1960, com o avanço do processo da modernização da agricultura brasileira, as tensões e os conflitos pela posse e uso das terras sul baianas foram intensificados, uma vez que se estabeleceu um processo em que “mediante o expediente de requerer ao Estado a posse legal de grandes áreas, o cacauicultor vai engolir o pequeno posseiro cujas roças estejam situadas na área por ele requerida” (GARCEZ, 1997, p. 73).

Foi nesse contexto que, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocorreram as primeiras ocupações de terras organizadas no Litoral Sul da Bahia, sendo assim semeado o sentido de uma reforma agrária popular. Uma dinâmica que se iniciou ainda na década de 1950 e adquiriu maior organicidade a partir da década de 1960, através da espacialização das “Ligas Camponesas” no Sul da Bahia (assim como ocorrera no Sertão Pernambucano), e a partir da década de 1980, através das “Lutas dos Posseiros”. Uma organicidade política que não somente foi arregimentada pelos trabalhadores do cacau nos tempos áureos da cacauicultura, mas também da forte repressão do regime militar brasileiro (1964 -1985) ²⁶.

No ano de 1961, ocorreu no município de Itabebi (no Extremo Sul da Bahia) o conflito da Nova Brasília, onde cerca de dois mil posseiros tiveram suas casas queimadas e foram expulsos das terras tradicionalmente ocupadas a mando da família Wilberger, com o apoio da polícia e justiça locais. A tensão social no campo foi intensificada de tal forma que em dezembro do mesmo ano foi formada a Liga de Bananeiras, no município de Itabuna, considerada a pioneira no Litoral Sul da Bahia. Em fevereiro de 1962, foi formada a Liga de Camacan, no município de Camacan, que à época era uma área de fronteira agrícola marcada por intensos conflitos fundiários. Em 1963, foi fundada a Liga de Itabuna (também conhecida como Liga de São José), e as Ligas de Itacaré e de Ubaitaba. (NAVARRO, 1983).

Na década de 1980, houve o agravamento da conflitualidade estabelecida com a intensificação das ações de grilagem de fazendeiros e madeireiros em áreas de fronteira agrícola tradicionalmente ocupadas pelos posseiros. Contexto marcado pelas chacinas das fazendas Puxim, no município de Canavieiras, e Sarampo, no município de Santa Luzia, com a morte de dezenas de camponeses, assim como na Francônia e Serra da Onça, no município de Santa Luzia²⁷.

²⁶ Nesse sentido, foi decisiva a participação de Francisco Julião na “I Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” que foi realizada em Salvador, no ano de 1961, na qual foi fundada a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia (FALTAB).

²⁷ Sobre o conflito histórico do “Puxim e Sarampo” no Sul da Bahia ver Germani (1993).

Como já foi dito, a década de 1980 representou o período do apogeu da cacauicultura baiana, tendo a produção atingido o seu pico máximo de 397.362 toneladas no ano de 1986/1987. Momento em que o Brasil alcançou a posição de segundo maior país exportador de cacau, e a Bahia ocupou a liderança da produção nacional com a participação de 86,56 % do total (CEPLAC, 2009). Uma realidade que adquiriu materialidade a partir da centralidade assumida pelo Estado como agente de produção do espaço, seja através das ações de legalização da grilagem de terras, concessão de crédito para custeio da produção, repactuação das dívidas dos cacauicultores, fomento das atividades de pesquisa e extensão da CEPLAC ou mesmo criação de outras de institucionalidades, além da garantia da tecnificação do território necessária ao circuito espacial da produção do cacau.

Um processo de violência e expropriação, mas também de luta e resistência camponesa que, a partir do ano de 1985, se definiu no contexto mais amplo da luta pela redemocratização brasileira. Uma luta e resistência que, na escala regional, arregimentou o importante apoio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Diocese de Itabuna e da Cáritas Diocesana de Ilhéus, do Polo Sindical do Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia (FETAG-BA), da Central Única dos Trabalhadores da Região Cacaueira (CUT Cacaueira), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Na mediação espacial dos conflitos estabelecidos, o Estado interviu com a implantação dos primeiros projetos de assentamentos de reforma agrária no Litoral do Sul da Bahia. Como apresenta a Tabela 2, entre os anos de 1986 e 1987, foram criados sete projetos de assentamentos de reforma agrária, perfazendo um total de 336 famílias assentadas e uma área 10.169,23 hectares.

Tabela 2
Assentamentos Rurais de Reforma Agrária criados no TI Litoral Sul da Bahia, 1986 e 1987

Município	Assentamento	Imóvel	Nº famílias	Área (ha)	Criação
Canavieiras	Puxim/Sarampo	Sarampo	66	1.514,00	11/08/1986
Itacaré	Marambaia	Marambaia	32	809,00	11/11/1986
Maraú	Santa Maria	Santa Maria	55	1.407,00	11/11/1986
Una	Guanabara	Canabrava	13	286,00	22/01/1987
Santa Luzia	Faz.Poço	Poço	68	1.848,00	12/05/1987
Una	Faz. Cajueiro	Cajueiro	54	1.162,82	12/05/1987
Una	Faz.Fortaleza	Fortaleza	49	1.101,00	12/05/1987
Total	7	7	336	10.169,23	

Fonte: INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

Uma intervenção territorial que ocorreu no contexto da Nova República, com a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo José Sarney, no ano de 1985, e do I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), no governo de Valdir Pires, ano de 1986. Governo estadual no qual as ações da reforma agrária foram fortalecidas com a criação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo – coordenada por Euclides Neto²⁸ –, e a Comissão Agrária do Estado da Bahia, formada por representantes do governo estadual, do INCRA-BA, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) e Federação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG-BA).

Assentamentos rurais que foram implantados a partir da aplicação do instrumento legal da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, mas que, no entanto, foram socialmente demandados pela luta e resistência camponesa em defesa do direito historicamente legitimado pela posse e uso da terra, contra as ações de grilagem de madeireiros e fazendeiros em áreas de fronteiras da cacauicultura. Entende-se, assim, que a “Luta dos Posseiros”, na década de 1980, representa o marco histórico da territorialização da luta pela reforma agrária em terras sul baianas.

As temporalidades e espacialidades da luta pela terra seguiam outra lógica, “onde cada posseiro pegava sua farinha, sua piaba seca e ia pro mato abrir sua roça”, como descreveu o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Santa Luzia, Derisvaldo da Silva Ramos. Como representa a Figura 9, os primeiros assentamentos foram criados entre os municípios de Marau e Itacaré, ao norte; e os municípios de Una, Santa Luzia e Canavieiras, ao sul. Áreas de fronteira com o predomínio de solos mais arenosos e menos férteis – as “terras de areias”, assim como são comumente denominadas na região. Por isso, também, são áreas mais distantes da zona tradicional de produção do cacau onde predominam os solos mais férteis para a agricultura. Aspecto que se torna evidente pela delimitação da área média de 30,26 ha para cada família assentada (área superior ao módulo fiscal de 20 ha). Uma distinção marcante em relação aos assentamentos criados a partir da década de 1990, na zona tradicional do cacau, como será analisado a seguir.²⁹

²⁸ Advogado, político e escritor. Um dos percursores da luta pela reforma agrária no Sul da Bahia, ainda quando era militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). Como advogado atuou em defesa dos direitos dos trabalhadores do cacau; como político também foi prefeito do município de Ipiaú, onde realizou uma das experiências pioneiras de democratização da terra na Bahia, ainda na década de 1960: a “Fazenda do Povo”. Como escritor, assim como Jorge Amado e Adonias Filho, se apropriou da narrativa literária para retratar a região cacauera.

²⁹ Considerando que todos os 26 municípios que atualmente integram o Território Litoral Sul da Bahia possuem o módulo fiscal de 20 hectares.

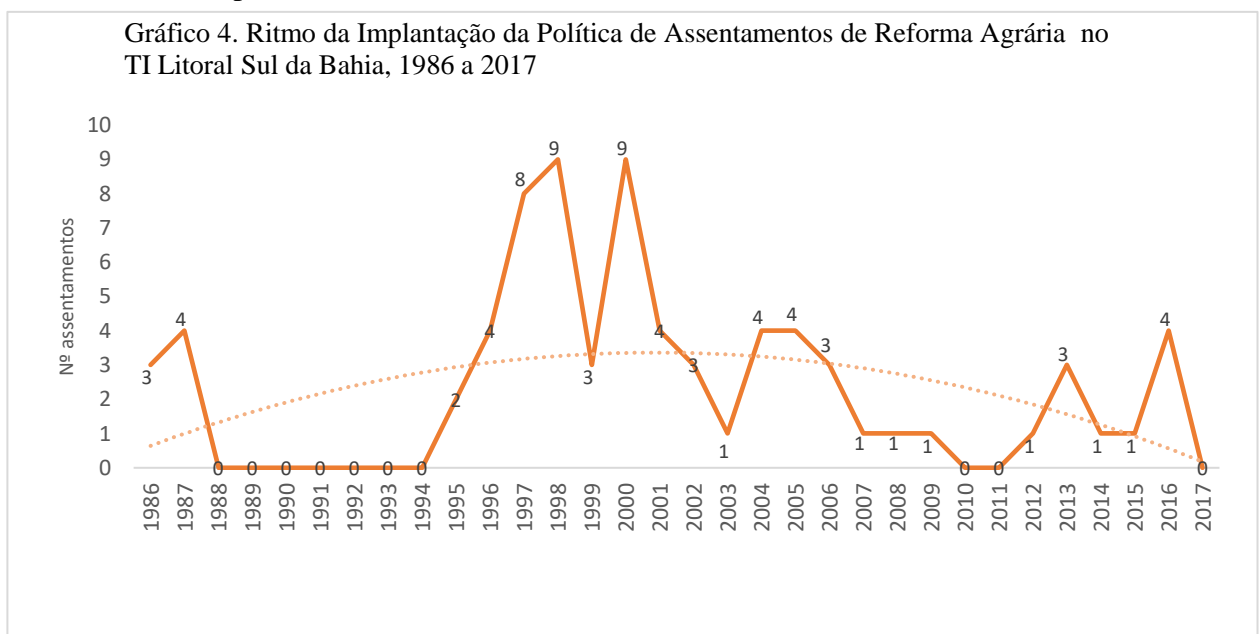


Com o início da crise da cacauicultura a partir de 1987 e o seu agravamento a partir da década de 1990, contexto que também é marcado pela chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), advindo do Extremo Sul da Bahia, houve uma ressignificação do processo histórico de luta social pela terra e pela reforma agrária no Litoral Sul da Bahia.

As temporalidades e espacialidades foram redefinidas, uma vez que a luta deixou de ser restrita à defesa da posse contra a ação dos grileiros nas áreas de fronteira, como ocorrera na luta dos posseiros, na década de 1980, e passou a incorporar as estratégias das marchas, ocupações e acampamentos dos trabalhadores rurais às margens das estradas, periferias urbanas e fazendas abandonadas nos municípios da zona tradicional de produção do cacau, localizados nas áreas e adjacências do eixo Ilhéus-Itabuna.

Constatou-se, assim, uma ressignificação do campo político: para além da condição de trabalho reivindicada pelo sindicalismo rural, na década de 1950, a conquista da terra empunhada pelas organizações e movimentos sociais. Até a década de 1980, pela posse. A partir da década de 1990, pela ocupação. Assim, os posseiros e trabalhadores assalariados se afirmaram como sujeitos políticos organizados em movimentos sociais de luta terra, sendo afirmada a identidade política do “trabalhador sem terra” na trajetória de vida e luta contra a expropriação e exploração nas “terras do cacau”.

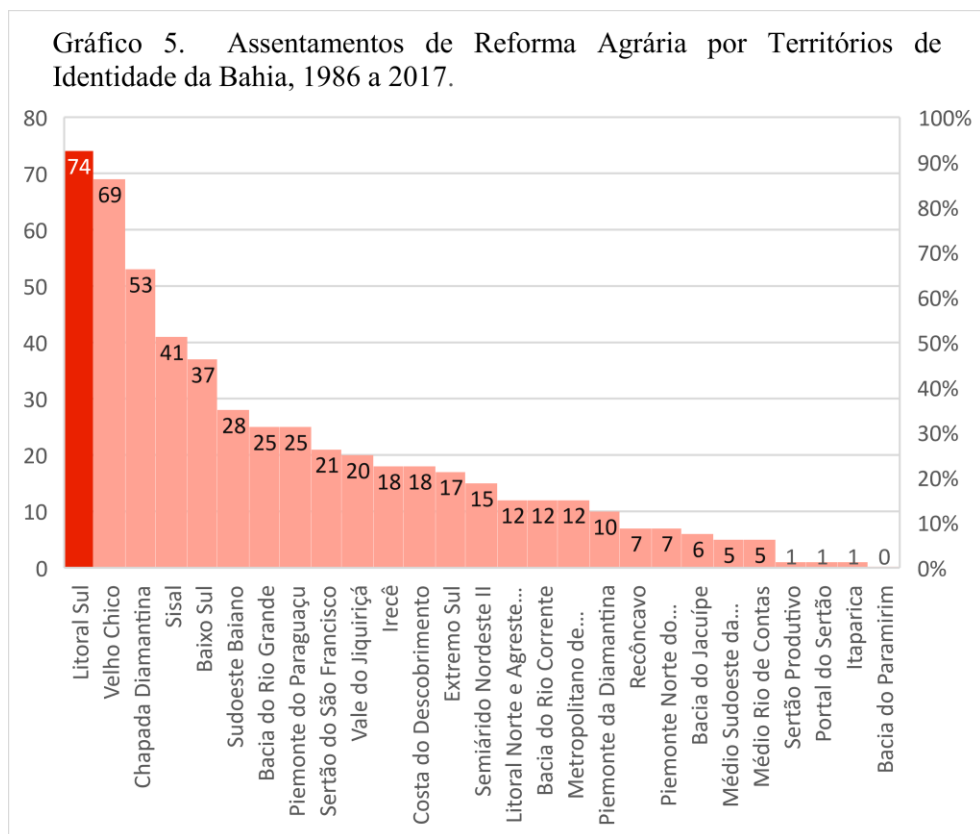
Uma ressignificação no campo da ação política dos sujeitos sociais que, a reboque, repercutiu na ação de implantação da política de assentamentos rurais de reforma agrária pelo Estado, como se pode observar no Gráfico 4.



Fonte: INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

Ao analisarmos o ritmo da implantação da política de assentamentos rurais de reforma agrária no TI Litoral Sul da Bahia, durante o período de 1986 a 2017, é possível identificar uma linha de tendência de decréscimo do processo, tendo sido os maiores índices alcançados nos anos de 1998 e 2000, respectivamente. Marcos temporais que se definiram a partir das conjunturas agrárias estabelecidas, pelo avanço do neoliberalismo no campo brasileiro e acirramento das contradições espaciais da crise cacauieira.

Comparando os dados específicos do TI Litoral Sul da Bahia com os dados gerais do estado da Bahia, obtidos através da sistematização realizada pelo GeografAR (2018), observa-se que, no período de 1986 a 2017, foram criados 540 projetos de assentamentos de reforma agrária no campo baiano, abrangendo um total de 45.157 famílias assentadas e uma área de 1.538.436,30 hectares. Destes, 74 assentamentos rurais (equivalendo a 13,7% do total), com 2.829 famílias assentadas (6,3%) e uma área de 43.630,77 hectares (2,8%), estão localizados nos 26 municípios que integram o TI Litoral da Bahia, como apresenta o Gráfico 5³⁰.



Fonte: INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

³⁰ Mais uma vez, é importante destacar a metodologia utilizada pelo GeografAR em “depurar” os dados do SIPRA/INCRA, considerando apenas os projetos de assentamentos que foram criados pelo Estado através da aplicação do instrumento legal de desapropriação por interesse social (como rege a Constituição de 1988). Uma forma de assentamento que na tipologia institucional é identificada como Assentamento Federal (PA). A relação com a identificação detalhada dos 74 assentamentos criados no TI Litoral Sul da Bahia consta no Anexo 3.

Identificasse-se, assim, que o Litoral Sul da Bahia é o território de identidade que possui a maior quantidade de assentamentos rurais de reforma agrária no estado da Bahia. Uma realidade que pode ser melhor visualizada através das Figuras 10 e 11. Realidade a partir da qual é argumentada a tese da sua particularidade no que se refere ao tema e objeto da pesquisa. Identifica-se, também, que o Litoral Sul da Bahia, com 74 assentamentos criados, juntamente com o Velho Chico e a Chapada Diamantina, com 69 e 53 assentamentos, respectivamente, possuem 196 assentamentos rurais e assim, concentram 36,3% do total dos assentamentos de reforma agrária criados no estado da Bahia, desde processo da redemocratização brasileira. Aspecto que está diretamente associado à formação do espaço agrário nessas regiões, em suas dinâmicas, contradições e conflitos. E nesse contexto, das ações políticas dos movimentos sociais que, a partir da década de 1990, passaram a adotarem a tática da massificação em espaços considerados “estratégicos” no sentido de garantir maior visibilidade política da luta pela reforma agrária na Bahia.

Contudo, a elevada quantidade de assentamentos criados não se traduz em grande densidade de famílias assentadas e de áreas desapropriadas. Aspecto que, de forma geral, está associado ao processo da valorização capitalista do espaço em áreas litorâneas e de forma mais específica, ao processo da fragmentação do espaço pelas intensas disputas territoriais no estabelecimento da propriedade da terra na região cacaueteira. Assim, considerando que a área total do TI Litoral Sul da Bahia é de 14.664,7 km² (ou seja, 1.466.470,00 hectares), constata-se que a área total dos assentamentos (43.630,77 hectares) equivale a somente 3% da sua área total, como representa o Gráfico 6. Sendo considerada a área total dos estabelecimentos agropecuários que, segundo o IBGE (2006) é de 1.129.451 hectares (ou seja, 77,01% do total da área do Litoral Sul), identifica-se que a área total dos assentamentos equivale a apenas 4% do total das áreas dos estabelecimentos agropecuários, como representa o Gráfico 7.

Como já foi analisado, a partir dos dados do IBGE (2010), a população rural do TI Litoral Sul da Bahia é de 3.913.884 habitantes (o que equivale a 27,9% da sua população total). Assim, considerando que a sua população assentada é 2.829 famílias e estimando a composição média de quatro membros por cada família, chega-se ao total de 11.316 pessoas assentadas. Uma estimativa que nos permite concluir que a população assentada dos municípios do TI Litoral Sul da Bahia representa apenas de 0,3% do total da população rural, como representa o Gráfico 8.

Figura 10

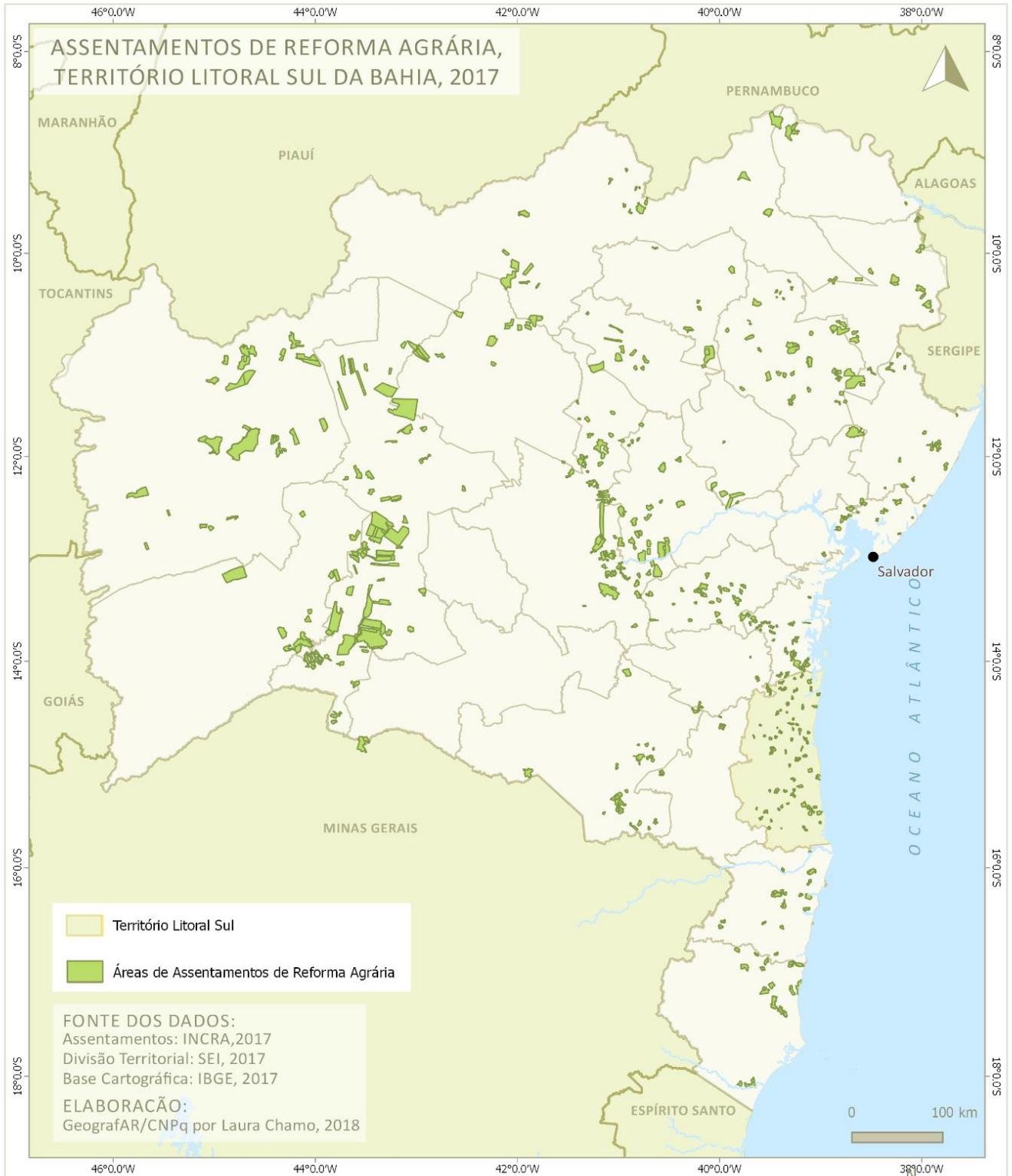


Figura 11.

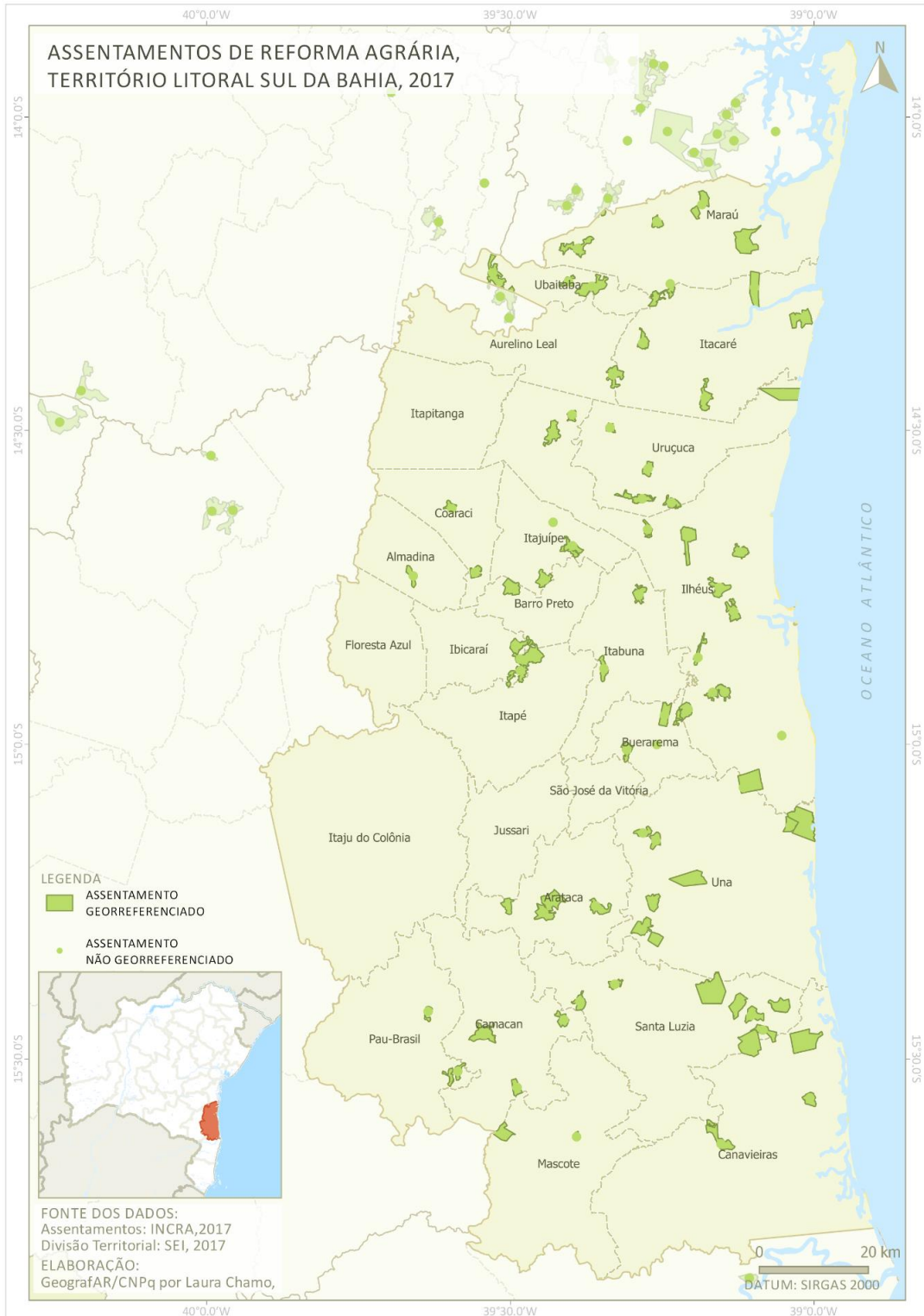
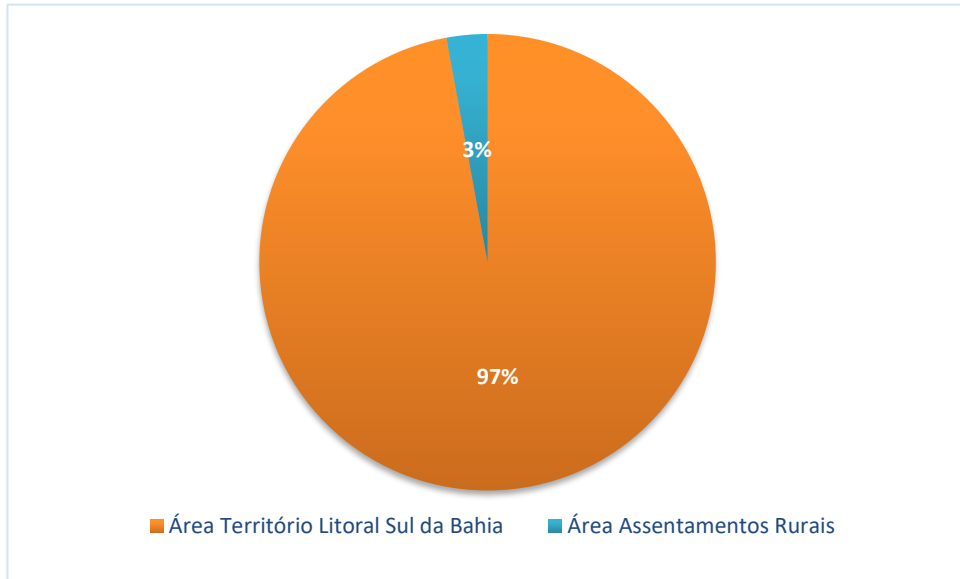
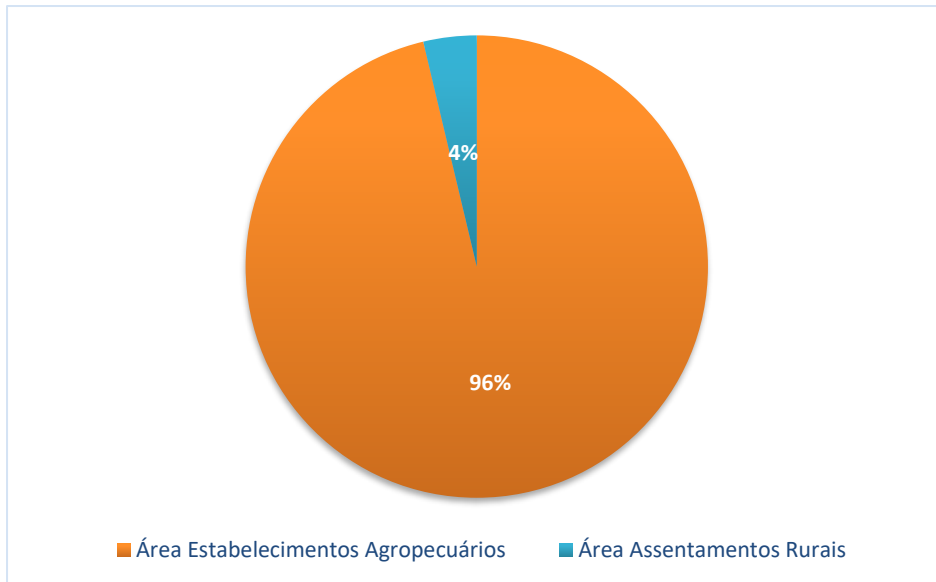


Gráfico 6.
TI Litoral Sul da Bahia – Área Total x Área dos Assentamentos Rurais, 2017



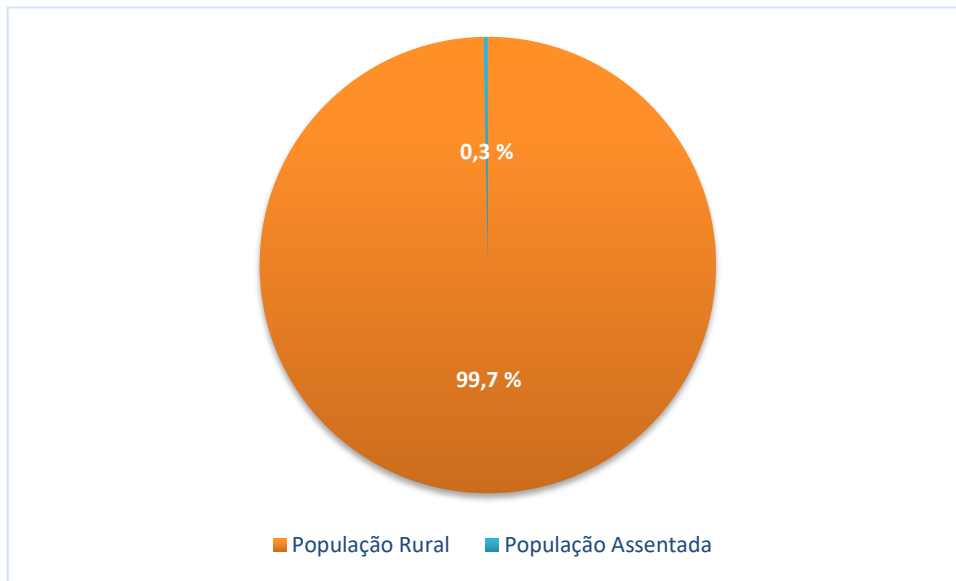
Fonte: IBGE (2006); INCRA (2017). Elaborado pela autora.

Gráfico 7.
TI Litoral Sul da Bahia - Área Estabelecimentos Agropecuários x Área Assentamentos Rurais, 2017



Fonte: IBGE (2006); INCRA (2017). Elaborado pela autora.

Gráfico 8. TI Litoral Sul da Bahia – População Rural x População Assentada, 2017



Fonte: IBGE (2010); INCRA (2017). Elaborado pela autora.

Além disso, considerando a área total de 43.630,77 hectares e a quantidade de 2.829 famílias assentadas, tem-se a média aritmética simples de 560,73 hectares e de 33,5 famílias por cada assentamento criado no TI Litoral Sul da Bahia. O que também define a média de 16,7 hectares para cada família assentada. Uma área que se define, portanto, abaixo do módulo fiscal de 20 hectares de cada um dos 26 municípios que o definem.³¹

Ao correlacionar o ritmo de implantação da política de assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia, durante o período de 1986 a 2017, com os períodos de cada governo federal, tem-se que: do total de 74 assentamentos, foram criados sete assentamentos no governo de José Sarney (1985-1989), o que corresponde a 9,46% do total; foram criados 23 assentamentos no primeiro governo de FHC (1995-1998), o que corresponde a 31,08% do total; foram criados 19 assentamentos no segundo governo de FHC (1999-2002), o que corresponde a 25,28% do total; foram criados 12 assentamentos no primeiro governo Lula (2003-2006), o que corresponde a 16,22% do total; foram criados três assentamentos no segundo governo Lula (2007-2010), o que corresponde a 4,05 % do total; foram criados cinco assentamentos no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), o que corresponde a 6,76% do total; assim como também foram cinco assentamentos no segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016), correspondendo igualmente a 6,7% do total. Nos governos de Fernando Collor

³¹ Com a exceção dos assentamentos criados na década de 1980 que apresentam uma área média de 30,26 hectares para cada família assentada.

(1990-1992), Itamar Franco (1993-1994), e Michel Temer (a partir de 2016) não houve criação de assentamentos rurais, como se constata na Tabela 3 e Gráfico 9.

Tabela 3.

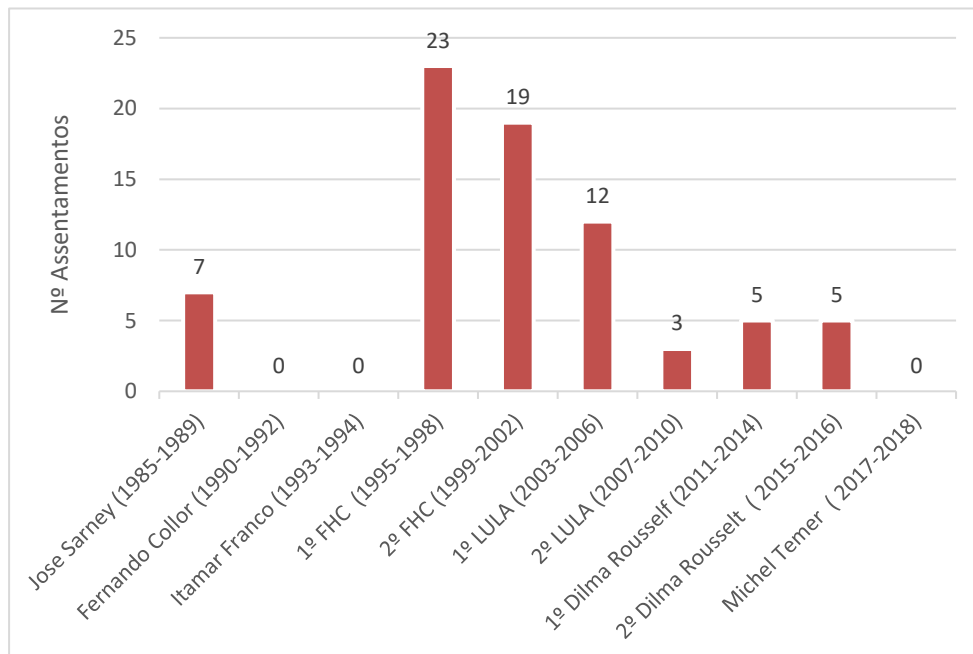
Assentamentos de Reforma Agrária criados por Governo no TI Litoral Sul da Bahia, 1986 a 2017

Governo	Nº PA	%	Área (ha)	Nº Famílias
Jose Sarney (1985-1989)	7	9,46	10.145,13	366
Fernando Collor (1990-1992)	-	-	-	-
Itamar Franco (1993-1994)	-	-	-	-
1º FHC (1995-1998)	23	31,08	12.960,87	1.040
2º FHC (1999-2002)	19	25,68	10.595,59	753
1º LULA (2003-2006)	12	16,22	5.749,48	433
2º LULA (2007-2010)	3	4,05	700,34	65
1º Dilma Rousseff (2011-2014)	5	6,76	1.449,23	82
2º Dilma Rousseff (2015-2016)	5	6,76	2.028,85	90
Michel Temer (2017-2018)	-	-	-	-
TOTAL LITORAL SUL	74	100,00	43.629,49	2.829
TOTAL BAHIA	540		1.538.436,30	45.157

Fonte: INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

Gráfico 9.

Assentamentos de Reforma Agrária criados por Governo no TI Litoral Sul da Bahia, 1986 a 2017



Fonte: INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

Distintas “situações geográficas”, como define Santos (1996), que, para além de dados estatísticos, relevam contextos históricos diferenciados, no tempo e no espaço, no que se refere ao campo da mediação entre as ações políticas das organizações e movimentos sociais e a política pública do Estado. E que também, evidenciaram processos e dinâmicas territoriais que se definiram em distintas escalas e dimensões espaciais³².

Como foi visto, a criação dos primeiros assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia ocorreu, durante o governo de José Sarney (1985-1989), no contexto da luta dos posseiros contra as ações de violência e expropriação dos fazendeiros e madeireiros nas áreas de fronteira da cacauicultura. Um processo que no sentido mais amplo esteve associado à luta pela redemocratização e que também, revelou a dimensão “dolorosa” da modernização do campo brasileiro.

A intensa mobilização popular que marcou o processo da redemocratização, na década de 1980, ressurgiu, na década de 1990, com o aguçamento das contradições estabelecidas pela adesão do governo brasileiro à agenda neoliberal ditada pelos organismos multilaterais do Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ajustamento macroeconômico dos países latino-americanos. Um alinhamento político-ideológico que se iniciou no governo Fernando Collor (1990-1992), perpassou pelo governo Itamar Franco (1993-1994) e se consolidou no governo FHC (1995-2002).

Uma conjuntura política que na esfera social das lutas agrárias também significou o enfretamento ao retrocesso da reforma agrária na Constituinte (1987-1988) e ao descumprimento das metas estabelecidas no I PNRA (1985), com a rearticulação do sindicalismo rural (que para além da pauta política dos pequenos produtores e assalariados rurais, passou a intensificar o engajamento na luta pela reforma agrária) e a espacialização nacional do MST, criado no ano de 1984, tornando-se o principal interlocutor da luta pela reforma agrária no campo brasileiro.

Contudo, como se observa no Gráfico 9, após a criação dos sete primeiros assentamentos durante o governo de José Sarney (1985-1989), o que representou a 9,4% do total dos assentamentos criados, definiu-se um hiato no processo de implantação da política de assentamentos rurais no TI Litoral Sul da Bahia, entre os anos de 1990 e 1994, o que confirma o descaso com a reforma agrária e a repressão aos movimentos sociais durante o governo de

³² “Uma situação geográfica, ou seja, o que um lugar é, num determinado momento, sempre constitui o resultado de ações de diversos elementos, que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis pois mudam de significado através do tempo (SANTOS, 1996, p.95).

Fernando Collor (1990-1992). Um descaso que, segundo Muritiba (2008), também foi configurado pelo “vazio das normatizações do INCRA”, ação que só foi retomada no governo de Itamar Franco (1993-1994), através da aprovação da Lei Agrária – Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Ainda assim, nenhuma família foi assentada no espaço regional nesse período.

Aliado a esse aspecto, convém mais uma vez lembrar que, apesar das primeiras infestações do fungo da vassoura de bruxa terem sido detectadas nos municípios de Uruçuca e Camacan, no ano de 1987, os seus efeitos mais diretos sobre a produção do cacau só foram identificados a partir do ano safra 1994/95, atingindo a seu nível mais baixo no ano safra 1999/2000, com a produção de apenas 96 mil toneladas de amêndoas de cacau (CEPLAC, 2009). Definiu-se, assim, uma conjuntura de maior aprofundamento da crise produtiva com consequente falência e abandono das fazendas, em meio ao desemprego massivo dos trabalhadores rurais. Foi nessa conjuntura que os trabalhadores rurais realizaram a primeira ocupação de uma fazenda de cacau no Litoral Sul da Bahia: a Fazenda Bela Vista, localizada no município de Arataca, como representa a Figura 12.

Uma situação de violência e conflito estabelecida, entre os anos de 1992 e 1994, com a ocorrência de cinco ocupações seguidas de despejos com forte repressão policial. Segundo informações contidas no Laudo de Vistoria e Avaliação que foi realizado pelo INCRA, no ano de 1993, a primeira ocupação da Fazenda Bela Vista foi realizada por cerca de 350 famílias organizadas pelo MST, com o importante apoio do Bispo D. Paulo Farias e da CPT da Diocese de Itabuna, do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia /FETAG-BA e da CUT Cacaueira.

Ocorreram duas ocupações (a margem direita do Rio Lontra) seguidas de despejo. A 1ª ocupação ocorreu no dia 7 de março de 1993, com 350 famílias, com o primeiro despejo no dia 17 de março de 1993, com 80 policiais, violência e espancamento (até de um menor). A 2ª ocupação ocorreu no dia 9 de abril de 1993 e o 2º despejo no dia 26 de abril de 1993, com 120 policiais e 15 presos. No dia 27 de abril de 1993 foi realizada uma passeata pacífica de trabalhadores pelo centro de Arataca até a Prefeitura reprimida por políticas e pistoleiros com espancamentos e tiroteios. Ocorreram três prisões arbitrárias e tortura pública de detidos³³.

³³ Documento enviado ao INCRA-BA pelo MST, no dia 30 de abril de 1994, e está anexado na Fl. 124 do Laudo de Vistoria e Avaliação da Fazenda Bela Vista, realizado no período de 15 de abril e 4 de maio de 1993 (Processo Nº 21460.000252/93-9). Pesquisa documental realizada no Setor de Obtenção do INCRA -BA, no ano de 2016.

Figura 12.



No entanto, considerando que a violência é uma arma de munição vencida, pois quanto mais mata, mais desperta a vida (BOGO, 2006, p.67), foi na concretude da conflitualidade territorial estabelecida que, no ano de 1995, foi conquistado o Assentamento Terra Vista, com uma área de 756,03 hectares e 55 famílias assentadas. Uma importante referência regional na luta e resistência pela educação do campo e produção agroecológica de cacau, representado através das Figuras 13 e 14.

Sem dúvida, a ocupação da Fazenda Bela Vista, no município de Arataca, no ano de 1993 – hoje, o Assentamento Terra Vista, criado no ano de 1995 – representa um marco no processo de territorialização da luta pela reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Não só pela tática da ocupação que foi adotada, mas também pela formação de organização política dos trabalhadores rurais enquanto movimento social de luta pela terra. Principalmente, considerando que foi a primeira bandeira da reforma agrária fincada no enfrentamento do latifúndio na zona tradicional de produção do cacau.

Ou, como comumente vozeia Joelson Ferreira de Oliveira, trabalhador assentado e reconhecida liderança da luta pela reforma agrária em terras sul baianas, foi “a primeira vitória dos trabalhadores no coração do latifúndio do cacau”³⁴. Contexto no qual também emergiram importantes lideranças regionais e nacionais da luta pela reforma agrária. Uma realidade social que não só marcou a paisagem, mas também a produção do espaço regional, sendo afirmadas novas identidades, sociabilidades e territorialidades no campo e na sua relação cotidiana com a cidade. Uma ação política que também representou o avanço da espacialização do MST no campo baiano, a partir do Extremo Sul, marco da sua chegada na Bahia e no Nordeste, no ano de 1986³⁵

³⁴ Trabalhador assentado no PA Terra Vista, em Arataca, Joelson Ferreira de Oliveira também já integrou a coordenação nacional do MST. Desde o ano de 2012, vem atuando na construção da Teia dos Povos, uma articulação política que agrega agricultores familiares, trabalhadores acampados e assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades de pescadores, marisqueiras, quilombolas, povos de terreiro e outras categorias do campesinato na sua unidade e diversidade social.

³⁵ Após a realização do I Congresso Nacional, em 1985, o MST iniciou a sua espacialização no Nordeste e na Bahia a partir do Extremo Sul da Bahia. No ano de 1986, foi realizado o I Encontro Estadual do MST na Bahia, no município de Prado. No ano de 1987, foi realizada a primeira ocupação, com a participação de 600 famílias de trabalhadores rurais sem terra que ocuparam uma área da empresa multinacional Floriba. Uma ação política que resultou na criação do Assentamento 4045, no município de Alcobaça, ainda no ano 1987, com uma área de 3.981,26 ha e 143 famílias assentadas. Sobre a espacialização do MST na Bahia ver SANTOS e SANTOS (2004).

Figura 13. Assentamento Terra Vista, Arataca -Bahia, anos 2000.



Fonte: ATV (Disponível em: <http://www.assentamentoterravista.com.br>. Acesso em set. 2017)

Figura 14. Assentamento Terra Vista, Arataca -Bahia, em outubro de 2016.



Fonte: ATV (Disponível em: <http://www.assentamentoterravista.com.br>. Acesso em set. 2017)

Com o acirramento da conflitualidade estabelecida, foi constituída uma grande diversidade de organizações e movimentos sociais, em meados da década de 1990, com destaque para as ações da FETAG-BA e do MST. Organizações com diferentes formações históricas e ações políticas que estabeleciam uma disputa por hegemonia na luta pela reforma agrária na Bahia. Uma disputa que se definia tanto na dimensão da arregimentação dos trabalhadores rurais desempregados para a realização das ocupações e acampamentos, como

nas negociações das pautas políticas junto ao INCRA. Em especial, no que se referia à indicação das fazendas a serem vistoriadas e aos recursos disponíveis para as famílias assentadas, como descreveu o engenheiro agrônomo Francisco Clesson Dias Monte que, entre os anos de 1996 e 2000, exerceu a função de Superintendente Regional do INCRA na Bahia³⁶.

Cheguei na Bahia e o MST disse que tinha dez mil, doze mil famílias acampadas e a FETAG dizia que tinha mais oito mil [...] eu nunca consegui sentar com o MST e com a FETAG. Ou era MST ou era FETAG. Era difícilimo para mim porque cada um entrega uma pauta [...]. Então essas duas entidades tinham conflitos e disputa mesmo por hegemonia. E aí foi surgindo outros, o MLT, que era um braço da FETAG que surgiu do MST que o movimento botou para fora. Nossa eu tinha muita dificuldade com o MLT. Aí depois surgiu o MLST (informação verbal).³⁷

Os antagonismos e conflitos existentes entre o MST e a FETAG-BA conformavam-se espacialidades e territorialidades distintas no Litoral Sul da Bahia. No centro regional de Ilhéus (e na sua complementariedade com Itabuna), por exemplo, tinha-se uma atuação mais consolidada da FETAG-BA e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), junto ao Movimento de Luta pela Terra (MLT) que até o ano de 1996, era considerado o “braço da FETAG-BA” na luta pela reforma agrária.

Uma força política associada à estrutura do sindicalismo rural que se constituiu nas brechas do assalariamento rural na cacauicultura, tendo o conhecimento do espaço como elemento estratégico da luta pela terra, como definiu Marcos Antônio da Silva Nery, chefe da Unidade Avançada do INCRA no Sul e Extremo Sul da Bahia.

O MLT junto com a FETAG eles detinham uma estrutura sindical aqui, os STRs, aí o pessoal trabalhador ia pra lá pra procurar saber do direito, homologar tempo, e aí eles sorrateiramente perguntavam: “Você trabalha em qual fazenda? Quantos hectares têm lá? Como tá lá? Tá tudo abandonado? Como é o nome do proprietário mesmo?”. Depois, pauta. E nisso eles conseguiram avançar demais, teve uma época que o MST, que sempre tem uma relação muito boa com o Aroldo e comigo também, tava meio que acusando a gente, que a gente favorecia o MLT porque a gente vistoriava tantas áreas pro MLT, talvez mais do que o MST. Mas o MST por não ter essas informações privilegiadas eles ficavam muito mal. As que o MLT indicava, batata, improdutiva mesmo, abandonada, o proprietário nem morava mais lá, morava no exterior. Aí o MLT avançou demais (informação verbal).³⁸

³⁶ Como já foi dito, a diversidade de organizações e movimentos sociais de luta pela terra que se constituiu no Litoral Sul da Bahia, em meados da década de 1990, foi semeada através dos trabalhos de formação popular desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a década de 1970.

³⁷ Entrevista realizada no Laboratório de Estudos Agrários da UFC, em Fortaleza, no dia 21 de junho de 2016.

³⁸ Entrevista realizada na sede da Unidade Avançada do INCRA-BA, em Itabuna, no dia 26 de abril de 2018.

A partir da década de 1990, configurou-se uma dinâmica diferenciada no processo de territorialização da luta pela reforma agrária no Litoral Sul da Bahia, como foi visto em Freitas (2005 e 2009). Uma dinâmica territorial que adquiriu materialidade a partir da luta dos trabalhadores rurais sem terra pelas “terras do cacau”, mediada pelas ações de organizações e movimentos sociais, a exemplo do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA); Movimento Social Jupará (MSJ); Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR); Movimento dos Desempregados Rurais (MDR); Movimento Terra e Liberdade (MTL); Movimento de Libertação do Sem Terra (MLTS); Movimento Vantuí Agroecológico do Brasil (MVAB); Movimento Liberdade, União, Trabalho e Educação (LUTE); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); Polo de Unidade Camponesa (PUC); Frente dos Trabalhadores Livres (FTL), dentre outros

Uma diversidade de organizações e movimentos sociais que foi historicamente constituída a partir do importante trabalho de base das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); da Pastoral da Juventude Rural (PJR); Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR-BA); das ações do sindicalismo rural, através da Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura na Bahia (FETAG-BA) e da Central Única dos Trabalhadores na Região Cacaueira (CUT Cacaueira); e dos partidos políticos com atuação destacada junto aos trabalhadores rurais, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em tempos mais recentes, também, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Um importante marco desse processo foi o Fórum de Luta pela Terra, Trabalho e Cidadania da Região Cacaueira, uma forma de articulação coletiva da luta pela terra na “região cacaueira” que se constitui entre as organizações e movimentos sociais do campo e da cidade, como descreveu Valderli Casais dos Anjos, agente da regional CPT Sul e Sudoeste.

Quem primeiro chegou aqui de movimento organizado, a nível nacional, foi o MST, no final de 1989, vindo do Extremo sul. Aí teve muito o apoio da CPT, o escritório, telefonema, o CIMI também, inclusive tinha uma parceria e, a partir disso aí, dessa chegada do MST, do envolvimento com a CPT, o CIMI, aí criou-se aqui o Fórum, o início do Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania. Aí envolveu os sindicatos, envolveu outros movimentos. Aí possibilitou a discussão coletiva da luta pela terra. Aí veio o Grito dos Excluídos que motivou mais ainda porque antes tinha um coletivo só, até 1993, 1994, o Fórum sindical, CPT e CIMI. Então, em 1995 com a motivação do Grito dos Excluídos possibilitou mais entidades entrarem, outros movimentos, sindicatos urbanos. Teve uma articulação muito boa (informação verbal)³⁹

³⁹ Entrevista realizada na sede da CPT, em Itabuna, no dia 13 de abril de 2018.

Além das ações de mobilização política como a organização do “Grito dos Excluídos” nos municípios da região, o Fórum organizava encontros regionais a partir de temas que emergiam da conjuntura agrária estabelecida e eram convergentes com as ações das organizações e movimentos sociais na realidade do Litoral Sul da Bahia. Encontros que não só possibilitavam a formação, mas também a articulação partir da construção de pautas unificadas na diversidade das lutas populares no campo e na cidade.

Uma dinâmica regional que se constituiu no esteio da aglutinação de forças e massificação da luta dos movimentos sociais para fazer frente ao avanço do neoliberalismo no campo e da “sociedade e economia do agronegócio no Brasil” (HEREIDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Um processo que, em meio a criação da Via Campesina, no ano de 1993, se definiu no plano das ideias com a conclamação da palavra de ordem “Reforma Agrária, um luta de todos!”, no III Congresso Nacional do MST, no ano 1995, e no plano das ações com a realização de grandes mobilizações nacionais como os “Gritos da Terra Brasil”, a partir de 1995, e da Marcha Nacional por Reforma Agrária rumo à Brasília, no ano de 1997, com a mobilização de mais de 100 mil pessoas. Mas também, do conflito e da violência, sobretudo pelos atos de barbárie do Massacre Corumbiara (1995), em Rondônia, e do Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), no Pará, que ganharam repercussão nacional e internacional

Na conjuntura estabelecida, a pauta da questão (da reforma) agrária foi imposta pelos movimentos sociais na agenda política do governo FHC. A reforma agrária passou a ser implantada de forma restrita à criação de projetos de assentamentos em áreas rurais, sendo concebida pelo Estado como uma política social compensatória para a qual foi atribuído o papel de corrigir as distorções sociais causadas pelo processo de modernização e que o mercado não pode resolver, ao contrário, agrava (ALENTEJANO, 1996, p.95).

Uma conjuntura agrária que se particularizou no Sul da Bahia que, na época, era “a região com a maior quantidade de áreas ocupadas na Bahia, com cerca de 20 mil hectares de terras em litígio que à época estavam sendo disputadas por quase mil famílias” (A Tarde, 1993)⁴⁰. Assim, foi considerada uma “área prioritária” para Estado no sentido de corrigir as distorções sociais agravadas pelo processo da modernização, como definiu Alentejano (1996). O que, inclusive, demandou a criação da Unidade Avançada da Superintendência do INCRA-BA no município de Itabuna, como será analisado no Capítulo 3.

⁴⁰ O “Sul da Bahia” compreendido pela junção das regiões do Litoral Sul e Extremo Sul da Bahia (A Tarde, Salvador, 4 de maio de 1993. Caderno Municípios, p.3)

Nesse sentido, ao descrever o contexto no qual assumiu a Superintendência Regional do INCRA – BA, em meados do ano de 1996, Clesson Dias destacou a conjuntura agrária estabelecida no Sul da Bahia.

Eu recebi um comunicado do ministro solicitando que eu fosse urgentemente para Brasília. E aí eu tive que ir pra Brasília e me encontrei com o Jugmam que eu não conhecia, e ele me falou “nós temos um grande problema, além do nacionalmente, nós temos um problema localizado na Bahia [...] Era muito na linha de conter a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que na época era muito forte e só para você ter ideia, o Movimento colocava dez mil trabalhadores na Superintendência facilmente, era impressionante e que, num primeiro momento, assustava todos os servidores lá, inclusive eu fiquei impressionado. Mas também por outro lado, era de você analisar o poder de mobilização que o MST na Bahia tinha para trazer aquela massa que vinha de Feira de Santana e era bonito, pelo fato da questão simbólica de representação de uma luta. Nós chegamos nesse contexto, de muita pressão, muita mobilização dos movimentos sociais[...] **E lá no Sul da Bahia tinha a questão da decadência das fazendas de cacau e que tanto o Movimento como nós, visualizamos a oportunidade de fazer senão a reforma agrária ali, mas fazer os assentamentos necessários.** Nós fizemos ali, no Sul da Bahia, várias desapropriações[...] (informação verbal, grifo nosso)⁴¹

Nesse contexto, durante o primeiro governo FHC (1995-1998), foram criados 23 assentamentos em áreas de reforma agrária no TI Litoral Sul da Bahia, totalizando uma área de 12.960,87 hectares e 1.040 famílias assentadas. O que representou 31,8% do total dos assentamentos criados no período de 1986 a 2017.

O início do segundo governo FHC, no ano de 1999, ocorre em meio à crise do real e desvalorização cambial, o que ocasionou o corte do orçamento agrário da União (em tempo que houve o aumento do preço da terra). Aliado a essa conjuntura econômica, a Medida Provisória nº 1.577 de 11 de junho de 1997, que havia sido aprovada ainda no final do primeiro governo FHC, estabeleceu novos critérios para vistorias e desapropriação dos imóveis rurais, além da descentralização, mediante convênios com os Estados, das atribuições relativas à execução do programa de reforma agrária que eram exclusivas da União.

Ainda no ano de 1999, foi elaborado o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS). A reforma agrária passou a ser conduzida como uma política redistributiva “destinada a sustentar a retomada do crescimento econômico do país e garantir a segurança alimentar da população” (ALENTEJANO, 1996, p.96). O apoio governamental ao fortalecimento produtivo e integração ao mercado da agricultura familiar passou a definir o sentido da reforma agrária para a construção do “Novo Mundo Rural”. Marco do avanço do

⁴¹ Entrevista realizada em Fortaleza, no dia 21 de junho de 2016.

projeto neoliberal no campo que, à época, foi anunciado pelo governo como uma “verdadeira revolução cultural dentro da reforma agrária brasileira” (JUGMAN,1997).

Contudo, a criação do (novo) mundo rural por via da “revolução cultural” anunciada pelo ministro Raul Jugman, revelou a permanência da (velha) prática de criminalização da luta pela terra e dos movimentos sociais do campo. Ainda que legalmente amparada pelo arcabouço jurídico, através da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 – versão atualmente em vigor da MP 2.027-38/2000 –, que impede a vistoria, avaliação ou desapropriação dos imóveis rurais ocupados (nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência). E da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, a partir da qual as ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária passaram a ser asfixiadas pela política fundiária de compra e venda de terra orientada pelo Banco Mundial através do Fundo de Terra e da (Não) Reforma Agrária e do Programa do Banco da Terra: Reforma Agrária Solidária (1997-1998), Cédula da Terra (1999-2002) e Crédito Fundiário (2002-atual).

Na convergência dessas ações, o segundo governo FHC (1999-2002) foi marcado pela diminuição do ritmo da implantação da política de assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no campo brasileiro. Ainda assim, em função da conflitualidade estabelecida com a crise cacaueteira, foram implantados 19 assentamentos rurais no TI Litoral Sul da Bahia, perfazendo um total de 10.595,59 hectares e 753 famílias assentadas. O que representou 25,7% do total dos assentamentos criados durante o período de 1986 a 2017. Dessa forma, nos sucessivos governos de FHC foram criados 42 assentamentos, o que equivale a 56,76 % do total de assentamentos historicamente criados no TI Litoral Sul da Bahia.

Com o início do governo Lula, no ano de 2003, ressurgiu a esperança popular de realização da reforma agrária como um processo estruturante do desenvolvimento no campo brasileiro. Afinal, na década anterior, a hegemonia do debate e das ideias em torno do que deveria ser uma reforma agrária foi compartilhada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como principal força partidária de esquerda, e pelo MST (STÉDILE, 2005, p. 15). Com isso, no ano de 2003, o número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209% (CPT, 2003).

No entanto, a “esperança” que tinha vencido o medo, se traduziu em “frustração” no que se refere a continuidade dos descaminhos percorridos pela reforma agrária no Brasil. Constatação que ficou evidente no descumprimento das metas estabelecidas no II PNRA, elaborado no ano de 2003, e por conseguinte, no II PRRA na Bahia, no ano de 2004 (assim

como ocorrera com o IPNRA, elaborado no governo de José Sarney, no ano de 1985 e IPRRA, durante o governo de Valdir Pires, no ano de 1986).

Com a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) foi anunciada a promoção de uma “Vida Digna no Campo” através da implantação do “novo modelo de Reforma Agrária, alicerçado na transição da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial”. Um processo de transição de pressupunha a recuperação da capacidade produtiva e da viabilidade econômica dos assentamentos existentes, garantia de assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização para as áreas reformadas; e a universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MDA, 2003a).

Em Freitas (2009), foi identificado que o tratamento da questão (da reforma) agrária nos marcos da abordagem territorial do desenvolvimento significou o seu esvaziamento político pela institucionalização da participação das organizações e movimentos sociais no Litoral Sul da Bahia. Um processo que também foi marcado pela instituição da categoria da agricultura familiar no campo da política pública, através da criação da Secretaria da Agricultura Familiar, em 2003, e da aprovação da Lei da Agricultura Familiar – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Uma conjuntura estabelecida que não somente repercutiu no ritmo de implantação da política de assentamentos rurais, mas também nas ações políticas das organizações e movimentos sociais no campo como considerou Angélica Anunciação enquanto representante do movimento sindical rural do Sul da Bahia.

Aí, com o final do governo Fernando Henrique a gente consegue eleger o nosso companheiro Lula, que já tinha participado desse processo em 1989, já com essa bandeira da reforma agrária e distribuição de terras, a gente vai pra esse governo sonhando que vão fazer tudo [...] **Agora, numa avaliação nossa, que a gente faz aqui por dentro, pelo menos esse grupo nosso do movimento sindical rural, aqui na região, a avaliação que a gente faz é que não foi uma questão apenas do governo Lula que houve um arrefecimento da luta.** Houve um arrefecimento da luta por conta dos movimentos sociais que já era um número grande, o MST, a FETAG se organizou, aí veio o MLT e foi surgindo vários nomes, um movimento ia parindo o outro, **acabou que ficou na expectativa de que o governo ia fazer reforma agrária na canetada**, que não precisava mais ocupar, que não precisava mais fazer caminhada, que não precisava mais fazer ocupações de órgãos e tal e ficamos esperando a canetada [...] Então, os movimentos sociais ficaram, muita gente do movimento social, especialmente do MST, foram ocupar espaço no governo federal, foram ocupar espaço no governo estadual, de outros movimentos também, do movimento sindical, da CONTAG, das FETAGs e tal. E isso **esperando que a gente fosse pela via burocrática, institucional e do governo, fazer a reforma agrária e foi o grande erro dos movimentos sociais** (informação verbal, grifo nosso)⁴²

⁴² Entrevista realizada em Itabuna, no dia 4 de maio de 2018.

Com o arrefecimento da luta pela reforma agrária, foram criados 12 assentamentos, com o total de 433 famílias assentadas e uma área de 5.749,48 hectares no TI Litoral Sul da Bahia durante o primeiro governo Lula (2003-2006), o que corresponde a 16,2% do total de assentamentos criados. Uma queda que foi ainda mais acentuada no segundo governo Lula (2007-2010), tendo sido criados apenas três assentamentos rurais com o total de 65 famílias assentadas e 700,34 hectares, ou seja, 4,1% do total dos assentamentos criados no período de 1986 a 2017. Portanto, assentamentos que foram criados a partir da desapropriação de imóveis rurais com tamanho inferior a 15 módulos fiscais (ou seja, 300 hectares).

Uma queda acentuada nas ações desapropriatórias no segundo governo Lula que também foi acompanhada por cortes no orçamento agrário. Cortes orçamentários que, em certa medida, estiveram associados à ocorrência da crise econômica mundial, no ano de 2008, e seus rebatimentos nas exportações de *commodities* agrícolas e minerais. Dessa forma, nos sucessivos governos de Lula foram criados 15 assentamentos, o que equivale a 20,27 % do total de assentamentos historicamente criados no TI Litoral Sul da Bahia.

É inegável que houve conquistas importantes para a base social da reforma agrária. Sendo estes, inclusive, reconhecidos no lugar de fala dos sujeitos pesquisados. “Saímos de crédito habitação de 2,5 mil no governo FHC para 14 mil no governo Lula. Isso significou muito pra gente”, como destacou Carlos Alberto Pereira dos Santos, mais conhecido como “Garotinho”, enquanto membro da coordenação regional do Movimento de Luta pela Terra (MLT). Conquistas que não só estiveram associadas ao aumento dos recursos do crédito instalação do INCRA, mas também ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); criação do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Luz para Todos e outros.

Políticas estas, diga-se de passagem, construídas com a participação e a legítima representação dos movimentos sociais organizados (COUTO FILHO, 2007, p.5). Contudo, entende-se que o aumento da participação política dos movimentos sociais em instâncias institucionalizadas de poder, a forma de gestão dos programas criados e da concessão dos recursos no esteio da descentralização da reforma agrária e da política de desenvolvimento territorial, também representou a continuidade do projeto neoliberal do Novo Mundo Rural que

foi preconizado pelo governo de FHC. Aspecto que, em certa medida, favoreceu a fragmentação das ações políticas dos movimentos sociais e da luta pela reforma agrária.

Também, não houve por parte do governo o atendimento da pauta histórica de atualização do índice de produtividade que define a aplicação do instrumento legal de desapropriação para fins de reforma agrária, assim como foram mantidas as ações de criminalização dos movimentos sociais, através da MP nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; e da política fundiária de compra e venda de terra orientada pelo Banco Mundial, através do Programa Crédito Fundiário (2002-atual). Ao passo que ocorreu o fortalecimento dos setores do agronegócio, agroenergia e mineração associados ao capital financeiro internacional, através dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado brasileiro e empréstimos financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no contexto do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Um processo que, na escala do Litoral Sul da Bahia, adquiriu materialidade com o avanço do monocultivo do eucalipto e da mineração, e a implantação do complexo FIOOL – Porto Sul como será analisado no Capítulo 5.

Durante os governos da presidenta Dilma Rousseff, constatou-se o agravamento do processo de arrefecimento da luta pela reforma agrária, tendo sido criados somente cinco assentamentos com o total de 82 famílias e uma área de 1.449,23 hectares no primeiro governo (2011-2014), o que correspondeu a 6,7% do total; assim como também foram criados somente cinco assentamentos no segundo governo (2015-2016), com o total de 90 famílias e uma área de 2.028,84 hectares, o que correspondeu igualmente a 6,7% do total. Dessa forma, foram obtidos um dos piores índices da reforma agrária no Brasil desde o desmonte do governo Collor (que também passou a ser equiparada às medidas emergenciais do Programa Brasil Sem Miséria). Ademais, houve a criação de novos marcos legais e institucionais (a exemplo das Portarias Nº 5, 6 e 7 de 31 de janeiro de 2013 do MDA) que atravancaram a obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária. Principalmente, no que diz sobre a fixação de valores máximos de referência para as ações desapropriatórias considerando o custo por família assentada (tendo sido fixado o valor máximo do imóvel de 80 mil reais por família assentada em áreas no Bioma da Mata Atlântica, onde está localizado o Litoral Sul da Bahia). Como também foi impetrada a medida cautelar do Tribunal de Contas da União – Acórdão TCU 775/2016 –, que determinou a paralisação das ações do programa da reforma agrária durante o período de abril de 2016 e setembro de 2017.

Uma realidade que também se definiu em meio ao fim do ciclo de valorização das *commodities* agrícolas e minerais que se definiu no período de 2003 a 2012, e ao agravamento dos cortes orçamentários já haviam sido iniciados no segundo governo Lula. E principalmente, considerando o golpe jurídico-político-midiático que determinou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016. Dos cinco assentamentos criados no segundo governo Dilma, quatro assentamentos foram criados através de decretos publicados às vésperas do dia 31 de agosto de 2016, como se pode observar na Tabela 4.

Tabela 4. Assentamentos de Reforma Agrária criados no TI Litoral Sul da Bahia, 2016

Município	Assentamento	Nº famílias		Área	Data Criação
Almadina	Pancadinha	14	-	317,88	22/06/2016
Una	Nova Jerusalem	15	-	359,42	22/07/2016
Una	Robertão	21	-	662,63	11/08/2016
Uruçuca	Santa Isabel	24	-	282,52	11/08/2016
TOTAL	4	74		1.622,46	

Fonte: INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

Assim, foi criado o assentamento Pancadinha, localizado no município de Almadina, com a capacidade de 14 famílias e área de 317,88 hectares, que foi criado no dia 22/06/2016; o assentamento Nova Jerusalém, localizado no município de Una, com capacidade de 15 famílias e área de 359,42 hectares, que criado no dia 22/07/2016; o assentamento Robertão, localizado no município de Una, com capacidade de 21 famílias e área de 662,63 hectares, que criado no dia 11/08/2016; e o assentamento Santa Isabel, localizado no município de Uruçuca com capacidade de 24 famílias e área de 282,52 hectares que também foi criado no dia 11/08/2016.

Uma realidade que se complexificou ainda mais em tempos de austeridade e conservadorismo que se impuseram no Brasil com o início do governo Michel Temer (2016-atual). Principalmente, considerando o papel assumido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no processo que determinou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Fato que culminou na extinção imediata do MDA e na transferência do INCRA e das principais pastas ligadas à reforma agrária para a Casa Civil (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Ademais, ainda está em tramitação o Projeto de Lei Terra para Estrangeiros – PL 4059/2012 – que institui a legalização da compra de terras brasileiras por estrangeiros; o Projeto de Lei de Proteção de Cultivares – PL 827/2015 – que institui o controle das grandes empresas

sobre o uso das sementes, plantas e mudas geneticamente modificadas; o Projeto de Lei do Pacote do Veneno – PL 6.299/2002 – que exclui as prerrogativas do Ministério do Meio Ambiente e Ministérios da Saúde nos processos de análise e registro dos agrotóxicos, concentrando o poder de veto no Ministério da Agricultura. Ações do Estado que em certa medida representam uma ameaça à segurança do território nacional e a soberania do povo brasileiro, tornando evidente a subserviência da burguesia agrária brasileira ao capital mundial que, historicamente, determinou as marcas periféricas do capitalismo no Brasil. Sem contar, também, com a extinção da Ouvidoria Agrária e da Comissão de Combate à Violência no Campo; com a tramitação do PL 224/17 que prevê a revogação do Estatuto do Desarmamento e autorização do uso de arma de fogo por pessoas residentes no meio rural; e o PL 5065/2016 que visa classificar o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) como grupos terroristas no Brasil.

Tempos de austeridade e conservadorismo que também vem sendo marcados pelo aumento da violência e conflitos no campo, como evidenciam os dados da CPT (2017) com o registro de 70 assassinatos de trabalhadores rurais no ano de 2017, o que representou um aumento de 15% em relação ao ano de 2016, com 61 assassinatos. O estado Bahia registrou o terceiro maior número com 10 assassinatos, sendo precedido apenas pelos estados do Pará, com 21 assassinatos, e Rondônia, com 17 assassinatos.

Tempos marcados por perdas de direitos sociais e retrocessos políticos, aumento da violência e conflitos no campo, que se revelaram de forma ainda mais perversa com a aprovação da PEC do Congelamento do Teto do Gasto Público durante 20 anos – PEC 241/2016 (ou 55) – e da Reforma Trabalhista, através da Lei nº 13.467/2017 (sem contar, também, com a PEC da Reforma da Previdência – a PEC 287/2016 – que está em tramitação no Congresso Nacional e que, caso seja aprovada, pode decretar o fim da aposentadoria rural). Com a aprovação da “PEC da Morte” – como ficou conhecida a PEC 241/2016 (ou 55) – ocorreram “cortes rasos” no orçamento agrário do PLOA de 2018, como definiram os analistas Teixeira e Intini (2017). Cortes que representaram um “tiro de misericórdia” no programa da reforma agrária bem como ao conjunto de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar que foram conquistadas pelas lutas populares no contexto do avanço das forças progressistas que se definiu no Brasil, nos últimos 15 anos.

Com a aprovação do Projeto de Lei 13.465 de 11 de julho de 2017 (conversão da antiga MP 759/2016), dentre tantos outros retrocessos instituídos, foi estabelecida a massificação da titulação dos assentamentos como meta prioritária das ações do INCRA. Uma

ação imperativa de serventia dos assentamentos rurais às agudezas do mercado, ainda que escamoteada pelo discurso da modernização da reforma agrária e segurança jurídica das famílias assentadas. Na conjuntura estabelecida, nenhum assentamento rural de reforma agrária foi criado no Litoral Sul da Bahia, nos anos de 2016 e 2017. Mais um hiato definido, assim como ocorrera nos anos dos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994).

Foi assim que, imersos ao movimento histórico do processo da redemocratização, na Nova República, perpassando pela sucessão de diferentes governos, programas e planos – I Plano Nacional da Reforma Agrária, em 1985, no governo José Sarney; o Programa da Terra, em 1990, no governo Fernando Collor; o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2002, no governo FHC; II Plano Nacional da Reforma Agrária e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, em 2003, no governo Lula – os assentamentos rurais em áreas de reforma agrária adquiriram materialidade na escala do Litoral Sul da Bahia. Um processo de territorialização da luta pela reforma agrária que se particularizou no contexto regional da crise da “vassoura de bruxa”, sendo conformado um adensamento das ações políticas dos movimentos sociais com efeitos diretos nas ações desenvolvidas pelo Estado. Uma particularidade que não se restringe à escala do campo baiano, mas se projeta como uma “grande mancha” de concentração de projetos e adquire visibilidade analítica na dimensão do campo brasileiro e latino-americano (LEITE; HEREDIA; MEDEIROS *et al.*, 2004)⁴³.

Contudo, apesar da definição de “áreas prioritárias” e de metas estabelecidas nos programas e planos dos sucessivos governos, a lógica que determinou a espacialização regional dos assentamentos rurais, em consonância com a realidade do campo brasileiro, foi a mediação espacial do conflito socialmente estabelecido. Ou, lembrando mais uma vez Oliveira (1999), a luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Uma luta que adquire concretude no território e que assim, portanto, adquire o sentido de conflito territorial.

Nesse sentido, é importante considerar o nexos analítico que, no movimento contraditório inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, se definiu entre a territorialização do agronegócio do cacau e a territorialização da luta reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Isso porque, um dos aspectos determinantes para a espacialização das ações dos movimentos

⁴³ No estudo desenvolvido foram selecionadas seis “grandes manchas” com concentração de assentamentos no campo brasileiro, assim denominadas pelos autores: Mancha do Sudeste do Pará – PA; Mancha do Entorno do Distrito Federal – GO e MG; Mancha do Sertão do Ceará – CE; Mancha da Zona Canavieira do Nordeste – AL, PB e PE; Mancha do Sul da Bahia – BA; Mancha do Oeste de Santa Catarina – SC.

sociais pela tática das ocupações das fazendas de cacau, a partir da década de 1990, foi o efetivo produtivo instalado da cacauicultura – ainda que com elevada incidência da doença da vassoura de bruxa – associado à qualidade do solo e acessibilidade, com vistas à garantia da viabilidade econômica dos assentamentos a serem criados, com estimativa de renda por parte dos movimentos sociais de 2,6 salários mínimos, como também analisou Clesson Dias⁴⁴.

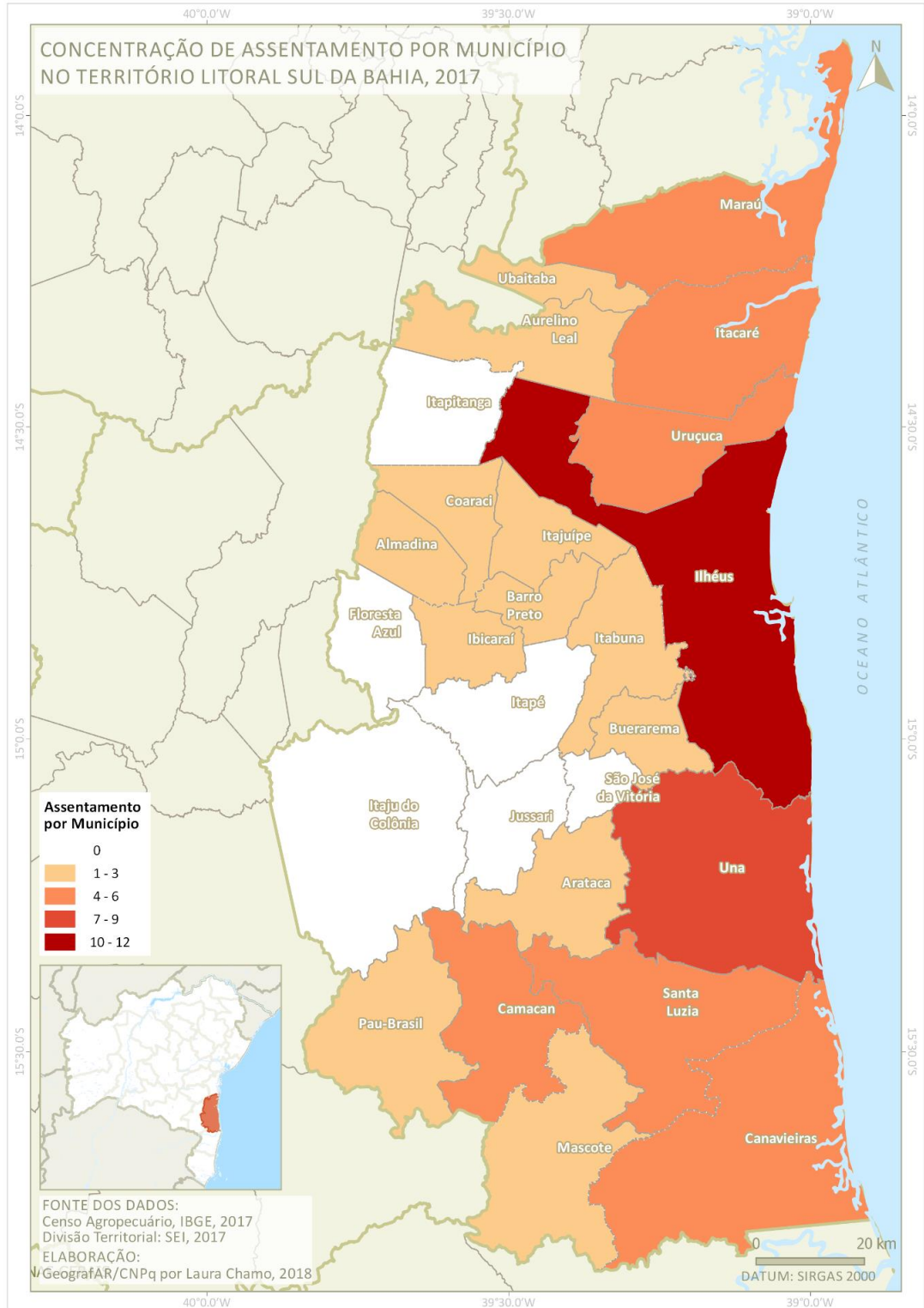
O movimento atuou taticamente, disse olha “as áreas para o nível, do ponto de vista da agricultura familiar, são áreas que respondem bem”, não respondia as expectativas dos empresários, da monocultura agroexportadora, mas respondia em termos de renda para as famílias [...]Ali já tinha toda uma infraestrutura assentada, a maioria das áreas tinham escoamento, estradas de escoamento, tinha já uma cultura plantada, evidentemente precisava fazer alguns controles com relação aos tratamentos fitossanitários, mas já tinha 2,6 salários mínimos, enquanto em outras áreas é dureza você se estruturar (informação verbal).

Um processo de territorialização que em suas múltiplas determinações e contradições, também atribuiu ao município de Ilhéus – na sua complementariedade espacial ao município de Itabuna – a centralidade espacial no processo de territorialização da luta pela reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Uma complementariedade espacial – ou mesmo uma unidade econômica funcionalmente integrada (MELO e SILVA; SILVA; LEÃO, 1987) – historicamente constituída a partir do circuito espacial do cacau e dos tempos áureos que marcou o apogeu dos “coronéis do cacau” na República Velha e da burguesia cacauera nascente na Nova República – com suas firmas comerciais, casas exportadoras, agências bancárias e indústrias de processamento do cacau. Atualmente, Ilhéus é o município que concentra a maior área de cultivo e a produção de cacau – são 47.000 hectares que produzem 13.019 toneladas de cacau, o que corresponde, respectivamente, a 17,54 % da área total e 19,84 % da produção total da região (IBGE, 2017) – como também sedia a maior zona processamento, comercialização e exportação das amêndoas de cacau, através do Porto do Malhado (desde o ano de 1971). Como também, é o município que concentra a maior quantidade de assentamentos de reforma agrária criados no Litoral Sul da Bahia, como representa a Figura 15⁴⁵.

⁴⁴ Superintendente Regional do INCRA na Bahia, durante os anos de 1996 a 2000. Entrevista realizada em Fortaleza, no dia 21 de setembro de 2016.

⁴⁵ No contexto da crise produtiva do cacau, o município de Ilhéus passou a incorporar outras dinâmicas e funcionalidades produtivas, consolidando-se também como o principal centro turístico da região: na modalidade do turismo “sol e praia” (assim como os municípios de Canavieiras e Itacarê); na modalidade do turismo cultural, pelo patrimônio arquitetônico herdado do período colonial como sede da Capitania São Jorge do Ilhéus e pelo valor simbólico de “berço da civilização cacauera” exaltado pela historiografia e literatura regional; e na modalidade do ecoturismo e turismo rural. Também se constitui com o nó da rede dos fluxos turísticos na região, através da localização do Porto do Malhado e do Aeroporto Jorge Amado.

Figura 15.



Considerando o período em análise de 1986 a 2017, foi identificada a criação de 13 assentamentos no município de Ilhéus, com 424 famílias assentadas e 5.663,64 hectares (o que, respectivamente, equivalem a 18,57 % do total de assentamentos, 18,08 % do total de famílias e 14,43 % do total de “áreas reformadas” em terras sul baianas). Assentamentos que, como apresenta a Tabela 5, foram criados, entre os anos de 1996 e 2006, no contexto de maior agravamento da crise cacauceira.

Tabela 5.
Assentamentos de Reforma Agrária criados no município de Ilhéus-Bahia, 1986 a 2017

Assentamento	Nº famílias	Área	Data Criação
Fábio Henrique Cerqueira	29	269,86	25/07/1996
Oregon	22	648,00	30/12/1996
Cova da Árvore/Cosme Muniz	35	423,99	17/12/1997
Josefa Vitória	23	180,83	04/08/1998
Ressureição	35	538,44	15/10/1998
Conjunto Bom Gosto/Jerusalem	39	431,30	09/09/1999
Dois Irmãos	23	461,87	12/04/2000
Frei Vantuy	38	476,44	12/04/2000
Nova Vitória	36	580,80	12/04/2000
Dom Helder Câmara	26	241,07	18/12/2002
João Amazonas	74	833,26	02/08/2004
São Bento	15	235,48	18/03/2005
Faz. Rochedo e Outras	29	342,30	07/12/2006
TOTAL	424	5.663,64	

Fonte: INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

Já a afirmação do município de Itabuna como uma centralidade regional ocorreu de forma associada à sua localização geográfica no centro da zona produtora do cacau. Aspecto que, historicamente, o definiu como entreposto comercial e que, com a implantação da política rodoviária do Instituto do Cacau da Bahia (ICB), a partir de 1932, financiada pela indústria automobilística norte-americana (no contexto da II Revolução Industrial), o consolidou como um entroncamento rodoviário do comércio varejista e prestação de serviços.

No município de Itabuna, foram criados apenas dois assentamentos de reforma agrária: Manoel Chinês, criado no ano de 2000, tendo 40 famílias e 415,00 hectares; Conjunto Alemita, criado no ano de 2005, tendo 30 famílias e 343,34 hectares. No entanto, em função da sua localização geográfica, é também o município que, estrategicamente, estão localizadas as sedes e coordenações regionais das principais entidades, organizações e movimentos sociais de luta pela terra (CPT, CIMI, FETAG-BA, MST, MLT, FTL) e também, da unidade avançada do

INCRA no Sul da Bahia, além dos órgãos vinculados ao governo estadual com ações políticas em áreas de assentamentos de reforma agrária.

Ainda de acordo com a Figura 15, observa-se que os municípios que não possuem assentamentos criados (ou seja, Itapitanga, Floresta Azul, Itajú do Colônia, Jussari, Itapé e São José da Vitória) são também aqueles onde não se tem a consolidação da cacauicultura, tendo ocorrido o avanço da pecuária extensiva. Uma atividade que sempre foi desenvolvida de forma acessória à cacauicultura, em áreas impróprias ao cultivo do cacau, mas que também avançou sobre as áreas da cacauicultura no contexto de agravamento da crise regional, a partir da década de 1990.

Também, é importante destacar as limitações impostas à cacauicultura no município de Itajú do Colônia pelas suas condições edafoclimáticas, com o predomínio de relevo plano, clima de savana e organossolos (aliás, único município da região que não apresenta regime de clima tropical). Uma condição que também possibilitou a implantação do monocultivo do café tipo *conilon*.

Outro destaque é o município de São José da Vitória que foi emancipado do município de Buerarema, no ano de 1989, e que, segundo o IBGE (2010), tem a menor população (5.711 habitantes) e menor área (72, 491 Km²) do TI Litoral Sul da Bahia. Isso porque o município está localizado em meio a área em litígio entre os fazendeiros e os Tupinambás de Olivença da Serra do Padeiro que abrange os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema. Um conflito histórico que se intensificou a partir do ano de 2015 com a intensificação das ações de retomada das terras indígenas pela “Demarcação Já!” do Território Indígena Tupinambá.

Uma área em litígio que envolve os dois municípios que, juntos, concentram quase um terço do total dos assentamentos criados no TI Litoral Sul da Bahia: Ilhéus com 14 assentamentos e Una, com nove assentamentos, totalizando 22 assentamentos, ou seja, 29,72 % do total dos assentamentos criados (além do município de Buerarema que tem três assentamentos).

Uma área em litígio na qual a conflitualidade estabelecida também repercute nas áreas dos assentamentos de reforma agrária, como o fato do assassinato do trabalhador Juraci Santos, ocorrido no ano de 2015, no Assentamento Ipiranga, localizado no município de Una, como relatou em entrevista Carlos Alberto “Garotinho”, membro da coordenação regional do Movimento de Luta pela Terra (MLT).

O Juraci era muito assíduo com as coisas do assentamento, um cara muito responsável, queria que as coisas acontecessem na óptica da reforma agrária aí era discussão e veio a acontecer isso aí depois que estourou o conflito aí na região [...] Chegaram, ele tava jantando com a mulher, assistindo televisão, chegaram, bateram na porta, abriu, foi detonando. Só que a mulher caiu fora, se ela fica, ela morre também, ela saiu pelo fundo da casa, senão ela morria (informação verbal)⁴⁶

Os assassinos não foram identificados pela política, configurando-se mais um caso de violência e impunidade. À época, a mídia local criminalizou os povos tupinambás, imputando-lhes a autoria do crime. Tese que, no entanto, também foi refutada pela coordenação regional do MLT.

Mas não teve, sobre isso aí não teve lá não, não foi um conflito dos índios. Eu lhe digo mais ou menos nessa época porque nessa época queimaram um carro do INCRA na estrada, lá em Buerarema. O cara parou, até o menino Elias, parou o carro na fila e aí tocaram fogo (informação verbal).

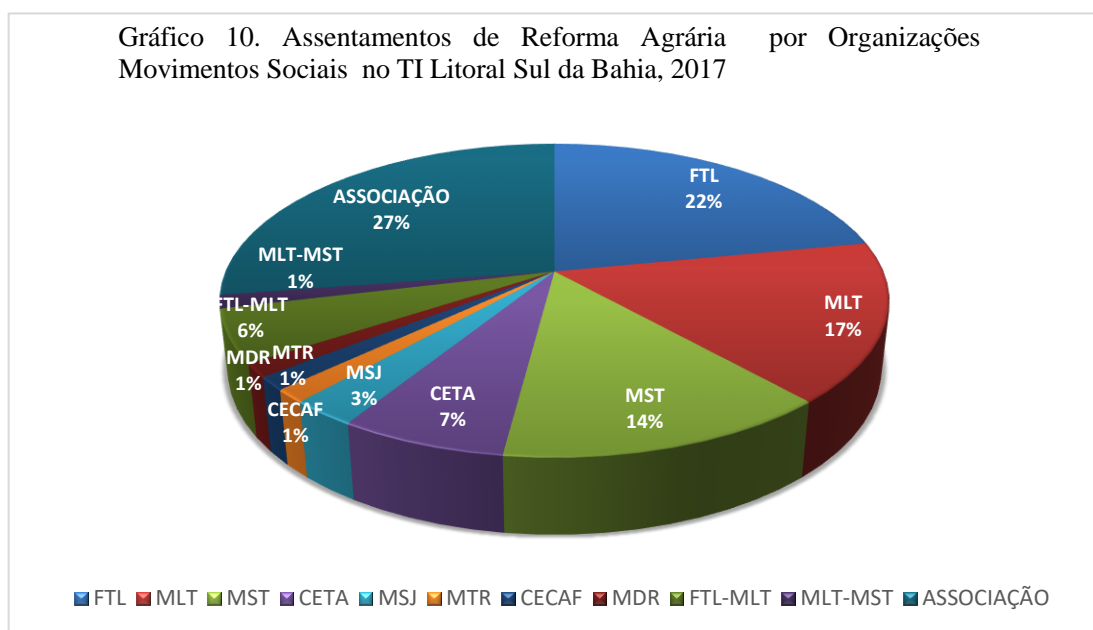
Ao analisarmos a espacialização dos assentamentos rurais de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia a partir das ações políticas das organizações e movimentos sociais de luta pela terra, constatamos que, atualmente, dos 73 assentamentos implantados⁴⁷: 16 assentamentos são dirigidos pela Frente dos Trabalhadores Livres (FTL), o que corresponde a 22 % do total; 12 assentamentos são dirigidos pela Movimento de Luta pela Terra (MLT), o que corresponde a 16 % do total; 10 assentamentos são dirigidos pela Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que corresponde a 14 % do total; cinco assentamentos são dirigidos Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA), o que corresponde a 7% do total; dois assentamentos são dirigidos pelo Movimento Social Jupará (MSJ) o que corresponde a 3% do total; um assentamento é dirigido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR) o que corresponde a 1% do total; um assentamento é dirigido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR) o que corresponde a 1% do total; um assentamento é dirigido pelo Movimento dos Desempregados Rurais (MDR) o que corresponde a 1% do total; um assentamento é dirigido pela Central Estadual de Associações das

⁴⁶ O Assentamento Nova Ipiranga é vinculado ao MLT e foi criado no ano de 1998, com uma área de 1.261 hectares e 43 famílias assentadas. Entrevista realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabuna no dia 8 de maio de 2018.

⁴⁷ Dos 74 assentamentos criados no Litoral Sul da Bahia, no período de 1986 a 2017, foram implantados apenas 73 assentamentos como será analisado no Capítulo 4.

Um aspecto importante a ser considerado é que a dinâmica inerente às lutas sociais (e nesse sentido, também, os conflitos internos existentes) se impõe na definição da orientação dos assentamentos pelas organizações e movimentos sociais. Aspecto que, em certa medida, define desafios à realização do procedimento da sistematização. Nesse sentido, destaca-se que as informações aqui apresentadas foram sistematizadas a partir do levantamento documental realizado no INCRA (tanto no Setor de Desenvolvimento da Superintendência Regional, em Salvador, como na Unidade Avançada do Sul da Bahia, em Itabuna) e da interlocução estabelecida com os sujeitos pesquisados durante o trabalho de campo.

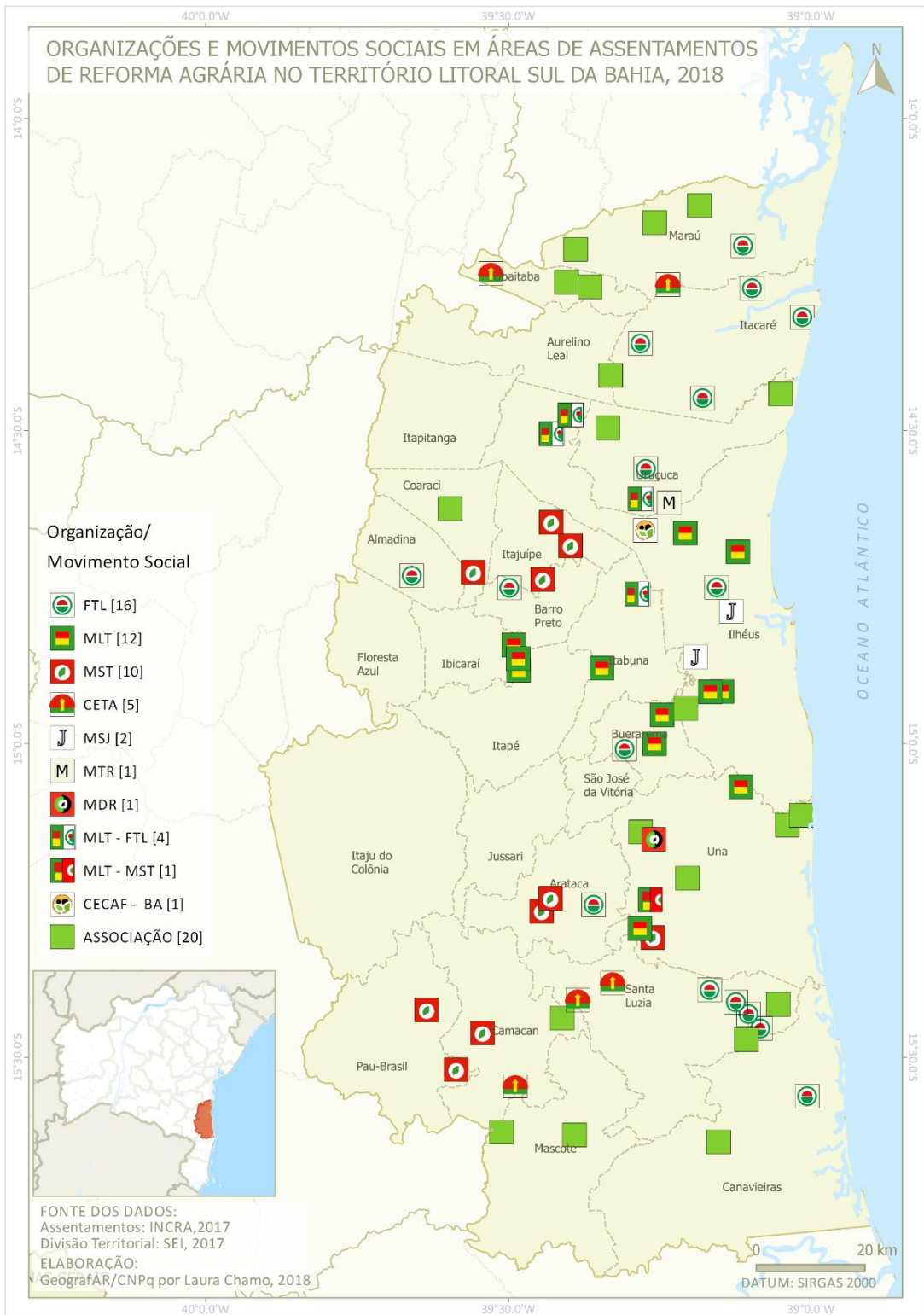
Comunidades Tradicionais, da Agricultura Familiar e Campesina (CECAF) o que corresponde a 1% do total; quatro assentamentos são dirigidos pelo FTL e MTL, respectivamente (o que corresponde a 5% do total); assim como um assentamento é dirigido pelo MTL e MST, respectivamente (o que corresponde a 1% do total). E que 20 assentamentos (o que corresponde a 27% do total) são considerados “independentes”, ou seja, não estão atualmente vinculados a nenhuma organização ou movimento social de luta pela terra, como representam o Gráfico 10 e a Figura 16.



Fonte: Trabalho de campo, 2018. Elaborado pela autora.

Uma diversidade de organizações e movimentos sociais que se apresenta como uma síntese da permanência da questão agrária brasileira. Ou melhor, das lutas sociais que, em diferentes tempos, emergiram na resistência e no enfrentamento às duas formas combinadas de sua manifestação: expropriação e a exploração (MARTINS, 1991). Lutas sociais que como foi visto, remontam ao processo histórico de expropriação das territorialidades originalmente constituídas pelos povos indígenas e comunidades quilombolas, perpassando pela organização política dos trabalhadores assalariados do cacau que, ainda na década de 1930, integraram o movimento precursor do sindicalismo rural brasileiro, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirangi, no ano de 1937. Uma forma de organização que foi retomada na década de 1950, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna (1952) e consolidada na década de 1960, com a criação Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Bahia (1963). Como também remontam à espacialização das ligas camponesas na década de 1960, da luta dos posseiros na década de 1980 e da luta dos trabalhadores rurais sem terra, a partir da década de 1990.

Figura 16.



Dados que, também, evidenciam a predominância dos assentamentos vinculados a base social do sindicalismo rural, através das ações da FETAG-BA e do PC do B. Uma base social historicamente constituída que em suas permanências e fragmentações é, atualmente, representada pelo MLT, criado no ano de 1993 –que como já foi dito, até o ano de 1996 era considerado o “braço da FETAG-BA” na reforma agrária –, e, a partir do ano de 2010, também, pela FTL. Assim, juntos, MLT e FTL concentram aproximadamente 45% do total dos assentamentos implantados no TI Litoral Sul da Bahia.

Seguidamente, vem o MST (que advindo do Extremo Sul, desde o ano de 1986, passou a atuar nas áreas do Litoral Sul, a partir do ano de 1988) e o CETA (criado em 1994, ainda como Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Acampados do Sul da Bahia - RAACASUL)⁴⁸. Assim, juntos, o MLT, FTL, MST e CETA concentram atualmente 65% do total dos assentamentos implantados no TI Litoral Sul da Bahia.

Entende-se, assim, o Litoral Sul da Bahia enquanto uma particularidade na realidade do campo brasileiro. Uma particularidade que se define pela memória da violência e expropriação, luta e resistência camponesa; e de forma mais específica, pela quantidade de assentamentos de reforma agrária e diversidade de organizações e movimentos sociais de luta pela terra. Uma particularidade que, contudo, não se traduziu na realização de um processo efetivo de democratização do direito social à terra. Mais um (des)caminho da reforma agrária que se define no contexto mais amplo de permanência da questão agrária brasileira no Brasil. Uma questão que, em sua essência, se revela enquanto uma questão territorial.

Ao analisarmos os dados do Censo Agropecuário do IBGE, no ano de 2006, ainda que considerando o estabelecimento agropecuário como unidade de referência da coleta e sistematização dos dados pesquisados, é possível constatar que 42,76% dos estabelecimentos agropecuários tem a área inferior a 10 ha e ocupam apenas 3,36% da área total; 18,53% dos estabelecimentos tem a área de 10 a menos de 20 ha e ocupam 4,82% da área total; 19,9% dos estabelecimentos tem a área de 20 a menos de 50 ha e ocupam 11,55% da área total; 0,92 % dos estabelecimentos tem a área de 50 a menos de 100 ha e ocupam 12,82 % da área total;

⁴⁸ Ao analisar a formação e territorialização do Movimento CETA na Bahia, Santos (2009) identifica a definição de três importantes marcos nesse processo: a princípio, enquanto Comissão de Assentados e Áreas de Conflitos da Bahia (1995-1999); posteriormente, como Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia (1999- 2002); e, desde 2002, enquanto Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia passando, em 2004, à incorporar as Comunidades Quilombolas. Tendo a CPT e o CEAS como principais assessorias, as ações do Movimento no Litoral Sul da Bahia se iniciaram ainda no ano de 1994, na particularidade da organização da Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Acampados do Sul da Bahia – (RAACASUL).

5,37% dos estabelecimentos tem a área de 100 a menos de 200 ha e ocupam 14,29 % da área total; 3,54 % dos estabelecimentos tem a área de 200 a menos de 500 ha e ocupam 20,79 % da área total; 0,87 % dos estabelecimentos tem a área de 500 a menos de 1000 ha e ocupam 11,69 % da área total; 0,37 % dos estabelecimentos tem a área de 1000 a menos de 2500 ha e ocupam 10,62 % da área total; e 0,05% dos estabelecimentos tem a área igual ou superior a 2500 ha e ocupam 10,12% da área total, como representa a Tabela 6 ⁴⁹.

Tabela 6. Número de Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de Área no TI Litoral Sul da Bahia, 2006

Grupo de área total (ha)	Nº de Estabelecimento	%	Área (ha)	%
Menos de 1 a 10	14.225	42,76	56.841	3,36
De 10 a menos de 20	6.252	18,53	81.645	4,82
De 20 a menos de 50	6.439	19,09	195.682	11,55
De 50 a menos de 100	3.178	9,42	217.249	12,82
De 100 a menos de 200	1.812	5,37	242.138	14,29
De 200 a menos de 500	1.195	3,54	351.443	20,79
De 500 a menos de 1.000	294	0,87	198.029	11,69
De 1.000 a menos de 2.500	126	0,37	179.900	10,62
De 2500 a mais	16	0,5	171.566	10,12
Total	33.537	100	1.694493	100

Fonte: IBGE (2006); GeografAR (2010). Elaborado pela autora.

Ou, dito de forma, que 5,28% dos estabelecimentos possuem uma área de mais de 200 hectares e ocupam 52,22% da área total. De forma mais específica, que 1,74% dos estabelecimentos possuem uma área de mais de 500 hectares e ocupam 32,43% da área total (imóveis que são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária por terem uma área superior 300 hectares na região, ou seja, 15 módulos fiscais nos municípios da região).

Buscando o aprofundamento da análise, foi adotado o procedimento do cálculo do Índice de Gini dos municípios, com base nos dados dos Censos Agrícolas e Agropecuários do IBGE, na série histórica de 1920 a 2006. Em seguida, os dados obtidos foram sistematizados a partir da classificação definida por Câmara (1949) com as seguintes categorias: (0,000 a 0,100 = nula); (0,101 a 0,250 = nula a fraca); (0,251 a 0,500 = fraca a média); (0,501 a 0,700 = média a forte); (0,701 a 0,900 = forte a muito forte); e (0,901 a 1,000 = muito forte a absoluta), como apresenta a Tabela 7 ⁵⁰

⁴⁹ Considera-se estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária (IBGE, 2006).

⁵⁰ O Índice de Gini foi criado, em 1912, pelo estatístico, demógrafo e sociólogo italiano Conrado Gini (1884 – 1965). Equivale à medida do grau de concentração ou desigualdade de distribuição de um bem, nesse caso, a terra.

Tabela 7.
Distribuição da Concentração Fundiária dos Municípios do TI Litoral Sul da Bahia, 1920 a 2006.

Ano	Nº Total Municípios	Frac a média (0,251 a 0,500)		Média a forte (0,501 a 0,700)		Forte a muito forte (0,701 a 0,900)		Muito forte a absoluta (0,901 a 1,000)	
		n ° municípios	%	n ° municípios	%	n ° municípios	%	n ° municípios	%
1920	5	-	-	-	-	-	-	5	100
1940	7	1	14,29	5	71,43	1	14,29	-	-
1950	7	-	-	6	85,71	1	14,29	-	-
1960	11	1	9,09	10	90,91	-	-	-	-
1970	22	1	4,55	18	81,82	3	13,64	-	-
1975	22	1	4,55	20	90,91	1	4,55	-	-
1980	22	-	-	14	63,64	8	36,36	-	-
1985	22	-	-	15	68,18	7	31,82	-	-
1996	26	1	3,85	16	61,54	9	34,62	-	-
2006	26	-	-	18	69,23	8	30,77	-	-

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (1920 a 2006); GeografAR (2010). Elaborado pela autora.

Como se observa, no ano de 1920, todos os cinco municípios então existentes apresentaram uma concentração variando entre muito forte a absoluta. Uma realidade enraizada na herança colonial do domínio sucessório da propriedade da terra pela oligarquia regional, constituído através das doações das sesmarias, ou mesmo da apropriação ilegal das terras devolutas no processo de expansão da lavoura cacauzeira.

Em 1940, 14% os sete municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média, 72% apresentavam uma estrutura variando entre média a forte e 14% apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte. Em 1950, 86% dos sete municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre média a forte enquanto que 14% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte.

Em 1960, 9% dos 11 municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média e 91% dos municípios apresentavam uma estrutura variando entre média a forte. Em 1970, 5% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média, 81% tinham uma estrutura variando entre média a forte e 14% apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte.

O valor do coeficiente de Gini oscila entre 0 e 1. Quanto mais próximo do zero, menor é o grau de concentração e quanto mais próximo do valor 1, maior é o grau de concentração.

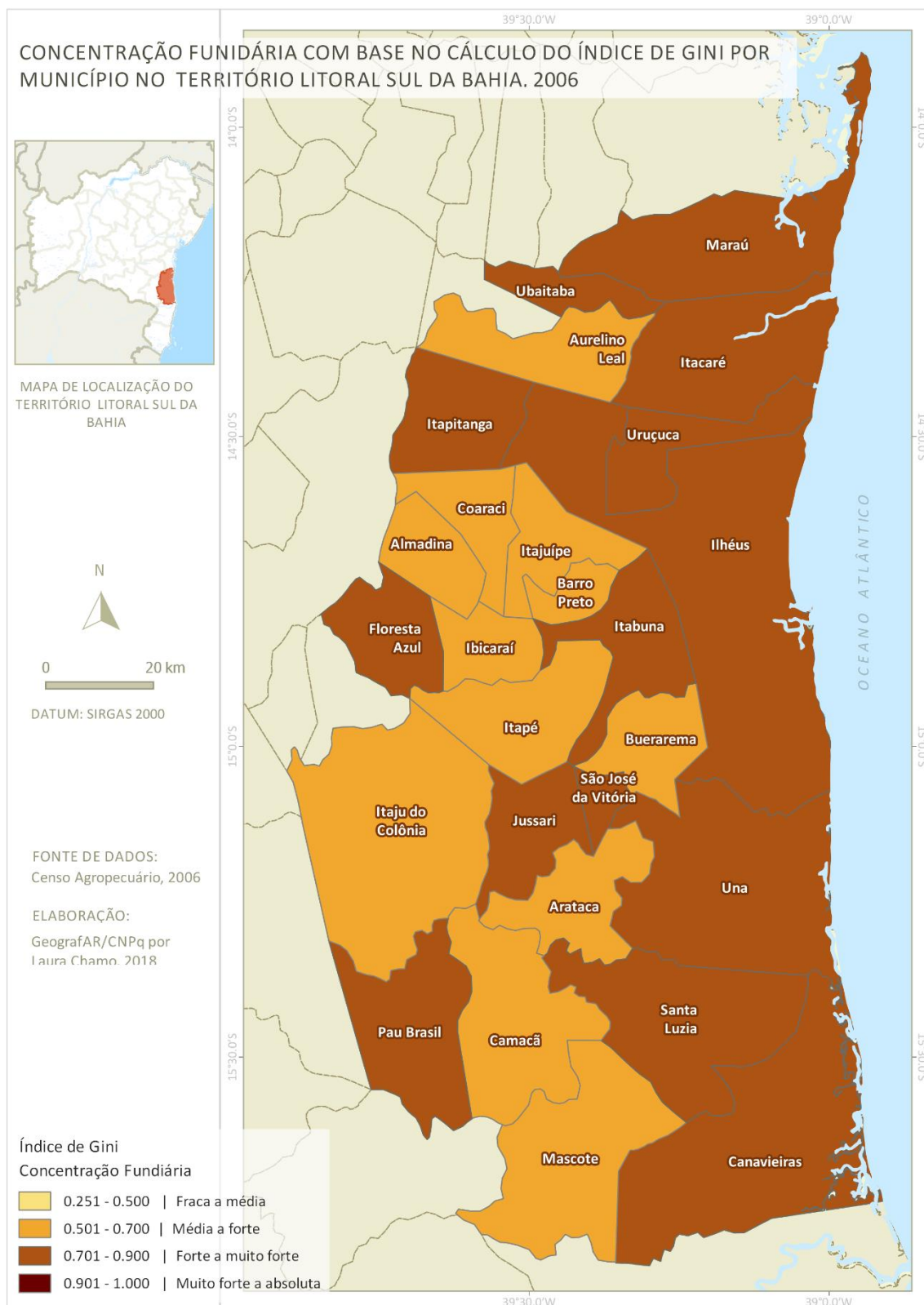
Importante considerar que, pela metodologia adotada pelo IBGE, os dados dos Censos Agropecuários passaram a ser mais “confiáveis” a partir das edições das décadas de 1970 e 1975. Ainda assim, são dados que evidenciam indicativos importantes para a análise.

Em 1975, 5% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura fundiária variando entre fraca a média, 90% apresentavam uma estrutura com variação entre média a forte e 5% apresentavam uma estrutura variando entre forte a muito forte. Em 1980, 15% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura variando entre média a forte enquanto que 85% dos municípios apresentavam uma estrutura fundiária variando entre forte a muito forte. Em 1985, 68% dos 22 municípios então existentes apresentavam uma estrutura variando entre média a forte enquanto que 32% possuíam uma estrutura fundiária variando entre forte a muito forte. Em 1995/6, 4% dos 26 municípios existentes apresentavam uma estrutura variando entre fraca a média, 61% possuíam uma estrutura variando entre média a forte e 35% tinham uma estrutura variando entre forte a muito forte.

No Censo Agropecuário de 2006, verificou-se a ausência da concentração fraca a média, anteriormente representada por 4% dos municípios existentes. No que se refere à concentração forte a muito forte, observou-se que foi mantida a média percentual anterior abrangendo 31% dos municípios. No entanto, houve um significativo aumento da concentração média a forte que passou a ser representada por 69% dos municípios, como também representa a Figura 17.

Mais um sentido dos (des)caminhos da reforma agrária no Brasil que não se evidencia apenas pela permanência da elevada concentração fundiária, mas também pelos desafios e ameaças que se impõem aos trabalhadores na dimensão da luta pela permanência na terra conquista como será analisado no próximo capítulo.

Figura 17.



4 DA CONQUISTA DA TERRA À PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: DESAFIOS

A conquista da terra em si não assegura o processo de territorialização da luta pela reforma agrária. Um processo que se define na dimensão da partilha da vida cotidiana do sujeito coletivo que se estabelece e se diferencia em cada tempo e espaço. Novos tempos e espaços de vida e trabalho que, assim como afirma Germani (1993), definem o enredamento da “nova cara da luta pela terra”: a luta pela permanência na terra conquistada. Aqui, entendida enquanto um processo de territorialização. Portanto, de constituição de territórios e territorialidades no tempo-espaço da vida cotidiana dos sujeitos em luta.

A mesmo tempo em que podem ser vistos como ponto de chegada de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se “ponto de partida” para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer (LEITE; HEREDIA; MEDEIROS *et al.*, 2004). Pontos de “chegada” e “partida” que se entrecruzam na relação e tensão entre o Estado, os movimentos sociais e as famílias assentadas, entre ações políticas e políticas públicas, utopias e realidades.

No Capítulo 3, identificou-se que a conquista das “terras do cacau” pelos trabalhadores “sem terra” no Litoral Sul da Bahia, através da política de assentamentos rurais de reforma agrária, ocorreu no contexto recente da redemocratização brasileira, como uma síntese do processo histórico de luta e resistência do campesinato, em sua unidade e diversidade regional. Um processo que adquiriu uma dinâmica diferenciada a partir da crise cacauzeira do final da década de 1980. Transcorridas mais de três décadas da conquista social da terra, período no qual se definiram diferentes conjunturas políticas e econômicas, assim como marcos institucionais associados à luta pela reforma agrária no Brasil, tornam-se evidentes desafios e ameaças na dimensão da permanência no território que nos colocam diante da inquietação de melhor compreendê-los.

Desafios e ameaças que impõem a necessidade da construção da resistência na terra e no território. Formas de resistências que não só se definem na dimensão de ações coletivas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos ao se confrontarem com a estrutura hierárquica e de poder, mas também na dimensão de discursos e práticas individuais, suas representações e interações cotidianas com sistemas de dominação, como considera Menezes (2002,p.33) ao analisar as contribuições de James Scott nos estudos sobre o cotidiano camponês.

Processos de territorialização que, inseridos no movimento histórico, e associados às múltiplas determinações e contradições do real, se realizam enquanto sujeição e resistência à lógica do capital. Um processo que adquire particularidade na realidade Litoral Sul da Bahia, dado o seu processo de formação territorial, e dinâmica no contexto atual da reestruturação produtiva regional.

Nessa perspectiva, buscou-se identificar os principais desafios e ameaças que se impõem aos espaços dos assentamentos rurais de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia, assim como as formas cotidianas de resistências que vem sendo construídas pelas famílias assentadas. Uma análise que não pretendeu ser conclusiva sobre todas as suas questões, mas que teve a pretensão de alguma forma contribuir com a construção do pensamento crítico sobre o campo brasileiro, ainda mais considerando os tempos de austeridade e conservadorismo que se instituíram após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, e que já se revelam de forma ainda mais perversa para os povos e comunidades do campo. Um esforço de síntese que foi realizado a partir da interlocução estabelecida com os sujeitos e os espaços pesquisados durante a realização da pesquisa.

Sem dúvida, o desafio maior que prevalece é a afirmação do sujeito coletivo na luta pela permanência na terra conquistada em meio aos (des)caminhos da reforma agrária no Brasil. (Des)caminhos que se definem de forma indissociada ao avanço do neoliberalismo no campo e da “sociedade e economia do agronegócio no Brasil” (HEREIDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Um adiamento histórico que não só se manifesta através da elevada concentração da propriedade da terra, aumento da violência e conflitos no campo, criminalização das organizações e movimentos sociais, mas também pela precarização da política de assentamentos rurais.

Um sentido de precarização que foi apreendido no real a partir do avanço das ações de descentralização da reforma agrária, associado aos sucessivos cortes orçamentários, sucateamento do INCRA e extinção do MDA, que adquire concretude no processo da (não) implantação dos assentamentos e instalação das famílias. Um processo que se define no campo das políticas públicas e que repercute na unidade e fragmentação das ações políticas dos movimentos sociais, e assim, no processo de territorialização da luta pela reforma agrária.

4.1 Ações de descentralização do programa da reforma agrária

O processo da descentralização político-administrativa no Brasil está diretamente associado ao avanço das lutas populares pela conquista da participação no campo das políticas públicas, tendo como marco o pacto federativo da Constituição de 1988. Contexto de redemocratização no qual “a corrosão do autoritarismo presente nos mais diversos aspectos da vida social tornou-se uma utopia necessária para alguns grupos sociais” (SHERER-WARREN, 1993, p.49), sendo assim “evocadas noções de democracia, fim das hierarquias, descentralização, autonomia e desconcentração de poder” (DIAS, 2005, p. 19).

Um contexto de redemocratização que também foi marcado pela adesão dos países latino-americanos à agenda do neoliberalismo proposta pelo FMI e Banco Mundial. Um ajuste estrutural do capitalismo que perpassou pela criação de instâncias descentralizadas de poder e de organizações não governamentais que, em certa medida, redefiniram a relação do Estado com a sociedade.

A adesão brasileira à agenda neoliberal ocorreu no governo Collor (1990-1992) e se consolidou no governo FHC (1994-2002). Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996, ocorreu a primeira experiência da descentralização político-administrativa no Brasil. De forma mais específica, através da linha de ação Pronaf Infra-Estrutura e Serviços (1997-2002) que destinava recursos federais para a construção de obras e a aquisição de serviços comunitários nos municípios com a criação dos planos de desenvolvimento e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Com a criação dos Conselhos Municipais, foi implantada a Política do Desenvolvimento Rural Local (PDRL). Marco institucional do projeto neoliberal do governo FHC que, inserido no contexto da redemocratização brasileira, foi legitimado por diferentes matrizes do pensamento político, como analisa

Nesse sentido, Mattei (2010, p.13) analisa que

Por um lado, o pensamento liberal democrático via nessas instituições um espaço de colaboração entre atores e governos, enquanto que o pensamento transformador (especialmente a esquerda e suas distintas matrizes), por outro, concebia os conselhos como instrumentos de mudanças em direção às transformações sociais e à própria democratização do poder político

Apesar dos Conselhos Municipais terem sido apropriados pelas prefeituras a partir dos interesses político-partidários das oligarquias rurais, a Política de Desenvolvimento Rural Local foi incorporada pelo governo FHC como fundamento para elaboração do Plano Nacional

de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS) com vistas à construção do “Novo Mundo Rural” (MDA, 1999).

A institucionalização do paradigma do “Novo Mundo Rural” definiu uma nova racionalidade de ordenamento territorial do campo brasileiro na qual o rural passou a ser concebido para além da dimensão da questão agrícola – em tempo que esvaziado da dimensão da questão agrária – na interface da relação entre o campo e a cidade, o local e o global. Uma nova ruralidade instituída a partir da negação da categoria histórica do campesinato e da sua reprodução social a partir da luta de classe. Contexto no qual o apoio governamental ao fortalecimento produtivo e integração da agricultura familiar à cadeia do agronegócio passou a definir o sentido restrito da reforma agrária no governo FHC.

Uma nova ruralidade que também representou o marco das ações de descentralização da reforma agrária. Um processo que, em meio à crise e desvalorização cambial do real, com expressivos cortes no orçamento agrário da União, se realizou a partir da transferência das ações do programa da reforma agrária que até então se constituíam em prerrogativas do MDA – executadas pelo INCRA – para outros ministérios e órgãos da União, assim como para os estados e municípios, entidades privadas com ou sem fins lucrativos, que por meio da celebração de termos de cooperação, convênios e contratos, também passaram a assumir a execução da política de assentamentos rurais junto às famílias assentadas.

As famílias assentadas foram integradas na categoria social da agricultura familiar, sendo desconsideradas as particularidades sociais que as definem em meio ao processo histórico de luta pela reforma agrária. Nesse contexto, ocorreu a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA (1985-1999), cuja finalidade era a concessão de crédito a fundo perdido para viabilizar a implantação dos assentamentos; e do Projeto Lumiar (1996-1999), cuja atuação de equipes multidisciplinares de assessoria técnica, junto às famílias, organizações e movimentos sociais, se constituía numa ação estruturante para o desenvolvimento dos assentamentos.

Ao passo que as famílias assentadas foram incorporadas a linha A do PRONAF, com a clara finalidade de integração da agricultura familiar à cadeia do agronegócio, sendo impostas regras de financiamento ditadas pelo mercado financeiro (ainda que com taxas de juros subsidiadas pelo Estado); e a ação da Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (ATER) passou a ser efetivada por meio de termos de cooperação técnica com outras entidades federais, ou de celebração de convênios com repasses de recursos para entidades estaduais ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Ações de descentralização e

terceirização que na prática se traduziram na implantação do projeto neoliberal do governo FHC nas áreas dos assentamentos rurais.

Ações de descentralização e terceirização que não somente foram mantidas, mas avançaram a partir do ano de 2003, com o início do governo Lula, através da implantação da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT). Um processo que se definiu no contexto do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) com vistas à promoção de uma “Vida Digna no Campo” (MDA, 2003a). Contexto no qual o governo anunciou a implantação do “novo modelo de Reforma Agrária, alicerçado na transição da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial” (MDA, 2003b). Um modelo que orientou a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no ano de 2003.

De certo modo, o modelo do desenvolvimento territorial proposto pelo governo Lula para a promoção de uma “Vida Digna no Campo” significou uma ampliação do desenvolvimento rural local proposto pelo governo FHC para a construção do “Novo Mundo Rural”. Contudo, para tentar superar as contradições da “prefeiturização dos conselhos” que se impuseram na escala dos municípios, foram criados os “territórios rurais” no âmbito do MDA. E na escala de cada território, foram criadas instâncias políticas integradas pelo poder público e sociedade civil organizada: o Grupo Gestor Executivo (Núcleo Dirigente) e o Grupo Gestor (Colegiado Territorial).

Unidades de planejamento e gestão que pelo discurso governamental estariam de “mão dadas com a reforma agrária e a agricultura familiar” para serem trilhados os caminhos do desenvolvimento territorial.

Os territórios rurais estão de mãos dadas com duas políticas sociais mais do que relevantes. A primeira é a reforma agrária [...] para o governo federal a reforma agrária não se faz apenas com a cessão da terra. É fundamental que os assentados tenham acesso direto aos mecanismos que assegurem crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas públicas de agregação de valor à produção, assim como comercialização. [...] A outra política é o fortalecimento da agricultura familiar. Isso porque o governo federal tem como uma das suas missões mostrar para as sociedades brasileira e mundial que uma agricultura familiar fortalecida, ao contrário do que muitos acreditam, é uma enorme fonte de riqueza para o País (MDA, 2005).

Assim, na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar, o PRONAF se constituiu no principal instrumento de política pública nos territórios rurais, tendo como ações prioritárias o fomento ao crédito produtivo e à infraestrutura territorial. Porém, a concessão do Pronaf Crédito, gestado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), não se constituiu em uma ação territorializada. Os créditos continuaram sendo obtidos diretamente pelos agricultores

a partir da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e elaboração do projeto produtivo, sendo analisados os critérios de regularização do CPF e adimplência do agricultor⁵¹.

Já a execução do Pronaf Infraestrutura (PROINF), a partir de 2003, foi assumida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e, a partir de 2005, incorporada ao Plano Plurianual (PPA) como uma ação denominada “Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais”. Os recursos passaram a ser destinados pelo Orçamento Geral da União (a fundo perdido) e operacionalizados através da realização de convênios com a Caixa Econômica Federal (CET) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para o financiamento de projetos técnicos de investimento em infraestrutura (entidades governamentais: estaduais e municipais) e de custeio de serviços públicos (entidades não governamentais)⁵².

Nesse contexto, também ocorreu a institucionalização da categoria social da agricultura familiar, através da criação da Secretaria da Agricultura Familiar, em 2003, e da Lei da Agricultura Familiar – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Como também, da realização do Censo Agropecuário de 2006, tendo sido pela primeira vez adotada a categoria da agricultura familiar como referência para a coleta e sistematização dos dados sobre o campo brasileiro.

No ano de 2008, o governo Lula ampliou a política de desenvolvimento territorial no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e foram criados os “territórios da cidadania”. Uma ação governamental que buscou convergir ações interministeriais para promoverem a redução da pobreza e desigualdades no meio rural (MDA, 2008).

Um sentido de ampliação que não somente se definiu pela articulação interministerial, mas também pela elevação da dotação orçamentária destinada a cada território. Aspecto que, inclusive, foi determinante para ampliação e incorporação do caráter paritário entre o poder público e a sociedade civil organizada na formação dos Núcleos Dirigentes e Colegiados Territoriais (que até então tinha composição 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público).

Com a criação dos territórios da cidadania, o processo de descentralização das ações da reforma agrária que ainda estava restrita ao âmbito do MDA, perpassando pelas distintas esferas do INCRA, SAF e SDT, incorporou outros Ministérios e órgãos governamentais. Com destaque para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), uma vez que um dos critérios

⁵¹ As condições de acesso ao crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho.

⁵² A SDT foi criada, no ano de 2003, com finalidade de executar a política de desenvolvimento territorial no âmbito do MDA. Neste mesmo ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) sofreu uma reformulação passando a ser chamado de CONDRAF, com a finalidade de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas referentes ao Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

para a definição dos territórios rurais “mais carentes de cidadania” foi a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Uma incorporação do atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que foi consolidada a partir ano de 2011, durante o governo da Dilma Rousseff, no qual as ações da reforma agrária passaram a ser equiparadas às medidas emergenciais do Programa Brasil Sem Miséria.

Sem dúvida, o avanço das ações de descentralização da reforma agrária ampliou a representação e participação das organizações e movimentos sociais no campo das políticas públicas no Brasil. Contudo, é importante considerar que a participação política se esbarrou na institucionalização a nível das estruturas organizativas criadas para tal fim. Como também, das estruturas já existentes que passaram a ser ocupadas pelas organizações e movimentos sociais (de forma mais destacada, pela CONTAG, o MST e a CUT rural).

Processo que também foi permeado por tensões e conflitos entre as organizações e movimentos sociais, na disputa pela afirmação dos seus projetos políticos – na unidade e diversidade da luta pela reforma agrária – e principalmente, pela mobilização dos recursos orçamentários. Nesse sentido, Sabourin (2007, p.725) considera que,

[...] o mais preocupante é o aparecimento de vieses corporativistas na medida em que esses movimentos estão em concorrência para constituir suas bases sociais e para mobilizar recursos [...] além da concorrência entre programas do mesmo ministério destinados ao mesmo público, cada secretaria tem uma tendência natural a impor seu modelo de desenvolvimento da agricultura familiar

No contexto estabelecido, a disputa pelos recursos e políticas públicas passou a definir a essência da ação política das organizações e movimentos sociais, ainda que o processo tenha sido legitimado no imaginário social pelo discurso da participação democrática. A tática do acirramento da luta pela terra pelo enfrentamento direto com o Estado foi sendo progressivamente arrefecida através da negociação da luta no território nas instâncias institucionalizadas de poder. Uma dinâmica que de certo modo contribuiu para o esvaziamento do sentido político da questão (da reforma) agrária no âmbito da política de desenvolvimento territorial e a diminuição no ritmo de implantação da política de assentamentos rurais como foi analisado no capítulo anterior.

No entanto, além da expectativa de que “o governo do companheiro Lula ia fazer a reforma agrária na canetada”, como avaliou Angélica Anunciação (FTL), é importante considerar, também, que houve o entendimento por parte dos movimentos sociais de que a conjuntura estabelecida seria favorável para a conquista de políticas e programas estruturantes

para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Ainda mais, advindo de um período de cortes orçamentários em meio à crise do real e ao avanço do projeto neoliberal do governo FHC nas áreas de reforma agrária.

Uma conquista no campo das políticas públicas que não só possibilitaria a melhoria das condições de vida e trabalho das famílias assentadas, mas também fortaleceria o diálogo político da reforma agrária com a sociedade brasileira através da produção do alimento. Houve, assim, um entendimento de que seria um momento estratégico para a garantia de conquistas e acúmulos para a base social da reforma agrária na dimensão da luta pela permanência na terra/território.

Outro aspecto importante a ser destacado é que a ampliação da representação e participação das organizações e movimentos sociais no campo das políticas públicas ocorreu em meio à institucionalização da categoria social da agricultura familiar. Um processo de afirmação de uma identidade no território que possibilitou a afirmação de direitos instituídos (ou não) e que em certa medida se traduziu na fragmentação identitária do sujeito histórico da luta pela terra e reforma agrária. Um aspecto que se tornou ainda mais complexo com a equiparação da reforma agrária às medidas emergenciais do Programa Brasil Sem Miséria e a inserção das famílias assentadas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico.

Destaca-se, também, a centralidade assumida pelo viés político-partidário nas ações de descentralização da reforma agrária, através da realização dos convênios firmados pela União com os governos estaduais, consórcios intermunicipais e prefeituras, como também, em tempos mais recentes, da captação de recursos através das emendas parlamentares. Um aspecto que sobrepõe o sentido do direito conquistado na luta política pelo apoio recebido na prática clientelista. Sem contar também, a mudança ocorrida na escala da luta política do sujeito coletivo: da União que é um recorte federativo, com importante grau de autonomia – o que significa atribuições e recursos próprios – como considera Castro (2005, p.135), para o município onde o poder oligárquico ainda se impõe de forma hegemônica nas prefeituras.

Por fim, destaca-se o papel assumido pelas entidades privadas sem ou com fins lucrativos – as organizações não governamentais – na execução das ações da reforma agrária, da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial junto às famílias assentadas, atendendo ao Marco Regulatório de Parcerias com a Sociedade Civil (MRPSC). Parcerias que, apesar de serem expressões concretas do neoliberalismo nos assentamentos rurais, contraditoriamente, adquiriram um sentido estratégico para a construção da resistência cotidiana das famílias assentadas diante dos (des)caminhos da reforma agrária no Brasil.

Múltiplas determinações e contradições do real que repercutem na unidade e fragmentação das ações políticas dos movimentos sociais e assim, no processo de territorialização da reforma agrária, sendo reafirmadas hierarquias, segregações e conflitos nos assentamentos rurais. Na escala da Bahia e de mais específica, no Litoral Sul da Bahia, as ações, determinações e contradições do processo de descentralização da reforma agrária – em meio à incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento e institucionalização da agricultura familiar – evidenciaram alguns aspectos particulares.

Primeiro, como já foi destacado no Capítulo 3, porque a política territorial também foi incorporada pelo governo estadual, a partir do ano de 2007, com a criação dos “territórios de identidade”. Uma delimitação realizada pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN) que, desde então, constitui-se a regionalização oficial do estado da Bahia. No que se refere às ações mais direcionadas aos assentamentos rurais destacamos, em especial, as ações da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) – através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF) e Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária (SUTRAG) – e da Secretaria do Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

Segundo pela coexistência da escala do Litoral Sul da Bahia enquanto “território rural” (a partir de 2003); “território de identidade” (a partir de 2007); e “território da cidadania” (a partir de 2008). Uma particularidade que repercutiu no adensamento da ação política através da matriz orçamentária territorial, como foi analisado em Freitas (2009).

Terceiro, porque a implantação da política territorial ocorreu em meio ao aprofundamento da crise cacaueteira e avanço da territorialização da luta pela reforma agrária no Litoral Sul da Bahia, tendo como síntese a constituição de uma grande diversidade de organizações e movimentos sociais de luta pela terra e quantidade de acampamentos e assentamentos em áreas de reforma agrária. Aspecto que foi determinante para a sua definição enquanto um “território estratégico” pelo MDA, através das intervenções diretas da SDT, como também favoreceu a participação representativa das organizações e movimentos sociais nas instâncias políticas que se constituíram no processo. Principalmente, considerando que, desde a implantação da política territorial, ainda no ano de 2003, a coordenação do TI Litoral Sul da Bahia vem sendo exercida por lideranças da base social da reforma agrária: entre os anos de 2003 a 2010, Angélica Anunciação (à época, Polo Sindical Sul/FETAG-BA; hoje, FTL); entre

os anos de 2011 e 2012, Elias Jacob e Joelson Ferreira (MST); do ano de 2013 até os dias atuais, Carlos Alberto (MLT), como já foi destacado no Capítulo 3 ⁵³.

Quarto, porque através da realização do Censo Agropecuário de 2006, obteve-se o dado oficial que 65,86% do total dos estabelecidos agropecuários localizados nos 26 municípios do TI Litoral Sul da Bahia são da agricultura familiar (ainda que ocupe apenas 17,33% da área total), em tempo que 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar (IBGE, 2006). Dados oficiais que foram estrategicamente apropriados pelo discurso das organizações e movimentos sociais no estabelecimento da pauta política da reforma agrária junto ao Estado. Com também, pelas famílias assentadas que passaram a assumir a identidade da agricultura familiar para a reivindicação de direitos instituídos (ou não) e legitimação da ação política dos movimentos sociais. Principalmente, no âmbito do Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF), também criado no ano de 2006.

Nesse contexto, o Estado passou a convergir ações de integração territorial da base social da reforma agrária – enquanto agricultura familiar – ao agronegócio. A exemplo da realização da Feira Baiana da Agricultura Familiar na Feira Nacional da Agropecuária da Bahia (FENAGRO), em Salvador. Inclusive, com a participação do INCRA na programação oficial para a apresentação das novas modalidades de créditos da reforma agrária às lideranças de movimentos sociais e membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Com também, a definição da categoria social da agricultura familiar pelo MAPA como “público-alvo” do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC do Cacau, no ano de 2008. Primeira ação institucional que, aliás, reconheceu nominalmente os assentados da reforma agrária como parte integrante do setor produtivo da cacauicultura no Litoral Sul da Bahia.

Convergiram-se, assim, as duas ações – reforma agrária e agricultura familiar – que estariam de “mãos dadas” com o desenvolvimento territorial como afirmou o governo Lula. Uma convergência que foi determinante para a composição do arranjo político-institucional que define o Colegiado Territorial do Litoral Sul da Bahia: 70 entidades em caráter paritário do poder público e da sociedade civil, conforme representa a Tabela 8.

⁵³ Angélica Anunciação é trabalhadora assentada do PA Manoel Chinês, localizado no município de Itabuna. A partir do ano 2010, assumiu a coordenação regional da Frente dos Trabalhadores Livres (FTL); Elias Jacob é trabalhador assentado no PA Nova Ipiranga, localizado no município de Camacan, e liderança regional do MST. No ano de 2011, ocupou a função da chefia da Unidade Avançada do INCRA Sul da Bahia. Destaca-se, também, que nas eleições de 2004, foi candidato a vereador como pelo PT no município de Itabuna como “Elias do Sem Terra”, mas não foi eleito; Joelson Ferreira é trabalhador assentado no PA Terra Vista, localizado no município de Arataca. Fez parte da coordenação nacional do MST e, desde 2012, vem assumindo a liderança na articulação política da Teia dos Povos; Carlos Alberto – mais conhecido como “Garotinho” – não é assentado, mas integra a coordenação regional do Movimento de Luta pela Terra (MLT).

Tabela 8. Colegiado Territorial do TI Litoral Sul da Bahia, 2018

Sociedade Organizada	Poder Público
ABACS	Banco do Nordeste
Associação APIS Mata Atlântica	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
Associação Beneficente Josué de Castro	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais	Instituto Federal Baiano-Campus Uruçuca
Associação Cacau Sul da Bahia	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Associação do Culto Afro Itabunense	Núcleo Territorial de Educação
Associação dos Municípios da Região Cacaueira	Prefeitura de Almadina
Associação Indígena Tupinambá de Olivença	Prefeitura de Arataca
Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras	Prefeitura de Aurelino Leal
Associação Povos da Mata Atlântica Sul da Bahia	Prefeitura de Barro Preto
Associação Santa Cruz do Ixexá	Prefeitura Buerarema
Central CENTRAFESOL	Prefeitura de Camacan
Central de Apoio a Assentamento e Acampamento Agricultura Familiar da Bahia	Prefeitura de Canavieiras
Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica	Prefeitura de Coaraci
Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Sul	Prefeitura de Ubaitaba
Coletivos de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira	Prefeitura de Una
Conselho Municipal do Direito da Mulher de Itabuna	Prefeitura de Uruçuca
Conselho Quilombola de Itacaré	Prefeitura de Floresta Azul
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – Litoral Sul	Prefeitura de Ibicarai
Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica	Prefeitura de Ilhéus
Cooperativa de Agricultores Familiares e Economia Solidária	Prefeitura de Itabuna
Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia	Prefeitura de Itacaré
Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana do Centro Sul da Região Cacaueira Baiana	Prefeitura de Itajú do Colônia
Etnia Pataxó	Prefeitura de Itajuípe
Faculdade de Tecnologia e Ciência	Prefeitura de Itapé
Fórum de Agentes Empreendedores e Gestores Culturais do Território Litoral Sul	Prefeitura de Itapitanga
Instituto Cabruca	Prefeitura de Jussari
Instituto EcoBahia	Prefeitura de Marau
Instituto Nossa Ilhéus	Prefeitura de Mascote
Jupará Agroecologia	Prefeitura de Pau Brasil
Movimento de Luta pela Terra	Prefeitura de Santa Luzia
Movimento Negro Unificado	Prefeitura São José da Vitória
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia
Núcleo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Sul da Bahia – FETAG-BA	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais dos Sul da Bahia	Universidade Estadual de Santa Cruz

Fonte: PTDSS, 2016. Elaborado pela autora.

Uma composição que majoritariamente se define por instituições, organizações e movimentos sociais que tem atuação territorial na interface da reforma agrária e agricultura familiar. No que se refere a representação do poder público, tem-se, por norma instituída, a

participação das prefeituras de todos os municípios que integram o Litoral Sul da Bahia. Além das prefeituras, destacam-se: o Banco do Nordeste, a CEPLAC, o INCRA e o Instituto Federal Baiano (IFBAIANO) como instituições federais; e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia (SEBRAE), BAHIATER, CDA e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) como instituições estaduais.

No que se refere à representação da sociedade civil, tem-se a participação de organizações ambientalistas a exemplo do Instituto Cabruca, Instituto Ecobahia e o Instituto Floresta Viva; de organizações educacionais, a exemplo do Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica, Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Sul e os Coletivos de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira; de associações e cooperativas, a exemplo da Associação Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia e Associação Cacau Sul Bahia; COOPESBA, COOFASULBA, COOPERCENTROSUL e outros; os consórcios intermunicipais do CIMA (Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica) e do CDS-LS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul); e as organizações e movimentos sociais de luta pela terra FETAG-BA, Polo Sindical Sul, MST, MLT, Jupará Agroecologia, Povos Pataxós, Tupinambá de Olivença, Resex Canavieiras, Conselho Quilombola de Itacaré e outros.

O Colegiado Territorial é considerado a principal instância de representação e participação da Política de Desenvolvimento Territorial. Uma definição que perpassa por relações de poder e conflito, assim como por disputas de narrativas e projetos de desenvolvimento. Afinal, nessas instâncias, as entidades e organizações também estão em concorrência para constituir suas bases sociais e mobilizar recursos, como analisou Sabourin (2007). Ainda mais considerando o volume da dotação orçamentária que foi movimentada – mesmo que considera ínfima em relação ao orçamento do agronegócio – na coexistência do Litoral Sul da Bahia enquanto “território rural”, território de identidade”, e “território da cidadania”.

Dinâmicas de participação e representação que, por sua vez, não se restringem às escalas locais das reuniões do Grupo Gestor Executivo (Núcleo Dirigente) e Grupo Gestor (Colegiado Territorial), mas também abrangem o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), assim como o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável, criado através do acordo de cooperação do governo federal com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Instâncias pelas quais não só perpassam as pautas do

PRONAF e PROINF, mas também dos créditos instalação da Programa da Reforma Agrária haja vista a participação do INCRA como representante do poder público. Assim como a pauta da agricultura familiar e da reforma agrária junto ao governo estadual e prefeituras.

Um importante elemento para se buscar compreender a dinâmica territorial na particularidade de cada território de identidade é a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS). Uma ação de planejamento que busca identificar as limitações e as possibilidades existentes em cada eixo do desenvolvimento e a partir desta identificação, estabelece as ações a serem executadas na convergência com as diretrizes estratégicas do Plano Plurianual (PPA) do estado da Bahia.

A primeira versão do PTDS do TI Litoral Sul da Bahia foi elaborada logo no ano de 2005; a segunda versão, no ano de 2010; e a terceira versão, no ano de 2016 (com atualização no ano de 2018). Assim, perpassando por diferentes contextos históricos e composições políticas, as ações do Colegiado Territorial estão, atualmente, estruturadas em 11 câmeras temáticas: educação, cultura, agroecologia e meio ambiente, juventude, ATER e crédito, mulher, LGBT, segurança alimentar e terra, cacau chocolate e turismo; comercialização. Demandas que também foram incorporadas na pauta política da reforma agrária e dos assentamentos rurais, tornando evidente a ampliação do sentido da luta na dimensão do território e a complexidade que se define na articulação de distintos sujeitos, identidades e ações territoriais.

No entanto, a ação territorial que assumiu maior centralidade durante a realização pesquisa, a partir da interlocução estabelecida com os sujeitos e espaços pesquisados, foi o fortalecimento do sistema cacau-cabruca, associado aos processos de certificação participativa e agroindustrialização. Uma ação territorial que foi inserida no PPA 2016-2019, e dessa forma, na agenda territorial do governo estadual como o principal eixo de desenvolvimento territorial do Litoral Sul da Bahia. Uma ação que repercutiu na cadeia setorial do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia com desdobramentos nas áreas de assentamentos de reforma agrária como será analisado no Capítulo 5.

Um processo de territorialização que pela sua institucionalidade resguarda os seus antagonismos e contradições. Principalmente, no que tange ao enfrentamento da questão (da reforma) agrária (FREITAS,2009). Antagonismos e contradições que tendem a se complexificarem diante do “tiro de misericórdia” que foi dado na reforma agrária pelo governo Temer

4.2 O governo Temer e o “tiro de misericórdia” nas ações da reforma agrária

Como comumente considera Germani, “a distância entre a intenção e o gesto se mede pelo recurso disponível” (informação verbal). No caso da política de assentamentos rurais, a possibilidade dessa medição em cada governo se define pela dotação orçamentária da Função Organização Agrária que integra o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que, por sua vez, é definido a partir do Plano Plurianual (PPA). De forma mais específica, através do Programa de Reforma Agrária e Governança Fundiária que é executado pelo INCRA. Mas também, recentemente, através dos programas e ações orçamentárias da Secretaria Especial da Agricultura Familiar (SEAF) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)⁵⁴.

Considerando o empenho e a execução do orçamento da Função Organização Agrária numa perspectiva histórica, constata-se uma linha progressiva de cortes, ainda que com variações interanuais, o que torna evidente a opção política dos sucessivos governos pela (não) realização da reforma agrária no Brasil. Progressivos cortes orçamentários que, na realidade dos assentamentos rurais, se manifestam através das ações (e omissões) do Estado na execução do cronograma de implantação e instalação das famílias (infraestrutura coletiva, habitação, demarcação topográfica, licenciamento ambiental, créditos de apoio e fomento e outros), como também das ações de planejamento e gestão do território (PDA ou PRA).

É inegável que houve o aumento da dotação orçamentária da Função Organização Agrária durante os governos petistas, a partir do ano de 2003. Um fato que em certa medida se definiu pela relação histórica do PT com a bandeira de luta da reforma agrária e com os movimentos sociais, em especial o MST, como considerou Stédile (2005). Mas que, ainda assim, foi muito aquém da demanda social da reforma agrária. Não somente pelo montante do recurso em si, mas também pela orientação da ação de execução orçamentária na realidade de cada estado ou município.

Um aumento orçamentário que foi mínimo em comparação às ações convergentes ao agronegócio, seja na forma de concessão de isenção fiscal, créditos agrícolas, obras de infraestrutura e logística ou refinanciamento da dívida acumulada do setor que, entre o ano de 2000 e 2006, por exemplo, representou 43% de todo o recurso desembolsado com a agricultura, como avaliou Muritiba (2008).

Ao analisar a execução do orçamento agrário do INCRA-BA, no ano de 2007, a autora (Idem, p.63) considerou que

⁵⁴ O PPA é um planejamento governamental para quatro anos, de médio prazo, que vai se desdobrando ano a ano como PLOA.

As ações de obtenção previstas para 2007, superior aos exercícios anteriores, somente atendem a 15,25% das famílias acampadas no Estado. Os recursos orçados para Plano de Desenvolvimento e demarcação dos assentamentos atende aproximadamente 12% e 18% da demanda, respectivamente, o que repercute no impedimento ao acesso aos recursos do PRONAF, agravado ainda por uma assistência técnica descontinuada e não preparada para o público da reforma agrária. Essa ação, programa específico de Assistência Técnica Social e Ambiental deveria atender, na Bahia, 35.000 famílias assentadas em 2007, sendo liberado recursos, entretanto, para apenas 7.750 famílias, aproximadamente 22% da demanda⁵⁵

Cortes orçamentários que, como foi analisado no Capítulo 3, começaram a ser sentidos pelas famílias assentadas ainda durante o segundo governo de Lula, se agravaram nos sucessivos governos de Dilma Rousseff. Mas que foram abatidos pelo “tiro de misericórdia” dado pelo governo Temer (2016-atual). Uma realidade que se definiu em meio à crise econômica mundial, a partir de 2008, com seus rebatimentos nas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, e principalmente, à crise política que determinou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016. Mais do que uma “crise” em si, um “golpe” político-jurídico-midiático! Tempos de conservadorismo e austeridade que se impuseram no Brasil e que já se revelam de forma mais perversa para os povos e comunidades do campo.

Principalmente, considerando o papel assumido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) nesse processo. Fato que culminou na extinção imediata do MDA – assim como da Ouvidoria Agrária e da Comissão de Combate à Violência no Campo – e na transferência do INCRA e das principais pastas ligadas à reforma agrária para a Casa Civil (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Ademais, através do congelamento do teto do gasto público por 20 anos, através da aprovação da “PEC da Morte” – PEC 241/2016 (ou 55) – ocorreram “cortes rasos” no orçamento agrário do PLOA de 2018, como definiram os analistas Teixeira e Intini (2017)⁵⁶. Cortes que não somente abateram os programas e as ações do INCRA, mas também da SEAF e do MDS. Ou seja, das principais institucionalidades associadas à execução do programa da

⁵⁵ Os dados apresentados foram obtidos por estudo desenvolvido pela equipe intersetorial de técnicos do INCRA-BA, durante mobilização de greve, em junho de 2007.

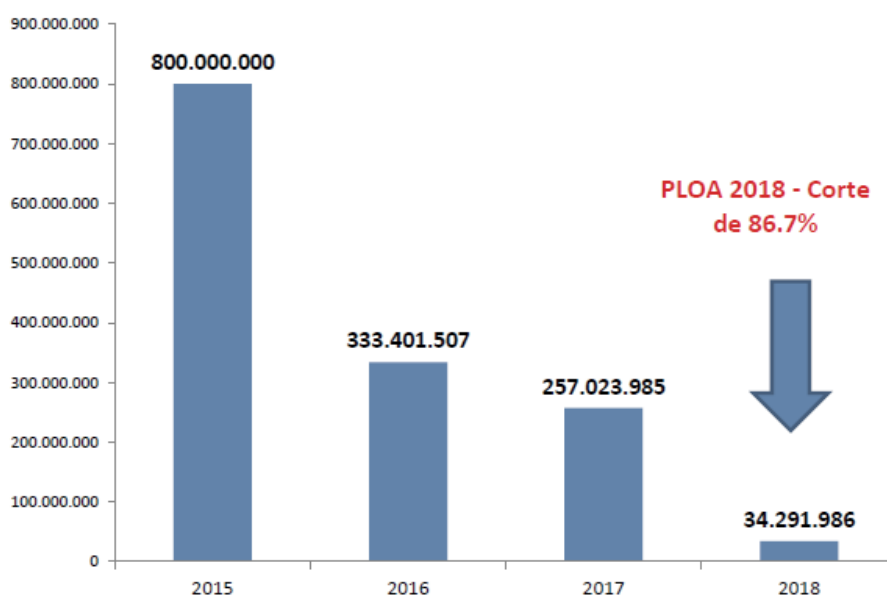
⁵⁶ Segundo os autores, os dados da PLOA 2018 têm como fonte o PLN nº 20, de 2017, enviado pelo Poder Executivo ao Congresso. Já os dados das dotações atuais da LOAS consideradas foram extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP/MPOG). Regra geral, foi utilizado o critério da “dotação atual” (definitiva da LOA) referentes às ações selecionadas desde 2015. O que nos deduz afirmar que os cortes reais foram ainda mais significativos que os apresentados no estudo realizado.

reforma agrária bem como ao conjunto de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar que foram conquistadas pelas organizações e movimentos sociais, nos últimos 15 anos.

No que se referiu aos cortes que atingiram o Programa de Reforma Agrária, executado pelo INCRA, destacamos aqui as seguintes ações: Obtenção de Terra; Assistência Técnica e Extensão Rural; Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais e Educação do Campo.

Como se observa no Gráfico 11, a dotação orçamentária da ação de “Obtenção de Terra para a Reforma Agrária”, no ano 2015, foi de R\$ 800.000.000. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 333.401.507. E progressivamente, para R\$ 257.023.985, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 34.291.986, no ano de 2018. O que representou o corte de 86,7% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

Gráfico 11. Dotação Orçamentária para Obtenção de Terra para a Reforma Agrária, 2015-2018

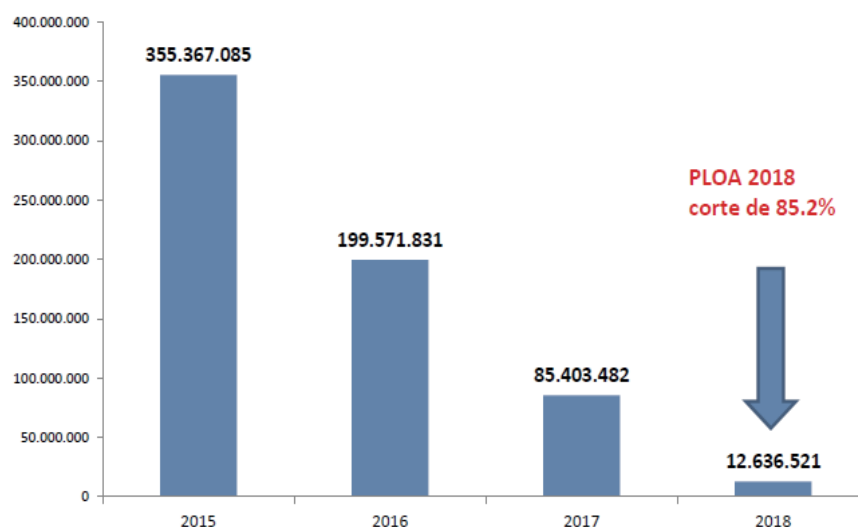


Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).

Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 12, a dotação orçamentária para “Assistência Técnica e Extensão Rural” para a Reforma Agrária, no ano 2015, foi R\$ 355.367.085. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 199.571.831 e progressivamente, para R\$ 85.403.482, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 12.636.521, no ano de 2018. O que representou o corte de 85,2% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

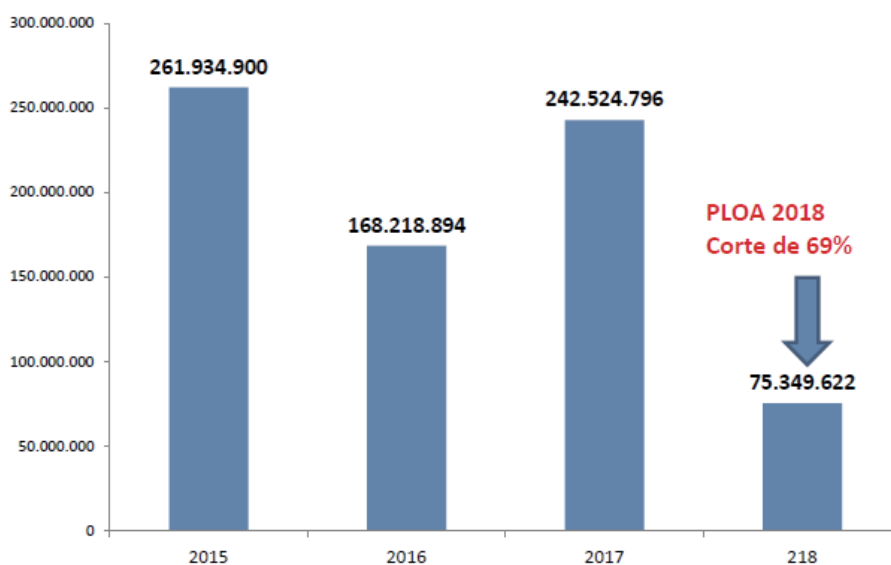
Gráfico 12. Dotação Orçamentária para Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária, 2015-2018



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 13, a dotação orçamentária para “Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais”, no ano 2015, foi R\$ 261.934.900. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 168.218.894. Na dotação do ano de 2017 (já no governo Temer), ocorreu um aumento para R\$ 242.524.796 e, no ano de 2018, uma redução para R\$ 75.349.622. O que representou o corte de 69 % da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

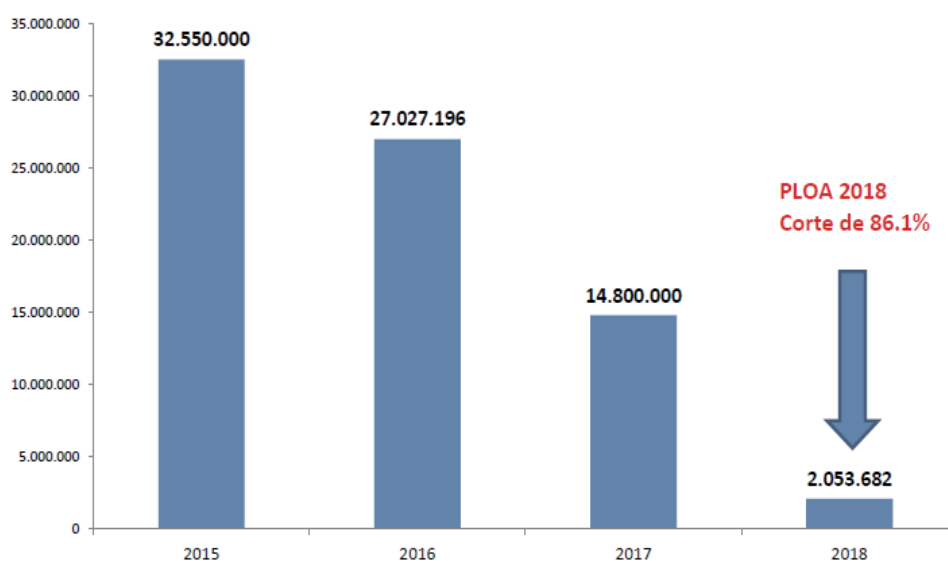
Gráfico 13. Dotação Orçamentária para Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais, 2015-2018



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 14, a dotação orçamentária para a “Promoção da Educação do Campo”, no ano 2015, foi de R\$ 32.550.000. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 27.027.196 e progressivamente, para R\$ 14.800.000, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 2.053.682, no ano de 2018. O que representou o corte de 86,1% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

Gráfico14. Dotação Orçamentária para Promoção da Educação do Campo, 2015-2018

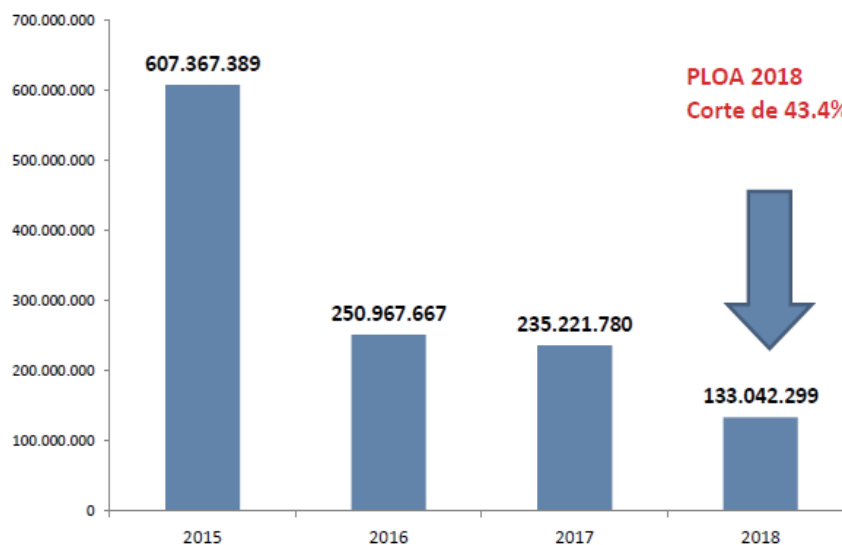


Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

No que se referiu aos cortes que atingiram as ações executadas pela SEAF em áreas de assentamentos rurais, destacamos aqui: Assistência Técnica para Agricultura Familiar; Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar; Apoio a Organização Econômica e Promoção de Cidadania de Mulheres Rurais; Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos Rurais; e Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade de formação de estoques).

Como se observa no Gráfico 15, a dotação orçamentária da ação “Assistência Técnica para Agricultura Familiar”, no ano 2015, foi de R\$ 607.367.389. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 250.967.667 e progressivamente, para R\$ 235.221.780, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 133.042.299, no ano de 2018. O que representou o corte de 43,4% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

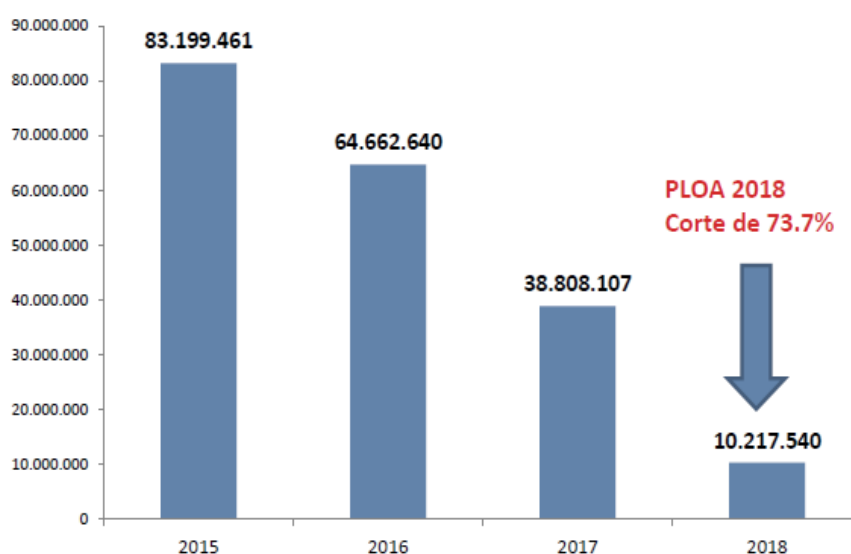
Gráfico 15. Dotação Orçamentária para Assistência Técnica para Agricultura Familiar, 2015-2018



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 16, a dotação orçamentária da ação “Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar”, no ano 2015, foi de R\$ 83.199.461. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 64.662.640 e progressivamente, para R\$ 38.808.107, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 10.217.540, no ano de 2018. O que representou o corte de 73,7% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

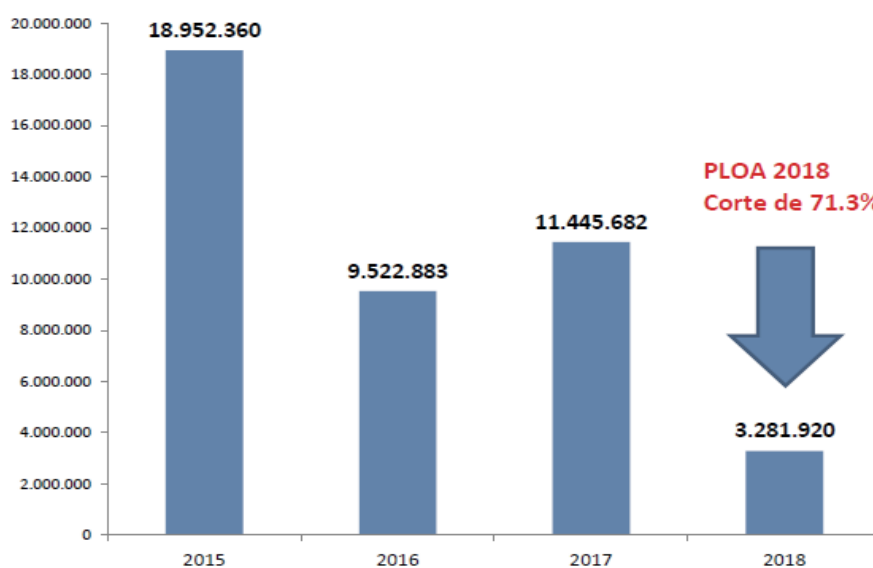
Gráfico 16. Dotação Orçamentária para Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar, 2015-2018



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 17, a dotação orçamentária da ação “Apoio a Organização Econômica e Promoção de Cidadania de Mulheres Rurais”, no ano 2015, foi de R\$ 18.952.360. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 9.522.883 e progressivamente, para R\$ 11.445.682, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 3.281.920, no ano de 2018. O que representou o corte de 71,3% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

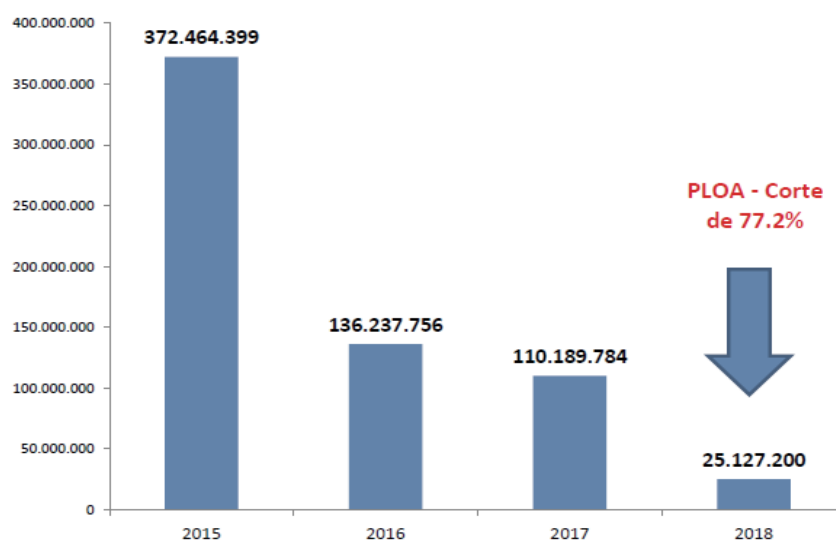
Gráfico 17. Dotação Orçamentária para Apoio a Organização Econômica e Promoção de Cidadania de Mulheres Rurais, 2015-201



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 18, a dotação orçamentária da ação “Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos Rurais”, no ano 2015, foi de R\$ 372.464.399. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 136.237.756 e progressivamente, para R\$ 110.189.784, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 25.127.200, no ano de 2018. O que representou o corte de 77,2 % da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

Gráfico 18. Dotação Orçamentária para Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos Rurais, 2015-2018

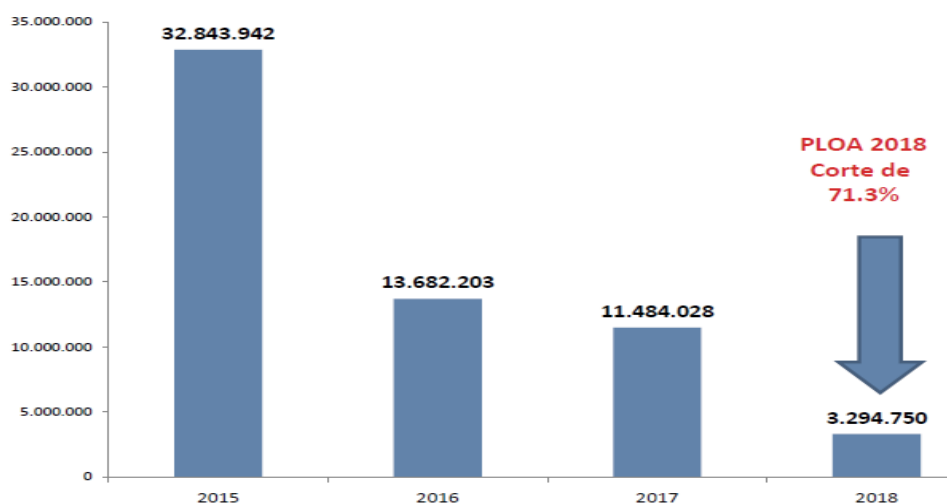


Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).

Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 19, a dotação orçamentária da ação “Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade de formação de estoques)”, no ano 2015, foi de R\$ 32.843.942. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 13.682.203 e progressivamente, para R\$ 11.484.028, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 3.294.750, no ano de 2018. O que representou o corte de 71,3% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

Gráfico 19. Dotação Orçamentária para Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade de formação de estoques), 2015-2018



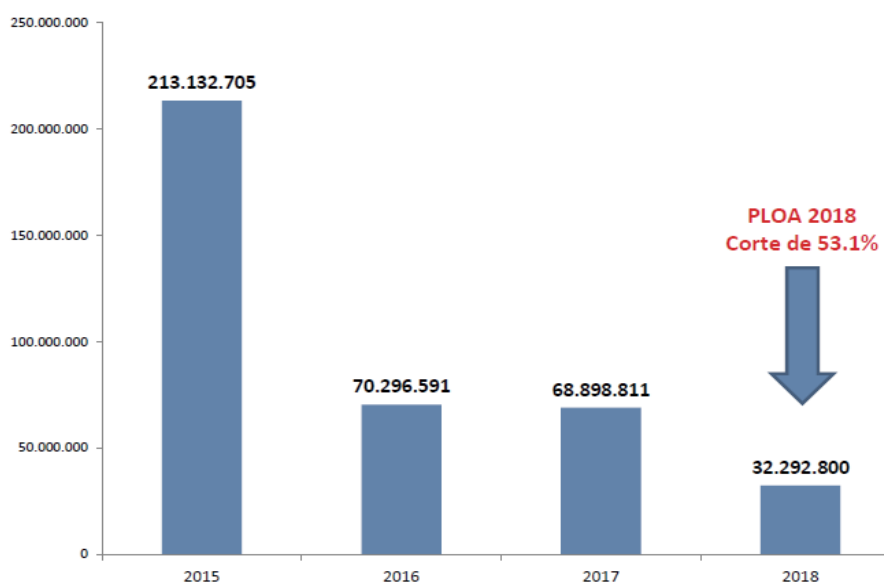
Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).

Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

No que se referiu aos cortes que atingiram as ações executadas pelo MDS em áreas de assentamentos rurais, destacamos aqui: Inclusão Produtiva Rural, Promoção de Inclusão de Famílias em Situação de Pobreza e Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade compra com doação simultânea, aquisição de sementes e compra direta).

Como se observa no Gráfico 20 a dotação orçamentária da ação “Inclusão Produtiva Rural”, no ano 2015, foi de R\$ 213.132.705. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 70.296.591 e progressivamente, para R\$ 68.898.811, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 32.292.800, no ano de 2018. O que representou o corte de 53,1% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

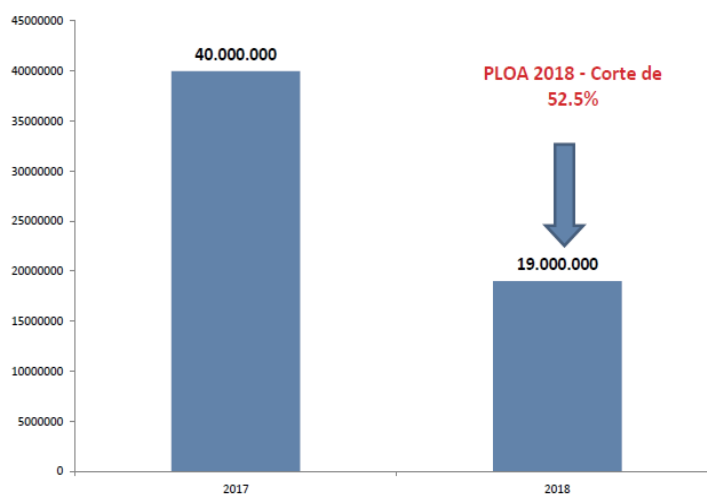
Gráfico 20. Dotação Orçamentária para Inclusão Produtiva Rural, 2015-2018



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 21, a dotação orçamentária da ação “Inclusão de Famílias em Situação de Pobreza”, criada no ano 2017 (durante o governo Temer), foi de R\$ 40.000.000. Contudo, já na dotação do ano de 2018, ocorreu uma redução para R\$ 19.000.000. O que representou o corte de 52,5% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

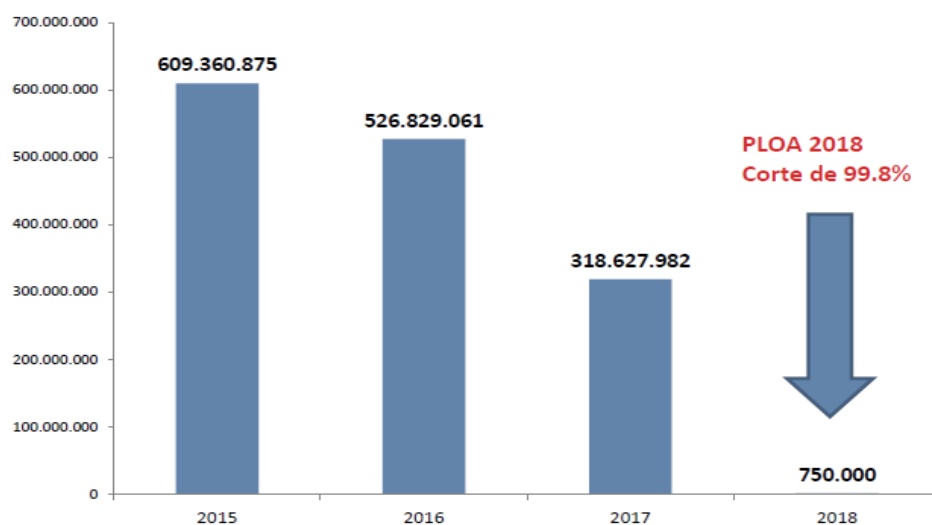
Gráfico 21. Dotação Orçamentária para Inclusão de Famílias em Situação de Pobreza, 2015-2018



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Como se observa no Gráfico 22, a dotação orçamentária da ação “Programa de Aquisição de Alimentos” (modalidade compra com doação simultânea, aquisição de sementes e compra direta), no ano 2015, foi de R\$ 609.360.875. Na dotação do ano de 2016 (ainda realizada pelo governo da presidenta Dilma), ocorreu uma redução para R\$ 526.829.061 e progressivamente, para R\$ 318.627.982, no ano de 2017 (já no governo Temer) e para R\$ 750.000, no ano de 2018. O que representou o corte de 99,8% da PLOA 2018 em relação a LOA 2017.

Gráfico 22. Dotação Orçamentária para Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade compra com doação simultânea, aquisição de sementes e compra direta), 2015-2018



Fonte: LOA (2015, 2016 e 2017); PLOA (2018).
Elaboração: Teixeira e Intini (2017)

Dessa forma, entende-se o significado do “ tiro de misericórdia ” que foi dado nas ações da reforma agrária no Brasil, a partir do ano de 2016. O governo Temer não anunciou a sua extinção – assim como a do MDA –, mas age no sentido de “ estrangulá-lo ” de forma a garantir a entrega mais eficiente das famílias assentadas às agudezas do mercado. Haja vista a mediação entre a “ intenção ” e o “ gesto ” que se define com o processo da titulação dos assentamentos rurais que foi instituído como meta prioritária das ações do INCRA, através da aprovação do Projeto de Lei 13.465 de 11 de julho de 2017 (conversão da antiga MP 759/2016).

4.3 Sentidos da precarização da política de assentamentos rurais

Uma forma de manifestação dos sentidos da precarização da política de assentamentos rurais são as rupturas e fragmentações das ações de implantação dos assentamentos e instalação das famílias assentadas. Sentidos que, na realidade do Litoral Sul da Bahia, são manifestados, principalmente, a partir das ações (e omissões) da Unidade Avançada do INCRA no Sul e Extremo Sul da Bahia (UA INCRA-BA Sul).

Criada na década de 1990, no contexto de acirramento da crise cacaueteira e dos conflitos agrários regionais, a UA INCRA-BA Sul está localizada no município de Itabuna. Aspecto que reafirma a centralidade espacial assumida pelo município no processo e espacialização dos movimentos sociais e territorialização da luta pela terra na região.

Ainda que não seja dotada de autonomia orçamentária em relação à Superintendência Regional na Bahia (SR 05), localizada em Salvador, é na instância UA INCRA-BA Sul que são definidas as ações (e omissões) do Estado em relação ao planejamento e gestão da política de assentamentos rurais, assim como são apresentadas as pautas políticas das organizações e movimentos sociais. Enfim, é a referência institucional mais próxima do cotidiano das famílias assentadas no Sul da Bahia, assim como como foi constatado no trabalho de campo realizado junto ao movimento CETA, como representa a Figura 18.

Figura 18.
Reunião do Movimento CETA na UA do INCRA Sul e Sudoeste da Bahia



Fonte: Trabalho de campo. Itabuna- Ba, em 25 de abril de 2018.

É importante destacar que a área de jurisdição UA do INCRA-BA Sul abrange cinco Territórios de Identidade no estado da Bahia: Baixo Sul (15 municípios), Litoral Sul (26 municípios), Médio Rio de Contas (16 municípios), Costa do Descobrimento (8 municípios) e Extremos Sul (13 municípios). Uma área que é constituída por 78 municípios e 151 assentamentos rurais, perfazendo um total de 13.7692,8 hectares e 8.045 famílias assentadas (isto é, considerando apenas a categoria de Projeto de Assentamento Federal - PA), como pode verificado na representação da sua espacialização, através da Figura 19.⁵⁷

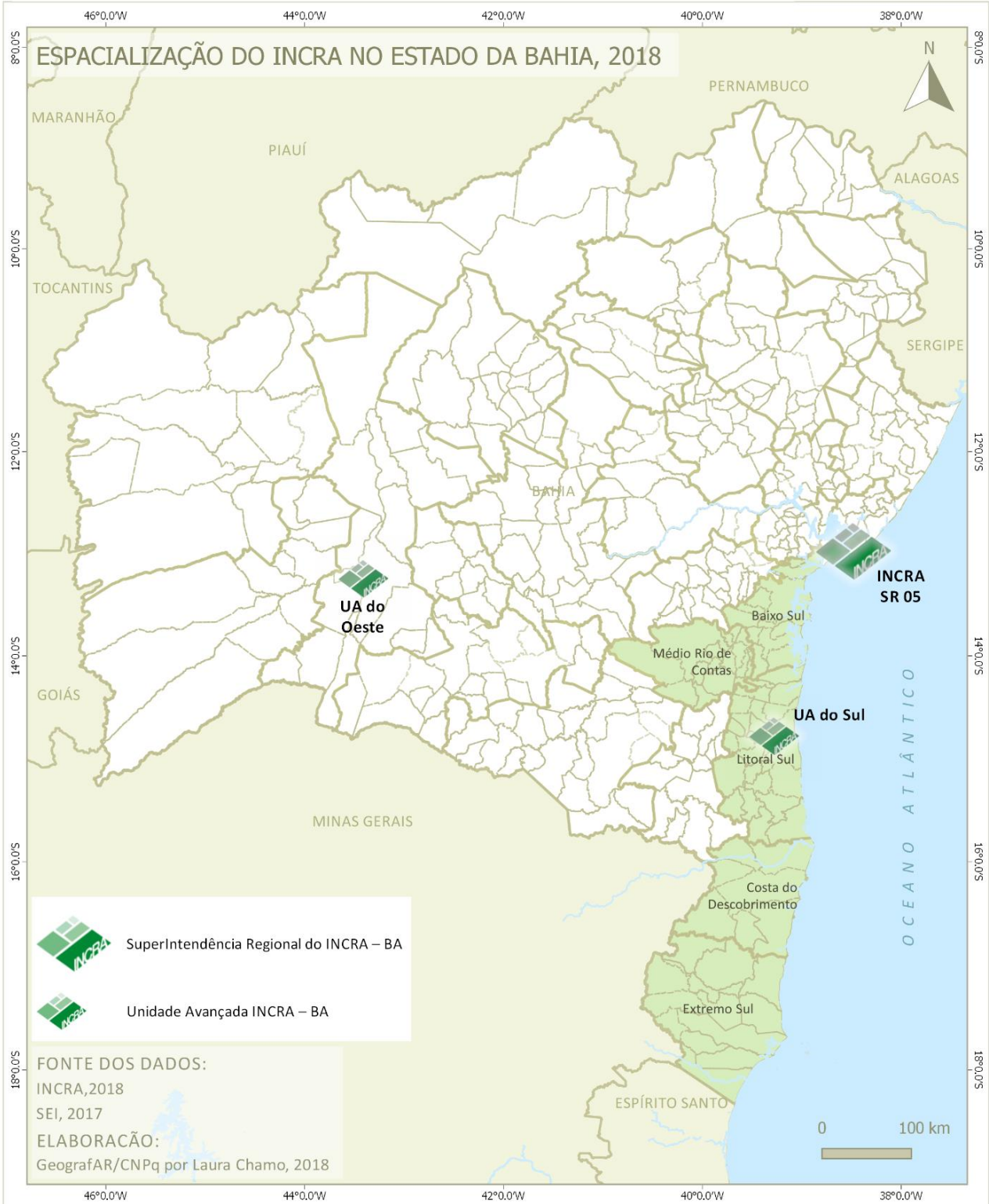
Ou seja, uma área de jurisdição que abrange quase 30% do total dos assentamentos rurais criados no estado da Bahia. Contudo, constatou-se que além da chefia da Unidade, o quadro pessoal é formado por apenas 32 servidores, distribuídos nos setores de obtenção de imóveis, desenvolvimento de assentamentos, secretaria, segurança e limpeza. Deste total, 23 são efetivos (ou seja, 71,87%) e nove são terceirizados, como descreveu a chefia da UA INCRA Sul.

Nós temos um quadro muito bom de engenheiros agrônomos, técnicos, muita gente já com experiência vasta da reforma agrária, outros que entraram mais recentemente no órgão [...] Mas é um quadro, mesmo que o número não seja grande, mas é um pessoal muito bem qualificado (informação verbal)⁵⁸

⁵⁷ A Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR 05), tem sede no município de Salvador e possui duas unidades: a Unidade Avançada do Oeste que fica sediada no município de Bom Jesus da Lapa e a Unidade Avançada do Sul, no município de Itabuna.

⁵⁸ Marcos Antônio da Silva Nery. Técnico agrícola do INCRA-BA desde fevereiro de 1994, já tendo sido chefe de Unidade em Vitória da Conquista, Itamaraju e Itabuna. Também foi superintendente regional em Salvador. Reassumiu a chefia da UA INCRA Sul, desde novembro de 2016. Entrevista realizada no dia 26 de abril de 2018.

Figura 19.



Apesar da ressalva qualitativa manifestada no lugar de fala da chefia da UA INCRA Sul, entende-se que o limitado quantitativo de servidores evidencia um aspecto central da precarização da política de assentamentos rurais. Um aspecto existente que define limitações estruturantes ao funcionamento institucional, ainda mais agravadas no contexto dos “cortes rasos” do orçamento agrário que foram realizados pelo governo Temer.

Tem problemas que podem ser resolvidos administrativamente, mas que alguns técnicos se recusam e só querem resolver com ida a campo e pagamento de diária. Daí entra na questão da falta de recursos (informação verbal)⁵⁹

Limitações que se aprofundam com o avanço das ações de descentralização da reforma agrária. Contexto no qual, além das Superintendências Regionais nos Estados e das Unidades Avançadas em alguns municípios, a exemplo da UA INCRA-BA Sul, no município de Itabuna, a estrutura do INCRA passou a ser integrada, também, pelas Salas da Cidadania. Instâncias locais que vem sendo criadas a partir do estabelecimento de acordos de cooperação técnica com as prefeituras com a função de assumirem as ações administrativas associadas à execução do programa da reforma agrária, assim como o atendimento aos produtores rurais em geral.

Num primeiro momento, a criação das Salas da Cidadania pode ser compreendida como uma dinâmica favorável ao atendimento das demandas mais cotidianas das famílias assentadas na escala local de cada município. Favorecendo, inclusive, uma menor perda de tempo de trabalho no assentamento e dos custos de deslocamento das famílias para a realização de ações reivindicatórias na Unidade Avançada do INCRA -BA, em Itabuna, ou até mesmo, na Superintendência Regional, em Salvador.

No entanto, identificou-se que, mesmo diante do limitado quantitativo de servidores da UA INCRA Sul já existente, ainda passou a ocorrer o deslocamento de parte da equipe para as Salas da Cidadania, principalmente agrimensores e agrônomos, para a realização da capacitação e do acompanhamento dos técnicos das prefeituras que passarão a atuar nas áreas dos assentamentos.

Alguns estão sendo colocados pra algumas políticas novas que o INCRA tá colocando como nós vamos fazer acordos de cooperação técnica com diversas prefeituras aqui pra que possa nos ajudar na elaboração de projetos, pra pagamento de créditos, fomento mulher e também visando a assistência técnica. Então, supervisão dos assentamentos, supervisão das famílias, como esse pessoal das prefeituras não tem conhecimento, esse pessoal vai ser responsável tanto pela capacitação, tanto pelo

⁵⁹ Marcos Nery. Entrevista realizada em Itabuna, no dia 26 de abril de 2018.

acompanhamento das ações desses técnicos das prefeituras nos assentamentos (informação verbal)⁶⁰

Como representa a Figura 20, já foram criadas 109 salas da cidadania nos 417 municípios baianos, distribuídos nos 27 Territórios de Identidade na Bahia. No Litoral Sul da Bahia, as Salas da Cidadania já foram criadas nos municípios de Aurelino Leal, Jussari e Camacan.

Um processo de descentralização das ações do programa da reforma agrária que aguça os sentidos da precarização da política de assentamentos rurais, ainda mais considerando as atividades fins que passarão a ser executadas pelas prefeituras: elaboração de projetos produtivos, pagamento de créditos e prestação de serviços de assistência técnica às famílias assentadas.

Um sentido de precarização que também se estabelece no cotidiano social dos assentamentos rurais, tendo sido percebido pelo sentimento de “abandono” que foi manifestado no lugar de fala das famílias assentadas.

A gente queria mesmo que o INCRA olhasse pra esse povo que botaram na terra, não dão um pingão de atenção pra gente. Aqui tem quatro anos que o INCRA veio dentro do assentamento (informação verbal)⁶¹

Tem 11 anos que o técnico do INCRA não pisa lá na Santa Cruz (informação verbal)⁶²

Para além da subjetividade manifestada na dimensão do lugar de fala dos sujeitos pesquisados, também foi possível a constatação factual do sentido de precarização da política de assentamentos rurais. Como já foi analisado no Capítulo 3 do total de 74 assentamentos criados no assentamentos rurais do TI Litoral Sul da Bahia, 9,46% foi criado durante o governo de Sarney (1985-1989); 56,76% durante o governo FHC (1995-2002); 20,27% durante o governo Lula (2003-2010); e 13,4 % durante o governo Dilma (2010-2016).

Uma temporalidade histórica que, perpassada por diferentes marcos legais, normas institucionais e procedimentos técnicos administrativos, demandaria o cumprimento do processo de implantação das ações do INCRA nos projetos de assentamentos, conforme o cronograma fixado para ser executado no prazo estabelecido de três anos, como representa a Figura 21.

⁶⁰ Marcos Nery. Entrevista realizada em Itabuna, no dia 26 de abril de 2018.

⁶¹ Valdemiro Bispo dos Santos. Trabalhador assentado e presidente da associação do Assentamento Santa Irene, localizado no município de Gongogi. Entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2017.

⁶² Edson Santana da Silva. Trabalhador assentado no Assentamento Terra de Santa Cruz, localizado no município de Santa Luzia. Reunião da Coordenação Regional do Movimento CETA na UA INCRA Sul em Itabuna, no dia 25 de abril de 2018.

Figura 20.

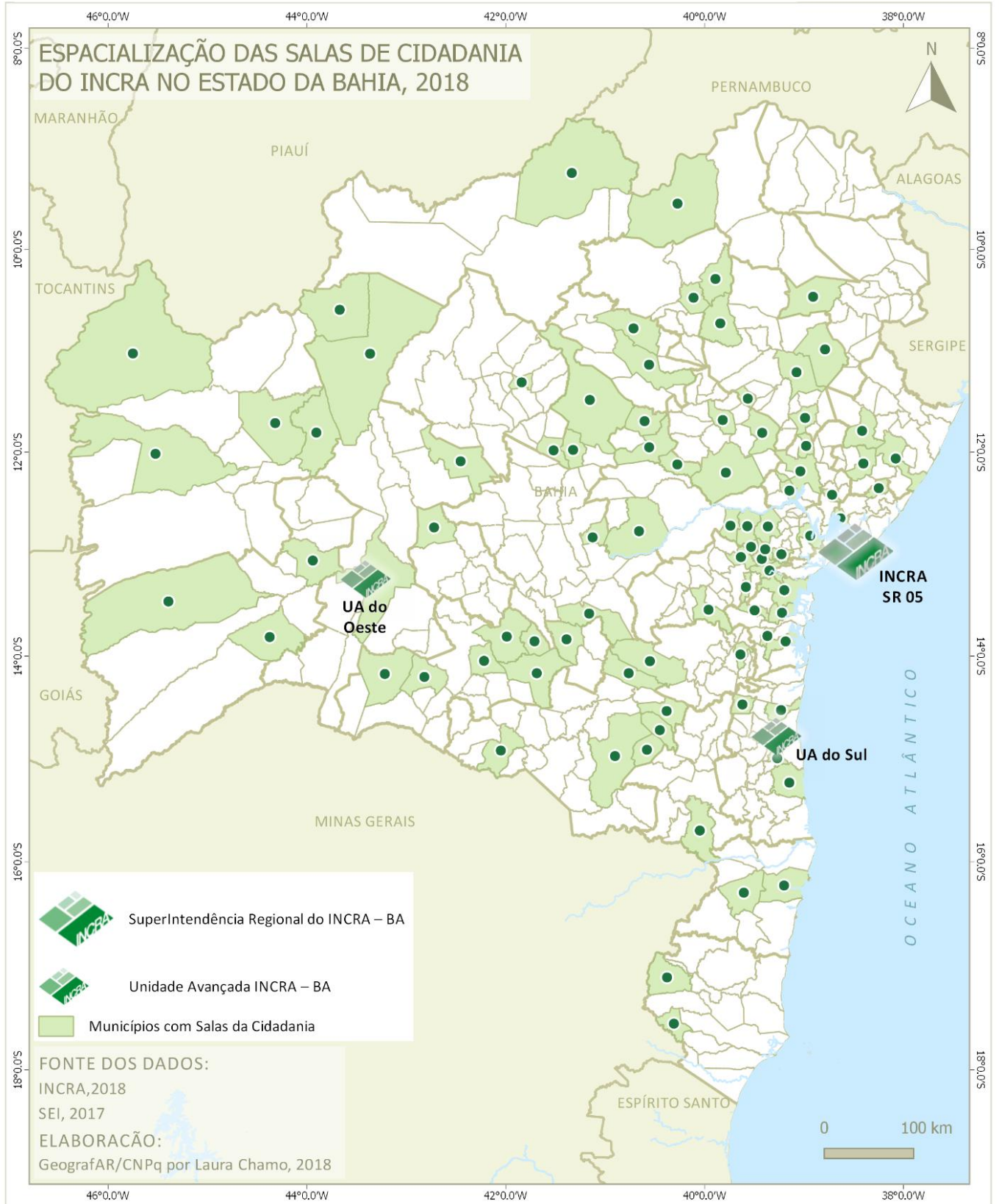


Figura 21

Cronograma de implantação das ações nos Projetos de Assentamentos (3 anos)

Prazos fixados pelas Portarias MDA/Incra nº 6 e 7/2013 e 83/2014

Área	Ação	Prazo (dias)	I Ano												II Ano												III Ano											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Eixo 1: Políticas Sociais																																						
T	CADÚnico	30	+																																			
T	Homologação de Famílias e publicação de Relação de Beneficiários (RB)	30	+																																			
D	Cursos de qualificação do PRONATEC	120	+																																			
D	Saúde e Educação	15	+																																			
Eixo 2: Infraestrutura																																						
T	Soluções Hídricas	30	+																																			
D	Relação de Beneficiários Minha Casa Minha Vida	365	+																																			
D	Soluções de Infraestrutura Básica (luz, água, moradia)	365	+																																			
D	Recuperação de Estradas	365	+																																			
D/T	Elaboração de anteprojeto de parcelamento	90	+																																			
D	Topografia e Demarcação das Parcelas	545	+																																			
Eixo 3: Apoio a Produção																																						
D	ATER	120	+																																			
D	Proposta Conjunta INCRA/CONAB/EMBRAPA	90	+																																			
Ciclo I: Aplicação do Crédito Instalação																																						
D	Apoio Inicial	180	+																																			
D	Fomento I	365	+																																			
D	Fomento II	365	+																																			
D	Fomento Mulher	365	+																																			
Ciclo II: Inclusão Produtiva																																						
D/Ag. Fin	Microcrédito	365													+																							
Ciclo III: Estruturação Produtiva																																						
D/Ag. Fin	Mais Alimentos para a Reforma Agrária	545																			+																	
Eixo 4: Regularização Fundiária e Ambiental																																						
D	CCU	30	+																																			
T	Cadastro Ambiental Rural SICAR	30	+																																			

Como mecanismo de avaliação institucional do Programa da Reforma Agrária, o Estado criou o Diagnóstico de Evolução dos Projetos (DEP). Um mecanismo de avaliação de cada projeto tendo por base o total de famílias assentadas, em relação ao atendimento de suas demandas. A partir dos resultados obtidos, foi definida uma classificação do estágio das realizações referentes às ações de competência do INCRA em cada área. Foram definidas três fases técnico-administrativas da consolidação: 1- Projetos em fase de implantação (0 a 400 pontos); Projetos em fase de consolidação (401 a 699 pontos); e Projetos aptos a serem consolidados (700 a 800 pontos). Uma classificação que, através da Norma de Execução INCRA Nº 9 de 6 de abril de 2001, passou a ser utilizada como requisito para a consolidação dos projetos de assentamento e sua inserção no programa da agricultura familiar.

De forma mais específica, das ações referentes ao aporte de recursos de crédito instalação (apoio inicial e fomento); infraestrutura básica (vias de acesso e internamente aos lotes, abastecimento de água para consumo humano, rede de eletrificação rural); medição e demarcação topográfica do imóvel (cujo início deveria ser imediatamente posterior à aprovação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA); e outorga do título de domínio (a pelo menos cinquenta por cento das famílias beneficiadas).

Após o Acórdão TCU 775/2016, que determinou a paralisação das ações do INCRA, durante o período de abril de 2016 e setembro de 2017, foi publicado o Relatório SIPRA 0227/2017 - “Projetos de Reforma Agrária conforme Fases de Implementação”. O Relatório apresenta uma classificação a partir da identificação de nove fases de implementação dos projetos, assim identificadas: 00 - Em Obtenção; 01 - Pré-Projeto de Assentamento; 02 - Assentamento em Criação; 03 - Assentamento Criado; 04 - Assentamento em Instalação; 05 - Assentamento em Estruturação; 06 - Assentamento em Consolidação; 07 - Assentamento Consolidado; 08 - Assentamento Cancelado; 09 - Assentamento Revogado.

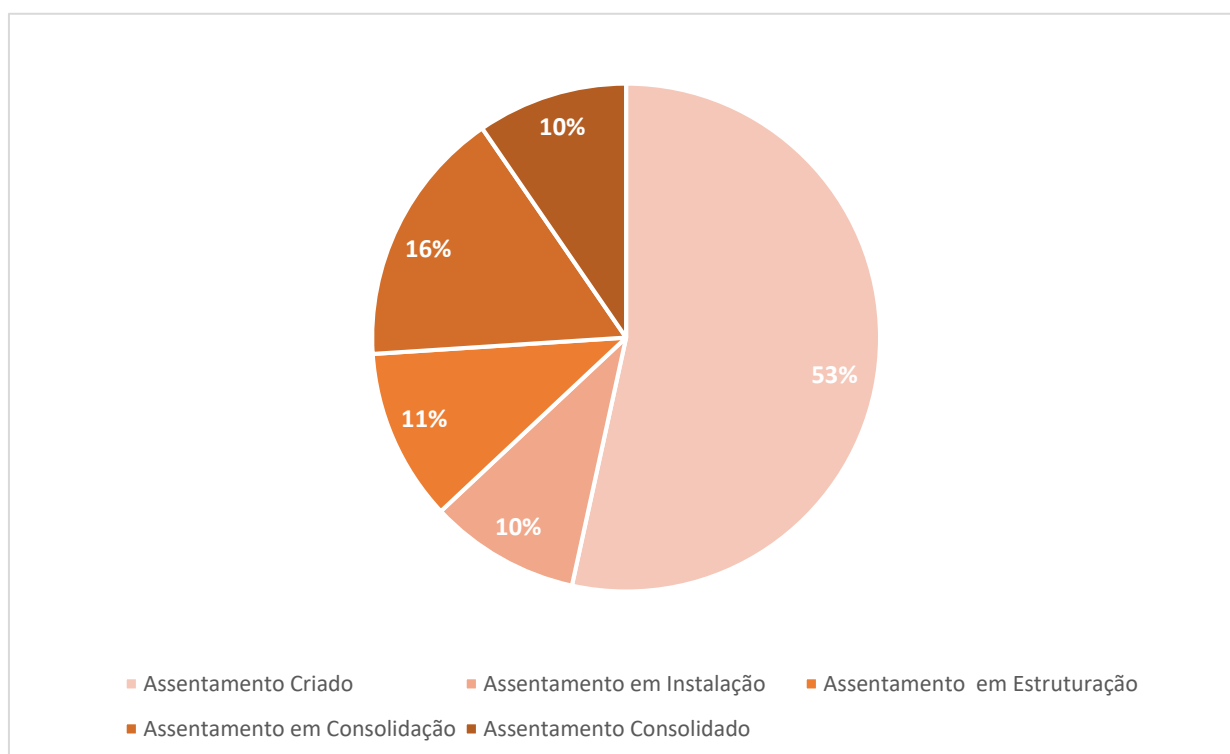
É importante ressaltar que o Relatório “Projetos de Reforma Agrária conforme Fases de Implementação” foi publicado no dia 2 de outubro de 2017. Portanto, logo após a aprovação do Projeto de Lei 13.465 de 11 de julho de 2017 (conversão da antiga MP 759/2016) que dentre outros retrocessos, instituiu a titulação dos assentamentos como a meta prioritária das ações do INCRA no campo brasileiro. O que de certa forma evidencia uma convergência de ações institucionais no sentido de dar celeridade ao cumprimento das ações administrativas para a garantia do firmamento da ação jurídica de mudança da condição legal de posse e uso da terra das famílias assentadas.

Ao serem sistematizados os dados relativos aos municípios que integram o TI Litoral Sul da Bahia, como representa o Gráfico 23, constatou-se que do total do 74 dos assentamentos

rurais criados, 39 assentamentos estão classificados na fase de criação (53%); 7 assentamentos na fase de instalação (10%); 8 assentamentos na fase de estruturação (11%); 12 assentamentos na fase de consolidação (16%); e apenas 7 assentamentos já foram consolidados (o equivalente a 10% do total).

Gráfico 23.

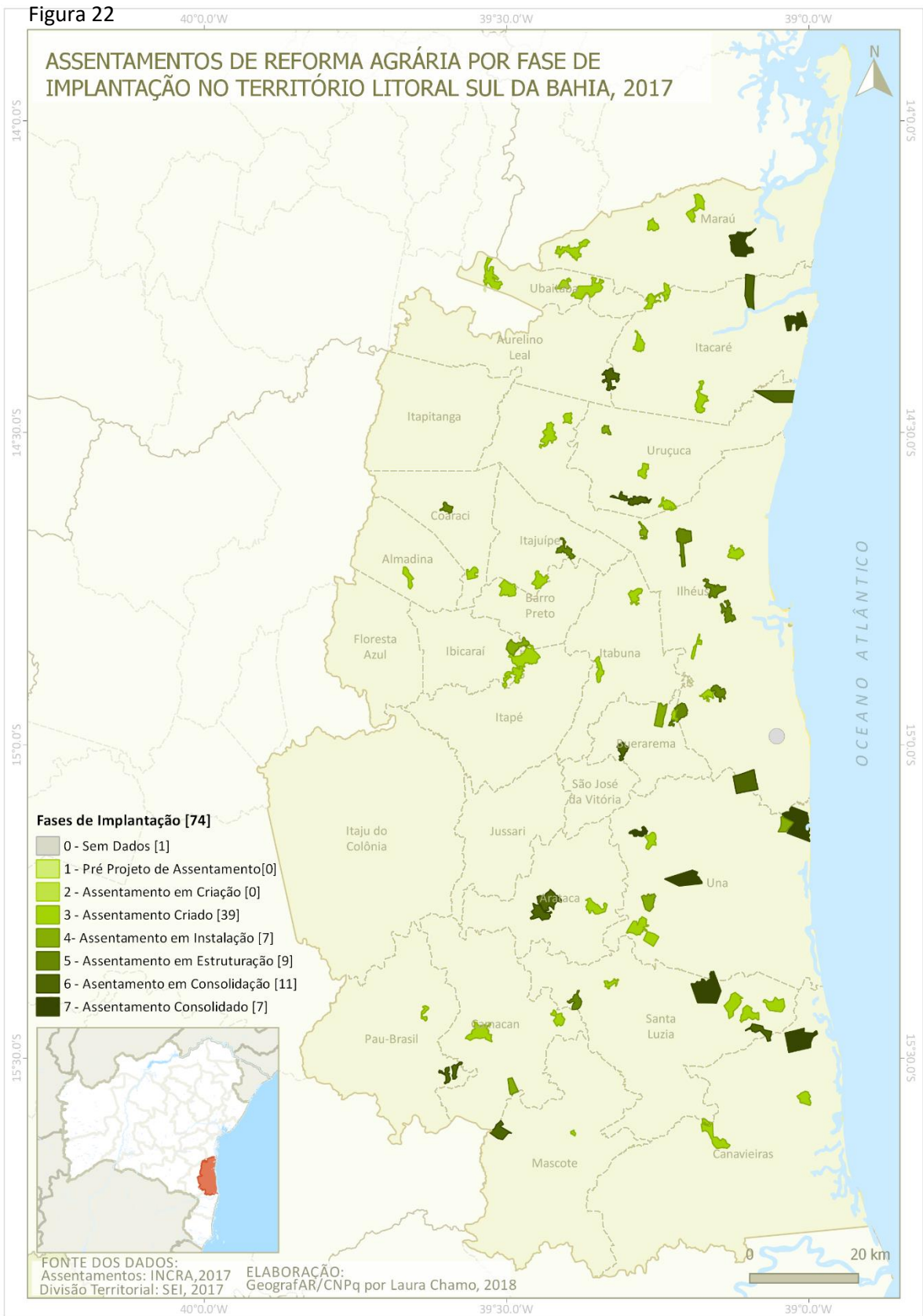
Assentamentos de Reforma Agrária por Fase de Implementação no TI Litoral Sul da Bahia, 1986 -2017



Fonte: INCRA, 2017. Elaborado pela autora.

Diante desta constatação, podemos afirmar que transcorridas mais de três décadas da criação dos primeiros assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia, nos anos de 1986 e 1987, 90% dos assentamentos ainda estão em fase de implantação. Uma “cruel” realidade como define Moreira (2017), ao analisar a temporalidade da ação estatal imposta aos assentamentos de reforma agrária na Bahia, entre os anos 1985 e 2017. Ou, como a própria autora denomina, o “tempo do vazio institucional”

A espacialização dos assentamentos por fase de implantação na escala do TI Litoral Sul da Bahia pode ser observada na Figura 22. Como se observa, os sete assentamentos que foram consolidados pelo INCRA estão localizados nos municípios de Maraú, Itacaré, Canavieiras e Santa Luzia, tendo sido estes os primeiros assentamentos criados, nos respectivos anos de 1986 e 1987, como uma conquista histórica da “Luta dos Posseiros”.



A representação identificada como “assentamento sem dado” refere-se ao PA Oregon, que foi criado no município de Ilhéus, no ano de 1996, a partir da ação de desapropriação da Fazenda Oregon, à época pertencente à empresa Bahia Tech Ltda. O assentamento foi criado com a área de 648 hectares e capacidade de assentamento de 22 famílias. As famílias foram cadastradas, mas não houve a homologação. Isso porque, tratando-se de uma área de grande biodiversidade e elevado grau de endemismo, a criação do assentamento foi contestada por parte do movimento ambientalista junto ao IBAMA e a área desapropriada pelo INCRA foi doada ao governo do estado da Bahia para a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC). Criado através do Decreto nº 6227, de 21 de fevereiro de 1997, com recursos provenientes do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE), o PESC possui, atualmente, uma área de 9.275 hectares e abrange os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré ⁶³.

As famílias que foram cadastradas no PA Oregon, à época vinculadas à FETAG-BA, foram reassentadas em outras áreas, a exemplo do PA São Jorge, no município de Uruçuca, criado no ano de 1998, que hoje é articulado ao Movimento de Luta pela Terra (MLT) e a Frente dos Trabalhadores Livres (FTL), respectivamente. Como também, do PA Vavá, também localizado no município de Uruçuca, que foi criado no ano de 2003 e hoje se define como um assentamento independente. Dessa forma, embora tenham sido criados 74 assentamentos no TI Litoral Sul da Bahia, no período de 1986 a 2017, foram implantados somente 73 assentamentos.

Bem, o que os dados apresentados no Gráfico 23 e na Figura 22 nos evidenciam? Que, apesar dos assentamentos de reforma agrária se constituírem enquanto materialidade da prática social cotidiana das famílias assentadas por quase três décadas, estes ainda se definem enquanto “projetos” em fase de implantação no campo da política pública. Um processo cujas temporalidades e territorialidades estão associadas ao ritmo e intensidade de execução do cronograma das ações do Estado nas áreas dos assentamentos rurais, conforme os marcos legais e as normas institucionais estabelecidas.

Um processo fragmentado que adquire concretude na vida cotidiana dos assentamentos. Entende-se, portanto, que a compreensão desse processo é fundamental para a análise dos desafios que se impõem à organização interna dos assentamentos rurais no tempo presente. Principalmente, considerando as análises reducionistas que julgam o “sucesso” ou “fracasso” da política de assentamentos rurais pelo critério quantitativo da renda e produção das famílias assentadas. Afinal, “só terra, enxada e suor, não basta!” como exaltou Seu Esinaldo

⁶³ O PESC foi criado em 1997, originalmente com uma área de 7 000 hectares. Em 2003, seus limites foram redefinidos e a área foi ampliada para 9.275 hectares.

Almece de Jesus que é trabalhador assentado no PA Santa Irene, localizado no município de Gongogi e também faz parte da coordenação regional do Movimento CETA no Sul da Bahia⁶⁴. Ainda mais considerando um tipo de intervenção fundiária que é objeto por excelência da ação da política pública (MEDEIROS e LEITE, 1999).

Realidade na qual a falta da infraestrutura coletiva – água para consumo, energia elétrica e estradas vicinais – que em tese seriam as condições mínimas para a criação dos assentamentos ressoam como um “mantra” no lugar de fala das famílias assentadas em suas sociabilidades cotidianas, assim como nas pautas políticas das organizações e movimentos sociais.

Uma realidade que é permeada por contradições, tensões e conflitos, como tão bem analisa Carlos Alberto “Garotinho” do MLT.

Nós temos aqui assentamentos de doze anos que não tem água potável, por exemplo, a Alemita aqui em Itabuna Você chega pra adentrar lá no Loreta Valadares ou no Vila Isabel ou no João Amazonas, você vê que é um caos as estradas vicinais. Como você vai ter uma agroindústria se não tem água? Como é que você vai ter uma agroindústria se você não tem como escoar aquela produção porque não tem estrada. A gente já vem falando isso não é de hoje, é de muito tempo (informação verbal)⁶⁵.

Uma realidade que foi agravada pelos cortes orçamentários dos Programas Luz para Todos e Água para Todos que criados nos anos de 2003 e 2011, durante o governo Lula e Dilma, respectivamente. De forma particular na Bahia, que possui a maior população rural entre os estados brasileiros e que um em cada quatro estabelecimento agropecuários não tem energia elétrica (IBGE, 2017).

Como também, pela crise hídrica regional ocorrida entre os anos de 2015 e 2016, sendo decretado o estado de calamidade pública pela falta de abastecimento hídrico em diversos municípios. Situação na qual o INCRA-BA firmou um convênio com a Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia (CERB) para a perfuração de poços artesianos nos assentamentos rurais. Contudo, na ausência de fiscalização das obras executadas, foram identificadas situações dramáticas nas quais os poços foram perfurados e não instalados, ou foram instalados sem energia elétrica. Ou então, a situação em que “foi feito o poço que desde o início cai água suja”, como foi pautado em reunião pelas famílias assentadas no PA Terra Boa Coary, no município de Santa Luzia.

Situações dramáticas que se definem no cotidiano das famílias assentadas, assim como também foi evidenciado no PA Santa Irene, no município de Gongogi, onde foi construída

⁶⁴ Reunião da Coordenação Regional do Movimento CETA com a CPT, realizada no município de Itabuna, no dia 3 de agosto de 2018.

⁶⁵ Entrevista realizada em Itabuna, no dia 8 de maio de 2018.

a casa de farinha (Figura 23), no ano de 2010, que até hoje está desativada pela falta de energia elétrica. Uma obra que custou R\$ 700 mil e está localizada a uma distância de apenas 30 metros da rede elétrica, como relatou Seu Valdemiro Bispo com a voz embargada aos seus 69 anos de idade.

Vai perder uma obra de 700 mil. São apenas 30 metros para puxar a energia. Estamos fazendo farinha no Poço Central com uma casa de farinha de primeiro mundo se perdendo (informação verbal)⁶⁶.

Figura 23 – Casa de farinha desativada no Assentamento Santa Irene, Gongogi -Bahia



Fonte: Trabalho de campo, em 20 de outubro de 2017.

Uma situação dramática que ao ser pautada por Seu Valdemiro Bispo, em reunião da coordenação regional do Movimento CETA com a chefia da UA INCRA Sul e o setor de desenvolvimento do INCRA-BA, realizada em Itabuna, no dia 25 de abril de 2018, foi acolhida com a resposta de que “a energia não depende do INCRA”. Uma desobrigação institucional dentre tantas outras pronunciadas na reunião – “a construção poços é com a CERB”, a “a construção das casas é com a CEF, “o parcelamento dos lotes é com a PRISMAT...” – que evidenciam quão tortuoso é o processo da descentralização da reforma agrária para a vida cotidiana das famílias assentadas.

Ainda sobre a inexistência ou mau estado de conservação das estradas vicinais, é importante considerar que se trata de um aspecto geral do campo sul baiano. Uma realidade regional que se agravou no contexto da crise da cacauicultura e se evidencia de forma ainda

⁶⁶ Entrevista realizada no Assentamento Santa Irene, em Gongogi, no dia 20 de novembro de 2017.

mais complexa nas áreas de assentamentos rurais. Um “caos as estradas vicinais”, assim como também considerou Carlos Alberto Santos (MLT), que não só se manifesta na dimensão da produção, mas também da reprodução da vida cotidiana, como foi constatado no PA Ressurreição, localizado no distrito do Banco Central, município de Ilhéus, onde as famílias assentadas caminham aproximadamente dez quilômetros para chegar até a BA 262 e pegar o ônibus para a sede municipal.

Um sentido de precarização da política de assentamentos rurais que também se manifesta pela falta da medição e demarcação dos lotes. Uma ação prevista no cronograma de execução das ações do INCRA que é condicionada à elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) – o que, em tese, seria uma obrigatoriedade para os assentamentos criados a partir do ano 1999, mediante convênio com a associação e contratação da assessoria técnica (conforme rege a Instrução Normativa/INCRA/Nº 34, de 9 de julho de 1999).

A partir do levantamento documental realizado no Setor de Desenvolvimento do INCRA-BA, em Salvador, foi constatado que do total dos 73 assentamentos implantados nos 26 municípios que integram o TI Litoral Sul da Bahia, apenas 31 assentamentos tiveram o PDA elaborado, ou seja, 42,46% do total. Sendo que destes, somente 25 foram aprovados, ou seja, 34,24% do total. Contexto no qual a medição e demarcação dos lotes – ação que pela norma institucional deve ser realizada logo após a aprovação do PDA – foi em sua grande maioria realizada com “cordas e piquetes em mãos” pelas próprias famílias assentadas.

Uma situação conflitiva para as famílias assentadas. Não só pelo conflito que de forma generalizada se estabelece na disputa pelas áreas de plantio de cacau, mas também na “empurra dos piquetes entre lotes vizinhos” como foi identificado no PA Serra de Areia, no município de Ibirapitanga. Ou então, na “divisão de lotes com área superior a 40 hectares” como identificado no PA Terra Boa Coary, no município de Santa Luzia.

Uma (não) ação de medição e demarcação dos lotes que traz implicações para a realização do licenciamento ambiental dos assentamentos, ainda mais considerando que a área do Litoral Sul da Bahia está inserida no corredor central do Bioma da Mata Atlântica. Isso porque a falta da demarcação da Área de Preservação Permanente (APP) e da Área de Reserva Legal (ARL) – num contexto de precarização das condições de produção e reprodução social – favoreceu a extração e a venda ilegal de madeira nos assentamentos. Ou melhor, intensificou a continuidade de uma realidade regional, considerado ter sido essa prática comumente adotada pelos cacauicultores mediante a atuação das empresas madeireiras no contexto de agravamento da crise regional, em meados da década de 1990. Ressalta-se, inclusive, que a maioria das fazendas de cacau que foram desapropriadas no Litoral Sul da Bahia não possuía a Área de

Reserva Legal averbada, conforme o levantamento documental realizado nos Laudos de Vistoria e Avaliação do INCRA.

Assim, considerando a temporalidade das ações Estado nos espaços dos assentamentos rurais, em algumas situações observadas no trabalho de campo, a demarcação da ARL foi realizada em áreas de pastagens, como no PA Manoel Chinês, no município de Itabuna. Uma situação estabelecida que ainda cria (mais uma) demanda para o cumprimento da legislação ambiental vigente: a recuperação de áreas degradadas, através do Plano de Recuperação Ambiental (PRA). Como também, o monitoramento ambiental que, de acordo com a chefia da UA INCRA Sul, vem sendo realizado através do convênio firmado entre o INCRA-BA e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA).

A partir do levantamento documental realizado no Setor de Desenvolvimento do INCRA - BA, também foi identificado que a medição e demarcação topográfica só foi concluída em apenas 33 assentamentos no TI Litoral Sul da Bahia, o que representa apenas 45,2% do total. Ações institucionais que ao serem realizadas, no geral, referendaram – com os ajustes técnicos necessários – as espacialidades e territorialidades delimitadas “com cordas e piquetes em mãos” pelas próprias famílias assentadas.

Um sentido de precarização que foi agravado com a aprovação o Novo Código Florestal – Lei 12. 651 de 25 de maio de 2012 – e a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), também denominado Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR). Pois, através do CEFIR, o licenciamento ambiental passou a ser condicionado ao georreferenciamento dos imóveis rurais (que por sua vez, é precedido pela medição e demarcação topográfica).

Uma condição que também passou a ser exigida pelos bancos para a liberação dos créditos produtivos. De forma mais específica, pelo Banco do Brasil para a liberação do Pronaf A e Banco do Nordeste para a liberação do Proamigo. Criou-se, assim, um grande gargalo para as famílias assentadas. Como se não bastassem os desafios pela escassez e descontinuidade, impõe-se agora a inacessibilidade ao recurso quando disponibilizado.

Considerando isso – e também, que o licenciamento ambiental é uma condição para a titulação do assentamento – o INCRA-BA formalizou um convênio com as empresas Prisma Geosat no sentido de dar celeridade ao georreferenciamento dos assentamentos no Litoral Sul da Bahia. Inclusive, com o uso de recursos da infraestrutura para as ações de georreferenciamento com foi relatado pelas famílias assentadas. Uma ação permeada por tensões e conflitos em função das precárias condições de infraestrutura já existentes nos assentamentos. Em relação ao CEFIR, está em construção uma parceria do INCRA-BA com a

Universidade Federal da Sul da Bahia (UFSB) e do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), ambos com campus instalados no TI Litoral Sul da Bahia.

Um processo recente, considerando que o módulo digital para o cadastro dos assentamentos rurais no CEFIR só foi concluído no ano de 2015, tendo sido apresentado para os movimentos sociais na Bahia durante o III Fórum de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que foi realizado no auditório do INCRA-BA, em Salvador, no dia 12 de abril de 2016. Mas que mesmo assim, já se esbarra nas contradições das ações de (não) implantação dos assentamentos, como analisa Angélica Anuniação (FTL).

Agora, com a questão do Código Florestal é preciso todos assentamentos tá tudo medido, georreferenciamento, tudo ok. Não existe, a maioria dos assentamentos aqui não foram feitos, não foram loteados. A realidade é que ninguém sabe onde é a área coletiva, onde é a área de encharcados, onde é individual, já houve troca de lote, um tem lote maior do que o outro, sabe? Ele traz a RB, a RB não bate mais com o povo que tá lá assentado, o INCRA não regularizou, tem um cara que tem 10 anos, mas o INCRA não inseriu ele no SIPRA. Tem esse problema porque o INCRA não fez a sua parte, aí cadê o mapa da área? A maioria não tem mapa, nunca viu mapa. Como você vai fazer? Aí essa carreira, essa loucura de pegar o dinheiro, tirar o dinheiro da infraestrutura e colocar pra fazer georreferenciamento, fazer o CEFIR, o cadastro pra atender a titulação que é pra atender o Código Florestal. Agora mesmo tem as equipes aí, tinha até março, acho que março, meados de abril pra entregar o resultado do CEFIR nesse convênio do INCRA, mas eu creio que não concluiu. Nas nossas áreas mesmo não foi concluída, muita coisa ficou emperrada, chega lá não tem nada. O INCRA não fez o que tinha que fazer, nem o lote ele demarcou, como é que vão fazer? Como é que você vai fazer o CEFIR? Não é função desse trabalho fazer a demarcação. A função é georreferenciar o que foi demarcado (informação verbal)⁶⁷.

Um emaranhado de determinações e contradições que não só impõem desafios para a organização interna dos assentamentos, mas também para a ação política dos movimentos sociais em meio ao processo de territorialização da luta pela reforma agrária no espaço regional.

Uma realidade contraditória que ainda é agravada pela situação ocupacional das famílias assentadas. Um aspecto que foi determinante para o Acórdão TCU 775/2016 que paralisou ações do programa da reforma agrária durante os anos de 2016 e 2017. Ainda que a medida cautelar tenha sido revogada pelo TCU, no ano de 2017, o problema persiste para os assentamentos rurais, principalmente no que se refere à situação das famílias bloqueadas e das famílias ocupantes. Situações de “irregularidades” que em grande medida foram identificadas por falhas nos cadastros e banco de dados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), como foi atestado pelo próprio INCRA ao TCU.

Em relação às famílias bloqueadas, foram identificadas possíveis situações de irregularidades pela existência de beneficiários na condição de funcionários públicos, empresários e titulares de mandatos eletivos, além da demarcação de lotes com tamanho acima

⁶⁷ Trabalhadora assentada no Assentamento Manoel Chinês, em Itabuna, e coordenadora regional da Frente dos Trabalhadores Livres (FTL). Entrevista realizada em Itabuna, no dia 4 de maio de 2018.

do permitido (ou seja, dois módulos fiscais). Os casos identificados foram notificados aos movimentos sociais pela UA INCRA Sul, sendo feita a solicitação da defesa das referidas famílias. O TCU fixou o prazo de três anos para que os indícios de irregularidades fossem investigados pelo INCRA.

No município de Ilhéus, por exemplo, foi identificado que do total das 393 famílias assentadas, 100 famílias estão bloqueadas. O que significa afirmar que 25,44% do total das famílias assentadas no município de Ilhéus estão em situação de irregularidade no SIPRA e portanto, impossibilitadas de terem acesso aos créditos instalação da reforma agrária; de renovarem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para acessarem os créditos produtivos, ou mesmo participarem de programas e ações da política da agricultura familiar; ou até mesmo de realizarem projetos com entidades parceiras. Estratégias pelas quais as famílias assentadas buscam de alguma forma compensar a (não) implantação dos assentamentos rurais, conforme evidenciou o próprio Relatório SIPRA 0227/2017 – “Projetos de Reforma Agrária conforme Fases de Implementação”.

A partir do ano de 2016, a aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar da rede estadual de ensino da Bahia, passou a ser realizada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) por meio de chamadas públicas por territórios de identidade. Uma ação da SEC com o apoio da SDR, mas que, contudo, está condicionada a emissão da DAP. Uma importante ação que, contudo, esbarrou na impossibilidade da participação das famílias assentadas que estão na condição de “irregulares”. Uma realidade que, atualmente, abrange quase um terço das famílias assentadas no município de Ilhéus.

Em relação às famílias ocupantes, foram identificadas situações ainda mais complexas no cotidiano dos assentamentos rurais. Situações que estão associados à mobilidade das famílias entre os assentamentos, seja por relações de parentesco e compadrio, ou mesmo por conflitos internos, ou então por situações de abandono, desistência ou falecimento. Situações que, há décadas, vem sendo pautadas pelos movimentos sociais ao INCRA-BA. “Nós temos assentamentos aqui que já tem 60%, 70% de substituição das famílias originárias, das famílias iniciais. Tem situações que tem lote, que já teve cinco, seis donos”, como continuou relatando Angélica Anunciação (FTL).

Uma maior complexidade que se define pelo fato de que as famílias ocupantes sequer estão “sipradas”, ou seja, cadastradas no SIPRA. Por isso, em tese, não existem legalmente como famílias beneficiárias do programa da reforma agrária. Como também, não tem prazo fixado pelo TCU para a resolução da situação. Além disso, considerando que a situação das famílias ocupantes já vem sendo configurada, há décadas, e que se manifesta na

realidade da maior parte dos assentamentos existentes, como relataram os sujeitos pesquisados, estima-se que a realidade das famílias ocupantes venha a abarcar um percentual bem superior aos 25,44% das famílias bloqueadas. Famílias ocupantes que também estão impossibilitadas de serem beneficiadas por qualquer ação associada ao programa da reforma agrária ou da política de agricultura familiar, uma vez a condição de irregularidade no SIPRA também impossibilita o registro da DAP.

No entanto, apesar da complexidade que se define, não há a definição de uma ação planejada do INCRA-BA no sentido de realizar a gestão da situação das famílias ocupantes a curto prazo. Uma constatação que ficou evidente na indagação feita pela liderança do Movimento CETA em reunião na UA INCRA Sul, realizada no dia 25 de abril de 2018, com a presença da chefia da Unidade e do chefe do setor de desenvolvimento do INCRA-BA.

Como o INCRA está pensando a operacionalização da situação ocupacional? (informação verbal)⁶⁸.

Situação ocupacional não tem como garantir é preciso definir prioridades. Eu sei que a gente precisa atender a todo mundo, mas não tem recurso para atender todo mundo. Precisamos ter inteligência institucional (informação verbal)⁶⁹.

Estamos buscando firmar acordo de cooperação técnica com as prefeituras (informação verbal)⁷⁰.

Constata-se, assim, a partir dos “cortes rasos” no orçamento agrário realizados pelo governo Temer, o que se tem como perspectiva é a descentralização da gestão da situação ocupacional das famílias para as prefeituras locais, como afirmou a chefia da UA INCRA Sul. Portanto, o avanço dos sentidos da precarização da política de assentamentos rurais. Uma situação ocupacional que não sendo regularizada, como determinam as normas institucionais estabelecidas, tende a acentuar as diferenciações sociais entre as famílias e os conflitos entre as famílias e os movimentos sociais, com rebatimento no sentido mais amplo da luta pela reforma agrária, como também considerou Carlos Alberto “Garotinho” do MLT.

Nós temos muito tempo que o sistema do INCRA não funciona[...] hoje nós temos esse descaso e o pior de tudo que eles fazendo isso, tá fazendo com que os movimentos sociais percam a credibilidade lá na sua origem, lá na sua base (informação verbal)⁷¹.

Um processo de diferenciação social das famílias assentadas que se realiza pela situação ocupacional com meio, mas que se define como fim através do acesso (ou não) ao

⁶⁸Clodoaldo Neto. Trabalhador do Pré-assentamento Dois Riachões (CETA), localizado no município de Ibirapitanga (que, atualmente, é pertencente ao Território Médio Rio de Contas).

⁶⁹Paulo Alves. Chefe do Setor de Desenvolvimento da Superintendência Regional do INCRA-BA, em Salvador.

⁷⁰Marcos Nery. Chefe da Unidade Avançada INCRA Sul e Extremo Sul da Bahia, em Itabuna.

⁷¹ Entrevista realizada em Itabuna, no dia 8 de maio de 2018.

crédito e à assistência técnica. Um processo que, para além da diferenciação social, define hierarquias e segregações espaciais entre as famílias nos assentamentos rurais: entre as “famílias regulares” que assim tem a possibilidade de acesso ao crédito quando é concedido, e as “famílias irregulares” que na condição de bloqueadas ou ocupantes estão impossibilitadas de terem acesso ao crédito ou a qualquer outro benefício da reforma agrária.

No entanto, mesmo para as famílias regulares, o acesso ao crédito e a assistência técnica continua sendo um caminho tortuoso na luta pela permanência na terra. Não só pela escassez dos recursos em si, ainda mais agravada pelos “cortes rasos” no orçamento agrário do governo Temer, mas também pelo avanço das ações de descentralização da reforma agrária. Além disso, os créditos concedidos não contemplam as demandas pautadas pelos movimentos sociais, sendo beneficiadas apenas parte das famílias assentadas. Sem considerar os baixos valores que são pagos, conforme descrição da Tabela 9.

Tabela 9 – A Rotas dos Créditos da Reforma Agrária e seus Valores, 2017

Crédito	Finalidade	Valor Máx. Família
Crédito Instalação		
Apoio Inicial	Apoiar a instalação imediata das famílias no assentamento	até R\$ 5.200
Fomento	Viabilizar projeto produtivo, segurança alimentar e nutricional, geração de trabalho e renda.	até R\$ 6.400
Fomento Mulher	Implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote	até R\$ 3.000
Seminário	Assegurar segurança hídrica nos assentamentos circunscritos na região do semiárido	Até R\$ 5.000
Inclusão Produtiva		
Pronaf Microcrédito	Fomentar inclusão produtiva das famílias nos mercados locais	Até R\$ 4.000
Estruturação Produtiva		
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Estruturação do lote produtivo	Até R\$ 25.000
Pronaf Custeio da Reforma Agrária	Financiamento atividades agropecuárias	Até R\$ 7.500

Fonte: INCRA -BA, 2017⁷² Elaborado pela autora.

⁷² Valores definidos pela Lei 13.001 de 20 de junho de 2014.

Como também, da falta de responsabilidade técnica por parte de alguns profissionais/entidades/empresas e da ausência de fiscalização da execução das obras nos assentamentos pelo Estado. Uma realidade que foi constatada no PA Entre Rios, localizado no município de Camacan: criado no ano de 2004, o assentamento possui 28 famílias assentadas, mas só foi liberado o crédito habitação para a construção de 14 casas. As casas foram construídas, mas até hoje a empresa que executou a obra não fez a prestação de contas às famílias assentadas.

A partir da análise do “Relatório das Fases de Implementação do Projetos de Reforma Agrária” e da interlocução estabelecida com os movimentos sociais e as famílias assentadas, identificou-se que a pauta política dos assentamentos no Litoral Sul da Bahia ainda é determinada, principalmente, pela falta da concessão dos Créditos de Instalação.

Em certa medida, ocorreu a concessão do Apoio Inicial, até porque trata-se da mais imediata ação para a instalação das famílias nos assentamentos, não sendo exigida a elaboração do projeto produtivo ou de termo cooperação técnica firmado. Isso no que se refere ao Apoio Inicial 1, já que o Apoio Inicial 2 só é acessado após a construção da casa. Ou seja, a liberação do crédito habitação.

Já em relação ao Crédito Instalação, identificou-se que dos 73 assentamentos implantados no TI Litoral Sul da Bahia, apenas 26 assentamentos (ou seja, 35,61% do total) foram contemplados com o crédito nas modalidades Fomento (654 famílias) e Fomento Mulher (431 famílias). Uma pauta que se agrava diante da situação ocupacional das famílias assentadas, uma vez que as famílias “bloqueadas” ou “ocupantes” não cumprem os requisitos exigidos para o acesso ao crédito por estarem em situação de irregularidade junto ao SIPRA. E no caso das famílias regularizadas, além da elaboração do projeto produtivo, é necessário também que seja firmado o termo de cooperação técnica para a serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

De acordo com a declaração do superintendente regional do INCRA - BA, Giuseppe Vieira⁷³, no ano de 2017, foram aplicados R\$ 4 milhões no Crédito Instalação nas modalidades Apoio Inicial, Fomento Mulher e Semiárido na Bahia. É importante considerar o sentido político de uma linha de crédito específica para mulheres assentadas na luta pela reforma agrária. Ainda assim, muito aquém da demanda existente. Principalmente, considerando que a

⁷³ Depoimento dado no Encontro de Mulheres da Teia dos Povos, realizado no Assentamento Terra Vista, no município de Arataca, no dia 8 de março de 2018.

Bahia tem o segundo maior percentual de mulheres produtoras no campo baiano: 25,6% (IBGE, 2017).

Período no qual houve a concessão de crédito Fomento Mulher para os assentamentos no Litoral Sul da Bahia. Isto é, para as mulheres titulares dos lotes que não se situam na condição de “bloqueadas” ou “ocupantes”. Um fomento no valor de R\$ 3.000 que foi concedido em operação única para implantação de um projeto produtivo individual ou coletivo de acordo com a deliberação do coletivo das mulheres em cada assentamento. No Assentamento Terra Vista, por exemplo, localizado no município de Arataca, as mulheres decidiram aplicar o fomento recebido na melhoria dos quintais produtivos, em hortas e na criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos. Citando o Terra Vista, é importante destacar que foi o primeiro assentamento a realizar o licenciamento ambiental no estado da Bahia, ainda conforme a Resolução CEPRAM -BA 3592/2006 ⁷⁴.

Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), identificou-se a permanência das contradições e conflitos que historicamente permeiam a sua execução nas áreas de reforma agrária. A começar pelos antagonismos que se define entre a sua concepção, e a realidade das famílias assentadas na sua particularidade concreta.

Antagonismos que não só se manifestam na dimensão do crédito, mas também da assistência técnica, tendo como síntese o endividamento das famílias. Uma realidade intensifica a precarização das condições de vida das famílias assentadas, desestrutura a organização interna dos assentamentos e assim, repercute no sentido maior da luta pela reforma agrária.

Nós temos o assentamento Vila Isabel, o pessoal tá encalacrado com o PRONAF, não compra fiado nem uma agulha, ele não compra nem como minha avó dizia, nem um alfinete furado [...] Teve um assentamento que não é nosso, mas o Nova Vitória que teve um problema desse. Foi feito o projeto inicial pra coco, na hora de liberar o dinheiro o Banco disse nós não vamos liberar pra plantar coco, nossa linha é pra plantar café. Ilhéus será que é zoneado pra café? Mas o técnico fez a cabeça do pessoal pra que tomasse o dinheiro. Tentou plantar o café e perdeu. Quando perde na produção você perde também o que você tem que pagar. O banco não tem coração, o banco tem cofre (informação verbal)⁷⁵.

As estruturas de PRONAF, e a estrutura da assistência técnica conduzia de fato todos esses assentados pra o modelo convencional da revolução verde [...] O técnico não era da comunidade, o técnico não tinha compromisso com a associação, então ele era de uma instituição que ele fazia dez projetos e a preocupação dele era o dinheiro cair na

⁷⁴ Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado da Bahia que instituiu a primeira norma técnica para o licenciamento ambiental dos assentamentos na Bahia. O licenciamento e adequação ambiental do Assentamento Terra Vista foi realizado pelo Instituto Cabruca, como sede no município de Ilhéus.

⁷⁵ Carlos Alberto “Garotinho”. Coordenação Regional do MLT. Entrevista realizada no STR Itabuna, no dia 8 de maio de 2018.

conta pra ser aplicado, prestar conta e encaminhar o relatório técnico(informação verbal)⁷⁶

Uma situação conflitiva que se estabelece pelo direcionamento das linhas de crédito para o financiamento de monocultivos e pela adoção de um modelo de assistência técnica que contradizem os princípios políticos assumidos pela luta da reforma agrária perante a sociedade: soberania alimentar e agroecologia. No caso específico do monocultivo do café, é importante destacar que o mesmo se constitui em uma das frentes financiadas pelo Estado no atual contexto da reestruturação produtiva regional.

Outro aspecto destacado foi o esvaziamento da carteira de crédito do PRONAF a partir dos cortes orçamentários ocorridos durante o governo da presidenta Dilma. Um esvaziamento que também se definiu pela criação de outras modalidades de financiamento para as famílias assentadas (Pronaf Amigo, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem...)

Aqui não é só inadimplência que tem tirado Pronaf. A gente tem vários anos que, acho que o último Pronaf que saiu aqui foi no ano 2000. A gente tem quase 15 anos sem Pronaf A, que é o Pronaf da reforma agrária. Tem assentamento aí que tem mais de dez anos e não conseguiu acessar o Pronaf porque não tem recurso do Pronaf pra DAP A. O governo Dilma começou a pegar dinheiro do FNE que financia o Pronaf e colocar no Crediamigo, Crédito agrícola, e foi esvaziando a carteira do Pronaf (informação verbal)⁷⁷.

Além dos cortes orçamentários, o acesso das famílias assentadas ao PRONAF também passou a ser impossibilitado pela questão do licenciamento ambiental que, como já foi dito, passou a ser exigido pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste para a liberação dos créditos após aprovação do Novo Código Florestal, no ano de 2012. Como também, pela impossibilidade de renovação da DAP diante da situação ocupacional das famílias assentadas.

Para agravar ainda mais a situação das famílias assentadas, destaca-se que, atualmente, o INCRA-BA está sem convênio de cooperação técnica firmado com entidade da administração pública (conforme rege a Instrução Normativa nº71/2012). O que significa a falta da prestação de serviço de assistência técnica para a elaboração e execução dos projetos produtivos que são exigidos para a concessão das linhas de crédito instalação ou PRONAF, como declarou a própria chefia da UA INCRA Sul.

⁷⁶ Luciano Ferreira da Silva. Trabalhador do Pré-assentamento Dois Riachões, no município de Ibirapitanga, e reconhecida liderança do Movimento CETA no Sul da Bahia Entrevista realizada no Pré-assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga, no dia 15 de novembro de 2017.

⁷⁷ Angélica Anunciação. Trabalhadora do Assentamento Manoel Chinês, no município de Itabuna, e reconhecida liderança do movimento sindical rural no Sul da Bahia. Atualmente, integra a coordenação do Movimento FTL Entrevista realizada na sede da COOPERCENTROSUL, em Itabuna, no dia 4 de maio de 2018.

Para receber crédito é preciso ter projeto elaborado. E no momento, não temos acordo de cooperação técnico firmado. Está sendo vista possibilidade de acordo cooperação técnica com a UFSB e o CIMA, mas a prioridade é para o fomento mulher (informação verbal)⁷⁸

O último acordo de cooperação técnica do INCRA-BA foi firmado no ano de 2008, junto com a Secretária de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR). O indicativo era que o acordo fosse estendido até o ano de 2017, mas a prestação do serviço da assistência técnica do INCRA foi nacionalmente paralisada, no ano de 2016, em função do passivo que se definiu com os atrasos de pagamento dos contratos com as empresas terceirizadas. Um passivo que, de acordo com o presidente do INCRA, Leonardo Góes, tinha um valor aproximado de R\$ 70 milhões⁷⁹.

Além disso, em função do *impeachment* da presidenta Dilma, o diálogo do INCRA com o governo do estado da Bahia – que é do PT – “ficou ruim”, assim como definiu Paulo Alves, chefe do Setor de Desenvolvimento do INCRA-BA. Nesse sentido, está em processo de elaboração um novo convênio do INCRA-BA com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA)⁸⁰.

Sentidos de precarização da política de assentamentos rurais que não só se manifestam através dos paradigmas vigentes, marcos legais e normas institucionais, programas e ações governamentais, mas principalmente, no lugar de fala dos sujeitos que vivem a concretude das contradições estabelecidas no cotidiano da vida social.

Como o governo diz que o crédito é prioridade diante de tanta dificuldade para os trabalhadores? A maioria das nossas demandas vem de 2013, 2014, 2015, como pode a gente vim das nossas áreas, com dois representantes, passar o dia aqui junto com o governo e sai dar sem solução? (informação verbal)⁸¹

Indagações que não só perpassam pela escassez dos recursos, mas também pela forma fragmentada da concessão. Sem contar com os valores dos créditos que são concedidos como foi demonstrado na Tabela 9. Valores que sequer asseguram uma instalação com dignidade para as famílias – considerando o crédito instalação com valor total de até R\$ 14.600

⁷⁸ Marcos Nery. Chefe da Unidade Avançada INCRA Sul. Entrevista realizada no dia 25 de abril de 2018.

⁷⁹ Medida Provisória marcará uma nova fase da reforma agrária no país. Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/medida-provisoria-marcará-uma-nova-fase-da-reforma-agraria-no-pais>. Acesso em 1/10/2017.

⁸⁰ O CIMA é um consórcio formado por 11 municípios do TI Litoral Sul da Bahia: Arataca, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Itajú do Colônia, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória e Una.

⁸¹ Esinaldo Almece de Jesus. Trabalhador assentado no PA Santa Irene, Gongogi, e integrante da coordenação regional do Movimento CETA. Reunião da Coordenação Regional do Movimento CETA na sede da UA INCRA Sul, realizada em Itabuna, no dia 25 de abril de 2018,

por família assentada –, ou mesmo uma implantação que se traduza no desenvolvimento dos assentamentos, haja vista o descumprimento do cronograma das ações do INCRA – descrito na Figura 21 – e as condições de infraestrutura relatadas pelos sujeitos pesquisados. Quiçá, permitem a inclusão e estruturação produtiva a que se propõem as ações do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

No ano de 2015, foi celebrado o convênio entre o INCRA e a SDR, por meio da CAR para a implantação da Rede Agroindustrial da Reforma Agrária da Bahia (REAFRA). O convênio avaliado em R\$ 60 milhões com previsão de implantação de 170 agroindústrias em projetos de assentamentos, com destaque para fruticultura, caprinocultura, mel, mandioca, cacau, leite e dendê. Houve o processo de mobilização dos movimentos sociais por parte do INCRA-BA para a identificação e mapeamento da aptidão produtiva e técnica dos assentamentos

Na realidade do Litoral Sul da Bahia, prevaleceu a aptidão para fruticultura com destaque para o cacau. Contudo, com os cortes orçamentários (ainda durante o governo Dilma) e também, do critério exigido do licenciamento ambiental (que foi excludente para muitos assentamentos) o convênio técnico firmado com a empresa ERPO contemplou a elaboração de apenas 50 projetos produtivos, a exemplo da Unidade Simplificada de Frutas para Produção de Polpas no PA Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia. Mas não houve, até então, a implantação de nenhuma agroindústria.

Ações fragmentadas do Estado que determinam hierarquias e segregações entre os assentamentos rurais, e acirra diferenciações e conflitos entre as famílias assentadas. Num primeiro sentido porque diante de um orçamento que historicamente não atende à demanda social existente, define-se uma lógica de concessão seletiva dos recursos aos assentamentos que possuem condições mais favoráveis de infraestrutura e produção que, por sua vez, também são aqueles que as lideranças são mais bem articuladas – os chamados “assentamentos modelos”. Que mesmo que não sejam de fato “modelos”, diante dos descaminhos da reforma agrária no Brasil, acabam se constituindo em referências estratégicas para o Estado, e, em certa medida, também, para as organizações e movimentos sociais no estabelecimento do diálogo político da reforma agrária com a sociedade.

Num segundo sentido porque diante do avanço da descentralização da reforma agrária e das contradições que a definem, a escala da ação política passou a deixar de ser o assentamento rural para ser a família assentada. Ou melhor, “núcleos de famílias” que apresentam as condições mais favoráveis de organização e produção para o atendimento dos critérios seletivos que se impõem. Como também, se constata um processo de desconstrução da

referência política do movimento social – enquanto sujeito coletivo da luta pela reforma agrária – em função da entidade “parceira” – como comumente denominam as famílias assentadas – que consegue captar recursos via realização de convênios, aprovação de projetos em editais públicos ou até mesmo fundos privados, e articular a aprovação de emendas parlamentares junto aos deputados e senadores (que também integram partidos contrários à pauta da reforma agrária).

Uma realidade que tende a se complexificar com o avanço do processo massivo de titulação assentamentos. O que não significa pormenorizar as contradições associadas aos sentidos da precarização da política de assentamentos rurais, dentre as quais se evidenciaram as condições de infraestrutura coletiva, as condições de instalação e situação ocupacional das famílias. Realidades históricas que se sucederam no tempo e espaço, impondo múltiplas determinações e contradições à vida cotidiana das famílias assentadas. Mas ainda assim, as famílias permanecerem na terra e assim buscaram afirmá-la como meio e condição de realização do trabalho e reprodução da vida. Como também, de afirmação de identidades e conquistas de direitos historicamente negados na trajetória errante de expropriação e exploração nas “terras do cacau”. Conquistas que permitiram a construção de novas sociabilidades e territorialidades sendo ampliado o sentido da luta por terra e território.

Ao menos na realidade do Litoral Sul da Bahia, foi possível constar essa dinâmica que é social e espacial. Portanto, territorial. Uma compreensão que se define a partir da interlocução estabelecida com os sujeitos e espaços pesquisados. Mas também, considerando que, de acordo com os dados sobre a situação atual dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que foram publicados pelo INCRA, em agosto de 2017, identificou-se que do total de 2.970 beneficiados, atualmente constam: 2.617 assentados, 21 transferidos; 313 desistentes, 39 eliminados e 43 falecidos nos assentamentos localizados no TI Litoral Sul da Bahia.

Dados que nos indicam um percentual de desistência de apenas 10,53% do total das famílias assentadas no TI Litoral Sul da Bahia. O que, minimamente, nos permite considerar que apesar das múltiplas determinações e contradições que se impõem aos assentamentos, existe uma consciência da melhoria das condições atuais de vida das famílias assentadas em relação as condições anteriores nas fazendas de cacau ou periferias urbanas.

Uma consciência que se manifesta enquanto resistência na dimensão da luta pela permanência no território, mesmo considerando os desafios que se impõem no tempo presente a partir das recentes crises política e econômica e seus rebatimentos na conjuntura agrária brasileira. Não somente no que se referiu à austeridade e ao conservadorismo instituindo a partir

do Golpe de 2016, com o aniquilamento das institucionalidades representativas, dos programas e políticas associadas à reforma agrária e agricultura familiar, aumento da criminalização da luta pela terra, da violência e conflitos no campo. Mas também pela crise hídrica que se abateu no espaço regional, nos anos de 2015 e 2016, traduzindo-se na perda estimada de 80% do plantio de cacau nos assentamentos.

Desafios que se complexificam com o processo da titulação dos assentamentos que foi instituído através da aprovação do Projeto de Lei 13.465 de 11 de julho de 2017 (conversão da antiga MP 759/2016) e já se evidencia como meta prioritária das ações do INCRA no campo brasileiro. Uma complexidade ainda associada ao avanço do capital no contexto da mundialização da agricultura brasileira e da sua particularidade no contexto da reestruturação produtiva do Litoral Sul da Bahia.

Nesse sentido, Alentejano (2018, p.4) considera que,

No ano de 2015 nenhuma terra foi desapropriada no Brasil e em 2016 apenas 21 imóveis foram desapropriados, somando minguados 35.089 hectares. Em compensação, após a consumação do golpe e sob nova orientação política do governo, foram entregues ao longo de 2017 um total de 123.553 títulos de terra a assentados, sendo 26.523 Títulos de Domínio e 97.030 Contratos de Concessão de Uso

No estado da Bahia, até agosto de 2017, foram expedidos 10.638 títulos de terra às famílias assentadas, sendo 194 Títulos de Domínio e 10.444 Contratos de Concessão de Uso. Na escala do TI Litoral Sul da Bahia, foram expedidos 194 Contratos de Concessão de Uso. Uma ação imperativa de serventia dos assentamentos rurais às agudezas do mercado, ainda que escamoteada pelo discurso da modernização da reforma agrária e segurança jurídica das famílias assentadas.

Em tese, a titulação das famílias assentadas é um direito legalmente constituído que pode ser concedido através do Contrato de Concessão de Uso (CCU) que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório, sendo assegurado o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas de apoio à agricultura familiar; ou através Título de Domínio (TD) que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo a ser pago em 20 anos. Mas que, no entanto, está condicionado ao cumprimento do processo administrativo de implantação dos assentamentos rurais, conforme cláusulas estabelecidas no CCU.

Os valores a serem cobrados para a titulação das famílias assentadas são definidos anualmente pelo INCRA através da Pauta de Valores de Terra Nua para fins de Titulação. que é elaborada a partir do valor da terra nua obtida por hectare pelo INCRA para o Programa Nacional de Reforma Agrária. Valor (mínimo, médio e máximo) que é atualizado anualmente

por Região Rural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a Pauta de Valores do ano de 2018, o preço do hectare da terra nua para fins de titulação no TI Litoral Sul da Bahia (Região Rural da Capital Regional de Ilhéus) está variando entre R\$ 1.014 (mínimo), R\$ 1.352 (médio) e R\$ 1.690 (máximo), a depender da localização, acessibilidade, condições edafoclimáticas e outros valores espaciais.

Em síntese, o CCU é uma titulação provisória que assegura a condição legal da posse. O TD é uma titulação definitiva que assegura a condição legal da propriedade. Uma mudança na condição legal de uso da terra – da posse para a propriedade – que repercute na organização interna dos assentamentos rurais e no processo de territorialização da reforma agrária. O que contradiz o princípio fundante da luta política dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo que, inegavelmente, garante a segurança jurídica das famílias assentadas.

O que se questiona, portanto, não é o direito em si. Mas a forma de condução do processo jurídico. Principalmente, considerando o descumprimento legal da etapa administrativa que o precede assim como foi constatado na realidade do Litoral Sul da Bahia, considerando que transcorridas mais de três décadas da conquista da terra pelos trabalhadores rurais, 90% dos assentamentos criados ainda estão em fase de implantação. Ora se não foram cumpridas as prerrogativas administrativas para a implantação dos assentamentos, como então emancipa-los juridicamente? Não estaria essa ação política do Estado ferindo a legalidade do contrato social que foi firmado junto com as famílias assentadas?

Um contrato social que por si só já foi quebrado pelo não cumprimento do dos marcos legais e normas institucionais estabelecidas. De forma mais específica, a Norma de Execução INCRA/Nº 9, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a consolidação de projetos de assentamento, integrantes do programa de reforma agrária, identificamos a definição institucional das fases de constituem o processo de implantação das ações técnicas e administrativas do INCRA, no cronograma de execução de três anos fixados pelas Portaria MDA/INCRA nº 6 e 7/2013 e nº 83/2014. Aspecto que torna evidente a essência política do processo jurídico em curso. Uma essência política que se evidencia não somente pelo sentido da desconstrução do sujeito coletivo da luta pela reforma agrária, mas também de serventia dos assentamentos às agudezas do mercado.

Impõem-se, assim, desafios e ameaças à luta pela permanência na terra conquistada pelas famílias assentadas no Sul da Bahia. Se os desafios se definem internamente a partir das múltiplas determinações e contradições dos descaminhos da reforma agrária e pelos sentidos da precarização da política de assentamentos rurais, ainda mais aguçados nos tempos conservadorismo e austeridade que se impuseram no Brasil, a partir do ano de 2016; as ameaças

se definem pelo avanço das diversas frentes do capital no vácuo do processo de mundialização da agricultura brasileira e da sua particularidade no contexto da reestruturação produtiva regional, como será analisado no Capítulo 5.

Principalmente, dos setores do agronegócio (cacau, café, eucalipto, pecuária e carcinicultura) e da mineração, através da implantação do complexo logístico da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e do Porto Sul, no município de Ilhéus. Mas também, do turismo dada a extensa faixa litorânea de aproximadamente 176 km que se define entre os municípios de Maraú, ao norte, e Canavieiras, ao sul, como será analisado no

5 DA CONQUISTA DA TERRA À PERMANENCIA NO TERRITÓRIO: AMEAÇAS

Diante dos desafios que se impõem aos assentamentos rurais, sobretudo, o processo em curso da titulação, buscou-se identificar as principais frentes do capital que avançam sobre esses espaços na realidade do Sul da Bahia e que assim, também, anunciam ameaças à luta pela permanência na terra conquistada das famílias assentadas. Uma dinâmica territorial que está associada ao processo geral da acumulação e se realiza a partir de sucessivas reestruturações produtivas que não só tem desdobramentos no mundo do trabalho, mas também nos espaços e territórios socialmente constituídos. Afinal, como considera Soja (1993, p.194), a reestruturação produtiva é fruto de confrontos preexistentes e desencadeadora de um jogo de lutas pelo controle das forças que coordenam a vida material.

Define-se, nesse contexto, não somente uma lógica do capital, mas também uma lógica espacial das relações de produção e acumulação. Uma lógica desigual e combinada que se torna evidente pela fluidez e seletividade espacial do capital mundial, com rebatimentos nos territórios de cada país e nos processos de regionalização. Sentido no qual Lipietz (1988) considera que a conformação de regiões desigualmente desenvolvidas é uma dinâmica inerente ao movimento da acumulação do capital e valorização espacial, em suas universalidades e singularidades. Se por um lado as universalidades projetam possibilidades de conformação de espaços homogêneos pela tendência de concentração e centralização de capitais, por outro lado as singularidades definem diferenciações regionais que reafirmam hierarquias e fragmentações espaciais.

Uma lógica espacial de produção e acumulação que é instrumentalizada pela ação do Estado enquanto agente da apropriação legal do espaço, garantindo a criação da infraestrutura necessária para remover as barreiras do desenvolvimento capitalista (LIPIETZ,1988).Ou, dito de outra forma, assegurando o pouso necessário do capital para a garantia da sua reprodução e acumulação, como analisa Castro (2005, p.238-239).

Embora o capital seja livre para voar, é o Estado quem fornece as condições para o seu pouso, revalorizando o território para manter antigos investimentos ou para atrair novos. E os capitalistas das grandes empresas que não abrem mão dos vínculos nacionais da origem dos seus capitais sabem disso, melhor que muitos cientistas sociais ou geógrafos.

Uma lógica que se impõe no campo pela subordinação do uso e da apropriação dos bens naturais ao capital – a terra e toda a sua biodiversidade, no solo e subsolo – sejam como valor de troca mercantilizados no tempo presente ou como reserva de valor para sua realização

enquanto mercadorias no tempo futuro, como nos ensinou Marx (2016). Sobretudo, na América Latina e no Nordeste brasileiro, considerando a função historicamente assumida por essas regiões na Divisão Internacional e Territorial do Trabalho, respectivamente.

Processos de territorialização que se hegemonizaram após a Segunda Guerra Mundial, através da Revolução Verde, com o avanço da industrialização da agricultura, e se tornou ainda mais complexa com as transformações ocorridas com a agricultura no contexto da mundialização do capital, a partir do final do século XX, no qual houve a associação do Banco Mundial, das corporações transnacionais e do capital financeiro aos setores do agronegócio, da agroenergia e da mineração.

Ao analisar a mundialização da agricultura no contexto das transformações recentes do campo brasileiro, Oliveira (1999 e 2016) identifica a ocorrência de dois processos monopolistas do capital: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios. De acordo com o autor, a territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (Oliveira, 2016, p.127). Enquanto que a monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (Idem, 233)

Processos de territorialização que se realizam no sentido mais amplo da acumulação geral do capital e que, na realidade do campo sul baiano, adquirem particularidades no contexto da reestruturação produtiva que vem sendo conduzida pelo Estado, a partir da década de 1990, com o aprofundamento da crise da cacauicultura.

5.1 Espaço produzido e valorização espacial

A materialização dos processos de territorialização no campo ocorre na indissociabilidade da produção e da valorização capitalista do espaço, sendo assim reafirmada a contraposição dialética entre a apropriação e a dominação espacial (LEFEBVRE, 2006), em que o uso aparece em acentuado conflito com a troca pela funcionalização produtiva do espaço no capitalismo.

A análise dos processos de produção e valorização capitalista na realidade do Litoral Sul da Bahia, enquanto um espaço relacional na totalidade espacial, nos remete à necessidade de considerar as particularidades que definem a suas diferenciações territoriais. Uma região litorânea que está inserida no corredor central do bioma da Mata Atlântica Sul e que por isso, apresenta uma das maiores biodiversidades do mundo.

O TLS está inserido no bioma Mata Atlântica, no corredor central, e uma das áreas mais densamente ocupadas, com grande diversidade biológica e alto grau de endemismo do Brasil e do Planeta [...] No território temos o destaque para estudos do Jardim Botânico de Nova York e do Herbário da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, onde **em um único hectare estudado na região foram encontradas 458 espécies de plantas lenhosas**. Estes números colocam a região entre as áreas com maior riqueza de espécies vegetais no planeta (PTDSS,2016, grifo nosso)⁸²

Uma diversidade de espécies amazônicas e atlânticas sul, com existências de espécies endêmicas regionais – a “Hileia Baiana”, como assim também é conhecida a floresta ombrófila densa da Mata Atlântica numa analogia à Floresta Amazônica – que justifica a existência de oito Unidades de Conservação (UC), compreendidas total ou parcialmente na região, com aproximadamente 500 mil hectares de áreas protegidas, sendo metade de proteção integral (SEI, 2015), conforme descrição na Tabela 10⁸³.

Tabela 10. Unidades de Conservação no TI Litoral Sul da Bahia, 2013.

Município	Unidade de Conservação	Tipo	Jurisdição
Arataca e Una	Parque Nacional Serra das Lontras	Proteção integral	Federal
Ilhéus	Refúgio de Vida Silvestre Una	Proteção integral	Federal
Ilhéus, Itacaré e Uruçuca	APA Costa de Itacaré/Serra Grande	Uso sustentável	Estadual
Itacaré, Uruçuca e Ilhéus	Parque Serra do Conduru	Proteção integral	Estadual
Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina	APA Lagoa Encantada e Rio Almada	Uso sustentável	Estadual
Maraú e Itacaré	APA Baía de Camamu	Uso sustentável	Estadual
Una e Canavieiras	Reserva Extrativista de Canavieiras	Uso sustentável	Estadual
Una e Ilhéus	Reserva Biológica de Una	Proteção integral	Estadual

Fonte: SEPLAN/SEMA, 2013. Elaborado pela autora.

Uma biodiversidade que está diretamente associada a localização e as condições edafoclimáticas locais, em geral caracterizadas por elevadas temperaturas e umidade, disponibilidade de recursos hídricos, predomínio de solos agricultáveis e relevo que varia do plano ao forte ondulado no sentido oeste para leste.

Na faixa litorânea predomina o clima úmido, ocorrendo ainda os tipos úmido a subúmido e subúmido a seco, à medida que se avança a oeste da região. A temperatura varia

⁸² Fato ocorrido em Serra Grande, distrito do município de Uruçuca. No município de Santa Luzia, apenas um indivíduo de jequitibá-rosa (*Cariniana estrellensis*) produziu 64 m³ de madeira serrada em tábua (SETENTA e LOBAO, 2012)

⁸³ Destaca-se, também, a existência de diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Estância Manacá, localizada no município de Ibicarai; Boa União, Fazenda Arte Verde, Fazenda São João, Mãe de Mata e Salto Apepique, no município de Ilhéus; Araçari, Pedra do Sabiá e Rio Capitão, no município de Itacaré; Serra do Teimoso, no município de Jussari; Juerama no município de Maraú; Ecoparque de Una, Ararauna e Nova Angélica, no município de Una; Paraíso e Sossego, no município de Uruçuca.

entre 18 a 32 ° C e as precipitações pluviométricas regulares que oscilam entre 1.100 a 2.000 milímetros, com a concentração entre o outono e o inverno⁸⁴.

Na porção central, localiza-se a Bacia do Leste com os rios Almada, Cachoeira e Colônia. Ao Norte, está localizada a Bacia do Contas, com o seu principal rio de Contas desaguando no oceano Atlântico. Ao Sul, a Bacia do Pardo transcorre entre Pau-Brasil e Canavieiras, tendo o Rio Pardo como rio principal. Destacam-se também a Lagoa Encantada, em Ilhéus, e a Lagoa da Tabatinga, em Maraú.

Os Latossolos Amarelos predominam na faixa mais próxima ao litoral, com extensa ocorrência também dos Argissolos Vermelho-Amarelos, entre Ubaitaba e Itabuna, e em Arataca, Camacan e Pau-Brasil. Ocorrem ainda Chernossolos, Espodossolos, Gleissolos, Neossolos e Organossolos. As melhores aptidões agrícolas estão nos Neossolos Flúvicos em Canavieiras e Santa Luzia (SEI, 2015).⁸⁵

Uma riqueza que se manifesta na dimensão do solo e do subsolo, onde são destacadas as ocorrências minerais em quantidade de registro e extração, principalmente o calcário em Camacan, Canavieiras, Ilhéus, Maraú, Mascote, Pau Brasil e Santa Luzia; manganês em Almadina, Coaraci, Ibicaraí, Itapitanga e Maraú; turfa em Canavieiras, Ilhéus, Itacaré e Maraú. Outros minerais presentes são mármore, grafita, diamante (em Santa Luzia), marauito, dolomito, granito, sienito, dentre outros (SEI, 2015).

Formas de diferenciação territorial do espaço produzido que também se manifestam através na diversidade da vida social dos “Povos da Cabruca”. Uma denominação regional das comunidades camponesas que, em suas distintas temporalidades e espacialidades, se reproduzem na coexistência com o bioma da Mata Atlântica através do método de cultivo do Cacau Cabruca. Contexto no qual estão inseridos 14.610 agricultores familiares (IBGE, 2006), 2.829 famílias assentadas, 35 comunidades quilombolas entre certificadas e identificadas (GeografAR, 2018) 11 comunidades de pescadores artesanais e dois povos indígenas organizados em 26 comunidades (PDTRS, 2010).

⁸⁴ Em que pese os efeitos da crise hídrica regional que ocorreu, nos anos de 2015 e 2016, sendo decretado o estado de calamidade na maioria dos municípios quanto ao abastecimento de água da população. Em parte, a situação foi associada ao fenômeno climático do *El Niño*. Contudo, um estudo realizado pela UESC, da distribuição espacial da precipitação na região Sul da Bahia, no período de 1979 a 2008, identificou a relação entre a vegetação e a distribuição espacial das chuvas, como também, indicou sensíveis alterações no padrão da sazonalidade das precipitações pluviais na região (PTDSS,2016).

⁸⁵ Embora sejam solos profundos, típicos de clima úmido, os latossolos e argissolos são, na sua maioria, solos de baixa fertilidade natural e necessitam de correção da acidez e da adubação. Quando ocorrem em relevos mais movimentados, apresentam maior suscetibilidade aos processos erosivos, sendo exigidas práticas conservacionistas para o controle da erosão.

A palavra “cabruca” deriva de “brocar”, e era utilizada com o sentido de fazer buracos na mata para plantar cacau, como nos explica Lobão *et al.* (2004). Um método de cultivo que consiste no plantio de cacauzeiros no meio da Mata Atlântica e por isso é considerado o fator responsável pela conservação florestal Sul da Bahia, como representa a Figura 24.

Figura 24. Mata Cacau Cabruca, 2018



Fonte: Trabalho de campo, em 6 de agosto de 2018.

Uma técnica que, estando associada à realização social do trabalho no tempo histórico da cacauicultura no Litoral Sul da Bahia, a partir do século XVIII, também se desenvolveu pelo uso e apropriação dos saberes e conhecimentos ancestrais dos povos Pataxós Hã-Hã-Hãe e Tupinambás de Olivença, assim como do povo negro escravizado nas terras do cacau, uma vez que no final do século XIX o cacau já se constituía como o principal produto da pauta de exportações do estado da Bahia.

Uma técnica que, situada no campo da ciência, adquiriu a denominação de Agroecossistema Cacau Cabruca, como analisa Lobão *et al.* (2004, p.168).

O cacau-cabruca é um método ecológico de cultivo agrossilvicultural. Baseia-se na ocupação do sub-bosque (estrato florestal intermediário) por uma cultura de interesse econômico, implantada de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações com o meio físico à qual está relacionada.

Um modelo de Sistemas Agroflorestais (SAFs) que, de acordo com Baiardi e Teixeira (2010, p.12-13), é cientificamente considerado a primeira experiência de formação de agrofloresta no Brasil.

Por fim, especificidades da fisiologia da planta, que exigia uma cobertura arbórea, introduziam o primeiro sistema agro-florestal no Brasil, criando assim uma relação de dependência da cacauicultura para com a Mata Atlântica. Esta deixava de ser abatida, como no caso do sistema agro-açucareiro do Nordeste e do sistema cafeeiro do Sudeste, para ser preservada, pela proteção que proporcionava ao excesso de insolação⁸⁶

Assim, o método Cacao Cabruca vem sendo historicamente desenvolvido no Sul da Bahia como um meio de produção e reprodução da vida que se estabelece como síntese da relação sociedade e natureza, no tempo e no espaço, e como um patrimônio histórico-cultural de afirmação da memória e identidade regional. Sentido no qual a biodiversidade no bioma da Mata Atlântica também adquire o sentido de um bem comum dos povos cabruca. Um bem comum que ainda se mantém preservado pela unidade e diversidade do campesinato brasileiro.

Diferenciações territoriais que definem a seletividade espacial do capital na produção e valorização capitalista do espaço. Quer seja através do uso dessas particularidades enquanto valores do espaço contidos no processo geral da produção, manifestando-se em todas as formas de renda fundiária. Quer seja pela complexidade das relações que se exercem e definem a localização dessas singularidades na esfera da circulação enquanto valores no espaço imerso na totalidade social. Não se deve, contudo, interferir daí que a qualificação desse processo advenha das inerências do espaço. Ao contrário, é sempre a sociedade que o qualifica (MORAES e COSTA, 1984 p.133)⁸⁷.

Por fim, é importante destacar, também, que além de abrigar uma extensa faixa litorânea de aproximadamente 176 km, entre os municípios de Marau, ao norte, e Canavieiras, ao sul, o Litoral Sul da Bahia é circunscrito pelo entrecruzamento rodoviário entre a BR 101 (norte -sul) e a BR 415 (leste - oeste), pela passagem da BA 652 e a BA 262, assim como pelo Porto do Malhado e o Aeroporto Jorge Amado, ambos localizados no município de Ilhéus, como apresenta a Figura 25.

⁸⁶ O cacaueteiro é uma planta muito sensível ao calor excessivo e à falta de umidade, e também pouco resistente às doenças e infestações de pragas. Em estudos recentes, Bonazzi e Hiroo (2014) identificaram a existência de seis principais métodos de cultivo de cacau no Sul da Bahia, variando na gradação entre o plantio completamente exposto ao sol (corte e queima) até o plantio com sombreamento denso (cabruca tradicional)

⁸⁷ Santos (2012 a, p. 13) define a localização como um feixe de forças sociais se exercendo num lugar. Nesse sentido, o autor considera que o lugar é o objeto ou conjunto de objetos que pode ser o mesmo, mas as localizações mudam.

Condições fornecidas pelo Estado para a garantia do “pouso do capital”, revalorizando o território para manter antigos investimentos ou para atrair novos, como tão bem define Castro (2005). Um pouso que não só se define na escala da produção e comercialização das amêndoas de cacau, historicamente monopolizada pelas grandes casas exportadoras, mas também da indústria de processamento de cacau (licor, manteiga, torta e cacau em pó) e da indústria de derivados de chocolate (achocolatados, chocolates e outros). Haja vista ter sido implantado, no Sul da Bahia, o maior parque processador de amêndoas de cacau do mundo (MENEZES e CARMO NETO, 1993)⁸⁸.

⁸⁸ A instalação das indústrias processadoras de cacau no Litoral Sul da Bahia ocorreu, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, e foi financiada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no contexto da criação dos distritos industriais no Nordeste brasileiro. Nesse contexto, foi criado o Centro Industrial de Itabuna e o Distrito Industrial de Ilhéus com a instalação da Cargill Cacau Ltda, a Chadler Industrial da Bahia e a Joanes Industrial S/A, dentre outras empresas processadoras de cacau.

Figura 25.



5.2 Reestruturação produtiva e novas frentes de expansão do capital

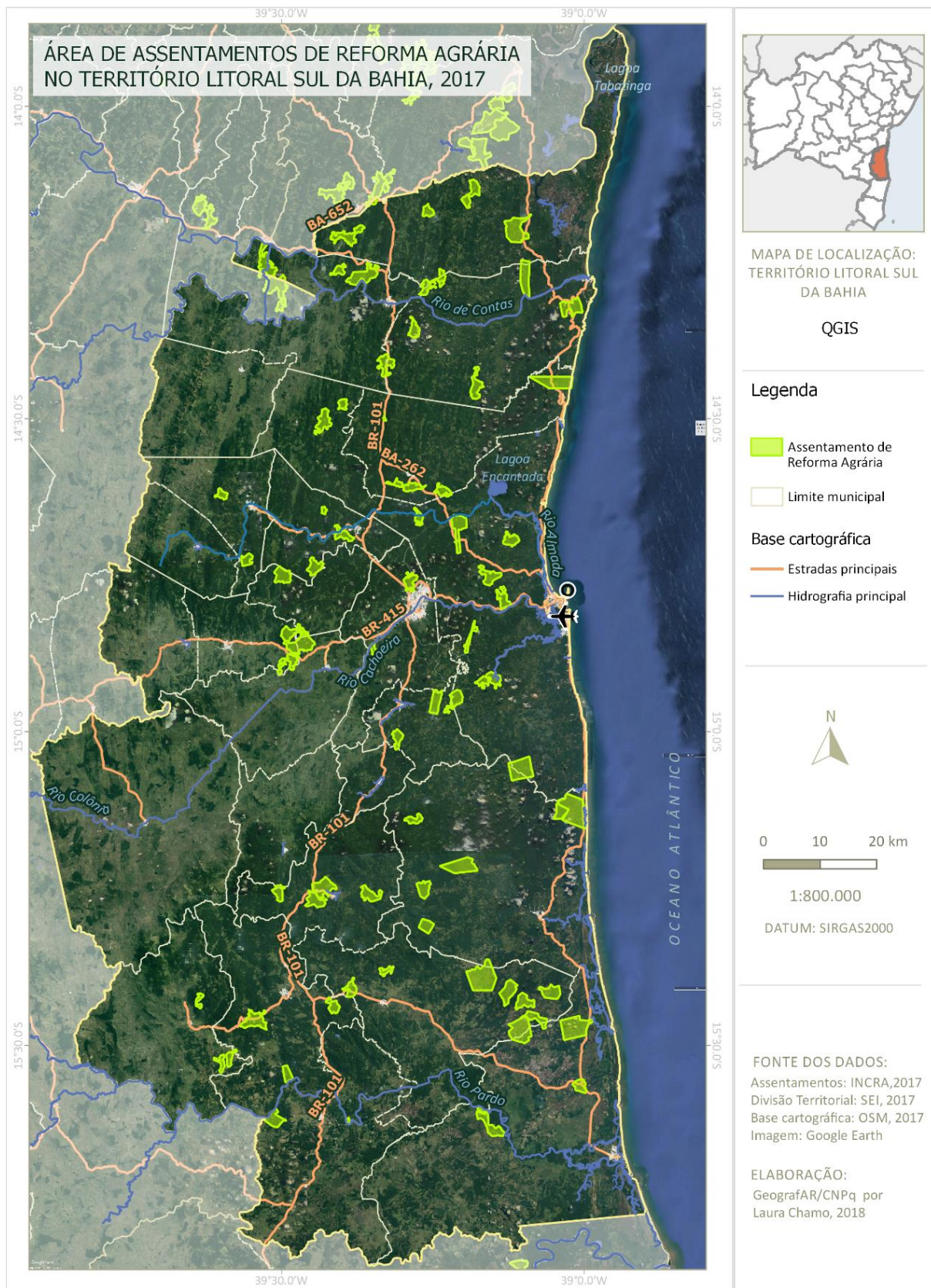
Como foi analisado no Capítulo 3, a conjuntura da crise da “vassoura de bruxa” possibilitou a territorialização da luta pela reforma agrária na zona tradicional do cacau. A zona geográfica em que “a natureza forneceu o quadro e o homem fez o resto”, como definiu Milton Santos ao realizar o seu estudo pioneiro sobre a “Zona do Cacau”, no ano de 1955, referindo-se ao predomínio dos solos mais férteis às margens e vales fluviais, às condições elevadas de temperatura e umidade, e toda a biodiversidade do bioma da Mata Atlântica que foi preservada pela tradição do Cacau Cabruca.

Uma espacialidade que, em meados do século XVIII, abrigou a introdução da cacauicultura na Fazenda Cubículo, às margens do Rio Pardo, em Canavieiras; entre o final do século XIX e o início do século XX, abrigou o avanço e a consolidação da monocultura agroexportadora do cacau; e hoje, em meados no século XXI, também abriga a maior quantidade de projetos de assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no campo baiano (73 assentamentos que perfazem uma área total de 42.981,49 hectares e 2.933 famílias assentadas). Um processo de territorialização que se materializou no acirramento das contradições historicamente estabelecidas, com o consequente enfrentamento do poder do latifúndio pelos trabalhadores rurais organizados em movimentos sociais, através da realização de marchas, acampamentos e ocupações das fazendas de cacau abandonadas pelos proprietários.

Assim, como é possível se observar na Figura 26, as áreas dos assentamentos rurais se definem na justaposição espacial com a zona tradicional de produção e manejo sustentado da floresta pela preservação do sistema Cacau Cabruca. Espaço de produção e valorização espacial pela localização, condições edafoclimáticas e toda a sua biodiversidade. Como também, por toda a infraestrutura que foi historicamente demandada ao Estado pelo agronegócio do cacau ⁸⁹.

⁸⁹ Uma biodiversidade que, inclusive, criou limitações para a criação de algumas áreas de assentamentos rurais na região. Na edição do A Tarde, Caderno 2 do dia 10 de maio de 1993, por exemplo, foi publicada a reportagem “Reforma Agrária limitada pela preservação da Mata” na qual foi pautada a necessidade de uma ação integrada do INCRA e do IBAMA no sentido de ser realizado, à época, um levantamento sistemático das áreas de preservação da Mata Atlântica. Assim como ocorreu com o caso citado do PA Oregon, no município de Ilhéus, em que a área desapropriada pelo INCRA foi doada para a criação do Parque Estadual Serra do Conduru.

Figura 26.



novas frentes do capital no campo sul baiano. Processos que se definem, principalmente, pelo avanço da pecuária, monocultivos do eucalipto e café, mineração, carcinicultura e turismo. Como também, a implantação de grandes obras de infraestrutura a exemplo do complexo logístico da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) - Porto Sul - Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no município de Ilhéus.

Novas frentes do capital que avançam a partir do aumento do desmatamento do bioma da Mata Atlântica no Sul da Bahia. Entre o período de 2016 e 2017, o desmatamento da Mata Atlântica apresentou uma queda de 56,8% em relação ao período anterior, de 2015 e 2016. Assim, a área desmatada caiu de 29.075 hectares (2015-2016) para 12.562 hectares (2016-2017) nos 17 estados que compõem o bioma. Este é o menor valor total de desmatamento da série histórica do monitoramento, realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (SOS Mata Atlântica/INPE, 2018). Contudo, na “marcha à ré” desse processo, constatou-se que o estado da Bahia – na área de abrangência dos territórios do Extremo Sul, Costa do Descobrimento, Litoral Sul e Baixo Sul – liderou o ranking nacional de desmatamento do bioma da Mata Atlântica, entre o período de 2016 e 2017, tendo sido derrubada uma área de 12.288 hectares de vegetação, o que representou um crescimento do desmatamento de 207% em relação à análise anterior, no período de 2014 e 2015, com a derrubada de 4.050 hectares⁹⁰.

Estabelece-se, assim, uma dinâmica territorial na qual o avanço de uma frente do capital está condicionado à contenção ou desintegração da outra. Principalmente, no que se refere à zona da cacauicultura. Visto que, o avanço do desmatamento sobre o bioma da Mata Atlântica se traduz, também, no avanço sobre o sistema Cacao Cabruca. Uma situação que por justaposição espacial repercute diretamente nas áreas de localização dos assentamentos rurais, como pode ser observado na Figura 27⁹¹.

⁹⁰ O Bioma da Mata Atlântica abriga cerca de 15% do total do território e 72% da população brasileira, incluindo 17 Estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe), dos quais 14 são costeiros. Também abriga uma das maiores biodiversidades com sete das nove bacias hidrográficas do país. Hoje, restam apenas 12,4% da floresta que existia originalmente e, desses remanescentes, 80% estão em áreas privadas (SOS Mata Atlântica, 2018).

⁹¹ É importante destacar que a metodologia adotada para a identificação e representação das frentes do capital no mapa foi a interlocução estabelecida com os sujeitos da pesquisa, sobretudo as famílias assentadas ao serem perguntadas sobre o momento atual da região e as ameaças externas aos assentamentos rurais.

Figura 27



Frentes do capital que avançam sobre os territórios e territorialidades historicamente constituídas pelos “Povos da Cabruca” enquanto forma de expressão do campesinato regional, em sua unidade e diversidade. E nesse contexto, sobre os assentamentos rurais de reforma agrária que, somente pela sua localização e biodiversidade predominante – na zona de produção cacau e corredor central do bioma da Mata Atlântica – já se constituem enquanto espaços produzidos de grande valorização capitalista. Uma realidade que conjectura a reafirmação das duas formas combinadas da questão agrária brasileira: expropriação e a exploração (MARTINS, 1991, p.50). Uma realidade que tende a se complexificar diante dos desafios e ameaças que se definem em meio ao processo de titulação dos assentamentos rurais que foi estabelecido como meta principal do INCRA, a partir da aprovação do Projeto de Lei 13.465 de 11 de julho de 2017 (conversão da antiga MP 759/2016).

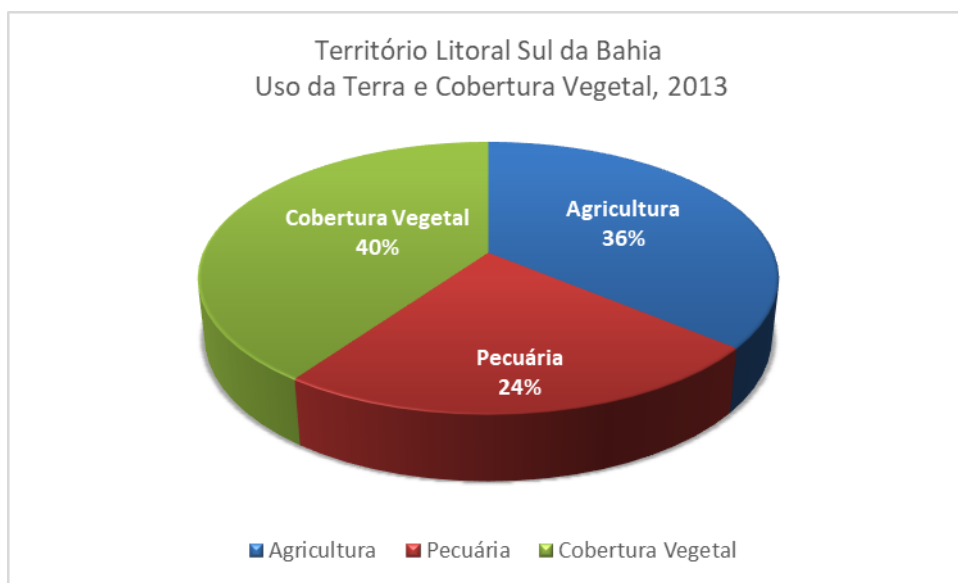
Não se trata, contudo, de uma afirmação conclusiva. Afinal, a história é sem-fim, está sempre se refazendo. O que hoje aparece como resultado é também um processo. Um resultado é também um processo que amanhã vai tornar-se uma outra situação. O processo é o permanente devir (SANTOS, 1996, p.95).

5.2.1 Produção do cacau e chocolate

Atualmente, a cacauicultura não é mais a principal atividade econômica do Litoral Sul da Bahia, como evidenciam os estudos desenvolvidos por Mira (2015) sobre o deslocamento relativo do produto agregado da região – e a sua reconversão produtiva – com a transformação de uma economia primária exportadora para uma economia terciária, baseada no setor de comércio e serviços. Entretanto, a cacauicultura permanece com a principal atividade agrícola da economia regional. Uma permanência histórica que se evidencia na configuração e dinâmica territorial do espaço produzido.

De acordo o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia (SEPLAN/SEMA, 2013), o uso da terra predominante no Litoral Sul da Bahia é da agricultura que ocupa 36% da área total, seguida pela pecuária com 24% da ocupação. A cobertura vegetal ocupa 40% da área total, conforme representa o Gráfico 24.

Gráfico 24



Fonte: SEPLAN/SEMA (2013). Elaborado pela autora.

Uma realidade que reafirma a particularidade do Litoral Sul da Bahia, em especial, no que se refere à sua localização no corredor central do bioma da Mata Atlântica. Assim como a importância dos saberes e práticas ancestrais dos Povos da Cabruca para a preservação da mata e a conservação da sua biodiversidade. Uma particularidade que historicamente se apresenta como um desafio para o desenvolvimento no sentido de que a produção agrícola, a preservação da vida e a conservação da natureza sejam práticas indissociáveis.

O processo da reestruturação produtiva no Litoral Sul da Bahia vem sendo conduzido pelo Estado, desde o início da década de 1990, na convergência de ações federais e estaduais estabelecidas a partir de três diretrizes: recuperação da cacauicultura, diversificação produtiva e verticalização da produção. Ações que se definem na simultaneidade de processos monopolistas do capital no campo: seja pelo controle da propriedade da terra e do circuito espacial da produção, enquanto um processo de “territorialização dos monopólios”; seja pela subordinação do trabalho e sujeição da renda da terra ao capital, enquanto um processo de “monopolização do território” como define Oliveira (1999 e 2016). Processos monopolistas associadas ao processo geral da acumulação que também repercutem na vida cotidiana dos assentamentos de reforma agrária constituídos enquanto espaços relacionais na totalidade social.

Na agricultura, a diversificação produtiva vem ocorrendo com a expansão dos cultivos da seringueira, piaçava, dendê, palmito, pimenta-do-reino, coco-da-baía, mandioca, banana, cana de açúcar, café e frutíferas em geral. Até mesmo, com o incentivo à constituição

de outros monocultivos, como o café no município de Pau Brasil e o eucalipto, no município de Mascote.

Culturas agrícolas que, em geral, já eram desenvolvidas no Litoral Sul da Bahia. Mas, não na escala da produção e comercialização atual. Até porque o cacau tinha uma ocupação quase absoluta de 84,44% do total da área cultivada (CEPLAC,1976). A banana, por exemplo, sempre foi cultivada como sombreamento em áreas de implantação e renovação de cacauzeiros. A mandioca, cultivada em áreas de posseiros com plantios consorciados com o milho e o feijão e também, com o cacau. Assim como o coco-da-baía, tradicionalmente cultivado na faixa litorânea. E até mesmo, a cana-de-açúcar e o café, com cultivos que são antecessores à introdução do cultivo do cacau, no ano de 1746.

Os cultivos do dendê, seringueira, pimenta-do-reino e cravo da índia constituem a policultura tradicional do Baixo Sul. O avanço desses cultivos no sentido do Litoral Sul ocorreu a partir das experiências precursoras no município de Una (seringueira, pimenta-do-reino e cravo-da-índia) e Marau (dendê). Ou seja, cultivos que foram introduzidos nas áreas de solos mais arenosos e com menor fertilidade, e que avançaram nas áreas tradicionais do cultivo do cacau a partir da crise produtiva do final da década de 1980.

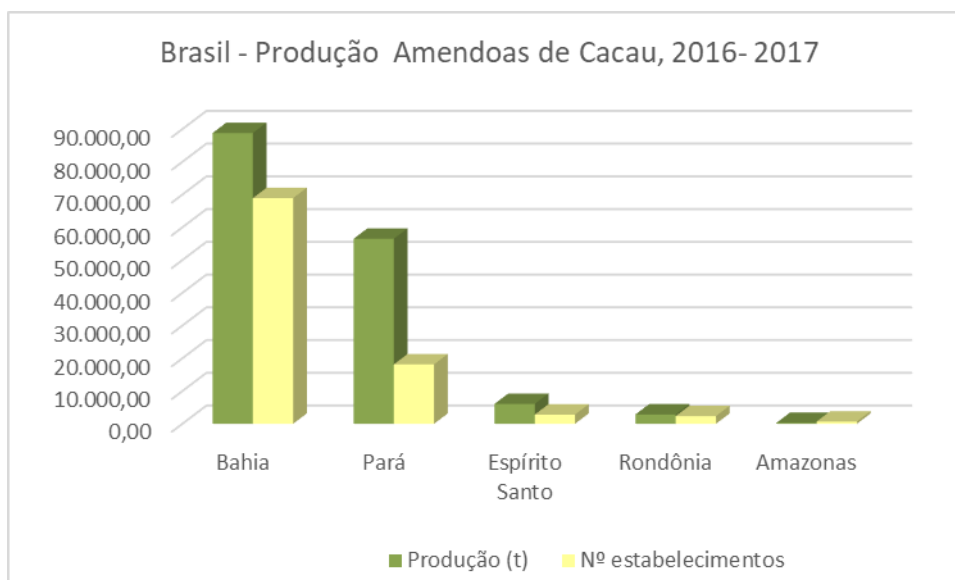
Como foi visto no Capítulo 3, entre as décadas de 1970 e 1980, o Brasil foi segundo maior produtor mundial de cacau (superado apenas pela Costa do Marfim). O pico máximo da produção foi registrado na safra 1986/1987 com aproximadamente 397 mil toneladas de amêndoas. Transcorridas mais de duas décadas de crise regional, tendo sido a maior queda foi registrada na safra 1999/2000, com a produção de apenas 96 mil toneladas.(CEPLAC, 2009), o Brasil passou a ocupar a sétima posição no *ranking* mundial e hoje produz apenas 4% do cacau mundial (atrás da Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Equador, Camarões e Nigéria) (AIPC,2015)⁹².

Apesar disso, anuncia-se um processo de retomada da liderança baiana na produção nacional de cacau. Uma posição histórica que havia sido perdida para o estado do Pará. Entre os anos de 2016 e 2017, foi registrada a produção de 88.809,950 toneladas de amêndoas produzidas no total de 68.918 estabelecimentos agropecuários no estado da Bahia. O estado do Pará obteve a produção de 56.494,556 toneladas com um total de 18.135 estabelecimentos e passou a ocupar assim, a 2ª posição do ranking. O estado do Espírito Santo, a 3ª posição com a produção de 6.076,447 toneladas e um total de 2.805 estabelecimentos. O estado de Rondônia, a 4ª posição com a produção de 2.854,821 toneladas e um total de 2.342 estabelecimentos. E a

⁹² Ainda de acordo com a AIPC (2015), 73% do cacau produzido no mundo se encontra na África, desse total 43% está concentrado na Costa do Marfim.

5ª posição, ocupada pelo estado do Amazonas com a produção de 275,427 toneladas e um total de 689 estabelecimentos. Assim, os estados da Bahia (54%) e do Pará (42%) respondem, juntos, por 96% da produção brasileira de cacau (IBGE, 2017), como se observa no Gráfico 25⁹³.

Gráfico 25

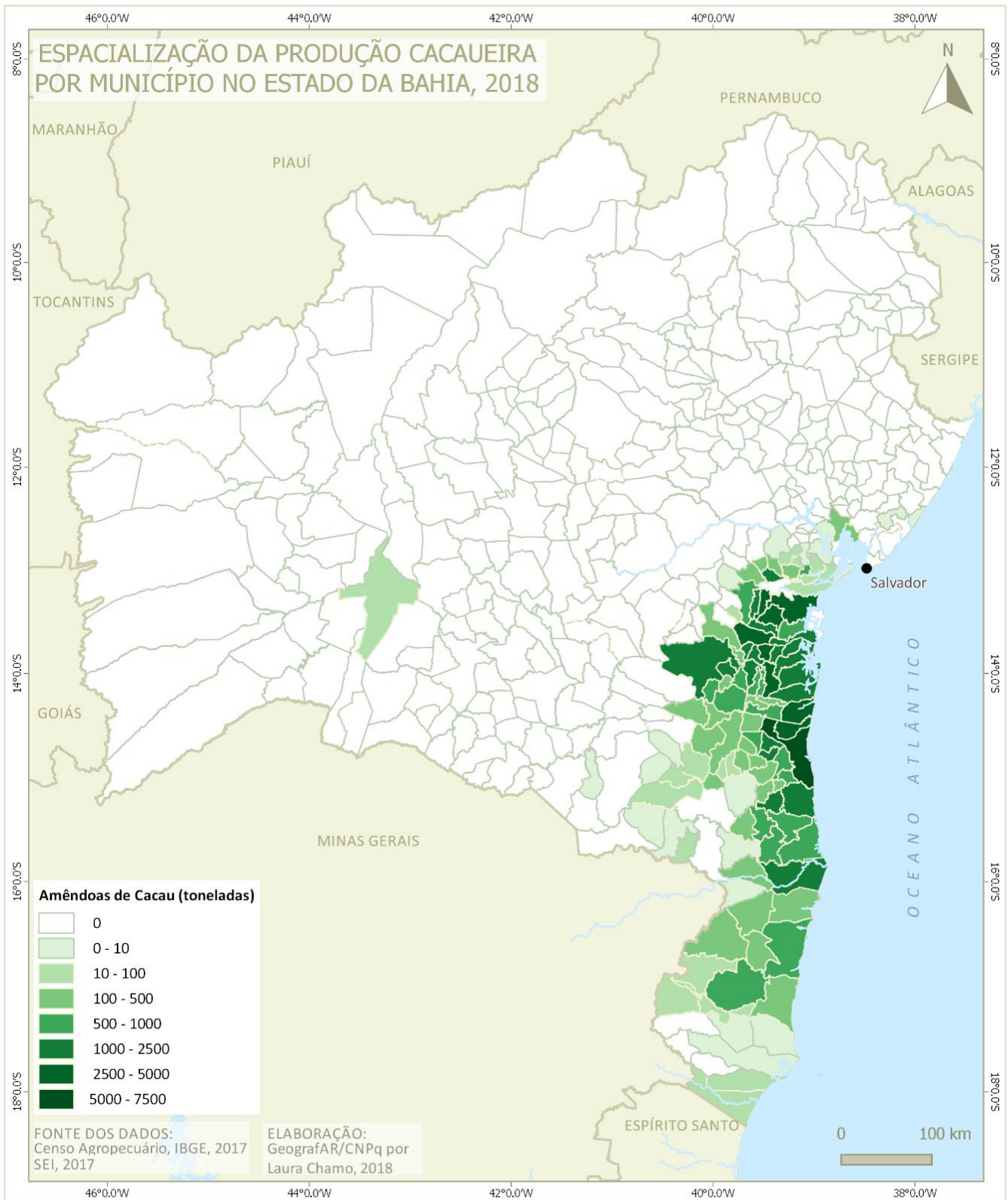


Fonte: IBGE (2017). Elaborado pela autora.

No estado da Bahia, a produção do cacau ainda se mantém concentrada na faixa litorânea ao Sul da cidade de Salvador. No entanto, identifica-se, também, um processo de expansão territorial em comparação à década de 1980. Para além das áreas tradicionais de produção do Baixo Sul, Litoral Sul, Costa do Descobrimento Sul e Extremo Sul – áreas que, historicamente, concentraram mais de 80% da produção baiana de cacau (BAIARDI, 2010) – hoje, a produção também é realizada nos territórios do Médio Sudoeste, Médio Rio de Contas, Vale do Jequiçá, Recôncavo (assim como no município de Bom Jesus da Lapa, no Velho Chico), como se observa na Figura 28.

⁹³ Pesquisa realizada pelo IBGE no período de 1 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017. Embora o estado da Bahia tenha a maior área plantada de cacauzeiros, o estado do Pará possui maior produtividade com a média de 916 kg/ha ante os 500 kg/ha da Bahia (CEPLAC, 2017).

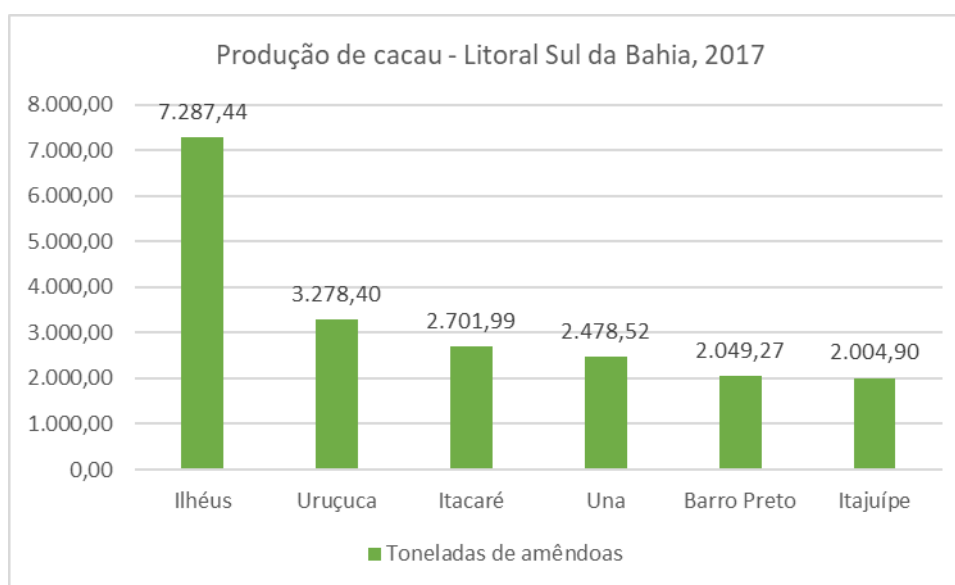
Figura 28.



Uma realidade que está diretamente associada a difusão de novas tecnologias e da diversificação dos sistemas de cultivo do cacau que vem sendo preconizada pela CEPLAC, no contexto da reestruturação produtiva regional. Nesse contexto, ainda que seja prevalente a adoção do sistema de produção cacau cabruca em áreas remanescentes da Mata Atlântica – como no caso do Litoral Sul da Bahia –, houve o avanço do sistema de produção do cacau em agrofloresta, ou seja, o cacau em plantio consorciado com outras culturas, especialmente frutíferas de grande porte pela necessidade do sombreamento. Assim como do sistema de produção do cacau a pleno sol em áreas planas com o uso intensivo da mecanização e da fertirrigação (técnica de irrigação e nutrição da planta por gotejamento) nas áreas do semiárido e dos planaltos costeiros no litoral baiano.

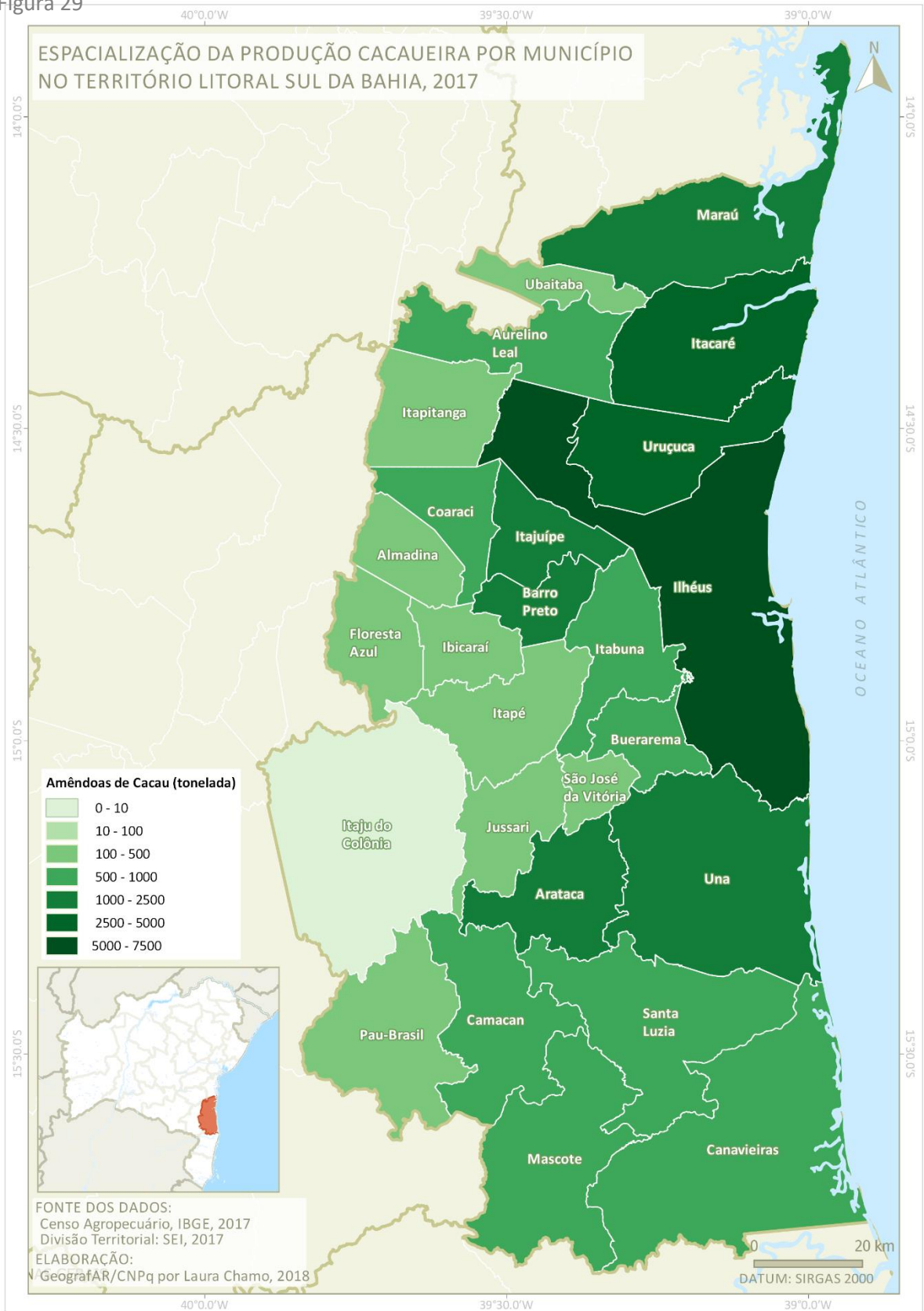
No mesmo período analisado, o TI Litoral Sul da Bahia produziu 31.826,66 toneladas de amêndoas de cacau, o que representou 35,84% da produção total do estado da Bahia. Com maior destaque para o município de Ilhéus que produziu 7.287,435 toneladas de amêndoas, e assim, reafirmou a posição de ser o maior produtor baiano de cacau; seguindo pelo município de Uruçuca, com a produção de 3.278,40 toneladas de amêndoas; o município de Itacaré, com a produção de 2.701,99 toneladas de amêndoas; o município de Una, com a produção de 2.478,52 toneladas de amêndoas; o município de Barro Preto, com a produção de 2.049,27 toneladas de amêndoas; e o município de Itajuípe, com a 2.004,90 toneladas de amêndoas, como se observa nas Gráfico 26 e Figura 29

Gráfico 26.



Fonte: IBGE (2017). Elaborado pela autora.

Figura 29



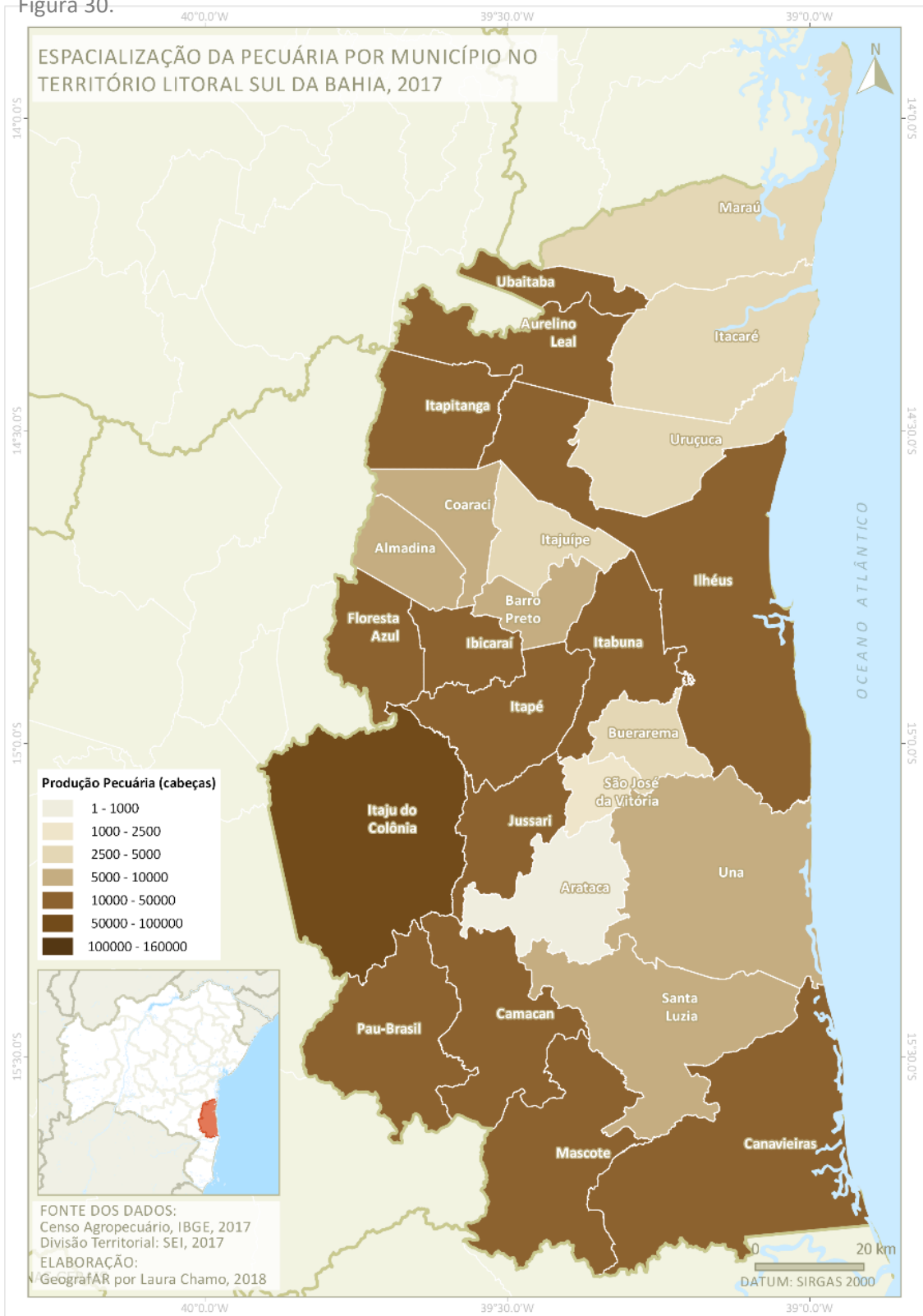
Como também se observa na Figura 29, a cacauicultura é desenvolvida em todos os municípios do TI Litoral Sul da Bahia, com menor expressão no município de Itajú do Colônia onde se consolidou o domínio da pecuária extensiva. Nesse sentido, é importante destacar que, historicamente, a cacauicultura foi desenvolvida na relação espacial com a pecuária – ainda que de forma acessória – sendo configurado o binômico “cacau-boi”. Contudo, no vácuo da crise cacaeira, a partir do ano de 1989, houve um crescimento da extração ilegal de madeira no bioma da Mata Atlântica que favoreceu o avanço desordenado da pecuária extensiva no espaço regional. Sem contar, também, que pelo elevado endividamento e falta de crédito para adoção das novas tecnologias desenvolvidas pela CEPLAC, muitos cacauicultores optaram pela derrubada da mata cabruca para a criação extensiva de gado.

Assim, constata-se que, na porção leste do Litoral Sul da Bahia, as áreas de maior produção do cacau-cabruca com fragmentos mais preservados do bioma da Mata Atlântica ainda sem manter como um faixa de contenção para o avanço da pecuária. Principalmente, no transcurso que se define entre Marau e Mascote, assim como, entre Marau e o norte de Ilhéus, e entre o sul de Ilhéus e Canavieiras, como se observa na Figura 30

No entanto, a porção oeste, onde a pecuária se consolidou, predominam matas raleadas com pequenas policulturas. Uma dinâmica que não só foi influenciada pela crise cacaeira, mas também pelas condições edafoclimáticas locais. A porção oeste prevalece o clima mais frio e seco, relevo mais plano e solo com menor aptidão agrícola. Principalmente, municípios de Itaú do Colônia, Canavieiras, Itapé, Pau Brasil, Mascote, Itapitanga e Aurelino Leal que são os municípios que possuem os maiores rebanhos bovinos na região.

Também, é importante considerar que na porção sul, a pecuária se desenvolveu de forma associada à cafeicultura, no sentido dos municípios de Canavieiras e Santa Luzia. O cultivo do café foi impulsionado pela chegada dos “capixabas”, vindos do estado do Espírito Santo, ao sul, em meados da década de 1970, como operários nas obras da construção da BR 101. Inicialmente, atuaram na extração e comercialização de madeira de grande porte. Posteriormente, na criação de gado com maior derrubada da Mata Atlântica. E mais recentemente, também, pela cafeicultura.

Figura 30.



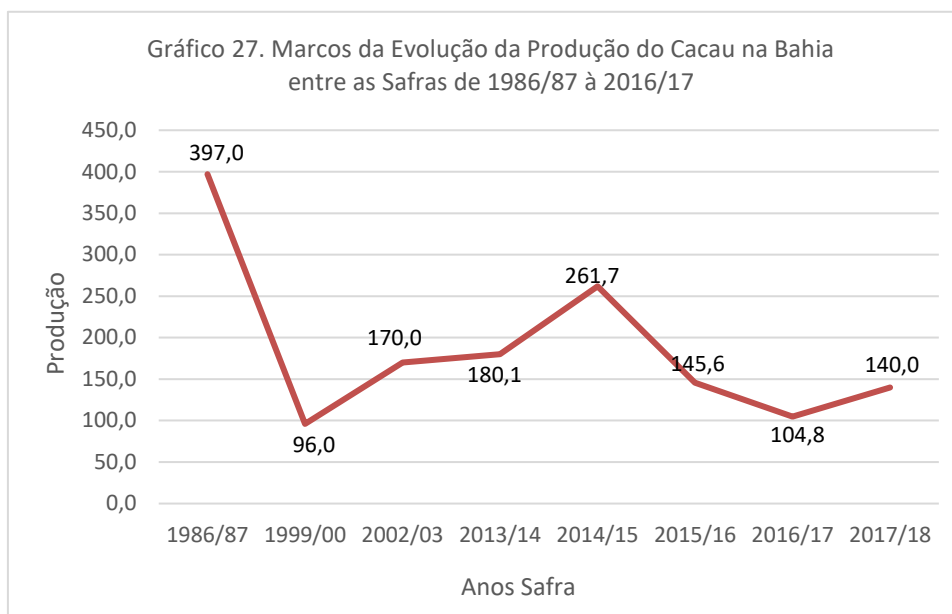
No entanto, é importante considerar que a retomada produtiva da cacauicultura na Bahia não se explica como um fato em si, mas como síntese de um processo inserido no movimento da totalidade social. O Estado assume um papel central na condução desse processo enquanto agente da produção do espaço. Uma centralidade que não somente se define pelas ações de financiamento da pesquisa, inovação e produção do cacau, mas também pela criação de marcos legais e institucionalidades representativas do agronegócio do cacau e do chocolate. Assim como pela garantia da infraestrutura e logística necessária à ação seletiva e fluidez espacial do capital. Sem contar, também, com as ações de mediação espacial dos conflitos estabelecidos.

Um processo de territorialização que, em suas dinâmicas e contradições, apresenta três importantes marcos: a interrupção da tendência declinante da produção de cacau a partir da safra 1999/2000; a estabilidade produtiva a partir da safra 2000/2001; a retomada do crescimento produtivo a partir da safra de 2002/2003, com o registro da produção de 170 mil toneladas de amêndoas de cacau no ano safra 2003/2004 (CEPLAC, 2009).

Uma retomada produtiva que se manteve num ritmo de crescimento ascendente, com a produção de 180,1 mil toneladas de amêndoas na safra 2012/2013; a produção de 261,7 mil toneladas de amêndoas na safra 2013/2014; e a produção de 279 mil toneladas de amêndoas ano safra 2014/2015 (o que, aliás, representou a maior safra dos últimos 20 anos). Mas que, no entanto, foi interrompida pelos percalços da crise hídrica regional que ocorreu, entre o período de outubro de 2015 a julho de 2016, e ocasionou a perda estimada de 25% dos cacauzeiros implantados. Dessa forma, foi registrada a produção de 145,63 mil toneladas de amêndoas na safra 2015/2016 e a produção de 104,8 mil toneladas de amêndoas na safra de 2016/2017, o que representou a queda de 28% da safra de 2016/2017 em relação à safra 2015/2016 (CEPLAC, 2017)⁹⁴.

Um processo de retomada produtiva da cacauicultura no estado da Bahia que, em diferentes ritmos e intensidades, pode ser melhor compreendido a partir do Gráfico 27.

⁹⁴ Importante considerar que sem a ocorrência do período de seca, entre os anos 2015 e 2016, a previsão da safra 2017/2018 era de 140 mil toneladas o que representaria uma recuperação de 33% relação à safra 2016/2017 do Litoral Sul da Bahia (CEPLAC, 2017).



Fonte: CEPLAC (2017). Elaborado pela autora.

Apesar da retomada da liderança baiana na produção nacional de cacau, no ano de 2017, as variações interanuais que vem sendo obtidas a partir da safra 1999/2000, mostram uma tendência de crescimento anual próximo a 2% (CEPLAC, 2017). Uma taxa de crescimento que é considerada baixa pela CEPLAC diante da capacidade produtiva desenvolvida com o melhoramento genético do cacauzeiro e a produção de clones resistentes à doença vassoura de bruxa, a partir do ano de 1995 no âmbito Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (PRLC).

Uma baixa taxa de crescimento que é atribuída, principalmente, ao elevado endividamento e falta de crédito dos produtores, como considera Kaleandra Freitas Sena, engenheira agrônoma e melhorista vegetal do Instituto Biofábrica do Cacau (IBC).

Avançamos no melhoramento genético de forma a ser hoje possível o manejo integrado da cacauicultura com o fungo da vassoura de bruxa no Sul da Bahia. Mas não adianta ter a tecnologia sem recurso para investir no manejo da produção. Por isso ainda não conseguimos atingir a produtividade estimada. Esse é o maior desafio, sem dúvida (informação verbal)⁹⁵

Muitos cacauicultores hoje tem os seus imóveis hipotecados junto ao banco ou em nível de dívida fiscal com o governo federal, o que impossibilita o acesso a novos créditos produtivos. A CEPLAC atesta que pela falta de capacidade de pagamento e endividamento, muitos

⁹⁵ Depoimento obtido no 9º Festival Internacional do Chocolate e Cacau, realizado em Ilhéus, no período de 20 a 23 de julho de 2017.

cacaucultores contemplados com o crédito disponibilizado na 1ª e 2ª etapa do PRLC não tiveram acesso ao crédito das 3ª e 4ª etapas, o que impossibilitou a apropriação do pacote tecnológico desenvolvido por uma parte significativa dos cacaucultores. Dessa forma, é defendido o amparo das disposições legais aplicáveis às “situações catastróficas e emergenciais” para a renegociação das dívidas e abertura de novas linhas de créditos para o setor produtivo. Com dívidas que já superam 2 bilhões há cerca de 20 anos. Do total da dívida, 87% se referem ao PRLCB, sendo que 23% estão relacionadas, especificamente, à 3ª e 4ª etapas. O Banco do Brasil é o principal credor (Valor Econômico, 2018)⁹⁶.

Ainda assim, a retomada da liderança baiana na produção nacional do cacau criou um otimismo para o setor do agronegócio do cacau no Litoral Sul da Bahia como manifestou Milton Andrade, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ilhéus, durante o 9º Festival Internacional do Chocolate e Cacau, realizado no município de Ilhéus, no período de 20 a 23 de julho de 2017. “Devido à estiagem, teve algumas roças que se perderam por completo, com produção zero. Mas esperamos boa recuperação em 2018”.

Num primeiro momento, o otimismo manifestado pelo setor produtivo pode ser interpretado de forma restrita à previsão da safra 2017/2018 estimada pela CEPLAC. Contudo, trata-se de uma realidade situada no contexto mais amplo da reestruturação produtiva regional. Uma conjugação de fatores que adquire materialidade no local, mas estão espacialmente articulados com o processo da mundialização da agricultura brasileira.

O primeiro fator a ser destacado são os avanços tecnológicos obtidos pela CEPLAC, a partir do ano de 1995, com o melhoramento genético do cacau e a produção de variedade de clones resistentes à doença da vassoura de bruxa. Avanços obtidos em parceria com o Instituto Biofábrica do Cacau (IBC) que foi criado pelo governo estadual, no ano de 1999, para a reprodução em larga escala e distribuição dos clones selecionados pela CEPLAC. Uma parceria interinstitucional que convergiu ações de distintas esferas de poder do Estado, no sentido de fomentar o manejo integrado da cacauicultura com a doença da vassoura de bruxa no Sul da Bahia. Um pacote tecnológico que foi desenvolvido de forma associada à diversificação dos sistemas de produção do cacau – cacau-cabruca, cacau- agrofloresta e cacau a pleno sol – com vistas à garantia do aumento da produtividade do cacau e também, da melhoria da qualidade (considerando a abertura do nicho de mercado do cacau fino).

⁹⁶“Produtores do cacau querem renegociar dívidas de R\$ 2 bi”. **Valor Econômico**, Agronegócios, São Paulo, 22 de ago. 2018. Disponível em <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2018/08/22/produtores-de-cacau-querem-renegociar-dividas-de-r-2-bi.ghtml>. Acesso em: 30 de ago. de 2018.

Nesse sentido, assume destaque o Programa Cacau 500 que vem sendo desenvolvido pela CEPLAC, desde o início dos anos 2000, e que, atualmente, agrega mais de 200 produtores de diversos municípios sul baianos com a média de produção acima de 200 arrobas por hectare (ainda que a meta estabelecida seja de 500 arrobas como indica a sua própria denominação). Uma meta que é proposta pela renovação e o manejo integrado da cacauicultura (planta-solo-ambiente), através do uso de clones autocompatíveis, roçagem química ou mecânica; adequação do sombreamento para permitir uma melhor luminosidade; desbrota em brotos novos; adubação modular para alta produtividade, controle localizado de pragas e doenças; poda leve e contínua durante o ano e o rebaixamento de copas em clones.

O segundo fator é a demanda crescente da indústria mundial do chocolate que caracteriza a amêndoa seca do cacau como um ativo de grande liquidez no mercado. Uma indústria que tem uma estimativa de crescimento em volume, de 2,4% ao ano, até 2019 (AIPC, 2015). Uma demanda crescente de consumo que, no entanto, se esbarra na restrição da produção do cacau às condições climáticas definidas na faixa latitudinal entre 22° N e 22° S, em função da sensibilidade ambiental do cacauzeiro, principalmente no que se refere ao calor excessivo e à falta de umidade. Uma sensibilidade que se agrava no contexto contemporâneo das mudanças climáticas, tendendo a tornar ainda mais restritas as áreas favoráveis ao plantio do cacauzeiro. Um aspecto limitante que a Organização Internacional do Cacau (ICCO) define como *déficit* estrutural da produção mundial do cacau.

Aspecto que, inclusive, também estimulou a implantação e a consolidação do modelo monocultor agroexportador do cacau nas regiões produtoras da América Latina (Brasil e Equador), África (Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camarões) e Ásia (Indonésia). Um modelo que, além de se realizar a partir da externalização da riqueza e internalização da pobreza, constituindo uma “Riqueza de Pobres”, como assim definiu Costa e Soares (2016), também acentua a vulnerabilidade do cacauzeiro à ocorrência de pragas, doenças e envelhecimento das plantações.

Assim, é reafirmada a centralidade assumida pelo Litoral Sul da Bahia no circuito espacial do agronegócio do cacau e do chocolate, considerando que o estado da Bahia responde 54% da produção brasileira de amêndoas de cacau, e que deste total, 36% é produzido no espaço regional. Como também, que 96% do processamento de cacau e derivados no Brasil é realizado no Distrito Industrial de Ilhéus onde estão instaladas unidades das cinco maiores indústrias processadoras do mundo: *Cargill, ADM Jones, Barry Callebaut, Delfi Cacau e Indeca* (que, no ano de 2004, criaram a Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC).

Ademais, em tempos da mundialização da agricultura brasileira, como analisa Oliveira (2016), a produção da *commodity* do cacau passou a ser regulada também pelos contratos futuros negociados principalmente pelas Bolsas de Valores de Londres, de Nova Iorque e de Mercadorias Intercontinental. Uma cadeia produtiva que, no ano de 2017, movimentou o Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 1,5 bilhão no Brasil e R\$ 655 milhões na Bahia, respectivamente (APC/CEPLAC/ABICAB/MAPA, 2018)⁹⁷

Dessa forma, o Litoral Sul da Bahia abriga a maior zona de processamento do cacau do país no centro da principal região produtora de amêndoas de cacau. Uma realidade que também o particulariza com uma centralidade estratégica no processo geral da acumulação. Identifica-se, assim, uma convergência de ações dos agentes da produção, da indústria de processamento e derivados do chocolate, das organizações multilaterais e das grandes corporações financeiras, no sentido de pressionarem o Estado para a garantia das condições necessárias à reestruturação produtiva da cacauicultura. Considerando, principalmente, as ações da AIPC uma vez que a importação do cacau dos países de Gana e Costa do Marfim para o abastecimento da demanda nacional, a partir da década de 1990, com o agravamento da crise regional, implicou no aumento dos custos de produção das indústrias de processamento do cacau.

O terceiro fator é a vertente da reestruturação produtiva da cacauicultura associada à produção de cacau de qualidade e dinamização da cadeia setorial do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia. Um processo que também vem sendo conduzido pelo Estado no contexto do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (PRLC), a partir de 1995 – considerando que a qualidade do chocolate foi um critério adotado no melhoramento genético do cacaueiro desenvolvido pela CEPLAC – e adquiriu maior projeção a partir do ano de 2004, com a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e da Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia, na Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI). Arranjo institucional que fomentou a elaboração, no ano de 2008, do Plano Executivo de Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio da Região Cacaueira – PAC do Cacau (no mesmo ano de criação da AIPC).

Como já foi dito, o Litoral Sul da Bahia abriga a maior zona de processamento do cacau do país no centro da principal região produtora de amêndoas de cacau. Historicamente, contudo, apenas 5% do cacau produzido é transformado em chocolate de origem do estado

⁹⁷ “Cacau de quarta geração”. **Globo Rural**: a palavra do campo. Edição n. 395. Rio de Janeiro: Editora Globo., setembro 2018, p. 36-44.

Bahia, enquanto que 95% é vendido para as grandes indústrias processadoras. Em geral, amêndoas secas com baixa qualidade e valor agregado que são destinadas à produção de chocolate com baixo teor de cacau. Além disso, a maior parte da produção de derivados do cacau (licor, manteiga, torta e cacau em pó) tem como finalidade o abastecimento das indústrias de chocolate instaladas nas regiões Sul e Sudeste.

Estima-se, assim, que somente 7% do lucro seja apropriado pelos produtores rurais, enquanto que 93% pela indústria processadora de cacau e indústria de chocolate, como também considerou Milton Andrade, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ilhéus⁹⁸. Uma assimetria espacial que reafirma relações desiguais de poder e riqueza no território: E que, no aguçamento da crise produtiva em meados da década de 1990, determinou a convergência de ações do setor público e privado no sentido de serem criados mecanismos de fomento à produção do cacau de qualidade – “cacau *fine flavour*” – e a indústria de chocolate artesanal – “chocolate *gourmet*” – no Litoral Sul da Bahia.

Um processo que também foi estimulado pelo aumento do consumo brasileiro de chocolate e demanda crescente pelo chocolate mais artesanal e com mais teor de cacau (amargo). Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAD), a produção de chocolates amargos aumentou sua participação no mercado total de chocolates brasileiros de 2% em 2014 para 5% em 2017, o que em volume representou um aumento de pouco mais de 10 mil toneladas para 25 mil toneladas em 2017⁹⁹.

Uma vertente do processo de reestruturação produtiva da cacauicultura a partir da qual vem se afirmando um novo polo de produção de chocolate *gourmet* no país. No ano de 2008 (mesmo ano de elaboração do PAC do Cacau), foi idealizado *Chocolat Bahia – I Festival Internacional de Chocolate e Cacau* – que, desde o ano de 2009, vem sendo realizado em Ilhéus e que ainda conta com edições no Pará. No ano de 2009, também ocorreu a participação da primeira comissão de produtores do Sul da Bahia no *Salon du Chocolat* de Paris, tendo sido o prêmio *Cocoa of Excellence America do Sul* conquistado nos anos de 2010 e 2011, consecutivamente, pelo produtor João Tavares, proprietário da Fazenda Leolinda, localizada no município de Uruçuca. Fato que representou um marco para a afirmação do cacau de origem e inserção da cadeia setorial do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia no mercado internacional.

⁹⁸ Depoimento no 9º Festival Internacional do Chocolate e Cacau, realizado em Ilhéus, no período de 20 a 23 de julho de 2017.

⁹⁹ “Nova Onda de Chocolate Gourmet Resgata Setor Cacaueiro”. **Estado de Minas**, Economia, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/07/29/internas_economia,976441/nova-onda-do-chocolate-gourmet-resgata-setor-cacaueiro.shtml. Acesso em: 30 de julho de 2018

A partir do ano 2012, passou a ser realizado, em Salvador, o *Salon du Chocolat* da Bahia e o Fórum Mundial do Chocolate que possibilitaram a constituição de um circuito regional/estadual de eventos anuais associados ao agronegócio do cacau e chocolate. Uma iniciativa da Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia (APC) em parceria com as demais entidades que integram a cadeia produtiva do cacau e do chocolate, com o financiamento do estado da Bahia e apoio do Banco Mundial.

Segundo Marco Lessa, organizador do Festival Internacional de Chocolate e Cacau e coordenador da missão brasileira ao *Salon du Chocolat* de Paris, tem-se, atualmente, 70 marcas de chocolates *gourmet* registradas na Bahia. Destas, 40 são marcas de origem do Sul da Bahia. “Uma realidade recente considerando que, há cerca de dez anos, existiam apenas quatro marcas registradas na Bahia e nenhuma no Sul da Bahia”, como também afirmou¹⁰⁰.

Além da demanda crescente pelo consumo no mercado brasileiro, outro aspecto que vem dinamizando a cadeia setorial do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia é o potencial de agregação de valor ao cacau fino com preço até 100% superior ao valor do cacau convencional que é vendido como *commodity* para as indústrias processadoras de cacau. Um potencial de agregação de valor que se elevada ainda mais na produção do chocolate *gourmet*: enquanto o quilo do cacau vale cerca de R\$ 10, um quilo de chocolate pode chegar a R\$ 120 (com 25% de teor de cacau que é o mais comum no mercado), elevando-se, progressivamente, de acordo com o aumento do teor de concentração de cacau.

Nesse contexto, foi afirmada uma nova narrativa de desenvolvimento regional com repercussões diretas no campo político-institucional. Sem dúvida, um marco importante desse processo foi definido pela CEPLAC – “o corpo e a alma” da cacauicultura (GARCEZ, 1985) – no Dia Internacional do Cacau do ano de 2016, no qual a dinâmica “Do Cacau ao Chocolate” foi institucionalizada como vertente do processo da reestruturação produtiva do Litoral Sul da Bahia, após décadas como região produtora de amêndoas, como apresenta a Figura 31.¹⁰¹

Uma dinâmica do agronegócio do cacau e do chocolate que se realiza a partir da apropriação do patrimônio histórico-cultural do cacau-cabruca como fundamento do discurso da “modernização com sustentabilidade”. Contudo, como uma monocultura progressivamente apartada dos conhecimentos e saberes ancestrais africanos e indígenas e, portanto, da

¹⁰⁰ Depoimento no 10º Festival Internacional do Chocolate e Cacau, realizado em Ilhéus, no período de 18 a 22 de julho de 2018.

¹⁰¹ Data comemorativa que foi criada em Turrialba, Costa Rica, em 1958, por sugestão do cientista americano Robert Fowler, durante uma Conferência Internacional do Cacau, que reuniu especialistas de todo o mundo.

diversidade e das inter-relações que garantem o equilíbrio dinâmico da Floresta Tropical (GUIMARÃES, 2014, p.7).

Figura 31. Dia Internacional do Cacau ao Chocolate



Fonte: Ascom CEPLAC, 2016

Um discurso de desenvolvimento e sustentabilidade que também passou a ser reproduzido no sentido da valoração econômica da cacauicultura. Não somente pela sua caracterização enquanto uma prática agrícola de baixa emissão de carbono pelo aspecto que caracteriza a “conservação produtiva” do sistema cacau-cabruca no bioma da Mata Atlântica, assim como define Setenta e Lobão (2012) mas também, pelo avanço da produção do cacau orgânico. Uma vertente produtiva que se desenvolveu à revelia do pacote tecnológico preconizado pela própria CEPLAC, na década de 1970, no contexto da modernização da cacauicultura, sendo apoiada pelo movimento ambientalista no Sul da Bahia.

Com o avanço desse processo, no ano de 2017, foi criado o Centro de Inovação do Cacau (CIC), com sede na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), entre os municípios de Itabuna e Ilhéus, onde são feitos os testes de corte físico-químico e análises sensoriais das amostras de amêndoas de cacau com posterior classificação por qualidade. Momento no qual também foi constituída a Rede de Cooperação Cacau e Chocolate Sul da Bahia, tendo como organizações representativas a Associação Cacau Sul Bahia, Centro de Inovação do Cacau, Associação dos Produtores de Chocolates de Origem do Sul da Bahia e da Rede de

Agroecologia Povos da Mata¹⁰², além de entidades parceiras como o SEBRAE e Sistema S, CEPLAC, UESC, UFSB, IFBaiano, Instituto Cabruca, Instituto Arapyaú, Faculdade de Ilhéus, dentre outros.

Um arranjo político-institucional que de certo modo foi germinado no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial, a partir de 2003, considerando que o fortalecimento do sistema cacau-cabruca, associado aos processos de certificação participativa e agroindustrialização se constituiu enquanto uma ação estratégica do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) do Litoral Sul da Bahia, como foi visto no Capítulo 4. Uma ação que foi inserida no PPA 2016-2019, e assim, na chamada “agenda territorial” do governo do estado da Bahia.

Um processo de territorialização que se consolidou, em abril de 2018, com a conquista da Indicação Geográfica (IG) na modalidade Selo de Origem para a amêndoa cacau produzida nos 83 municípios do Sul da Bahia (dentre estes, os 26 municípios que integram o TI Litoral Sul da Bahia). Assim como a aprovação da Lei nº 13.710 de 24 de agosto de 2018 que criou a Política Nacional de Incentivo à Produção do Cacau de Qualidade.

De forma articulada à criação da Política Nacional de Incentivo à Produção do Cacau de Qualidade, está em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado o Projeto de Lei – PLS 93/2015, de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) que estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos. De acordo a proposta apresentada, o chocolate ao leite deverá conter o percentual mínimo de 25% de cacau na sua composição; o chocolate amargo ou meio amargo, mínimo de 35%; chocolate em pó, mínimo de 32%; chocolate branco e o cacau em pó, mínimo de 20%; e a manteiga de cacau, mínimo de 10%.

Uma convergência de processos associados à reestruturação produtiva da cacauicultura que não somente repercutem na dimensão do “circuito espacial da produção” como define Santos (1996), mas do processo de produção e valorização capitalista do espaço regional. Contexto no qual foi identificada a dinâmica da retomada da produção em fazendas

¹⁰² A Rede de Agroecologia Povos da Mata foi criada ano de 2015 e se constitui numa rede solidária de produção, circulação e comercialização de produtos agroecológicos entre produtores da agricultura familiar, famílias assentadas da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, agricultores em geral e consumidores-coprodutores. A primeira Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC) do estado da Bahia que, no ano de 2017, venceu o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, na categoria Agroecologia. Uma articulação em rede que está espacializada nas regiões do Litoral Sul, Baixo Sul, Médio Rio de Contas, Costa do Descobrimento e Irecê, com participação destacada do Movimento CETA enquanto base social da sua organização.

de cacau que estavam abandonadas ou improdutivas, desde a década de 1990, por descendentes da aristocracia regional que retornaram para o Litoral Sul da Bahia atraídos pelo nicho de mercado do cacau fino, chocolate *gourmet* e agroturismo. Como também, a aquisição de novas fazendas – através da compra ou do arrendamento – por empresários locais ou advindos de outras regiões que foram atraídos pelo mercado da especulação imobiliária e pela atividade turística que se dinamiza de forma associada à cadeia do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia.

A maior parte do cacau produzido ainda é destinada como *commodity* para as indústrias de processamento de cacau e derivados de chocolate. Contudo, vem sendo crescente a produção do cacau de qualidade para as empresas que integram a cadeia setorial do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia. Como também, a produção de chocolate nas agroindústrias instaladas nas próprias áreas ou mesmo através de parcerias com entidades como a CEPLAC e o IFBaiano.

Um dinâmica territorial que em certa medida também agrega a produção do “chocolate artesanal” das famílias assentadas e de suas organizações representativas. Nesse contexto, identificou-se a experiência produtiva do MST, em especial do Assentamento Terra Vista, no município de Arataca, através da Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul Ltda (COOPRASUL, criada no ano de 1994) e com o apoio do Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA) – com a marca do chocolate “Terra Vista”; e a experiência produtiva da FTL (base do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia), através da Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana do Centro da Região Cacacueira Ltda. (COOPERCENTROSUL, criada no ano 1999) e com o apoio da CEPLAC – com a marca do chocolate “Doce Terra” – como tendo sido as experiências precursoras da produção de chocolate artesanal em áreas de assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Em tempos mais recentes, também, a experiência produtiva do CETA, em especial do Pré-assentamento Dois Riachões, no município de Ibirapitanga (na região do Baixo Sul, hoje denominada Território de Identidade Médio Rio de Contas), com o apoio da Rede de Agroecologia Povos da Mata¹⁰³.

Dentre as experiências mais associadas ao segmento da agricultura familiar – que de certo modo se realizam na interface com a reforma agrária – , identificou-se a produção da

¹⁰³ A Fazenda Conjunto Dois Riachões possui uma área de 407 ha e tem a capacidade de assentamento de 43 famílias. No dia 25 de maio de 2018, após dezesseis anos de luta e resistência do Movimento CETA, a Justiça Federal destinou o imóvel ao INCRA com o cumprimento da emissão de posse. Contudo, ainda não houve a criação do assentamento e homologação das famílias beneficiadas por parte do INCRA. Assim, apesar da materialidade da prática social das famílias – manifestada, principalmente, na dimensão do trabalho e da produção –, a área ainda se define como um Pré-Assentamento de Reforma Agrária do ponto de vista legal. Aspecto que atribui maior destaque à experiência produtiva em curso, considerando que as famílias não tiveram acesso aos créditos de instalação e fomento do INCRA, assim como ao campo das políticas públicas associadas às ações de descentralização da reforma agrária.

Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia (COOFASULBA, criada no ano de 2004), com a marca de “Flor de Nibs”; da Cooperativa de Serviços Sustentáveis da Bahia (COOPESSBA, criada no ano de 2008), com a marca “Natucoa”; e da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacências (COOPFESBA, criada no ano de 2011), com a marca “Bahia Cacau”. Além da produção do chocolate artesanal, tem-se, também, a produção do achocolatado, cacau em pó, nibs e outros derivados do cacau.

Experiências produtivas da reforma agrária e agricultura familiar com participação representativa em eventos nacionais e internacionais, a exemplo do *Chocolat Bahia* e do *Salon Du Chocolat*, em Paris. Experiências vem sendo estimuladas pelo campo das políticas públicas, em especial da Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia, com a ação colaborativa da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), através do Serviço Territorial da Agricultura Familiar (SETAF) no Litoral Sul da Bahia. Contexto no qual também vem sendo destacadas as ações da Cooperativa de Desenvolvimento Territorial (COOPERAST, criada em 2005) e do Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Socioprodutivo (ECOBÁHIA, criado em 2008).

Dentre as experiências de produção do cacau de qualidade e certificação orgânica associadas às áreas de assentamentos de reforma agrária, identificou-se que a experiência precursora também foi a do Assentamento Terra Vista (MST), no município de Arataca, que atualmente é uma referência na produção agroecológica – são 910 hectares, sendo 300 hectares de cacau-cabruca e 313 hectares de Mata Atlântica – tendo sido conquistado, no ano de 2012, o selo de Inspeções e Certificações Agropecuárias e Alimentícias (IBD Certificações) . Não somente do cacau, mas de toda a produção orgânica de alimentos.

Um processo que foi iniciado ainda no ano de 2003, com as ações de recuperação e implantação do cacau orgânico, no contexto do Programa Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). E se fortaleceu a partir do ano de 2012, no contexto do Programa Viver Melhor – Ação Cacau para Sempre do governo do estado da Bahia, com a implantação das primeiras áreas de produção agroecológica desenvolvida pelo sistema cacau cabruca ¹⁰⁴ .

¹⁰⁴ “A implantação das primeiras unidades de produção cacau orgânico e áreas de assentamentos do MST no Sul da Bahia ocorreu no ano 2003, a partir das ações da Cooperativa Regional dos Assentados do Sul da Bahia (COPRASBA), através do Programa Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Assim, foi desenvolvido o projeto de recuperação e implantação do cacau orgânico nas regiões do Extremos Sul, Litoral Sul, Baixo Sul e Recôncavo Baiano, sendo inicialmente beneficiados os assentamentos Nova Ipiranga Camacan); Ernesto Che Guevara (Wenceslau Guimarães); Paulo Jackson (Ibirapitanga), Luanda (Itajuípe), Rio Aliança e Terra Vista (Arataca)” (Jornal Sem Terra. Caderno Estados - Bahia, p. 6. Edição Nº 226. Dez/2002 – Jan/2003)

Em tempos mais recentes, também vem sendo destacada a experiência do Pré-Assentamento Dois Riachões (CETA) que, atualmente, produz cerca de 20 toneladas ano de cacau de qualidade, tendo conquistado a certificação nacional orgânica participativa pela Rede Povos da Mata, em 2016, e internacional pela *Ecocert*, em 2018, líder mundial nas certificações de produtos orgânicos. Como também, com o selo do Movimento *Slow Food* que apoia práticas de produção e consumo de alimentos saudáveis com a preservação da cultura e tradição local dos povos. Uma produção que em grande parte vem sendo comercializada para empresas que integram a cadeia setorial do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia, a exemplo da Amma e Dengo, como também nos circuitos de comercialização regional – a exemplo da Feira Agroecológica do município de Ibirapitanga e da Estação Orgânica Grapiúna dos municípios de Ilhéus-Itabuna – e nos mercados institucionais, principalmente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ¹⁰⁵.

Constatou-se, também, que a demanda crescente do mercado de Chocolate *Gourmet* também vem atraindo investimentos das empresas “gigantes” do agronegócio do cacau e chocolate, a exemplo da Nestlé e da *Barry Callebaut* e até mesmo de empresas originárias de outros setores, a exemplo da Natura com o lançamento da marca Dengo, em junho de 2017, sendo produzidas barras de chocolate nas versões de 36% a 75% de teor de cacau, além de bombons recheados com frutas tropicais. Sem contar, também, com as ações de fortalecimento e dinamização da produção do cacau cabruca que vem sendo implantadas pela Natura, no Sul da Bahia, desde o ano de 2008, através do Instituto Arapyaú, como sede no município de Uruçuca.

Outro aspecto que adquiriu destaque foram as intervenções do Estado em infraestrutura e logística, a exemplo da construção do Gasoduto Ilhéus-Itabuna, no ano de 2015, para o atendimento prioritário da demanda de gás natural das indústrias processadoras de cacau que estão instaladas no Distrito Industrial de Ilhéus. Indústrias que já faziam uso do gás natural, mas de forma comprimida e transportada em caminhões o que determinava o aumento dos custos de produção. Uma obra de 37 quilômetros de extensão na BR 415 – a Rodovia Jorge Amado que interliga os municípios de Ilhéus e Itabuna – que também irá transportar o gás que irá abastecer a implantação e o funcionamento do Porto Sul e da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), na zona norte município de Ilhéus. Uma grande obra de infraestrutura e

¹⁰⁵ No ano de 2016, através da produção agroecológica do Assentamento Terra Vista, em Arataca, o MST participou do encontro mundial da Rede Terra Madre do Movimento *Slow Food*, na Itália. No ano de 2018, houve a participação representativa do Movimento CETA, através do Pré-Assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga, e do Movimento MLT, através da Fábrica Bahia Cacau, em Ibicarai.

logística associada ao avanço de novas frentes do agronegócio e da mineração no contexto da reestruturação produtiva regional, como será analisado mais adiante.

Dinâmicas territoriais recentes que estão associadas ao processo de retomada produtiva da cacauicultura e que já repercutem no aquecimento do mercado fundiário. Atualmente, o preço do hectare da terra nos municípios que integram o Litoral Sul da Bahia está variando, em média, entre R\$ 3.000 a R\$ 10.000 a depender da localização, acessibilidade, tipo de solos, área de plantio de cacaueteiro, pastagem e benfeitorias existentes. Um processo de valorização espacial evidente considerando que, em meados da década de 1990, com o agravamento da crise da “vassoura de bruxa”, estagnação produtiva e abandono das fazendas de cacau, o preço hectare da terra caiu para R\$ 1.000 (com variação máxima de até R\$ 3.000). Fator que, inclusive, motivou alguns cacauicultores a indicarem suas fazendas para as ações de desapropriação do INCRA, conforme relatou em entrevista Clesson Andrade que, durante os anos de 1996 e 2000, assumiu a Superintendência Regional no INCRA na Bahia. Um aquecimento no mercado fundiário que tende a complexificar a construção da resistência nos assentamentos rurais em meio ao processo de titulação que, desde o ano de 2017, foi instituído como meta prioritária do INCRA no campo brasileiro.

Por fim, um quarto fator que se define de forma imbricada com o sistema de produção cacau cabruca e com a dinamização da cadeia setorial do Chocolate *Gourmet* do Sul da Bahia, mas resguarda algumas particularidades. Através do Decreto nº 15.180 de 2 de junho de 2014, o estado da Bahia regulamentou o manejo de florestas e demais vegetações no território baiano. Uma regulamentação que foi fundamentada no modelo de conservação produtiva proposto pela CEPLAC, através do manejo integrado da Mata Atlântica ao sistema de produção Cacau Cabruca e que, por isso, foi também denominado “Decreto Cabruca”. Como desdobramento imediato, o manejo sistema Cacau Cabruca foi inserido na linha do Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental – FNE Verde Banco do Nordeste do Brasil e do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC do MAPA.

Sem dúvida, a aprovação do Decreto Cabruca favoreceu o fortalecimento institucional da CEPLAC, considerando a sua inserção produtiva nos dois biomas de florestas tropicais existentes no país: a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica. Tanto que, no ano de 2015, foi constituída a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Lavoura Cacaueira, da CEPLAC e do Cacau Cabruca. Um processo que estabeleceu uma relação de maior proximidade interinstitucional entre a CEPLAC e o INCRA com repercussões diretas nas ações do Estado em áreas dos assentamentos rurais no Litoral Sul da Bahia.

Para o movimento ambientalista do Sul da Bahia, a criação do Decreto Cabruca foi considerada uma importante conquista de uma luta que havia sido iniciada ainda no de 2012, na RIO +20, quando foi realizado o Painel: “A Conservação Produtiva da Região Cacaueira da Bahia: Sistema Cabruca e Sistemas Agroflorestais” e o Sistema Cabruca foi inserido como a nona das principais premissas do MAPA para a RIO+20: “Contribuição da agropecuária brasileira na construção de uma sociedade sem fome e sem miséria e de uma economia sustentável”. Uma luta que também favoreceu o fortalecimento da articulação política entre as organizações e movimentos ambientalistas e agrários no campo sul baiano, sendo atualmente destacadas as ações das chamadas “ongs ambientais” junto às famílias assentadas, principalmente do Instituto Cabruca, Instituto Floresta Vista, Instituto Ecobahia, Instituto Arapyauá, Care Brasil, além de outros.

De forma associada aos nexos político-institucionais estabelecidos entre a CEPLAC e o INCRA, através da valoração econômica do sistema cacau cabruca, tem-se, também, um aspecto que assume um sentido estratégico no âmbito da reestruturação produtiva regional: a concentração de assentamentos rurais de reforma agrária na área de jurisdição da CEPLAC – a Região Cacaueira do Sul da Bahia. Uma área que de certo modo se justapõe à área de jurisdição da Unidade Avançada do INCRA Sul e Extremo Sul, abrangendo os territórios de identidade do Baixo Sul, Litoral Sul, Médio Rio de Contas e Extremo Sul e Costa do Descobrimento. Uma área que, pela sua localização e condições edafoclimáticas concentra mais de 80% da produção baiana de cacau (BAIARDI, 2010). Como também, concentra 30% do total dos assentamentos rurais existentes na Bahia, conforme foi destacado no Capítulo 4.

Um sentido estratégico que também se define pela relação terra-trabalho-família estabelecida no processo de recriação do campesinato nas áreas dos assentamentos rurais. Uma relação que, sendo subordinada à cacauicultura – uma atividade agrícola na qual o manejo é realizado de forma manual em quase toda sua totalidade e que, historicamente, a mão de obra representa 67% do total dos custos fixos (BAIARDI, 2010) – assume um sentido estratégico de redução do custo de produção para o processo geral da acumulação¹⁰⁶.

Dessa forma, o custo médio da produção de um trabalhador assentado na cacauicultura é bem menor do que o custo de um produtor rural em função da compensação existente pela natureza do trabalho familiar nos assentamentos de reforma agrária. Vejamos: para a garantia da produtividade de 50 a 60 arrobas de cacau por hectare – enquanto uma

¹⁰⁶ Ainda segundo Baiardi (2010), os insumos respondem por 18% e outras despesas, 15% do total dos custos fixos na cacauicultura.

estimativa média anual na região – tem-se uma demanda ideal de um trabalhador para cada cinco hectares cultivados. Para uma produtividade acima de 130 arrobos por hectare que é média dos sistemas mais intensivos, a demanda diminui para um trabalhador a cada três hectares cultivados. Sem contar, também, com o custo para a implantação do modelo de sistema agroflorestal preconizado pela CEPLAC que tem um custo médio de implantação de R\$ 2.200 por cada hectare, além dos custos com o cultivo do cacau e manejo do cacauero, como também destacou a engenheira agrônoma e melhorista vegetal da Instituto Biofábrica do Cacau, Kaleandra Sena.

Diante dos aspectos constatados, entende-se a convergência de ações do Estado no sentido de fomentar a integração dos assentamentos rurais – enquanto segmento da agricultura familiar – à cadeia produtiva do agronegócio do cacau e chocolate. Ou, dito de outra forma, ações institucionais convergentes à subordinação do trabalho e sujeição da renda da terra ao capital. Uma realidade que não somente reafirma o enredamento do “novo sentido da luta pela reforma agrária”, como considerou Martins (1980), ou mesmo da “nova cara da luta pela terra” como considerou Germani (1993), mas também definem processos de “monopolização dos territórios” (OLIVEIRA, 1999 e 2016). Processos que, contudo, se realizam, dialeticamente, enquanto sujeição e resistência na dimensão da luta pela permanência no território. Enquanto “formas cotidianas de resistência camponesa” (SCOTT, 2002), ainda que manifestadas na forma de uma “resistência subordinada” (MITIDIERO, 2011).

Um processo de integração dos assentamentos ao circuito espacial do cacau e chocolate que teve como marco o PAC do Cacau, no ano de 2008 enquanto a primeira ação institucional de reconhecimento dos trabalhadores assentados da reforma agrária como parte integrante do setor produtivo da cacauicultura. Destaca-se, inclusive, a participação da Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais no Sul da Bahia como representante do setor produtivo no Comitê Gestor que foi criado, à época, para o acompanhamento das ações do PAC do Cacau.

Em tempos mais recentes, esse processo vem adquirindo ritmos e intensidades diferenciadas. Em março de 2018, foi realizada a 42ª reunião da Câmara Setorial Produtiva do Cacau, no auditório da CEPLAC, em Ilhéus. Momento no qual foi pauta e aprovada a alteração da denominação “Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis”, criada no ano de 2004, para “Câmara Setorial do Cacau e Sistemas Agroflorestais”. A primeira reunião da Câmara Setorial que teve a participação do INCRA e na qual, ainda que em tempos de “cortes rasos” no orçamento agrário, como definiu

Teixeira e Intini (2017), foi aprovada a criação do Crédito Instalação na modalidade Cacau (através do Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018)¹⁰⁷.

De forma convergente à pauta política dos movimentos sociais no campo sul baiano, o Crédito Cacau foi criado no sentido de estimular a recuperação da produção cacaueteira nos assentamentos rurais de reforma agrária, através da implantação de unidades produtivas de cacau agroecológico. Cada família – que estiver com a situação ocupacional “regular” – poderá acessar até R\$ 18.000 (divididos em até três operações). Pelo acordo firmado, o INCRA assume a concessão do crédito, a CEPLAC assume a assistência técnica, e o Instituto Biofábrica, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia, assume o fornecimento as mudas clonais de cacau. Já os assentados, assumem os fatores de produção que dispõem: terra e trabalho. Principalmente, considerando os aspectos pedológicos que qualificam a zona tradicional do cacau, localizada entre os principais vales fluviais do espaço regional, na qual está inserida a maior parte dos assentamentos. E, dessa forma, o grande potencial produtivo existente como declarou Leonardo Góes, o presidente do INCRA, no lançamento oficial do Crédito Cacau, em Brasília, no dia 6 de julho de 2018¹⁰⁸.

Os projetos de assentamento de reforma agrária são hoje os maiores produtores de cacau do país, segundo dados da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueteira [...] o aumento da produção reduzirá as importações de cacau. Hoje, o Brasil compra o produto de países africanos para atender a demanda interna. Os assentamentos da reforma agrária têm potencial para reduzir ou até mesmo eliminar essa dependência externa, contribuindo para a melhoria dos números da balança comercial brasileira.

¹⁰⁷ Através do Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018, ocorreu a alteração das normas e as condições de concessão de Créditos de Instalação dos projetos de assentamentos em áreas de reforma agrária. Dentre as principais alterações, ocorreu o reajuste do valor concedido pelo fomento mulher que passou R\$ 3000 para R\$ 5 000 (valor que não era corrigido desde o ano de 2003); a retomada do crédito habitação pelo INCRA, ainda que tenha sido mantidas as condições de financiamento do programa Minha Casa e Minha Vida; e a criação três novas modalidades de crédito: Crédito Florestal, Crédito Recuperação Ambiental e Crédito Cacau. Ainda assim, é importante considerar que pelo fato da concessão do crédito ser formalizada por meio de contrato individual e por isso estar condicionada a inscrição no CadÚnico e a regularização no SIPRA, continua a se esbarrar na situação ocupacional das famílias. E que, por estar condicionada ao atendimento da assistência técnica para a elaboração do projeto produtivo, também se esbarra na necessidade de que seja firmado acordo de cooperação técnica do INCRA com outras entidades da administração pública federal, estadual ou municipal. No que se refere, em especial, à concessão das novas modalidades do Crédito Florestal, Recuperação Ambiental e Cacau, ainda é necessário possuir o CEFIR do lote ou do perímetro do projeto de assentamento e ter comprovação de regularidade ambiental ou PRA aprovado pelo órgão competente. Aspectos entrelaçados pela “legalidade” da norma imposta que se esbarram nas contradições dos descaminhos da reforma agrária e dos sentidos da precarização da política de assentamentos rurais.

¹⁰⁸ O lançamento local do Crédito Cacau foi realizado no Assentamento Terra Vista (MST), em Arataca, no dia 13 de novembro de 2018, tendo sido assinados os primeiros 70 contratos (sendo que deste total, 42 contratos foram para atender as famílias do próprio assentamento, considerado uma referência na produção agroecológica de cacau e chocolate artesanal).

Um processo que não somente vem convergindo ações do governo federal, através do INCRA e da CEPLAC, mas também do governo estadual, principalmente através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), sendo legitimado pela reprodução do discurso de combate à pobreza rural e inclusão socioprodutiva da agricultura familiar no campo baiano.

Ainda no ano de 2011, o governo do estado da Bahia inaugurou, através da CAR, a Primeira Fábrica de Chocolate da Agricultura Familiar do Brasil no Litoral Sul da Bahia – Bahia Cacau. Em funcionamento pelo regime de cooperativa, no município de Ibicaraí, a sua gestão é realizada pela Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Almada e Adjacências (COOPFESBA), com sede no município de Coaraci, tendo a participação de 300 associados dos municípios de Ibicaraí, Coaraci, Buerarema, Itajuípe, Uruçuca e Floresta Azul. Dentre eles, trabalhadores assentados da reforma agrária, a exemplo de Osaná Crisóstomo, que além de ser assentado no PA Etelvado Barreto Pelé (MLT), no município de Ibicaraí, também é o presidente da Cooperativa.

Mas sem dúvida, um marco diferenciado das ações do governo do estado da Bahia no processo de integração dos assentamentos à cadeia produtiva do agronegócio do cacau e chocolate ocorreu através da ação Cacau para Sempre, executada pela CAR, em parceria com o Instituto Cabruca, ainda durante o governo de Jaques Wagner (PT), no ano de 2012. Uma ação executada no contexto do Programa Vida Melhor com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP) e do Programa Brasil Sem Miséria. Em linhas gerais, foram financiadas ações para a produção de cacau de qualidade, agroindustrialização e conservação do sistema cacau cabruca. Principalmente, considerando que foi através do Programa Viver Melhor – Ação Cacau para Sempre que foram implantadas as primeiras áreas de produção agroecológica desenvolvida pelo sistema cacau cabruca no Assentamento Terra Vista, em Arataca.

As ações mais recentes do governo estadual se situam no contexto do Programa Bahia Produtiva, que desde o ano de 2015, vem sendo executado pela CAR, a partir do Acordo de Empréstimo firmado entre o estado da Bahia e o Banco Mundial. Ações voltadas para o financiamento (sem reembolso) de subprojetos de inclusão socioprodutiva no campo baiano, com destaque para a produção do cacau e chocolate da agricultura familiar em terras sul baianas. Ação governamental na qual em grande medida estão inseridas as experiências produtivas do

cacau de qualidade e chocolate artesanal associadas aos assentamentos de reforma agrária aqui descritas.¹⁰⁹.

No contexto do Programa Bahia Produtiva, também assume destaque as ações do Instituto Biofábrica do Cacau (organização social vinculada à SDR)¹¹⁰ de reprodução em larga escala e distribuição de mudas de cacauzeiros selecionados pela CEPLAC e de alta produtividade, assim como de frutíferas e essências florestais. Contexto no qual vem sendo executado o Programa de Desenvolvimento Socioeconômico da Mata Atlântica (PRODESEMA), através do convênio firmado entre a CAR, SDR e a Teia dos Povos¹¹¹, em parceria com o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica (CIMA), Instituto Biofábrica de Cacau e o Instituto Ecobahia, tendo como proposta a recuperação e implantação de 400 mil hectares de cacau no Sistema Cabruca e de Sistema pelos Agroflorestais (SAFs) na área de abrangência da “Região Cacaueira da Bahia” e nesse sentido, implantação de unidades produtivas de cacau agroecológico nos assentamentos rurais de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia.

No mesmo ano de 2015, foi firmado o convênio entre o INCRA e o governo da Bahia, por meio da SDR, com execução da CAR, para a constituição da Rede Agroindustrial da Reforma Agrária da Bahia (REAFRA)¹¹² que prevê a implantação de 170 agroindústrias em projetos de assentamentos nos 27 Territórios de Identidade da Bahia. Sentido no qual foi realizado o mapeamento da capacidade produtiva dos assentamentos baianos, com destaque para a cadeia produtiva da fruticultura e de forma específica, da cacauicultura nos assentamentos do Litoral Sul da Bahia.

¹⁰⁹ No ano de 2017, foi realizada a seleção de subprojetos orientados para o mercado da cadeia produtiva da fruticultura, com financiamento de uma linha específica para a cadeia do cacau e chocolate no Sul da Bahia. No ano de 2018, foram lançados quatro editais no âmbito do Bahia Produtiva, sendo as famílias assentadas consideradas “público-beneficiário” no Edital Alianças Produtivas Territoriais (R\$ 60 milhões), voltado ao apoio às associações e cooperativas da agricultura familiar com incentivo a relação destas com o setor privado; e no Edital Qualificação de Agroindústrias (R\$ 20 milhões), voltado à recuperação das agroindústrias da agricultura familiar e economia solidária que estão com dificuldade de funcionamento. Os outros dois Editais foram voltados para as Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas, com investimento de R\$ 9 milhões cada, totalizando R\$ 18 milhões.

¹¹⁰ O Instituto Biofábrica do Cacau é uma organização social que foi criada, no ano de 1999, no âmbito da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado da Bahia (SEAGRI). No ano de 2003, foi transferido para a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), passando a ser assim estabelecida uma relação de maior proximidade junto às organizações, movimentos sociais e famílias assentadas.

¹¹¹ A Teia dos Povos foi criada a partir da organização da I Jornada de Agroecologia da Bahia, no ano de 2012, e se apresenta como uma importante articulação em rede dos povos do campo, das águas e das florestas, em luta pela defesa da terra e território, soberania alimentar, agroecologia e educação do campo no Sul da Bahia. Nesse sentido, adota como principais estratégias de luta – ou “práticas agroecológicas”, assim como define a própria Teia – a realização das jornadas de agroecologia da Bahia, mutirões com plantio de sementes crioulas e sistemas agroflorestais, trocas de sementes e cursos de formação continuada sobre agroecologia.

¹¹² Outras cadeias inseridas na REAFRA são: do leite, da mandioca, do mel, de doces e compotas, de avicultura e do dendê.

No ano de 2016, houve a aprovação de 50 projetos a serem executados pela empresa ERPO Planejamento e Consultoria Agropecuária Ltda, a exemplo da Unidade de Processamento Simplificada de Frutas para produção de Polpas (USSPPolpas) no Assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia, vinculado ao Movimento CETA. Contudo, nenhum projeto havia sido ainda executado até o período de realização do trabalho de campo.

No ano de 2018, ocorreu a implantação das primeiras fábricas-escolas de chocolate no TI Litoral Sul da Bahia: a Fábrica-Escola do Chocolate Deize Silva Santana, no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Nelson Schaun, em Ilhéus; e a Fábrica-Escola de Chocolate, no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) da Floresta e Chocolate Milton Santos, localizado no Assentamento Terra Vista, em Arataca, com a oferta de cursos técnicos de nível médio direcionados ao manejo do cacau e produção do chocolate.

Por fim, assumiu destaque no período de realização da pesquisa a criação do Plano Operacional para o Cacau e Chocolate da Bahia 2018-2022 que foi lançado pelo governo do estado da Bahia, em parceria com a CEPLAC e o Banco do Nordeste, com a meta de elevar, em cinco anos, a produção do cacau baiano para 240 mil toneladas/ano, além de consolidar a produção de chocolates finos, com certificação de origem no sul da Bahia por meio da instalação de 20 agroindústrias. Um plano de ação estratégica do agronegócio do cacau e chocolate – diretamente associado ao *lobby* da Associação da Indústria Processadora de Cacau (AIPC), Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (ABICAB) e World Cocoa Foundation (WCF – Fundação Mundial para o Cacau) – que, segundo a declaração do secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues, na cerimônia de lançamento na sede regional da CEPLAC, no dia 8 de novembro de 2018, também visa promover “a inclusão social dos assentados, indígenas, quilombolas e agricultores familiares com foco na sustentabilidade e desenvolvimento regional no Litoral Sul da Bahia”¹¹³.

É importante destacar ainda as intervenções territoriais que vêm sendo realizadas por empresas mundiais junto aos produtores e trabalhadores no campo sul baiano. Intervenções territoriais que vem sendo legitimadas pelo discurso do desenvolvimento e sustentabilidade, com repercussões na dimensão da formação da juventude e produção de cacau e chocolate da reforma agrária e agricultura familiar (e de certo modo, nas áreas dos assentamentos rurais). Um processo de territorialização que se realiza ao mesmo tempo que avança o processo de

¹¹³ Entre os anos de 2016 e 2017, foi registrada a produção de 88.809,950 toneladas de amêndoas produzidas no total de 68.918 estabelecimentos agropecuários no estado da Bahia (IBGE,2017)

fechamento das escolas do campo e de precarização da política de assentamentos rurais no Brasil.

A partir do ano de 2012, por exemplo, a Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS) passou a atuar no Sul da Bahia, através do Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável com aulas modulares realizadas no distrito de Serra Grande, no município de Uruçuca. O ESCAS é uma iniciativa educacional do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas que foi criado em 2008, com apoio da Natura e hoje, na Bahia, conta com parceria do Instituto Arapyauá, Fundação Cargill, Veracel e Fibria.

Destacam-se, também, os cursos gratuitos com ofertas de bolsas que vem sendo oferecidos pelo Sistema S, com destaque para os cursos de capacitação de pequenos produtores do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) na área de empreendedorismo rural. De forma mais específica do PROSENAR CACAU (qualidade) a partir da parceria FAEB/SENAR. Como também, do Programa VIVER MELHOR RURAL que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com o governo do estado da Bahia, com ações de formação e fomento à produção das amêndoas de cacau na Bahia. Assim como as ações de fomento da Fundação Cargill e da Olam, uma das maiores *traders* de alimentos do mundo, que vem fortalecendo suas aquisições de cacau e ações junto ao segmento da agricultura familiar em terras sul baianas.

No ano de 2018, foi criado o curso superior de Tecnologia em Produção de Cacau e Chocolate na Faculdade Madre Thaís, com campus localizado no município de Ilhéus, tendo sido celebrado um convênio com a *Barry Callebaut*, líder mundial no processamento do cacau e produção de chocolate, cuja unidade está sediada no Distrito Industrial de Ilhéus. Além da concessão de 20% de desconto na mensalidade para os “produtores colaboradores”, também serão realizados estágios do curso nos laboratórios e setores administrativos da empresa. Produtores colaboradores que em parte integram a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Sul da Bahia (COOFASULBA), com sede no município de Ilhéus, com a participação cooperada de trabalhadores assentados da reforma agrária, a exemplo de Seu Elenildo Coutinho, do Assentamento Ressurreição e de Seu Eliomar Nascimento, do Assentamento Bom Gosto, ambos localizados no município de Ilhéus¹¹⁴.

¹¹⁴ Como já foi visto, Ilhéus é o município que se destaca pela maior quantidade de assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia: são 13 assentamentos, com 424 famílias assentadas e 5.663,64 hectares (o que, respectivamente, equivalem a 18,57 % do total de assentamentos, 18,08 % do total de famílias e 14,43 % do total de “áreas reformadas”).

Define-se, assim, um processo de reestruturação produtiva da cacauicultura que se realiza na cooperação e no conflito de diferentes projetos territoriais: seja pela defesa do sistema de produção cacau cabruca ou do cacau a pleno sol; seja pela defesa do manejo do cacau convencional, cacau orgânico ou cacau agroecológico. Diferentes projetos territoriais que são explicitados pelos discursos e práticas cotidianas dos sujeitos sociais e que tornam evidentes as relações desiguais de poder historicamente instituídas no território.

Nesse sentido, é importante considerar que se por um lado a integração produtiva dos assentamentos converge para o atendimento da demanda de melhoria das condições de trabalho e produção das famílias assentadas – uma demanda que, historicamente, é pautada pelas organizações e movimentos sociais da luta pela terra, tendo sido também definida como ação estratégica de desenvolvimento no âmbito do Colegiado Territorial do Litoral Sul da Bahia – e também, cria possibilidades para a mudança da base produtiva da cacauicultura com a afirmação política das unidades de produção familiares sustentadas nas concepções e nas práticas agroecológicas; por outro lado, contudo, esse processo tem como desdobramento a valorização capitalista dos assentamentos rurais enquanto espaços relacionais na totalidade social.

Um processo de produção e valorização do espaço que pela ação seletiva do capital que tende a acentuar hierarquias espaciais entre os assentamentos de reforma agrária e diferenciações sociais entre as famílias assentadas, intensificando assim, a fragmentação política da luta pela reforma agrária. Ainda mais no contexto do avanço das ações de descentralização e precarização da política de assentamentos rurais. Principalmente, do avanço da titulação dos assentamentos. O que pode também, a médio e longo prazo, traduzir-se em ações de violência e expropriação das famílias assentadas. Ou, como define Oliveira (2016, 127), em processos de “territorialização dos monopólios” que se realiza pelo controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Processos monopolistas do capital no Litoral Sul da Bahia, tendo como síntese a dialética da sujeição e resistência dos sujeitos em luta nos territórios em disputa.

Em julho de 2018, ocorreu o lançamento da Estrada do Chocolate, considerada a primeira estrada temática da Costa do Cacau, no Litoral Sul da Bahia. Um projeto turístico do governo do estado da Bahia que também está associado ao agronegócio do cacau e chocolate e foi concebido como possibilidade de ampliação e diversificação da reestruturação produtiva regional.

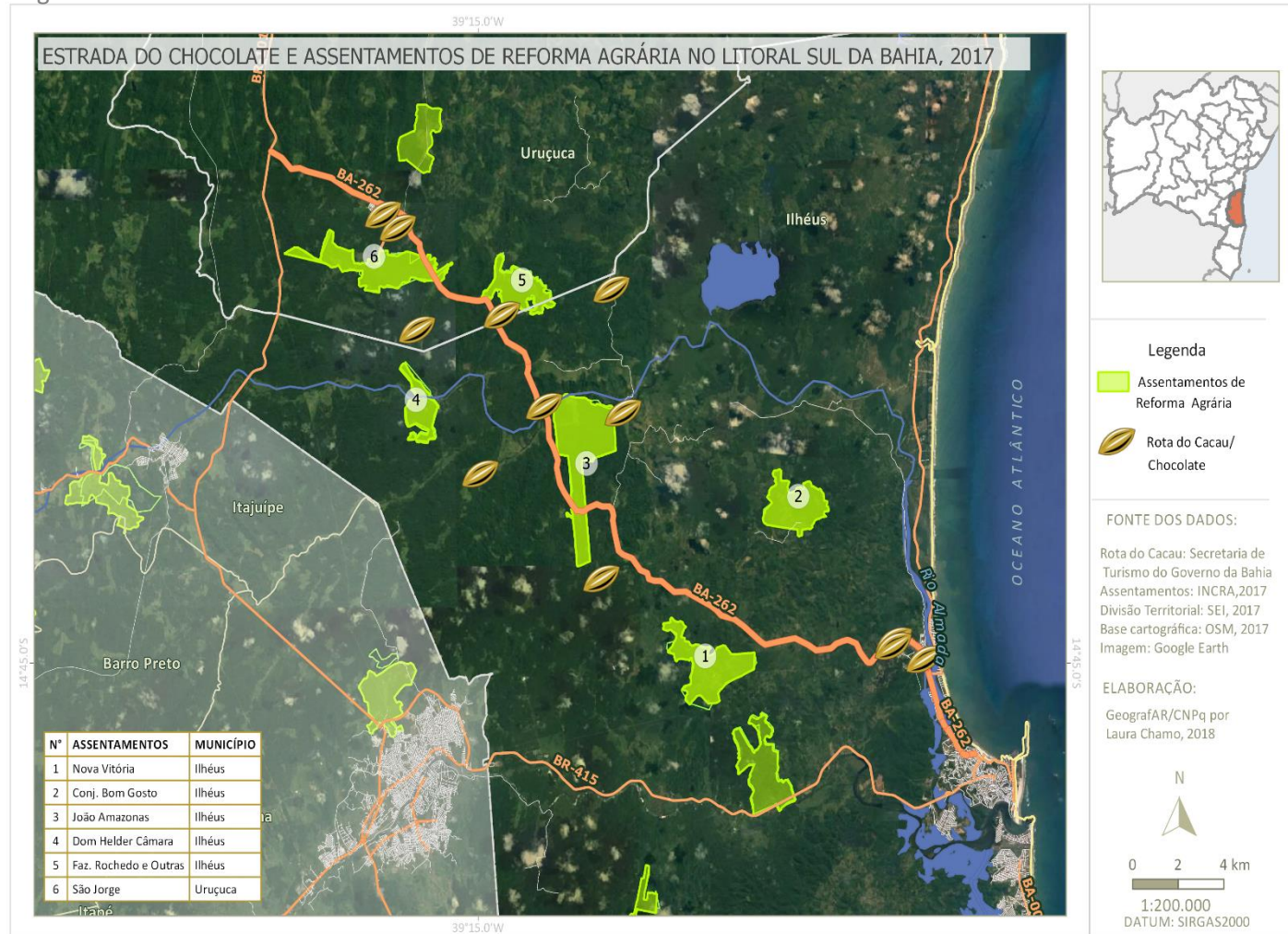
Percorrendo a BA 262, rodovia estadual que liga o município de Ilhéus a BR 101, a Estrada do Chocolate corta a zona tradicional do cacau, às margens do Rio Almada, onde estão localizadas fazendas históricas que remontam ao início do século XX, a exemplo da Fazenda Provisão que pertenceu ao Coronel Domingos Adami de Sá. Como também, fazendas que hoje são referências na produção do cacau fino e do chocolate *gourmet*, a exemplo da Fazenda Riachuelo com a produção do chocolate Mendoá. Uma espacialidade pela qual também passarão os trilhos da FIOF no sentido do Porto Sul e da ZPE de Ilhéus, como será analisado adiante.

No roteiro temático, foram definidos pontos turísticos ligados ao circuito espacial da produção do cacau e chocolate. Assim, foi definido como marco inicial o Distrito Industrial de Ilhéus onde estão localizadas fábricas de chocolate, a exemplo da Chocolate Caseiro Ilhéus, e as “três gigantes” processadoras de cacau (*Cargill, Adm Cocoa e a Barry Callebout*). O marco final foi definido pelo Instituto Biofábrica do Cacau, localizado no município de Uruçuca, conjuntamente com o Instituto Federal Baiano.

Inicialmente, cerca de 20 fazendas, na estrada principal e em vicinais, estarão abertas a visitação dos turistas. A ideia é que o circuito cresça e englobe até 50 fazendas. No entanto, um aspecto merece ser destacado: a invisibilidade política que foi atribuída aos assentamentos de reforma agrária que também estão localizados no roteiro da Estrada do Chocolate. Ainda que a localização dos assentamentos tenha sido veiculada à divulgação oficial do Estado, sendo reproduzido o discurso da geração de trabalho e renda para a agricultura familiar como um argumento para sua legitimação, constatou-se, na prática, que os assentamentos foram literalmente “varridos do mapa” como se assim não existissem. Uma forma de representação que expressa uma consciência espacial de negação da territorialização da luta pela reforma agrária com um elemento que não só marca a paisagem, como também se insere na dinâmica do espaço produzido enquanto concretude das contradições historicamente estabelecidas no espaço regional.

Contudo, fizemos a opção metodológica de também os identificar na representação da Estrada do Chocolate, como elementos da paisagem e do espaço produzido no seu acúmulo desigual de tempos, como apresenta a Figura 32. São eles: Nova Vitória, Conjunto Bom Gosto, João Amazonas, Dom Helder Câmara e Faz. Rochedo e outras, todos localizados no município de Ilhéus; e São Jorge, localizado no município de Uruçuca. Os assentamentos João Amazonas e São Jorge, são, inclusive, cortados pela BA 262.

Figura 32



Apesar do processo da reestruturação produtiva da cacauicultura está associado ao tempo-espço da “modernidade com sustentabilidade”, também foram identificadas práticas de exploração dos trabalhadores do cacau em condições análogas à escravidão durante a realização da pesquisa. Mais um elemento constitutivo do espaço produzido que reafirma a da questão agrária brasileira, em suas mudanças e permanências, como considera Germani (2009).

Foram identificadas três inspeções do Ministério Público do Trabalho do Estado da Bahia (MPT-BA): fazendas Renascer e Diana, ambas localizadas no município de Uruçuca; e fazenda Eldorado, no município de Una. Uma realidade que também é invisibilizada pelo Estado, principalmente considerando que a Fazenda Renascer é um dos pontos turísticos da Estrada do Chocolate. A Fazenda Renascer está localizada no distrito de Castelo Novo, município de Uruçuca, e pertence ao Grupo Chaves Agrícola e Pastoril Ltda. Em maio de 2015, uma inspeção do MPT-BA resgatou 120 trabalhadores que eram mantidos em condições degradantes de moradia e trabalho, e com irregularidades trabalhistas¹¹⁵

Em junho de 2017, quatro trabalhadores que também viviam em condições de trabalho análogo à de escravo foram resgatados pelo MPT-BA na Fazenda Eldorado, localizada no distrito Vila Brasil, no município de Una. Em setembro de 2017, numa ação conjunta da Gerência Regional do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Política Rodoviária Federal, foram resgatados nove trabalhadores que viviam em condições degradantes, além de não possuírem seus direitos trabalhistas assegurados, na fazenda Diana, também localizada no município de Uruçuca. Uma ação que tipificou a reincidência de trabalho análogo à escravidão do Chaves Agrícola e Pastoril Ltda.

5.2.3 Monocultivo do eucalipto e mineração

O monocultivo do eucalipto também se configura como uma frente do capital no contexto da reestruturação produtiva do Litoral Sul da Bahia. Uma frente que avança em suas dinâmicas e contradições socioambientais não somente no que se refere às ações de grilagem de terras, expropriação, violência e conflitos, mas também de desmatamento do bioma da Mata Atlântica, compactação dos solos, poluição dos rios e morte das nascentes, tendo como síntese a formação dos chamados “desertos verdes”. Uma ameaça à natureza e a sociedade que não se limita as áreas de plantio direto do eucalipto em terras sul baianas, mas está diretamente

¹¹⁵ O Grupo Chaves Agrícola e Pastoril Ltda é especializado no cultivo de café e cacau, além de estar ligado a atividades na construção civil. Destaca-se também que, no ano de 1993, a Fazenda Renascer foi cenário da novela Renascer exibida pela TV Globo.

associada à cadeia produtiva da indústria de papel e celulose na Bahia. Ou melhor, ao tempo-espaço da “sociedade e economia do agronegócio no Brasil” (HEREIDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Principalmente, da empresa Veracel Celulose S/A¹¹⁶. que tem sua sede industrial instalada no município de Eunápolis com um terminal marítimo no município de Belmonte, e é proprietária de fazendas de eucaliptos distribuídas em dez municípios baianos: Eunápolis, Canavieiras, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (na região do Extremo Sul da Bahia – hoje, denominada Território de Identidade Costa do Descobrimento – à exceção dos municípios de Canavieiras e Mascote que estão localizados no TI Litoral Sul da Bahia) como apresenta a Figura 33. Além da integração de produtores da região através do Programa Produtores Florestais (PPF), criado em 2003, através do qual a Veracel desenvolve ações de fomento da produção de eucalipto, desde o plantio até a colheita, além de garantir a compra de 97% da madeira produzida¹¹⁷.

Um processo de territorialização que se realiza na Bahia, desde meados dos anos 1990 – de forma associada à crise da monocultura do café, que se iniciou no final dos anos 1980 e se aprofundou nos anos 1990 –, tendo se particularizado a partir do ano de 2003, no governo Lula, com o aporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa Nacional das Florestas (PNF). Como também, durante a gestão do governador Jacques Wagner (PT), na Bahia, a partir de 2009, no qual, apesar das ações de resistência e enfrentamento das organizações e movimentos populares, foi concedido mais cem mil hectares de terras para o cultivo do eucalipto, como descreveu em entrevista Valderli Casais, historiador e agente da CPT Sul e Sudoeste.

O governo de Wagner que deu a liberação do avanço do eucalipto. Liberou cento e tantos mil hectares pro plantio de eucalipto, com audiência e tudo, mas favorável à Veracel, que assim conseguiu a licença de várias áreas em Canavieiras, Mascote, nessa região (informação verbal)¹¹⁸.

¹¹⁶ A Veracel Celulose é uma empresa de propriedade da sueco-filandesa Stora Enso e da empresa brasileira Fibria, antiga Anacruz Celulose que se instalou no município de Eunápolis, no ano de 1991, como uma empresa subsidiária da Odebrecht.

¹¹⁷ Por iniciativa dos produtores florestais vinculados ao PPF, em 2006, foi criada a Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia (ASPEX).

¹¹⁸ Entrevista realizada na sede regional da CPT, em Itabuna, no dia 13 de abril de 2018. Sobre a expansão do monocultivo do eucalipto na Bahia, em suas contradições e conflitos ver ANDRADE (2016).

Figura 33.



Um processo de territorialização que além do licenciamento e financiamento público, também é alicerçado na grilagem de terras públicas e espoliação de posses camponesas como, há mais de uma década, vem sendo denunciado pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT). No ano de 2008, cerca de 85 famílias ocuparam a Fazenda São Caetano, com uma área de 1.333 hectares, localizada no município de Eunápolis. Uma área de terras devolutas do estado da Bahia que que foi ilegalmente apropriada pela Veracel Celulose para o monocultivo do eucalipto. Desde então, foi constituída a comunidade da Baixa Verde – hoje, Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Baixa Verde (ASCOMBAVE), como representa a Figura 34 – que reivindica a regularização fundiária por interesse social mediante criação do Projeto de Assentamento Estadual e com titulação coletiva do imóvel em nome da ASCOMBAVE. Uma situação de violência e conflito entre o MLT, a Veracel Celulose, e o estado da Bahia que permanece até os dias atuais¹¹⁹.

Figura 34 Acampamento Baixa Verde, Eunápolis -Bahia



Fonte: MLT -BA (Disponível em <http://mlt-extremosul.blogspot.com>. Acesso em 05.fev. 2018)

Assim como diversas outras comunidades – a exemplo do Acampamento 2 de Julho, também localizado no município de Eunápolis, que é vinculado à Federação dos Agricultores na Agricultura Familiar da Bahia (FETRAF-BA). Uma comunidade que está em situação de conflito com a Veracel Celulose no Sul da Bahia e que reivindica ao Estado que seja feita a ação discriminatória – ação “Perícia Já!”, como denominam – das terras públicas ocupadas e requeridas ao poder judiciário pela Veracel Celulose, como representa a Figura 35.

¹¹⁹ No transcurso do processo, a FETAG-BA também passou a reivindicar o direito de posse à área da Comunidade Baixa Verde sendo assim estabelecida uma conflitualidade interna entre as organizações e movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

Figura 35- Acampamento 2 de Julho, Eunápolis - Bahia.



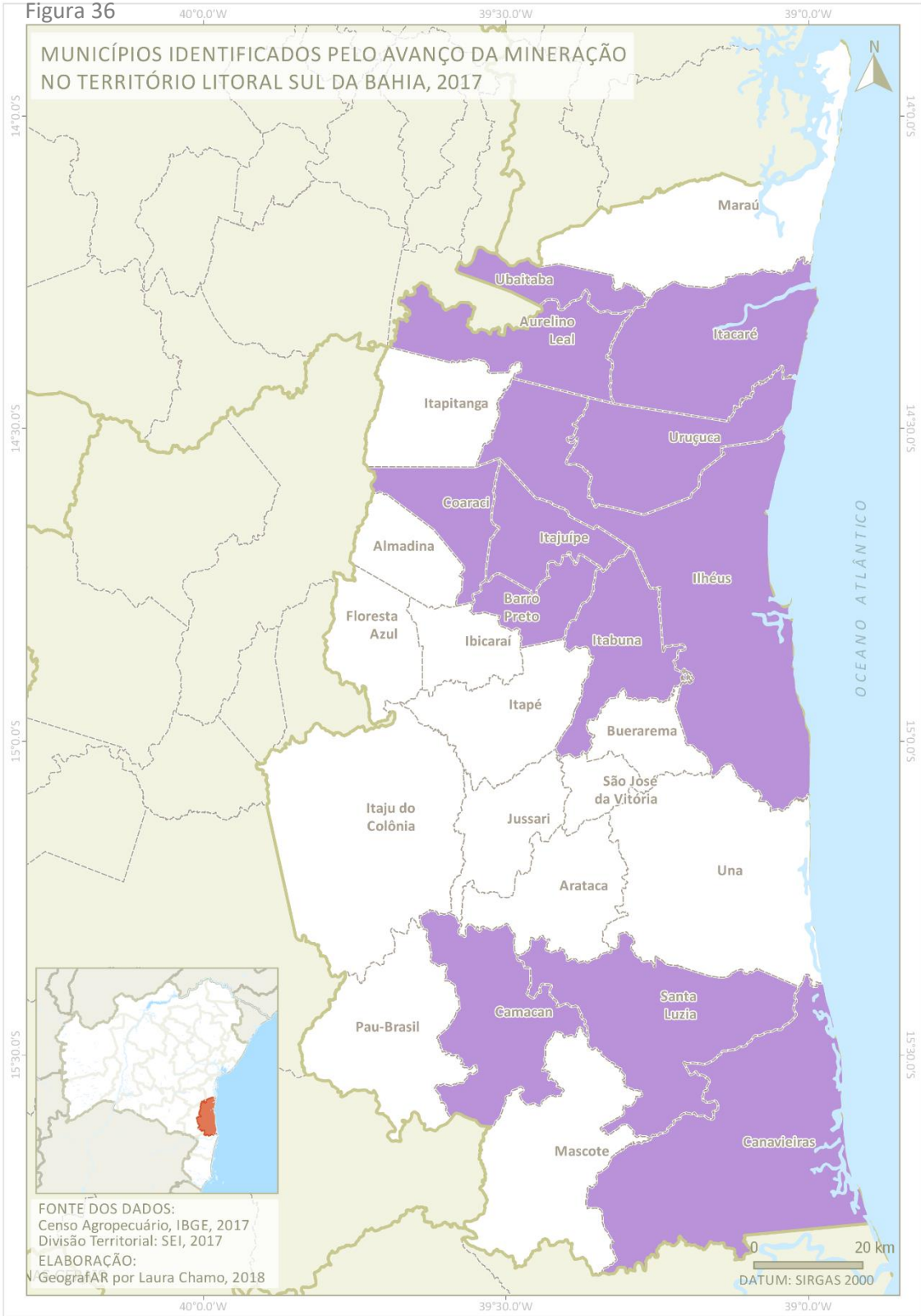
Fonte: MLT -BA (Disponível em <http://mlt-extremosul.blogspot.com>. Acesso em 05.fev. 2018)

Processos monopolistas do capital no campo, como define Oliveira (1999 e 2016), através dos quais o Estado reafirma o seu monopólio da violência e suas definições de legalidade para instrumentalizar a acumulação via espoliação (HARVEY, 2005). Os usos e abusos do território pelo monocultivo do eucalipto no Sul da Bahia são realizados de forma indissociada ao avanço da mineração na Bahia, com o forte *lobby* das papeleiras e mineradoras junto ao governo estadual. Enquanto a ação das papeleiras está condicionada, antes de tudo, pela concessão da licença de uso e ocupação do solo, no caso das mineradoras se define pela realização estudos aerogeofísicos e mapeamentos geológicos no subsolo.

Estudos aerogeofísicos e mapeamentos geológicos que são realizados pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) com grande aporte financeiro do governo estadual. Os estudos realizados indicam que o subsolo baiano possui o maior potencial em termos de novas minas a serem exploradas no Brasil. Com destaque para a Mina Ferro no município de Caetité, no sudoeste da Bahia, a partir da qual foi estabelecida a meta de transformação do estado da Bahia no terceiro maior produtor de minério de ferro do Brasil (atrás apenas de Carajás, no Pará e do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais)¹²⁰.

Como representa a Figura 36, foi possível identificar o avanço de duas frentes da mineração no TI Litoral Sul da Bahia durante a realização da pesquisa. Uma frente mais ao norte, diretamente associada ao complexo FIOLE-Porto Sul que abrange o traçado da FIOLE entre os municípios de Ubaitaba, Aurelino Leal e Ilhéus; e a área de influência do Porto Sul definida

¹²⁰ Atualmente, a Bahia ocupa a quinta posição no *ranking* brasileiro da produção mineral



entre os municípios de Ilhéus, Itabuna, Uruçuca (influência direta), Itacaré, Itajuípe, Coaraci, e Barro Preto (influência indireta). Área que também demarca a espacialização do Rio de Contas, Rio Almada e Rio Cachoeira. Uma frente mais ao sul, abrangendo os municípios de Canavieiras, Santa Luzia e Camacan, associada à ocorrência histórica de depósitos aluviais diamantíferos às margens fluviais do Rio Pardo. O município de Santa Luzia – que foi desmembrado de Canavieiras, no ano de 1985 – foi o maior polo de exploração de diamantes do sul da Bahia. Hoje, é um polo turístico pelo mosaico paisagístico formado por cachoeiras, rios, lagoas, cavernas, formações rochosas e mirantes locais (tendo como principais pontos turísticos o Parque Ecoturístico do Lapão, a Trilha dos Diamantes e o Sítio Histórico de Jacarandá, às margens do Rio Pardo). “A gente ouve dizer que no Lapão em Santa Luzia tem um mar de diamantes enterrado. Que tá tudo mapeado já”, assim como descreveu Gilsélia Pereira Santos, trabalhadora da Ocupação Guanabara, em Camacan e integrante da coordenação regional do Movimento CETA no Sul da Bahia ¹²¹.

Em meio a garimpos desativados, os depósitos diamantíferos localizados no município de Santa Luzia, assim como os municípios de Canavieiras e Camacan, vem sendo objeto de exploração de forma descontínua, a exemplo dos cristais de diamantes recuperados dos cascalhos diamantíferos do rio Salobro na área adjacente ao povoado de Betânia. Tem-se, também, a presença de mineradoras atuando principalmente na extração de água mineral, argila, pedra e areia.

Como foi analisando no Capítulo 3, foi na porção mais ao sul do TI Litoral Sul que se territorializou a luta dos posseiros, a partir da expansão da cacauicultura, em meados da década de 1980. Contexto no qual foram conquistados os primeiros projetos de assentamentos em áreas de reforma agrária na região, a exemplo do Puxim-Sarampo (Canavieiras, 1986); Guanabara (Una, 1987); Fazenda Poço (Santa Luzia, 1987); Fazenda Cajueiro (Una, 1987); e Fazenda Fortaleza (Una, 1987). Como também, em meados da década de 1990, foi realizada a primeira ocupação dos trabalhadores rurais sem terra na região, na fazenda Bela Vista (Arataca, 1993), que foi transformada no assentamento Terra Vista (Arataca, 1995).

Sendo por isso uma área de atuação histórica do CEAS e do CPT, das pastorais sociais, do sindicalismo rural e dos movimentos sociais, como também de concentração de assentamentos rurais de reforma agrária, dentre os quais foram identificadas ações de mineradoras nos assentamentos Terra de Santa Cruz e Terra Boa Coary, ambos localizados no município de Santa Luzia; e no assentamento Entre Rios, localizado no município de Camacan.

¹²¹ Entrevista realizada no Encontro de Mulheres da Teia dos Povos, no Assentamento Terra Vista, em Arataca, no dia 9 de março de 2018.

Ações que ainda não são definidoras de conflitos concretos nos assentamentos, mas que sinalizam a existência de interesses das mineradoras sobre esses espaços, como também considerou Valderli Casais da CPT Sul e Sudoeste da Bahia.

São famílias que podem perder a terra, mesmo as assentadas, pela questão da mineração que tá avançando muito. Estão na fase de identificação já no campo, porque primeiro foi aérea, agora no campo, então em alguns assentamentos. Entre Rios, a Terra Boa e Santa Cruz tem minérios, mas o pessoal ainda não tem muito conhecimento sobre isso. O único que discutiu a questão da mineração foi Entre Rios porque o pessoal foi lá, identificou, já queria tirar o minério e o pessoal não sabia o que o minério poderia causar e a gente teve lá, discutiu, e o pessoal não quer mais aceitar mineração lá porque sabe o que vai acontecer (informação verbal)¹²²

De forma mais específica, no assentamento Terra de Santa Cruz, vinculado ao Movimento CETA, que possui grande afloramento rochoso na Área de Preservação Permanente (APP) e foi recentemente visitado por uma empresa¹²³, como se pode observar nas Figura 37

Figura 37. Afloramento rochoso no Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia -Bahia, 2018



Fonte: Trabalho de campo, em 13 de agosto de 2018

Assim, na porção ao sul do TI Litoral Sul da Bahia define-se uma convergência do avanço das frentes do monocultivo do eucalipto (Mascote e Canavieiras) e da mineração (Canavieiras, Santa Luzia e Camacan). Uma realidade que repercute na produção e valorização capitalista do espaço, com conseqüente aquecimento do mercado fundiário. “Tem uma empresa

¹²² Entrevista realizada em Itabuna, no dia 13 de abril de 2018.

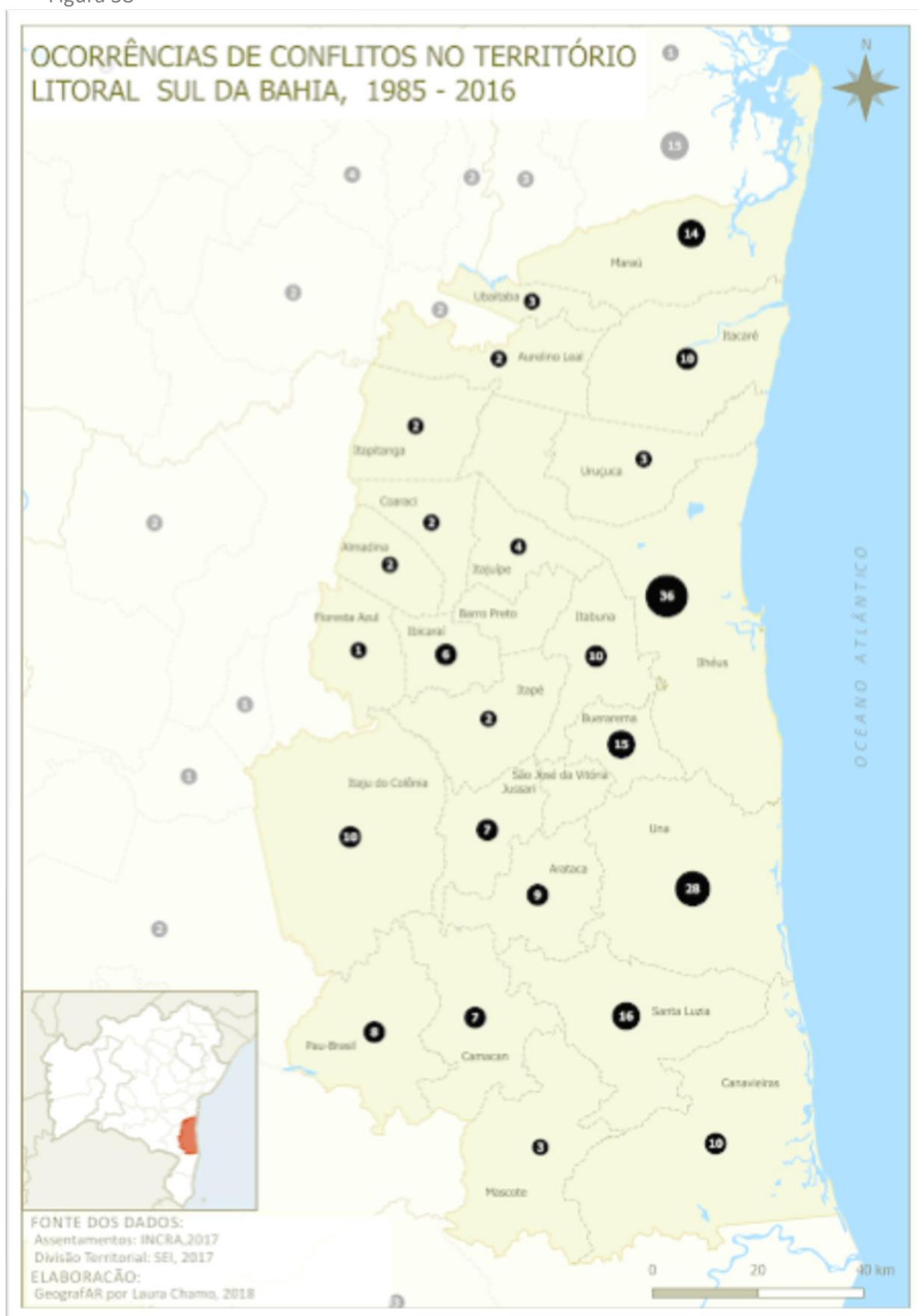
¹²³ As famílias assentadas não souberam informar o nome da mineradora.

de fora querendo comprar 30 mil hectares de terras aqui em Santa Luzia. Com escritório e tudo, querendo comprar de tudo, pequeno e grande”. Assim foi relatado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, Seu Derisvaldo Ramos (que também é trabalhador assentado no PA Terra de Santa Cruz, no mesmo município). Uma realidade que se complexifica diante do prenúncio da titulação dos assentamentos como meta prioritária do INRA, desde o ano de 2017, considerando a motivação das prefeituras pela compensação financeira da exploração mineral e o princípio da precedência na mineração que é assegurado em lei pelo Estado¹²⁴.

De acordo com os dados da CPT, no período de 1985 a 2016, foi identificada a ocorrência de 1.301 conflitos fundiários no campo baiano. Destes, 193 conflitos (equivalente 14,83% do total) ocorreram na realidade dos municípios que integram o TI Litoral Sul da Bahia, como apresenta a Figura 38

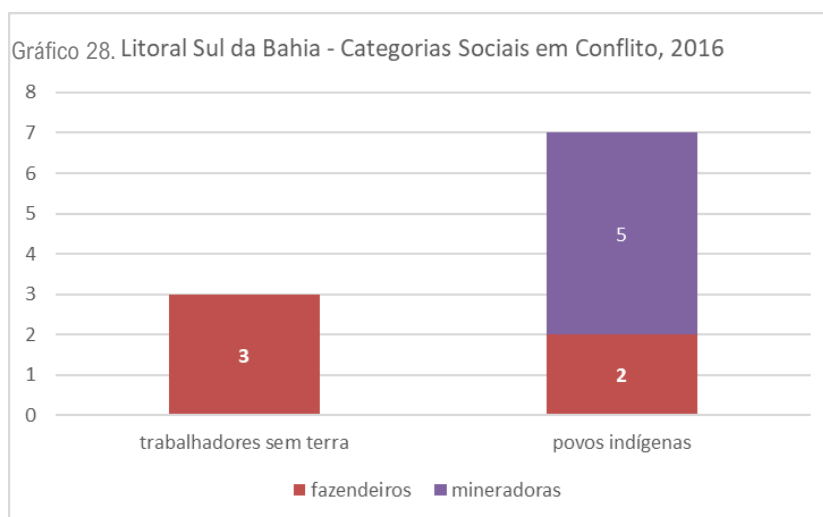
¹²⁴ Informação obtida na Reunião do Microfórum Terra, Trabalho e Cidadania, realizada no Assentamentos Terra de Santa Cruz, no dia 23 de março de 2018.

Figura 38



Como é possível identificar, a maior parte dos conflitos ocorreram mais na porção leste do espaço regional, onde predomina o sistema de produção cacau-cabruca e as áreas remanescentes do bioma da Mata Atlântica. Com destaque para os municípios de Ilhéus (36 conflitos), Una (28 conflitos), Santa Luzia (16 conflitos), Buerarema (15 conflitos) e Marau (14 conflitos). Conflitos pelas “terras do cacau” que, historicamente, envolveram as categorias dos posseiros, trabalhadores assalariados e fazendeiros, como também foi visto no Capítulo 3.

Contudo, ao analisarmos de forma mais específica os últimos dados do ano de 2016, foi possível constatar a definição de uma nova dinâmica territorial na conflitualidade estabelecida. No ano de 2016, ocorreram 102 conflitos por terra com 13.343 famílias envolvidas no estado da Bahia. Destes, 10 conflitos com aproximadamente 278 famílias¹²⁵, ocorreram no TI Litoral Sul da Bahia, assim distribuídos: três conflitos envolvendo trabalhadores rurais sem terra e sete conflitos envolvendo povos indígenas. No entanto, ao analisarmos a situações nas quais ocorreram os conflitos, percebemos que todos os conflitos que envolveram os trabalhadores rurais sem terra ocorreram em áreas em litígio com fazendeiros. No entanto, os conflitos que envolveram os povos indígenas ocorreram em sua maioria em áreas indígenas já reconhecidas ou demarcadas, sendo que destes, apenas dois conflitos ocorreram com fazendeiros, e cinco conflitos ocorreram com empresas mineradoras na Gráfico 28 e Tabela 11.



Fonte: CPT (2016). Elaborado pela autora

¹²⁵ Nem todos os conflitos identificados tiveram a quantidade de famílias envolvidas informada pela fonte pesquisada.

Tabela 11. Ocorrências de Conflitos por Terra no Litoral Sul da Bahia, 2016

Município	Conflito	Ocorrência	Famílias Envolvidas	Tipo de Posse/ Propriedade	Situação Jurídica	Categoria que sofreu Ação	Categoria que Causou Ação
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	20/06/2016	não informado	Área indígena	Litígio	Indígenas	Fazendeiro
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	26/11/2016	130	Área indígena	Litígio	Indígenas	Fazendeiro
Mascote/ Camacan	Fazenda Guanabara	13/12/2016	50	Particular	Litígio	Sem Terra	Fazendeiro
Oliveira	Aldeia Guarani Taba Atã/Areal Bela Vista Ltda	15/06/2016	não informado	Área indígena	Em fase de Reconhecimento	Indígenas	Mineradora
Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	12/01/2016	não informado	Área indígena	Demarcada	Indígenas	Mineradora
Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	06/04/2016	não informado	Área indígena	Demarcada	Indígenas	Mineradora
Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	07/04/2016	30	Área indígena	Demarcada	Indígenas	Mineradora
Santa Luzia	Fazenda Conjunto Vitória	23/12/2016	45	Particular	Litígio	Sem Terra	Fazendeiro
Ilhéus	Aldeia Tucum/T. I. Tupinambá de Oliveira/Mineradora Guanabara	10/04/2016	não informado	Área indígena	Em fase de Reconhecimento	Indígenas	Mineradora
Pau Brasil	Fazenda Favorita	31/07/2016	23	Particular	Litígio	Sem Terra	Fazendeiro

Fonte: CPT (2016). Elaborado pela autora

Esses dados evidenciam um direcionamento da conflitualidade nos territórios e territorialidades já constituídas a partir do avanço das novas frentes do capital no campo. No caso do povo indígena tupinambá em questão, das empresas mineradoras Areal Bela Vista Ltda e Mineradora Guanabara. Uma realidade que também adquire concretude para os assentamentos atingidos pela construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e do Porto Sul, na zona norte do município de Ilhéus, como veremos a seguir.

5.2.3 Complexo logístico da FIOL-Porto Sul

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) é um projeto do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e numa escala mais ampla, da Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) que, desde o ano de 2010, vem sendo executado pela empresa Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S. A¹²⁶. Com a extensão de 1.527 km (sendo 1.100 km no estado da Bahia), a FIOL vai interligar a cidade de Figueirópolis, no Tocantins, às cidades baianas de Barreiras e Caetité, seguindo a cidade de Ilhéus, como se observa na Figura 39

Figura 39. Ferrovia de Integração Oeste-Leste



Fonte: VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (2015). Adaptado pela autora.

Na Bahia, a FIOL está dividida nos trechos FIOL 1 (Ilhéus-Caetité) e FIOL 2 (Caetité-Barreiras) que juntos perfazem um total de oito lotes de obras em implantação. No Sul da Bahia, as obras da FIOL estão sendo realizadas no Lote 1, entre os municípios de Barra do Rocha e Ilhéus, com uma distância correspondente de 120 km. Os sentidos do complexo

¹²⁶ A Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública de construção e exploração de infraestrutura ferroviária. Sob a forma de sociedade por ações, é vinculada ao Ministério dos Transportes, nos termos previstos na Lei nº 11.772/2008.

logístico só podem ser compreendidos a partir do nexos estabelecido entre a extração e o beneficiamento do minério de ferro pela empresa Bahia Mineração S/A (BAMIM) – hoje, pertencente à *Eurasian Natural Resource Corporation* (ENRC) – na Mina Pedra de Ferro, em Caetité, no Sudoeste baiano, e a produção de grãos no Oeste baiano, assim como na região do Matopiba, considerando que na cidade de Figueirópolis, no Tocantins, a FIOLE se interliga com a Ferrovia de Integração Norte Sul (FINS). Minérios e grãos que serão transportados pela FIOLE e exportados pelo Porto Sul, a ser construído na zona norte do município de Ilhéus¹²⁷.

Sentidos que justificam todo o empenho do estado da Bahia no ordenamento territorial desse processo, assim como na busca pela sua legitimação no imaginário social através da reprodução do discurso de que “O Desenvolvimento da Bahia caminha nos trilhos da Ferrovia de Integração Oeste-Leste” (Figura 40).

Figura 40. *Outdoor* da FIOLE às margens da BR 101, 2016



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

Assim como o projeto do Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul que, desde 2008, vem sendo anunciado como “Um Novo Horizonte para uma Nova Bahia” (Figura 41). Um projeto que foi concebido pelo governo estadual na tentativa de reverter o processo de

¹²⁷ Quando foi criada, no ano de 2008, a Bahia Mineração S/A (BAMIM) constituía-se numa parceria entre o grupo cazaquistânês *Eurasian Natural Resource Corporation* (ENRC) e o grupo indiano *Zamin Ferrous*. No ano de 2010, a ENRC comprou a participação dos investidores indianos e tornou-se a única acionista da BAMIM, com sede em Londres. No ano de 2013, os ativos da ENRC foram incorporados pela *holding Eurasian Resources Group* (ERG), com sede em Luxemburgo.

A licença de operação da Mina Pedra de Ferro foi concedida pelo estado da Bahia no ano 2014. Os estudos iniciais apontam um potencial produtivo de 500 milhões de toneladas de minérios de ferro (podendo chegar a produzir 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano). A Mina Pedra de Ferro está operando com capacidade reduzida até a conclusão das obras do Porto Sul.

concentração da economia baiana na Região Metropolitana de Salvador (RMS) a partir da criação de novos arranjos produtivos induzidos por investimentos público-privados em infraestrutura, logística e tecnologia. De forma particular, no contexto da crise cacaueteira e reestruturação produtiva do Litoral Sul da Bahia, no qual a mineração também passou a ser afirmada como uma narrativa de desenvolvimento regional.

Figura 41. Porto Sul na Bahia



Fonte: Ascom SEPLAN, 2018

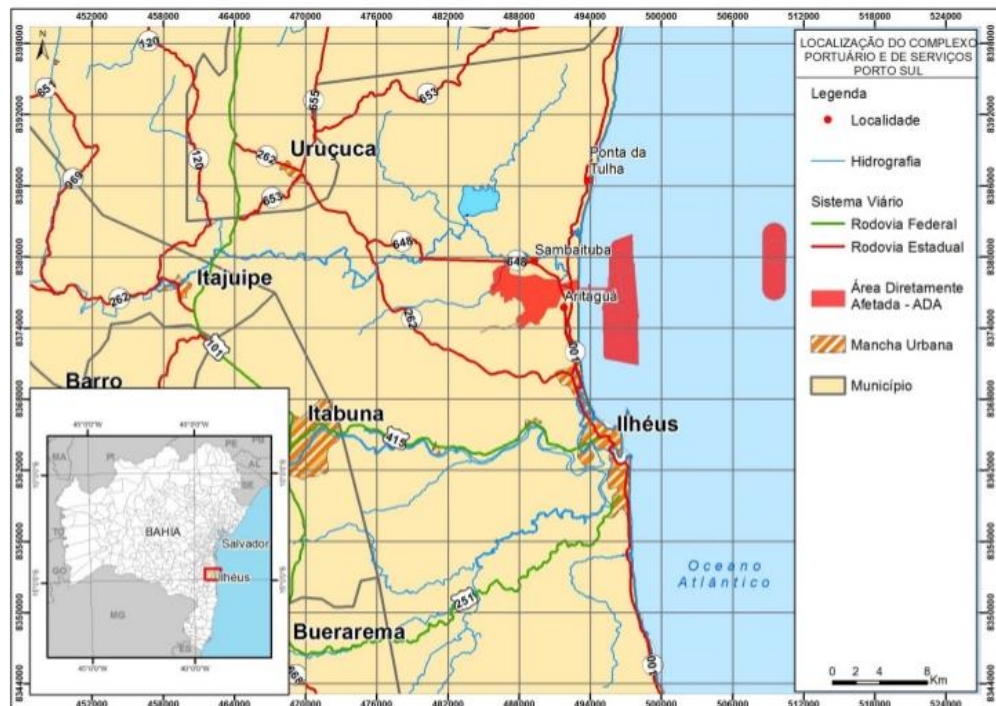
O Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul está projetado para ser construído como um porto em mar aberto na zona norte do município de Ilhéus, entre as localidades de Sambaituba e Aritaguá, como representa a Figura 42. O projeto engloba a construção do Terminal Portuário Público com terminais para armazenamento e movimentação de cargas diversas e do Terminal de Uso Privativo da BAMIM (que assim, portanto, também vem a ser a sua maior beneficiária).

No ano de 2011, o IBAMA concedeu a licença prévia e o estado da Bahia declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 4.833 hectares do município de Ilhéus (Decreto Lei nº 12.724/11). No ano de 2014, foi concedida a licença para a instalação, mas as obras ainda não foram iniciadas por falta de recursos. Assim como as obras da FIOLE, desde o final do ano de 2016, estão paralisadas ou com efetivo reduzido em todos os seus lotes.

A China é o principal mercado de exportação do minério de ferro extraído na Mina Pedra de Ferro, no município baiano de Caetité. Nesse sentido, em dezembro de 2017, cinco empresas chinesas visitaram a Mina Pedra de Ferro e firmaram um termo de compromisso com

o estado da Bahia e a BAMIM para a retomada das obras da FIOLE e início das obras do Porto Sul, a partir do ano de 2019.

Figura 42. Área de localização do Porto Sul em Ilhéus-Bahia

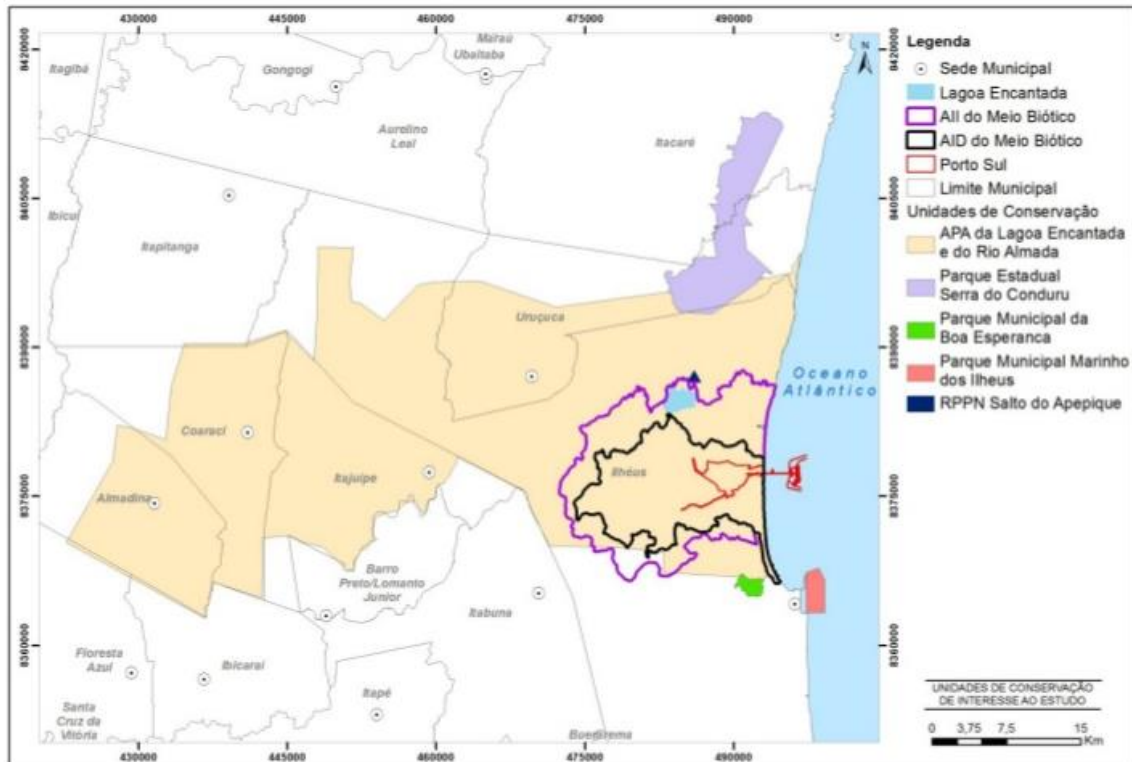


Fonte: Hydros/Orienta (2011)

Os processos de licenciamento e implantação da FIOLE e do Porto Sul – que tem no arcabouço jurídico da “utilidade pública” toda a base de sustentação legal para as intervenções do Estado – vem sendo marcados por contestações do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE), assim como das organizações e movimentos populares. Ações contestatórias que não só perpassam pelos riscos e impactos sobre a conservação da natureza e a preservação da vida humana, mas também pelo descumprimento de condicionantes legais por parte das empresas Valec e Bamim, assim como do próprio Estado.

Em que pese a expectativa por parte da sociedade – e até mesmo da população atingida – pela geração de emprego e renda alardeada pelo discurso governamental, a imposição da narrativa desenvolvimentista da mineração contradiz à memória e a identidade regional abrigada na conservação produtiva do bioma da Mata Atlântica e de toda sua biodiversidade. Ainda mais, considerando que a poligonal do Porto Sul – ou seja, a área diretamente afetada – está totalmente inserida na APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada, além de outras unidades de conservação que integram o Corredor Central da Mata Atlântica e estão localizadas na sua área de influência, como representa na Figura 43

Figura 43. Unidades de Conservação Presentes no Entorno do Porto Sul



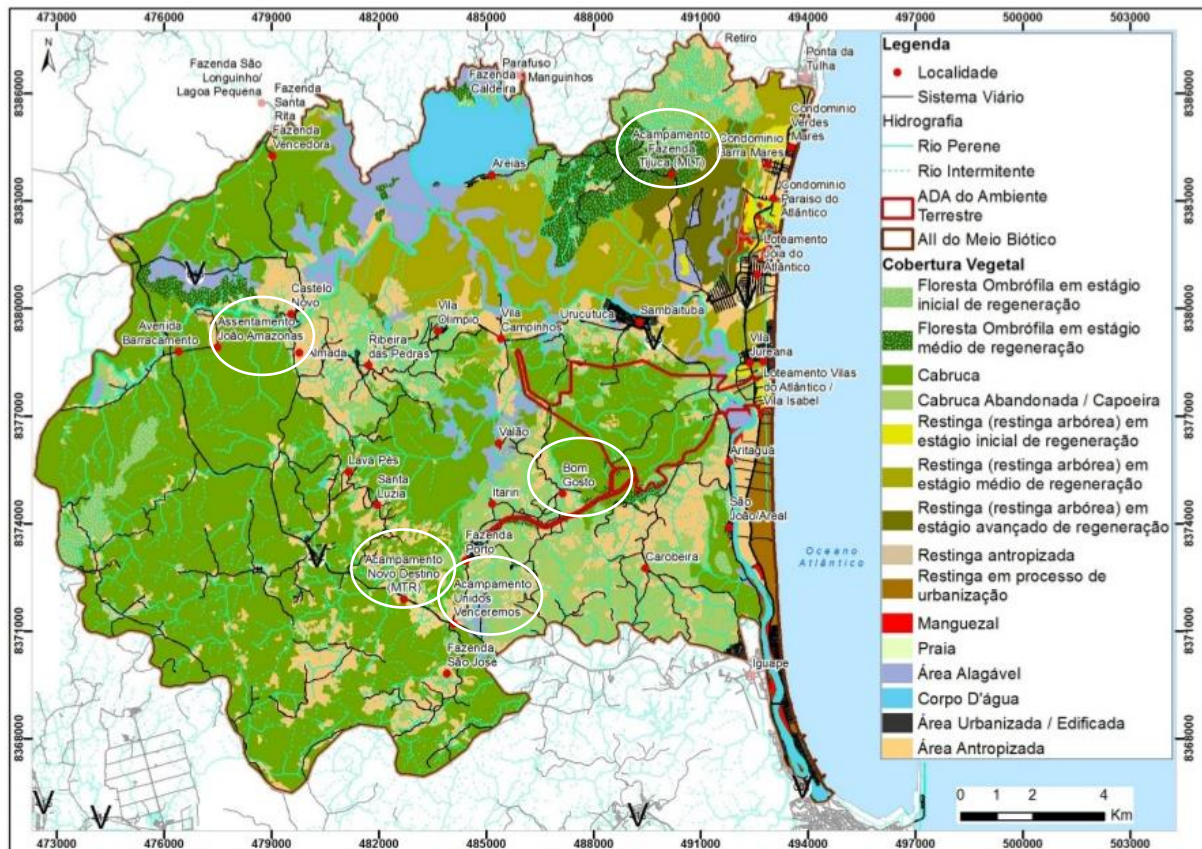
Fonte: Hydros/Orienta (2011).

Na área de influência do Porto Sul também estão localizadas diversas comunidades camponesas que se reproduzem através da prática da mariscagem, pesca artesanal e agricultura familiar na qual o sistema de produção cacau cabruca é predominante como forma de uso e ocupação do solo. Comunidades que em sua grande maioria são associadas da Cooperativa da Agricultura Familiar do Sul da Bahia (COOFASULBA) e, semanalmente, abastecem a Feira do Malhado, no município de Ilhéus, com a produção de mariscos, pescados, hortaliças, verduras e frutas¹²⁸.

Dentre estas comunidades, destacamos os assentamentos Bom Gosto e João Amazonas, ambos articulados ao MLT, e os acampamentos Unidos Venceremos (FTL), Novo Destino (MTR) e Fazenda Tijuca (MLT), todos localizados no município de Ilhéus, como representa a Figura 44. Além destas, também estão localizadas na área de influência do Porto Sul as comunidades indígenas Tupinambás de Olivença, localizadas no município de Ilhéus, e as comunidades quilombolas Água Vermelha, Fojo, João Rodrigues, Porto do Oitizeiro, Santo Amaro, Serra de Água e Porto de Trás, localizadas no município de Itacaré.

¹²⁸ De acordo com o EIA-RIMA Porto Sul (2011), a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento é representada pelos municípios de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca. A Área de Influência Indireta (AII), pelos municípios de Itacaré, Coaraci, Itajuípe e Barro Preto. Todos esses municípios são integrantes do TI Litoral Sul da Bahia.

Figura 44: Fitofisionomias e cobertura vegetal na Área de Influência Direta do Porto Sul



Fonte: Hydros/Orienta (2011). Adaptado pela autora.

Dada a complexidade que se define pela escala e articulação de distintos modais de transportes e serviços, assim como de cargas a granel a serem transportadas e armazenadas (minério de ferro, clínquer, soja, etanol, fertilizantes e outros), os riscos e impactos da FIOLE e do Porto Sul sobre as comunidades a serem atingidas devem ser analisados partir de uma perspectiva mais ampla. Nesse sentido, considera-se que além do impacto da devastação em áreas de manguezais, restingas e remanescentes da Mata Atlântica – e de forma associada, ao sistema de produção cacau cabruca – o transporte do minério de ferro espalha o “pó de ferro”, um resíduo altamente tóxico à saúde humana e poluidor do ar, água e solo. Tem-se, também, o risco de esgotamento da disponibilidade de água potável pela redução do lençol freático e destruição nascentes em função do uso intensivo da água para a realização dos processos da mineração. Risco, aliás, que já foi manifestado pela crise hídrica que abateu os municípios sul baianos, entre os anos de 2015 e 2016, na qual cerca de 97% dos mananciais ficaram secos. Assim como o risco do assoreamento das praias e trechos de desembocadura dos rios, recuo da linha de maré e afastamento dos peixes pesqueiros pela instalação e funcionamento da unidade portuária.

Impactos e riscos que se definem para além do tempo de vida útil da Mina de Ferro, em Caetité, como também, dos espaços diretamente afetados pela implantação do complexo FIOL-Porto Sul, em Ilhéus. Pois, a logística a ser criada tende a induzir outras dinâmicas no espaço regional. Prevê-se, assim, a intensificação do tráfego nas rodovias BR 101, BR 415, BA 262 e BA 001, a construção de novos acessos rodoviários e ferroviários, do aeroporto internacional às margens da BR 415, da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) e do centro industrial. Como também, a construção do Aqueduto do Rio São Francisco, do Gasoduto Sudeste-Nordeste (GASENE) e do Mineroduto Minas-Bahia para o transporte do minério de ferro extraído pela empresa Sul Americana de Metas (SAM), através do projeto Vale do Rio Pardo, na região Norte de Minas. Dinâmicas que estarão associadas ao surgimento de novos fluxos migratórios, expansões urbanas e especulações imobiliárias, além de outros desdobramentos que não só repercutirão na paisagem, como nos espaços produzidos e nos territórios e territorialidades constituídas.

No que se refere aos descumprimentos de condicionantes legais por parte das empresas envolvidas e do próprio Estado, esses não somente se configuram pela transgressão da legislação ambiental brasileira, mas pelo alijamento das comunidades atingidas na realização dos estudos e relatórios de impactos ambientais, como pela forma arbitrária de condução das ações desapropriatórias e dos processos indenizatórios das mesmas, sendo denunciadas situações de legalização de grilagem de terras, regularização de minifúndios, espoliação de posses camponeses, violação do direito de livre circulação das comunidades atingidas.

Uma realidade de usos e abusos de território, permeada por impactos e conflitos, mas também por lutas e resistências. Um marco da luta e resistência popular ocorreu em outubro de 2011, quando na Vila Juerana, no município de Ilhéus, foi lançada a “Carta das Populações Atingidas pela BAMIM-FIOL-PORTOSUL”. Instrumento através do qual foi manifestado o repúdio ao modelo de mineração vigente no Brasil, como também foi denunciada a falta da participação popular nos processos de licenciamento e implantação da FIOL e do Porto Sul. Estiveram presentes comunidades das regiões de Bom Jesus da Lapa, Caetité, Norte de Minas Gerais e do Sul da Bahia.

Uma ação política que teve o importante apoio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Estado da Bahia (CETA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Articulação Popular São Francisco Vivo, Fórum de Luta por Terra Trabalho e Cidadania, Escola Familiar Agrícola Margarida Alves, Instituto Floresta Viva, Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável, Conselho Gestor do Parque

Estadual da Serra do Conduru, Comissão Pastoral do Meio Ambiente, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaí, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Real, Coletivo Urucum Unimontes, Coletivo de Comunicação Aqui Há Voz, Associação Quilombola de Lagoa do Peixe, Associação de Moradores de Vila Juerana, Associação Agrícola do Projeto de Assentamento Nova Jerusalém, Associação Ação Ilhéus, Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais do Valão, Associação de Moradores da Beira Rio e Represas e Serra Grande e o Blog do Gusmão.

Uma realidade que ficou evidente na reunião realizada pelo INCRA-BA com a empresa Valec, ainda no ano de 2013, para a definição das ações de desapropriação/reassentamento e das medidas mitigadoras/compensatórias dos impactos nas áreas dos assentamentos rurais atingidas pela FIOLE na Bahia. Estiveram presentes, à época, a vice-presidente do INCRA, Erika Borges, o superintendente regional do INCRA-BA, Luiz Gugé Fernandes e o superintendente da Valec, Herik Souza Lopes. Uma ação verticalizada do Estado com total alijamento das comunidades atingidas ou mesmo das entidades de apoio engajadas na luta pela defesa dos territórios frente à mineração, como se constata na Figura 45.

Figura 45 – Reunião Valec na Superintendência Regional do INCRA em Salvador-Bahia



Fonte: Ascom INCRA- BA, 2013.

No estado da Bahia, a passagem dos trilhos da FIOLE atingirá algumas áreas de assentamentos rurais localizadas no Território do Velho Chico e Litoral Sul da Bahia. No Velho Chico, 120 lotes dos assentamentos CSB e Reserva Oeste e a área coletiva do Extrativista São Francisco que ficam no município de Serra do Ramalho e em quatro lotes do assentamento Curral das Vargues, no município de Bom Jesus da Lapa. No TI Litoral Sul da Bahia, sete lotes

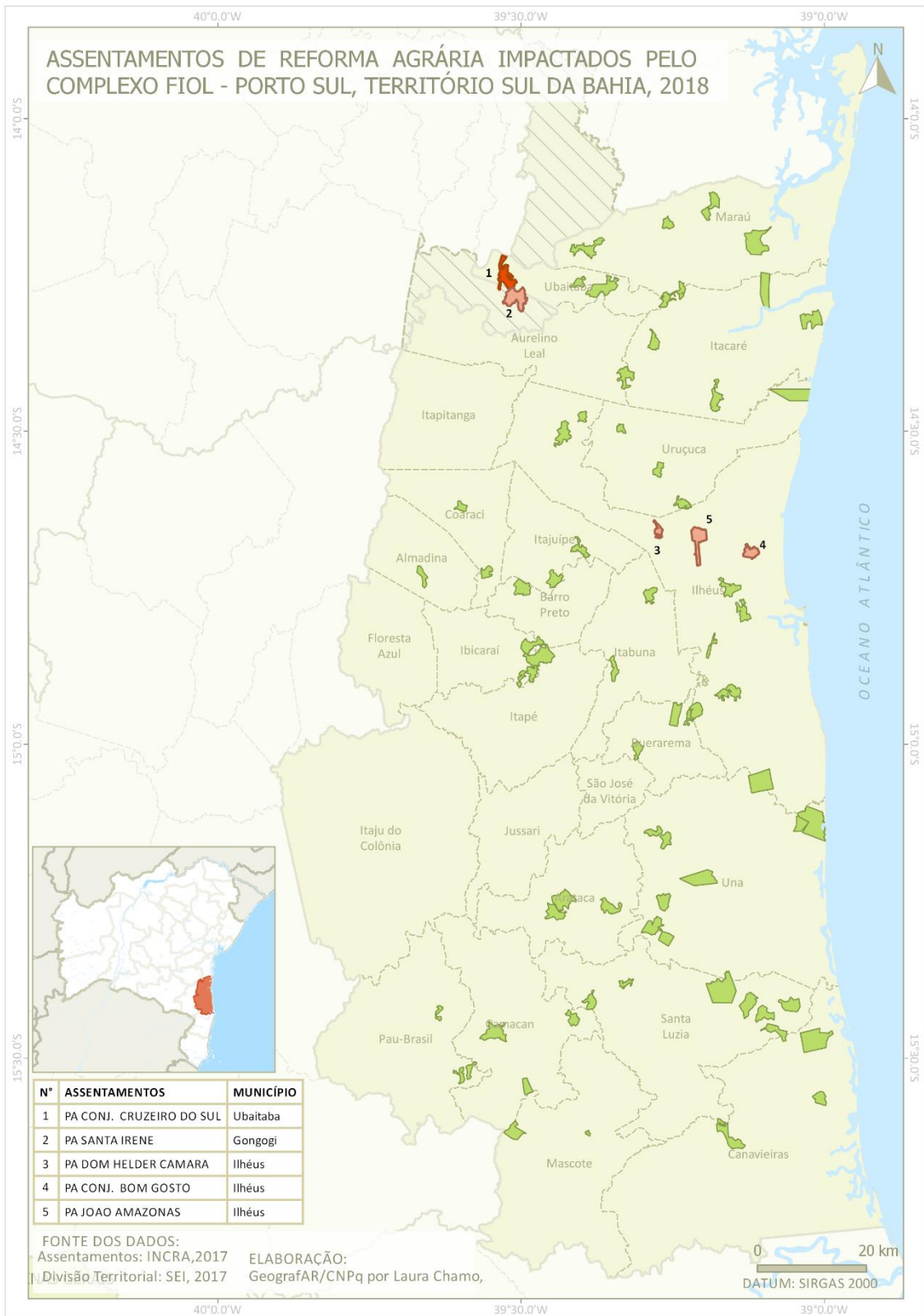
e a área coletiva do assentamento Cruzeiro do Sul, no município de Ubaitaba e dois lotes assentamento Dom Helder Câmara, no município de Ilhéus.

Como já foi dito, a construção do Porto Sul também atingirá as áreas dos assentamentos Bom Gosto e João Amazonas, ambos localizados no município de Ilhéus. No ano de 2014, o governo do estado da Bahia apresentou o Programa de Desapropriação e Reassentamento do Porto Sul que, logo na sua introdução, afirma de forma imperativa que a implantação do Porto Sul demandará a desocupação de áreas que estarão comprometidas com as instalações e operação do empreendimento. Um processo de desocupação que, em linhas gerais, será realizado por meio de desapropriação seguida de indenização dos grandes produtores e de reassentamento dos pequenos produtores no entorno do distrito de Aritaguá onde será sediada a construção do Porto Sul.

Nesse sentido, Antonino (2017) considera que a mineração chega como mais um elemento de perturbação e mesmo de desordem territorial vigente com a sobreposição de territórios-extrativos nos territórios-abrigos das populações do campo e das comunidades tradicionais com amputações e espoliações territoriais. Nesse caso, a mineração conjuntamente com o agronegócio que são, em essência, os setores demandantes do complexo logístico da FIO-Porto Sul que vem sendo implantado pelo Estado Reafirma-se, assim, a funcionalidade produtiva do Brasil na DIT pela exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Como também, a lógica da integração regional da América Latina à economia mundial pela desintegração local dos territórios e territorialidades dos povos e comunidades das florestas, do campo e das águas. Uma realidade histórica na qual o paradigma da questão agrária se reafirma enquanto teoria e método da análise geográfica.

Na Figura 46, estão representados os quatro assentamentos de reforma agrária atingidos pelo complexo logístico da FIO-Porto Sul no TI Litoral Sul da Bahia: Cruzeiro, localizado no município de Ubaitaba; Dom Helder Câmara, Bom Gosto e João Amazonas, localizados no município de Ilhéus. Também, o assentamento Santa Irene, localizado no município Gongogi, no Território Médio Rio de Contas (limítrofe ao município de Ubaitaba, no TI Litoral Sul da Bahia). Uma importante experiência de luta e resistência da reforma agrária frente a mineração no campo baiano.

Figura 46.



“A gente via eles beirando o serrão aí que é um lugar rico, até em minério. Aí quando foi um dia eles tavam entrando lá dentro, roçando o rumo todo e a gente avistou” (informação verbal). Foi assim que Seu Valdemiro Bispo dos Santos, à época presidente da associação, descreveu a chegada da empresa Valec no assentamento Santa Irene, no município de Gongogi. No projeto original, o traçado da FIOIOL estaria projetado para interceptar a área do assentamento, mas a luta e a resistência comunidade conseguiu impedir a concretização da ação projetada ¹²⁹.

Uma resistência que foi construída na organização da ação coletiva. As famílias se mantiveram unidas durante o processo de luta, como também buscaram apoio com as entidades parceiras para denunciarem os atos lesivos da empresa VALEC no assentamento. “Não só enfrentaram a empresa Valec como o próprio INCRA”, como informou verbalmente Valderli Cazais, agente da CPT Sul e Sudoeste da Bahia. Denúncias que não se limitaram ao município de Gongogi ou mesmo ao TI Médio Rio de Contas no qual o município está inserido. Mas ecoaram para Salvador e até mesmo para Brasília, através articulações político-partidárias historicamente construídas no transcurso da luta pela reforma agrária

Os discursos comumente reproduzidos da FIOIOL enquanto uma “obra do governo federal” que tem “ordem do juiz” e que por isso iria “passar de qualquer jeito” pela área do assentamento, como também de que “as famílias seriam beneficiadas com as indenizações” das áreas desapropriadas foram rechaçados pela comunidade. No limite do conflito estabelecido, as famílias ocuparam a entrada da área do assentamento, aglutinando idosos, mulheres e crianças no enfrentamento à empresa Valec.

A gente foi pro portão com biscó, criança, mulher...Ainda falaram que era ordem do juiz. Os policiais passavam de moto. E a gente lá no portão. Ai a gente falou não, isso aqui é nosso. Se o trator entrar a gente ateia fogo com tratorista e tudo se ele não sair (informação verbal)¹³⁰.

Esgotada a tentativa da coerção, a empresa Valec então agendou uma reunião com a comunidade. Contudo, antes, houve a tentativa de cooptação do presidente da associação para que o mesmo mediasse o processo de convencimento das famílias assentadas, confirmando que a FIOIOL era uma obra do governo do governo federal e que por isso a lei obrigava a sua execução no assentamento.

¹²⁹ Entrevista realizada no Assentamento Santa Irene, em Gongogi, no dia 20 de novembro de 2017. O Assentamento Santa Irene (CETA) foi criado no ano de 2003 e possui uma área total de 930,89 ha, com 87 famílias assentadas.

¹³⁰ Valdemiro Bispo dos Santos. Entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2017.

A reunião ocorreu na sede da prefeitura. Além da comunidade e dos representantes da Valec, estavam presentes o prefeito e alguns vereadores. Após a apresentação do projeto da FIOI, a comunidade questionou sobre a ilegalidade da passagem da Ferrovia pela área de reserva do assentamento Santa Irene, argumentando que a derrubada de espécies remanescentes do bioma da Mata Atlântica significaria o descumprimento da legislação ambiental brasileira, como também as normas estabelecidas no contrato de concessão de uso firmado pelas famílias com o Estado (sob a execução do INCRA e fiscalização do IBAMA).

Argumentaram que significaria também a destruição da vida de luta e trabalho das famílias assentadas. Questionamentos que não foram bem acolhidos pelos representantes da Valec, mas que expuseram contradições e tensionamentos existentes na condução do processo.

Eu levei um técnico do meio ambiente comigo da EBDA. E fiz só uma perguntinha a ele na frente de todo mundo: se eu meter um motosserra naquele jequitibá e derrubar o que acontece comigo? Aí ele respondeu: me desculpa Seu Valdomiro, mas eu te denuncio e você vai preso. Daí eu perguntei: e porque a ferrovia que passar pelo assentamento para acabar com os lote tudo? Aí eles cortaram a minha voz no microfone. Daí o povo levantou todo comigo. Até o prefeito levantou e disse pra mim que ele não tinha nada a ver com a ferrovia, que era coisa dos vereadores. Daí eu virei para o vereador safado e falei que eu tinha mais moral que ele. Que o povo tava comigo (informação verbal)¹³¹

Assim, a força da resistência manifestada na ação coletiva das famílias assentadas – e na “proteção da Santa Irene”, assim como considera a própria comunidade – conseguiu impedir a passagem dos trilhos da FIOI pelo assentamento Santa Irene, em Gongogi, sendo concretizada uma importante experiência de luta e resistência da reforma agrária frente ao avanço da mineração no campo baiano.

Diante do fato ocorrido, a empresa Valec redefiniu o traçado da FIOI em terras sul baianas. Fato que, no entanto, ocasionou a sua chegada ao assentamento Cruzeiro do Sul, no município de Ubaitaba. “Um dia chegou um pessoal dizendo que a ferrovia do governo federal ia cruzar o assentamento que o traçado já estava tudo medido, que ia passar em alguns lotes. Daí vieram e passaram” (informação verbal). Foi assim que o presidente da associação, Seu Silvano Santos Fagundes, descreveu a chegada da empresa Valec no assentamento Cruzeiro, localizado no município de Ubaitaba¹³².

¹³¹ Valdemiro Bispo dos Santos. Entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2017.

¹³² Entrevista realizada no Assentamento Conjunto Cruzeiro do Sul, em Ubaitaba, no dia 20 de novembro de 2017. O Assentamento Conjunto Cruzeiro do Sul (CETA) foi criado no ano de 2000 e possui uma área total de 909,88 ha, com 56 famílias assentadas.

A chegada da empresa Valec no assentamento Cruzeiro ocorreu no final de 2010, tendo sido utilizadas as estratégias de sempre para o convencimento da comunidade: que a FIOLE era um grande projeto de desenvolvimento com a geração de emprego e renda para a população local; que era uma obra do governo e que por isso deveria ser executada sem a resistência da comunidade; que os impactos da obra seriam compensados pelas indenizações pagas às famílias atingidas. Ainda foi assegurado que a vistoria e avaliação dos lotes a serem desapropriados seriam feitas pelo INCRA, em comum acordo com as famílias atingidas.

Entretanto, não foi essa a realidade que se concretizou no assentamento. As obras da FIOLE estão paralisadas desde o ano de 2012, já tendo sido atingidos diretamente os lotes de sete famílias e a área coletiva da associação. Os impactos sofridos pela comunidade não se limitaram ao momento da chegada da FIOLE, mas permanecem nos rastros da passagem (ainda que de forma inacabada). Impactos que também não se limitaram apenas aos lotes que foram diretamente atingidos, mas se ampliaram para toda a área do assentamento e hoje, se traduzem em ameaças às condições de permanência e sobrevivência das famílias assentadas.

Além da devastação pela derrubada de remanescentes da Mata Atlântica, “o traçado da FIOLE cortou o assentamento derrubando 770 pés de cacau. Cada pé de cacau dava de 15 a 16 quilos por ano, dependendo da copa do cacau”, assim como afirmou Seu José Bispo de Araújo, que também teve seu lote atingido pela FIOLE¹³³.

As explosões ocasionaram o impacto nas nascentes dos rios, gerando o problema da falta de abastecimento de água para toda a comunidade, como também descreveu Silvano Fagundes: “Tinha aqui duas cisternas muito boa que só vivia cheia e a gente pegava água para beber. Hoje a gente vê tudo seco. Daí bate um desespero sem água. A gente acha que as águas fugiram com as explosões” (informação verbal)¹³⁴.

A falta do abastecimento de água impactou diretamente a produção do assentamento. Não só do cacau, que já tinha sido impactada com a derrubada da mata cabruca, mas de alimentos que eram comercializados na feira livre do município de Ubaitaba como também nos mercados institucionais do PAA e PNAE. Algumas famílias não tiveram mais como garantir a entrega da produção e foram obrigadas a deixarem de participar dos editais.

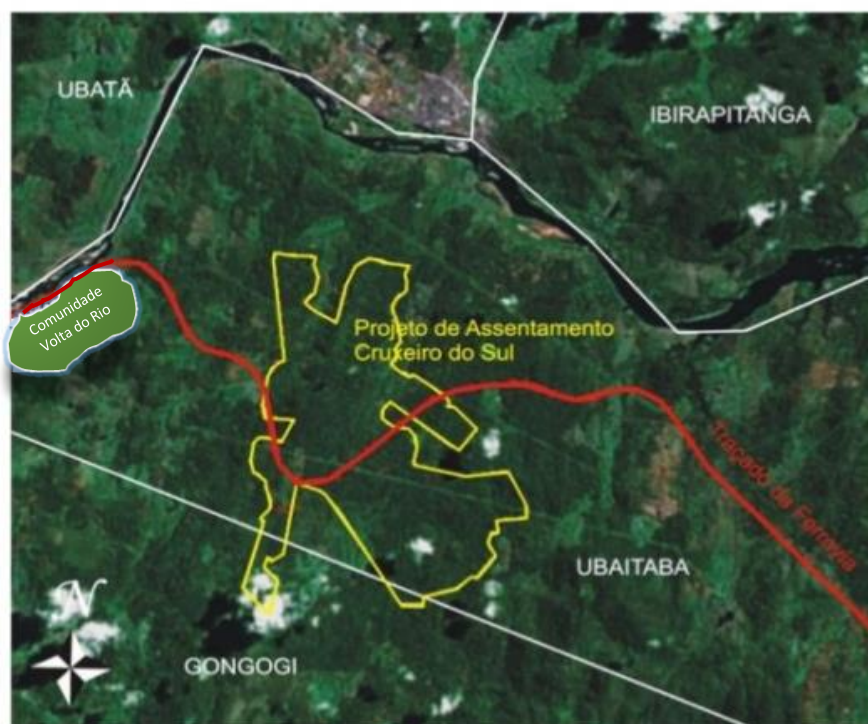
¹³³ Depoimento transcrito do documentário “Separados pelos Trilhos da FIOLE” que foi produzido pela equipe da CPT Sul Sudoeste, em dezembro 2016. Disponível em: <http://cptba.org.br/separados-pelos-trilhos-da-fiol> Acesso no dia 8 de dezembro de 2017.

¹³⁴ Entrevista realizada em Ubaitaba, no dia 20 de novembro de 2017.

Houve, também, a violação do direito da livre circulação das famílias assentadas, uma vez que o assentamento Cruzeiro do Sul foi literalmente “cortado” pela FIOLE, como se pode observar nas Figuras 47 e 48

Figura 47.

INTERCEPÇÃO DE PROJETO DE ASSENTAMENTO – CRUZEIRO DO SUL, MUNICÍPIO DE UBAITABA, BAHIA



Coordenadas UTM aproximadas: 443124E, 8423699S
 Fonte: Elaborado pela Equipe OIKOS, com base em imagens do *Google Earth* (2009).
 Adaptado pela autora.

Figura 48. Lote atingido pela FIOLE no Assentamento Cruzeiro do Sul, Ubatuba- Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, em 20 de novembro de 2017.

Na Figura 47 também está representada a comunidade Volta do Rio, localizada na Região do Vapor, a margem do Rio de Contas, no município de Ubaitaba. Uma comunidade de posseiros que também foi atingida pela passagem da FIOLE, tendo sido a atuação do Estado ainda mais perversa, uma vez que nem todas as treze famílias atingidas detinham a titulação das áreas historicamente ocupadas para garantirem o direito à indenização das áreas expropriadas.

Presume-se que a fragmentação territorial no assentamento Cruzeiro do Sul tende a ser ainda mais danosa para as famílias assentadas quando as obras da FIOLE forem concluídas. Isso porque os trilhos serão cercados e o acesso das famílias aos seus lotes ocorrerá através de um túnel a ser construído sob a estrada na qual serão assentados os trilhos (com 3 metros de altura por 3 metros de largura). Área em declive que provavelmente ficará alagada no período das chuvas regulares do clima tropical que caracteriza o espaço regional.

Diante do fato ocorrido, constatou-se que algumas famílias que antes garantiam a sobrevivência pelo trabalho na terra conquistada, hoje não conseguem mais. Estão sendo obrigadas a “venderem o dia” no campo ou cidade, até mesmo nos canteiros de obra da FIOLE, localizados nos municípios de Gongogi, Aurelino Leal, Ubaitaba e Itagibá

Antes eu vivia só do meu lote, nunca precisei sair para trabalhar fora em lugar nenhum. Conseguia uma renda de um salário, um salário e meio por mês produzindo cacau, banana, aipim, feijão [...] O cacau era vendido em Ubatã. Participava também do PAA e vendia coisa na feira. Hoje não consigo mais. Trabalho como mototáxi na cidade de Ubatã, mas não é todo dia não, dois ou três dias apenas. E final de semana (informação verbal)¹³⁵

É importante ressaltar que a comunidade reconhece que não houve a organização política que seria necessária para construção da luta e resistência à chegada da FIOLE no assentamento Cruzeiro do Sul. Não só na dimensão da organização interna das famílias assentadas, mas também no sentido de buscar o apoio junto ao Movimento CETA e demais entidades parceiras. Apoio que, de acordo com as informações obtidas durante o trabalho de campo, só foi buscado na situação de conflito estabelecida pela indenização das áreas desapropriadas.

A comunidade também reconhece que não tinha a noção da dimensão real dos impactos a serem causados pela passagem dos trilhos da FIOLE e que, principalmente, foi criada uma grande expectativa com as indenizações das áreas atingidas diante das condições atuais de precarização da política de assentamentos rurais. Aspecto que é hoje é reconhecido como tendo

¹³⁵ Silvano Fagundes. Entrevista realizada em Ubaitaba, no dia 20 de novembro de 2017.

sido determinante para que a comunidade não se posicionasse de forma contrária a FIOLE no momento de sua chegada ao assentamento. Contudo, a forma de condução das ações indenizatórias e os valores recebidos não corresponderam à expectativa criada pelas famílias atingidas, assim como os danos causados a toda a comunidade. “Questionamos sobre os valores, mas o INCRA disse que já tava de bom de tamanho para a gente ser beneficiado”, como afirmou Seu José Bispo.

Principalmente, considerando que a área cortada pela FIOLE no assentamento Cruzeiro do Sul correspondia a principal área de cultivo do cacau. Nesse sentido, é importante destacar que a derrubada de “770 pés de cacau que davam cada um de 15 a 16 quilos por ano”, como também afirmou Seu José Bispo, correspondeu a perda estimada da produção de 770 arrobas de cacau por ano. Uma produção que, considerando a cotação atual do preço da arroba de cacau de R\$ 130,00, equivaleria ao rendimento anual de R\$ 100.000,00 reais para as 55 famílias assentadas.

Até foi protocolada uma representação junto ao MPF em Ilhéus, no dia 18 de agosto de 2011, assinada pelo CEAS e pela Associação Pequenos Produtores do Vale do Rio de Contas Cruzeiro do Sul – que também faz menção à comunidade Volta do Rio – sendo denunciada a forma de condução das ações indenizatórias pela empresa Valec e pelo próprio INCRA, assim como os valores pagos às famílias atingidas.

Quando eles vinheram acertar a gente não tava de acordo com o valor, mas eles disseram que o valor era esse, que eles já estavam pagando a mais até. Que se a gente quisesse aceitar, aceitava. Se não, que eles ia passar de qualquer jeito. Aí ficou assim mesmo. Nós teve que aceitar da forma que veio de lá para cá. Foram seis assentados indenizados, comigo sete, mais a associação. Eu recebi quase 18 mil, a associação recebeu 40 mil (informação verbal)¹³⁶.

Diante do fato ocorrido, foi constatado o sentimento de arrependimento entre as famílias atingidas no assentamento Cruzeiro do Sul, e de incerteza em relação ao futuro diante dos impactos já sofridos e das ameaças que se anunciam com o avanço da mineração. Como também, o sentimento de insegurança pela abertura da estrada e a circulação de pessoas estranhas à comunidade na área do assentamento.

Como já foi dito, as obras da FIOLE no Litoral Sul da Bahia (Lote 1) estão paralisadas, desde o final de 2016. Mas pela projeção do traçado até o Porto Sul, o próximo assentamento atingido será o Dom Helder Câmara, localizado no município de Ilhéus ¹³⁷.

¹³⁶ Silvano Fagundes. Entrevista realizada em Ubaitaba, no dia 20 de novembro de 2017.

¹³⁷ O assentamento Dom Helder Câmara foi criado no ano de 2002 e possui uma área total de 241,07 ha, com 26 famílias assentadas. O assentamento era vinculado ao Polo de Unidade Camponesa (PUC), mas atualmente está

A comunidade vem buscando construir formas de resistência no território. Nesse sentido, já foram realizadas três assembleias com a empresa Valec na quais foram pautadas que a passagem dos trilhos da FIOL pelo assentamento Dom Helder Câmara não somente significaria a sua fragmentação territorial, mas também a ruptura da experiência agroecológica que vem sendo construída pela comunidade, como afirmou a Ialorixá Bernadete de Oxóssi, trabalhadora assentada e liderança da comunidade

O impacto vai ser muito grande somos uma comunidade agroecológica e a ferrovia vai atingir diretamente com trilhos cerca de dois quilômetros, mas o minério que passaram no trem atingirá como todo o assentamento e ai deixará de ser agroecológico e a produção deixar a de ser orgânica, porque atingira a flora e a fauna (informação verbal)¹³⁸

A comunidade também se posiciona de forma contrária às ações indenizatórias do Estado como medida de compensação às famílias atingidas, em tempo que defendem a realização de ações reparatórias para toda a comunidade, principalmente no que se refere às condições de infraestrutura e acessibilidade. De forma mais específica, a construção da unidade da Escola Luíza Mahin e do posto de saúde, e a revitalização da ponte e estradas de acesso ao assentamento.

Os assentamentos Bom Gosto e o João Amazonas, em Ilhéus, não estão localizados na área diretamente afetada pelo Porto Sul. O que não significa, necessariamente, que não venham a ser atingidos pela sua instalação e funcionamento. Afinal, como já foi explicitado, trata-se de um projeto complexo pela articulação de distintos modais de transportes e serviços, assim como pelo armazenamento de diversas cargas a granel. Ainda mais considerando que a logística a ser criada tende a induzir outros processos e dinâmicas territoriais. Em especial, no assentamento Bom Gosto está localizado no entorno imediato da área da poligonal do Porto Sul¹³⁹.

Nesse sentido, o assentamento Bom Gosto também sintetiza uma importante experiência da resistência da reforma agrária frente ao avanço da mineração no campo sul baiano. A área do assentamento estava inicialmente inserida dentro da poligonal do Porto Sul, uma situação que implicaria na desocupação da área e reassentamento das famílias. Mas a situação de conflito estabelecida a partir da organização política das famílias assentadas,

vinculado à Central Estadual de Associações das Comunidades Tradicionais, da Agricultura Familiar e Campesina do Estado da Bahia (CECAF-BA).

¹³⁸ Depoimento obtido no dia 27 de setembro de 2018.

¹³⁹ O assentamento Bom Gosto foi criado no ano de 1999 e possui uma área total de 431,30 ha, com 37 famílias assentadas. O assentamento João Amazonas foi criado no ano de 2004 e possui uma área total de 833,26 ha, com 63 famílias assentadas. Ambos os assentamentos tem articulação política com o MLT.

articuladas com outras comunidades atingidas, e com o importante apoio de entidades e movimentos sociais, pressionou o Estado a alterar o Decreto 12.724/2011, sendo a área da poligonal do Porto Sul reduzida de 4.833 para 1.860 hectares.

É importante destacar que a construção de formas de resistência e enfrentamento dos assentamentos rurais de reforma agrária frente ao complexo FIOLE-Porto Sul também está articulada com a Campanha Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração que foi lançada, no ano de 2013, a partir da tramitação do novo marco regulatório para o setor da mineração no Congresso Nacional (Projeto de Lei n.º 5807/2013).

Ainda que os impactos da mineração (e do agronegócio) venham a atingir o território em sua multidimensionalidade e multiescalaridade, foi constatado que, na escala do Litoral Sul da Bahia, as ações contestatórias ao complexo da FIOLE-Porto Sul vem articulando uma maior arregimentação popular a partir das contradições socioambientais estabelecidas. Principalmente, considerando que a obra infringe a legislação ambiental brasileira – ainda que de forma consentida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA) – pelos riscos e impactos às unidades de conservação e aos micro corredores ecológicos que integram o Corredor Central da Mata Atlântica Sul. Como também, aos mananciais de água doce, com destaque para as bacias do Rio de Contas e do Rio Almada. Ainda mais considerando a crise hídrica que se abateu o espaço regional, nos anos de 2015 e 2016, sendo decretado estado de calamidade quanto ao abastecimento de água na maioria dos municípios.

Contradições que se definem no contexto da crise ecológica mundial, mas que adquirem particularidades locais uma vez que a memória e a identidade regional, assim como o projeto territorial de desenvolvimento e sustentabilidade, estão alicerçadas na matriz discursiva da conservação produtiva do bioma da Mata Atlântica pela adoção do sistema cacau-cabruca. Matriz discursiva que, aliás, foi determinante para as recentes conquistas políticas da IG Cacau Sul Bahia e do Decreto Cabruca, no ano de 2018.

Outro importante aspecto a ser considerado foi a inserção do complexo FIOLE-Porto Sul no planejamento estratégico do estado da Bahia, como um “carro-chefe” do desenvolvimento durante os governos petistas. Um processo que foi iniciado no governo de Jaques Wagner (2006-2014), e se fortaleceu na gestão do atual governador Rui Costa (a partir de 2014). Nesse sentido, constatou-se que, em função da participação do PT e do PC do B na base aliada do governo, a crítica ao complexo FIOLE-Porto Sul é em certa medida contida na pauta política das organizações e movimentos sociais do campo que historicamente tem uma relação orgânica com esses partidos no Litoral Sul da Bahia. Uma situação que define conflitos

internos entre organizações e movimentos sociais, assim como entre lideranças e famílias assentadas, como foi identificado no Assentamento Bom Gosto, em Ilhéus, em que algumas lideranças do MLT (que também são militantes do PC do B) se posicionaram de forma favorável ao projeto do Porto Sul.

Uma influência político-partidária que se intensifica no contexto atual de precarização da política de assentamentos rurais, sendo imposta uma maior relação das famílias assentadas, das organizações e dos movimentos sociais com a secretaria estaduais e as prefeituras municipais. Principalmente, no que se refere ao acesso à recursos financeiros pela aprovação de projetos em editais públicos, assim como aquisição de equipamentos e melhorias de infraestrutura através de emendas parlamentares.

Uma posição crítica que também é silenciada no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial. Sejam através dos planos territoriais de desenvolvimento do TI Litoral Sul da Bahia (elaborados nos anos de 2010 e 2016), nos temas das oficinas e conferências territoriais, ou mesmo nas pautas do próprio Colegiado Territorial, como questiona Valderli Casais, agente da CPT Sul e Sudoeste.

Se discute desenvolvimento não sei como. Não se discute a questão da FIOL, Porto Sul, nem de mineração. Como é que você vai produzir se o minério vai acabar com tudo, contaminar a terra, contaminar a água e o ar[...] A produção das comunidades atingidas não será mais agroecológica (informação verbal)¹⁴⁰

É importante considerar que o amparo do Estado ao complexo FIOL - Porto Sul, também ocorre de forma indissociada ao avanço das frentes da mineração e do monocultivo do eucalipto. Processos de territorialização que não somente atingem os assentamentos rurais legalmente criados, mas também a luta pela reforma agrária no sentido mais amplo, uma vez que “utilidade pública” da terra para fins de desapropriação é concedida aos interesses da Bahia Mineração e da Veracel Celulose, em tempo que é negada aos sujeitos demandantes por terra para a realização do trabalho e reprodução da vida que, assim, ainda continuam a manter essa demanda na ordem do dia da sociedade brasileira.

Por fim, destaca-se que o discurso governamental da geração de emprego e renda numa região que está em crise há quase três décadas e que, nesse contexto, foi assolada pelo “desemprego massivo de mais 250 mil trabalhadores rurais” (CEPLAC, 2009) –que hoje, na sua maioria, sobrevivem em condições de pobreza ainda mais adversas nas periferias urbanas – tem um grande acolhimento na sociedade. Principalmente, para os trabalhadores que projetam a esperança da venda da força de trabalho para a garantia das condições mais imediatas de

¹⁴⁰ Entrevista realizada no dia 13 de abril de 2018.

reprodução social no processo de implantação e funcionamento da FIOL e do Porto Sul, e dos outros empreendimentos e serviços associados ao complexo intermodal.

Nesse contexto, vem assumindo uma grande importância as ações das Assembleias Populares da Mineração promovidas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e demais organizações e movimentos sociais envolvidos na Campanha Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração na Bahia. Como se organizar para enfrentar esse modelo mineral que não respeita o modo de vida dos pequenos agricultores? Quais as alternativas econômicas para a região tendo em vista que a promessa de emprego convence a população a apoiar os grandes projetos? Essas foram as questões que provocaram o debate sobre a soberania popular na mineração durante a Assembleia Popular da Mineração, realizada no dia 20 de outubro de 2017, no município de Ubatã, como representa a Figura 49.

Figura 49. Assembleia Popular da Mineração no município de Ubatã -Bahia



Fonte: Trabalho de campo, em 20 de outubro de 2017.

A Assembleia foi promovida pelo MAM, juntamente com a CPT e o Movimento CETA, sendo acolhida pela Paróquia de São Sebastião. Houve a participação de cerca de 200 pessoas, entre assentados, posseiros, pequenos produtores, trabalhadores rurais e urbanos, agentes pastorais, militantes, pesquisadores, professores e estudantes dos municípios baianos de Ubatã, Ubaitaba, Ibirapitanga e Gongogi.

Além da discussão sobre as contradições do atual modelo de mineração no Brasil, também foram denunciadas as situações de conflito das comunidades atingidas pelo complexo FIOL-Porto Sul. Como forma de organização para o enfrentamento do modelo mineral foi apontada a necessidade da ampliação do debate sobre a soberania e mineração na sociedade. Como uma alternativa econômica à mineração foi defendida a produção agroecológica de alimentos como uma garantia de moradia e trabalho no campo e de uma alimentação saudável na cidade. Nesse sentido, foi reafirmada a importância do trabalho de formação de base como

estratégia permanente de luta e resistência popular frente ao avanço da mineração e demais frentes do capital mundial no campo baiano.

Outra importante ação de luta e resistência popular vem sendo os intercâmbios entre as comunidades atingidas pela mineração na Bahia que vem sendo promovidos pelos Mutirões da CPT, também com o apoio do MAM. Um processo de socialização das experiências de luta e resistência que não só tem rebatimento na dimensão da formação do sujeito, mas também da articulação e mobilização coletiva. Já foram realizados intercâmbios de famílias assentadas do Litoral Sul com comunidades de Pindaí, no Oeste baiano, onde a Bamim pretende construir uma barragem de rejeito de minério no vale onde estão as nascentes que abastecem três mil famílias; e como comunidades de Caetitê, no Sudoeste baiano, atingidas diretamente pela Mina de Ferro.

Ações que vem tendo uma importante repercussão na formação política dos assentados, uma vez que quase todas as comunidades atingidas sofrem com a poluição gerada pelo minério de ferro ou com a falta de água potável, como reconheceram as famílias do assentamento Bom Gosto, na reunião da associação Nova Jerusalém, realizada no dia 21 de março de 2018, com a participação da CPT e do MAM, como representa a Figura 50

Figura 50. Reunião da Associação Nova Jerusalém no Assentamento Bom Gosto, Ilhéus -Bahia



Fonte: Trabalho de campo, em 21 de março de 2018.

5.2.4 Turismo e especulação imobiliária

Outra ameaça identificada foi o avanço da especulação imobiliária associada ao turismo, principalmente nas áreas dos assentamentos localizados à beira mar das principais cidades turísticas da Costa do Cacau. Contexto no qual está inserido o assentamento Marambaia, localizado no município de Itacaré.

Inicialmente, é importante considerar que o assentamento Marambaia foi criado no ano de 1986 e por isso faz parte do grupo dos assentamentos considerados consolidados pelo

INCRA com a titulação das famílias assentadas. Um grupo de sete assentamentos que representa apenas 10% do total dos 74 assentamentos criados no Litoral Sul da Bahia, entre os anos de 1986 a 2017, como foi visto no Capítulo 4.

Também que, enquanto espaço relacional na totalidade social, abriga um processo de valorização capitalista que se manifesta de forma contraditória na vida cotidiana das famílias assentadas. Além da localização que possibilitou a construção de uma relação de proximidade com a cidade de Itacaré, o assentamento Marambaia tem acessibilidade à Praia de Jeribucaçu que é considerada um dos principais pontos turísticos da Costa do Cacau, assim como aos pontos ecoturísticos como a Janela da Gindiba. Uma localização e acessibilidade que transformaram o assentamento Marambaia no espaço de grande visitação turística nacional e até mesmo internacional.

Num primeiro sentido, essa realidade favoreceu a diversificação do trabalho e a geração de renda local, não somente pela possibilidade da comercialização direta da produção, principalmente de frutíferas, hortaliças, plantas ornamentais e espécies nativas, como também pelo desenvolvimento do setor de comércio e serviços. Destaca-se, inclusive, a abertura do Restaurante “CafécomCacau” por uma filha de trabalhadores assentados que foi destaque no Festival Gastronômico de Itacaré 2018.

A visibilidade adquirida também repercutiu na conquista da participação política na cidade enquanto uma comunidade assentada em área de reforma agrária, hoje vinculada à Frente dos Trabalhadores Livres (FTL). Mas também, pela articulação construída junto com outras comunidades rurais através da Associação dos Produtores Orgânicos da APA Itacaré-Serra Grande (Associação Embaúba). No entanto, a valorização capitalista do espaço produzido também favoreceu a chegada do turismo e da especulação imobiliária, e com isso, além da poluição do Rio Canoeiro, passou a ocorrer a venda ilegal de lotes à beira-mar para a construção de casas de alto padrão dentro do assentamento. “Minha prima comprou um lote lá, não pensava que era assentamento não, 250 mil reais um pedacinho” (informação verbal)¹⁴¹.

O Ministério Público Federal em Ilhéus (MPF) abriu um inquérito civil público para investigação, assim como em relação ao assentamento Tijuípe que também tem localização à beira-mar no distrito turístico de Serra Grande, no município de Uruçuca, como representa a Figura 51. No limite da situação estabelecida – e do *lobby* do setor imobiliário-turístico –, foi celebrado um acórdão – entre o MPF, o INCRA e a Prefeitura de Itacaré – e a área de ocupação irregular dentro do assentamento foi incorporada à zona de expansão urbana, por meio do Plano

¹⁴¹ Informação obtida de um trabalhador assentado no dia 4 de maio de 2018.

Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Itacaré (PDDU), aprovado no ano de 2015.

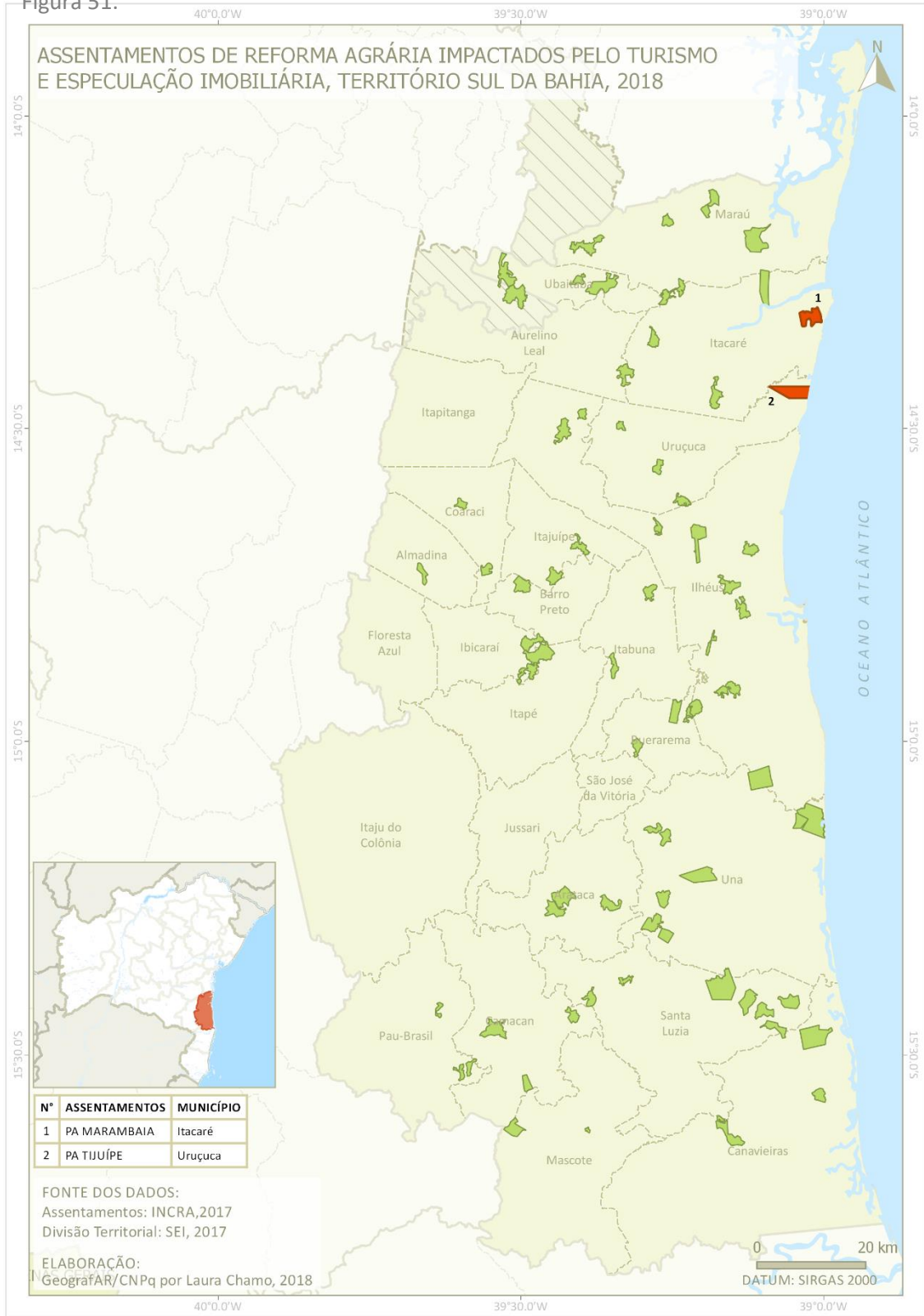
No âmbito da municipalidade, foi realizado o cadastro dos ocupantes em situação irregular e implantado o programa de regularização fundiária para a criação do Bairro Planejado “tendo em vista que o Assentamento Marambaia se encontra consolidado desde 18 de dezembro de 2001, com todos os lotes pagos, com a consequente extinção das cláusulas resolutivas dos contratos de assentamento”, conforme art. 52º do PDDU aprovado.

Assim, em meio às múltiplas determinações e contradições do real, identificou-se que o processo da titulação individual da terra abriu brecha para a espoliação do território e expropriação material e simbólica do sujeito coletivo historicamente forjado na luta pela reforma agrária, como sintetizou a própria Coordenação Regional da FTL.

Marambaia são 32 famílias, hoje se restar lá cinco ou seis famílias é muito, o resto tudo foi loteado, virou especulação imobiliária, você tem *resorts* construídos lá dentro [...] A agrovila onde é a sede da associação e tal hoje já é urbano, perímetro urbano (informação verbal)¹⁴²

¹⁴² Angélica Anuniação. Entrevista realizada no dia 4 de maio de 2018.

Figura 51.



Por fim, assumiu destaque a situação de conflito estabelecida na Reserva Extrativista de Canavieiras. Criada no ano de 2006, a RESEX Canavieiras possui 362 famílias organizadas em 14 associações ligadas à pesca, mariscagem e coleta de crustáceos, além de duas colônias de pescadores, e uma área de 100.650 hectares, abrangendo os municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, no sul da Bahia¹⁴³.

Uma situação de conflito que também se estabelece a partir do avanço das frentes do capital no contexto da reestruturação produtiva do Litoral Sul da Bahia e suas ameaças aos territórios e territorialidades tecidas na luta e resistência camponesa. Principalmente, da carcinicultura e da especulação imobiliária que com o apoio das prefeituras municipais avança sobre as áreas litorâneas de grande valorização capitalista no espaço regional.

Sentido no qual o Projeto de Lei 3068/2015 está tramitando na Câmara dos Deputados, tendo como proposta a transformação da Reserva Extrativista em Área de Proteção Ambiental (APA). Uma mudança no uso normativo do território tradicional que tem como finalidade a garantia legal da sua privatização para a construção de grandes *resorts* às beira mar. A comunidade extrativista segue na organização da luta e resistência cotidiana pela permanência no território frente às ameaças que se impõem no tempo-espaço presente, como evidencia a Figura 52.

Figura 52. RESEX Canavieiras – Não ao PL 3068/2015



Fonte: Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), 2017.

¹⁴³ Em dezembro de 2017, a RESEX Canavieiras obteve o Crédito Instalação na modalidade Apoio Inicial, aplicado pelo INCRA. Nessa primeira etapa, 362 famílias receberam R\$ 1,9 milhão com a finalidade de apoiar atividades produtivas (R\$ 5,2 mil por família). Segundo o chefe da Unidade Avançada do Sul e Extremo Sul da Bahia, Marcos Nery, tratou-se dos primeiros créditos destinados aos extrativistas dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) na Bahia que assim também estarão aptos a receber as modalidades de crédito Fomento e Fomento Mulher.

6 O LUGAR DE FALA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Algumas correntes do pensamento social sobre o campo brasileiro, assim como Graziano e Navarro (2015, p. 49), defendem a tese do fracasso da política de assentamentos rurais no Brasil, tendo o “drama dos com terra” como o seu nexos explicativo na contemporaneidade. Uma tese que nos remete à indagação sobre a concepção do juízo de valor atribuído ao fato. Afinal, qual o sentido do “fracasso” decretado pelos autores à reinvenção da vida cotidiana na realidade dos assentamentos rurais?

Desgraçadamente, todavia, fraquejou naquilo que deveria ser sua maior proeza: garantir qualidade de vida aos beneficiários. Arregimentando os excluídos das grandes cidades, mudou apenas a pobreza de lugar. Verdadeiras favelas surgiram espalhadas nos campos

Dado processo histórico que a constitui, em suas múltiplas determinações e contradições, entende-se que a realidade dos assentamentos rurais não pode ser compreendida como um fato restrito à racionalidade econômica quantificada pelos critérios da produção e renda agropecuária. Sobretudo, porque trata-se de um processo de construção de um novo modo de vida pelos assentados que extrapola a simples leitura dos números (BERGAMASCO, 1997, p.38). Um processo permeado por trajetórias bastante diferenciadas, que dificulta qualquer análise simplificadora em termos de sucesso ou insucesso, mas sempre colocando a questão da legitimidade desse tipo de intervenção (MEDEIROS e LEITE, 1999, p.19).

De forma particular na realidade do Território Litoral Sul da Bahia, considerando que 90% do total dos assentamentos em áreas de reforma agrária que foram criados, entre os anos de 1986 e 1987, ainda estão na fase de implantação pelo INCRA. Dessa forma, faz-se necessário compreendermos o sentido mais amplo da conquista do direito social ao uso e apropriação do espaço para a reprodução da vida, sem suas objetividades e subjetividades, para tornar-se possível identificar os seus sentidos e desdobramentos. Sentidos e desdobramentos que adquirem concretude pelas transformações ocorridas no cotidiano social das famílias assentadas, assim como foi constatado na interlocução estabelecida com os sujeitos e espaços pesquisados.

Um processo de qualificação da vida que põe em evidência o sentido político da conquista da posse da terra, mas que não exclui a importância do seu sentido econômico. Até porque, como nos ensina Germani (1993), a realização do trabalho e da produção adquire um sentido político na luta pela permanência na terra. Trata-se, portanto, de um processo que se

define na indissociabilidade analítica entre a lógica da produção e da reprodução da vida, articulando diferentes dimensões e escalas espaciais.

Outro argumento utilizado na sustentação da tese do “fracasso” dos assentamentos rurais é a experiência do assalariamento na constituição social das famílias assentadas, principalmente em áreas dominadas pelo latifúndio e agronegócio. Sentido no qual Graziano e Navarro (2015, p.80-81), consideram que a aspiração do trabalhador rural, à semelhança do urbano – ou do “operário rural” como assim o denominam –, é a melhoria das condições de emprego e salário, e não a conquista da terra. Consideram também a falta de aptidão para o trabalho no campo dos desempregados que são arregimentados pelos movimentos sociais nas periferias urbanas como parte do fracasso dos assentamentos rurais.

O trabalhador pode muito bem continuar “sem terra” e ser um cidadão pleno, desde que lhe assegure trabalho digno, educação, habitação, comida. Errado não está em ser “sem terra”. Inaceitável é a pobreza. Cuidar do operário rural significa reconhecer que um pedaço de terra não é o único passaporte dos trabalhadores rumo à cidadania [...]

De fato, a experiência do assalariamento junto às famílias assentadas se coloca enquanto um desafio à organização interna dos assentamentos rurais. Uma realidade que foi constatada no Litoral Sul da Bahia pela experiência histórica do assalariamento na cacauicultura. Um desafio que, inclusive, é reconhecido pelas próprias organizações e movimentos sociais uma vez que a maioria dos trabalhadores assentados da reforma agrária vivenciaram a experiência de trabalhadores assalariados da cacauicultura.

Experiências históricas que reafirmam diferenciações sociais e definem tensões e conflitos internos nos assentamentos. Seja de forma associada ao entrelaçamento de distintas temporalidades dos sujeitos no processo de luta pela terra, como analisa Luciano Ferreira, enquanto liderança regional do Movimento CETA.

Nós estamos falando ainda da primeira geração dos assentamentos. Essa geração foi formada com ideologia de coronel, ou seja, o trabalhador que via o cara oprimindo e tal, ele dizia “um dia eu quero ser igual a esse cara, um dia eu quero ter uma fazenda pra fazer a mesma coisa” [...] O cara ia pra assembleia da associação, o cara ia com um facão, até ele entender que tinha que tirar o facão, não podia participar com facão da cintura, foi um processo. Então assim, é muito recente isso, a gente compreende e a gente que é mais jovem se agonia mais[...] **A cabeça dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária aqui ainda é a cabeça do coronel do cacau** (informação verbal, grifo nosso) ¹⁴⁴

¹⁴⁴ Entrevista realizada no Pré- assentamento Dois Riachões, no município de Ibirapitanga, no dia 15 de novembro de 2017.

Ou, de forma associada às distintas espacialidades que se conformam no cotidiano da organização social do espaço produzido, como destaca Angélica Anunciação, enquanto integrante da coordenação regional do Movimento FTL.

O assalariado que trabalhava na fazenda de cacau, ele só cuidava do cacau, ele tinha um gerente, um empregado que determinava o que ele tinha que fazer. Aí esse trabalhador rural, esse assalariado, ele vai pra reforma agrária e lá ele não muda. Ele continua cuidando só do cacau, ele não produz [...] O assentamento que ele tem mais assentados agricultores, esses estão numa situação melhor. **Os assentamentos que o perfil dos assentados for de assalariado, de pessoas que vieram do campo, mas que não eram agricultores no seu perfil, era assalariado, esse tem dificuldade.** Ele chega no assentamento e tá com aquele perfil, recebe o lotezinho dele, ele faz questão, ele quer cacau, a briga pelo cacau, “não quero área sem cacau não, eu quero meu cacau”. Então, ele vai cuidar daquele pedacinho de cacau que ele tem. Aí ele não consegue plantar, não consegue produzir, não consegue fazer um quintal produtivo, não consegue fazer um roçado (informação verbal, grifo nosso)¹⁴⁵

Um desafio que se define de forma entrelaçada ao processo de socialização política das famílias assentadas no cotidiano da vida social. Contudo, entende-se que não se pode incorrer no reducionismo analítico de atribuir ao sujeito a determinação do “sucesso” ou “fracasso” de uma realidade que se revela de forma complexa e contraditória. Ainda mais no Brasil, considerando os descaminhos históricos da reforma agrária desde os tempos da redemocratização.

De fato, como afirmam Graziano e Navarro (2015), “o pedaço de terra não é o único passaporte dos trabalhadores rumo à cidadania”. Mas, sem dúvida, é o salvo-conduto para a prática de uma cidadania concreta. Afinal, como considera Santos (2007, p.144) “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial”. Ainda mais no campo brasileiro, considerando a permanência da questão agrária e duas formas combinadas de manifestação: expropriação e exploração (MARTINS, 1991).

Uma realidade que se define de forma entrelaçada ao processo de formação do território brasileiro, tendo sido aguçada com os efeitos do agronegócio no mundo do trabalho no campo (e na sua relação com a cidade), e que tende a se tornar mais perversa nos tempos de austeridade e conservadorismo que se impuseram no Brasil, a partir do ano de 2016. De forma destacada na Bahia que, no período de 2006 a 2017, se manteve com o maior número de estabelecimentos agropecuários do país, mas apresentou uma redução de 10,7% do total de trabalhadores empregados no campo, conforme evidenciam os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Entrevista realizada na sede da COOPERCENTROSUL, no município de Itabuna, no dia 4 de maio de 2018.

¹⁴⁶ O estado da Bahia possui 762.620 estabelecimentos agropecuários com o total 2.078.469 trabalhadores empregados no campo (IBGE, 2017).

Um contexto de agudizamento do mundo do trabalho no campo que, de acordo com Ploeg (2016) vem impulsionando o processo de recampesinização na contemporaneidade. Aspecto que também foi identificado no lugar de fala dos sujeitos e espaços pesquisados, a exemplo do assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia, como bem descreveu Valderli Casais, agente da CPT Sul Sudoeste. Uma realidade que torna ainda mais complexa a situação ocupacional das famílias assentadas.

Tem outros assentamentos que as famílias tão voltando. Duas, três famílias no mesmo lote porque saiu, não achou mais emprego e tá voltando. Fica evidente isso na Santa Cruz, muito jovem voltando. Sai solteiro e volta com família [...] Não precisava ganhar um lote, mas o INCRA colocar infraestrutura pra que aqueles jovens pudessem continuar ali junto às suas famílias pra agregar valores aos produtos (informação verbal)¹⁴⁷

Um processo de reterritorialização que sendo mais enraizado nos ecossistemas locais, também se apresenta como uma possibilidade mais sustentável de produção e reprodução da vida diante da crise ecológica que se impõe para a humanidade, como também considera Ploeg (2016, p.147).

[...] a agricultura camponesa não só é bem equipada para enfrentar o enorme desafio de alimentar o mundo – é também capaz de contribuir consideravelmente para lidar como essas novas formas de escassez e mudanças climáticas. Ela também gera empregos produtivos e significativos social e individualmente, muito mais do que empreendimentos agrícolas capitalistas (ou as cidades, por assim dizer) jamais conseguiram. Finalmente, a agricultura camponesa também ajuda a promover trabalho e sustento dignos.

Portanto, um processo de recriação social do campesinato que se realiza nas brechas espaciais da resistência cotidiana às contradições espaciais do capitalismo. E que, nos espaços dos assentamentos rurais, adquire concretude em distintos ritmos e intensidades, envolvendo sujeitos com percepções e níveis de consciência diversos também. Por isso, ao invés de trilharmos os caminhos da avaliação dos assentamentos rurais enquanto espaços de “sucessos” ou de “fracassos”, fizemos a opção teórica e política de os qualificarmos enquanto “espaços de esperanças” (HARVEY, 2015). Esperanças quem alumeiam a luta pela disputa de um projeto político de sociedade na qual o mundo do trabalho e das relações com a natureza se realize de forma menos perversa e desigual.

Afinal, como considerada Medeiros (2003, p.8), “ainda é necessário entender a complexidade das relações que produziram os demandantes de terra e que continuam a manter essa demanda na ordem do dia, num país urbanizado e industrializado”. Ainda mais

¹⁴⁷ Entrevista realizada na sede regional da CPT Sul Sudoeste, no município de Itabuna, no dia 13 de abril de 2018.

considerando a demanda crescente por vistorias de imóveis rurais na Bahia, em relação direta com o número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra existentes: 40.309 famílias acampadas em 182 municípios baianos (INCRA, 2015).

6.1 Sentidos da conquista da terra

Afinal, quem são os trabalhadores e as trabalhadoras “sem terra” nas “terras do cacau”? Esse foi o ponto de partida adotado para melhor compreender os sentidos da conquista da terra para os sujeitos em luta pela reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Assim como os sentidos das formas cotidianas de resistência no território em face aos desafios e às ameaças que se impõem no tempo-espaço presente dos assentamentos rurais.

Nesse sentido, buscou-se estabelecer a interlocução com os sujeitos pesquisados a partir do seu lugar de fala. O lugar social dos sujeitos que historicamente foram alijados dos “frutos de ouro” do cacau na Pobre Região Rica (ASMAR, 1983). “Eu sou uma Tupinanxó Sem Terra”. Assim, se definiu Gilcélia Pereira Santos que é coordenadora de assuntos políticos da ocupação Terra Sagrada, na Fazenda Guanabara, localizada no município de Camacan e integrante da coordenação estadual do Movimento CETA.

A origem do meu pai é de Tupinambá. Nasceu em Olivença, a mãe dele era índia. Ele fugiu criança com 12 anos quando atacaram e mataram o povo indígena lá, ele contava isso para a gente. Fugiu e se criou na divisa com Minas. Quando voltou, se casou com minha mãe que era Pataxó. O pai dela era de Pau Brasil. Daí minha mãe casou com meu pai. Eu me considero uma Tupinaxó Sem Terra porque meu pai era Tupinambá, minha mãe Pataxó e hoje eu estou no movimento de luta pela terra, no movimento CETA (informação verbal) ¹⁴⁸..

Uma autodefinição que nos confirma a indissociabilidade analítica entre a permanência da questão agrária brasileira e a territorialização da luta pela reforma agrária no campo sul baiano. Uma realidade histórica que nos remete à territorialidade originária dos povos Tupinambás de Olivença e Pataxós Hã-Hã-Hã, como foi analisado no Capítulo 3.

Uma bandeira de luta por terra e território que, além de descendentes de índios desaldeados – a exemplo da trabalhadora Gilcélia Pereira Santos –, também foi empunhada pelos descendentes dos negros escravizados – nos engenhos de açúcar e fazendas café e cacau – e imigrantes nordestinos pobres que, na errância da fuga da seca, constituíram a categoria

¹⁴⁸. Desde o ano de 2009, as famílias da ocupação Terra Sagrada (Guanabara) já sofreram cinco despejos por ordem judicial que concedeu ação de reintegração de posse ao proprietário. Atualmente, existem 26 famílias residentes na área. Entrevista realizada no Encontro de Mulheres da Teia dos Povos, no Assentamento Terra Vista, em Arataca, no dia 9 de março de 2018

social dos trabalhadores assalariados nas terras do cacau. Sujeitos cujo o processo de reprodução social foi historicamente marcado pela violação de direitos territoriais portanto, pela negação da prática da cidadania concreta no campo (e na sua relação cotidiana com a cidade).

Distintas trajetórias de vida que perpassando pela mediação política de agentes diversos (igrejas, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos...), em diferentes tempos e espaços, se entrecruzaram pelo sonho da conquista da terra como um bem comum, assim como continuou afirmando Gilcélia Pereira dos Santos no seu lugar de fala:

Nós não queremos terra para ter poder, mas para poder viver. Viver com dignidade. Meu sonho é esse. Não precisa ser igual ao rico não, mas que ao menos a gente tenha uma terrinha para alimentar os filhos. Nós não estamos conseguindo manter nosso papel de mãe e pai [...] A gente não quer ir pra cidade pra não morrer, de fome, de tiro. A gente fica na luta pela terra e querem matar a gente (informação verbal, grifo nosso)¹⁴⁹.

Uma luta pela vida e contra a morte que está diretamente associado ao sentido da libertação do cativo da terra, como bem nos ensinou Martins (2010) ao analisar a matriz estrutural e histórica da sociedade brasileira, assim como também nos ensina Gildo Gonçalves dos Santos com os seus pés fincados no chão do Assentamento Cruzeiro do Sul, localizado no município de Ubaitaba: “É muito bom ter um pedacinho da terra para garantir o pão. É a saída do cativo. A gente deixou de ser boi. Graças a Deus” (informação verbal)¹⁵⁰.

Uma metáfora discursiva da condição existencial do sujeito que nos remete ao processo de expropriação e exploração que foi historicamente imposto aos trabalhadores do cacau, ainda que em suas hierarquias e diferenciações sociais. Assim como foi descrito por Antônio Carlos Silva de Souza que, em meados da década de 1990, exercia a função de administrador da empresa Unacau Agrícola S.A., no município de Una, e hoje, é trabalhador assentado no PA Terra de Santa Cruz, localizado no município de Santa Luzia¹⁵¹.

Minha profissão toda vida foi trabalhador rural assalariado. Uma vida de cão, com todo respeito. Porque viver com fazendeiro debaixo de ordem não é coisa boa. Eu trabalhava como assalariado, mas fazia o serviço como administrador [...] De lá do campo mesmo tinha que ir pra reunião no escritório. Minha jornada era preciso eu tá no campo seis horas da manhã. Tinha vezes que eu chegava dez, onze horas da noite em casa Além disso, não tinha nem como vim em casa, só vinha em casa de quinze em quinze dias [...] Quando eles me davam a gratificação, baseado no salário mínimo há dezessete anos atrás, era oitenta reais, não passava disso a mais do

¹⁴⁹ Entrevista realizada no dia 9 de março de 2018.

¹⁵⁰ Gildo Gonçalves dos Santos – mais conhecido como “Pedinha” – é um dos tantos trabalhadores que atualmente vivenciam o drama da situação ocupacional nos assentamentos rurais de reforma agrária. Depoimento obtido na reunião de organização da Assembleia Popular da Mineração, no município de Ubatã, no dia 22 de setembro de 2017.

¹⁵¹ À época, além de fazendas de cacau no Sul da Bahia, a empresa Unacau Agrícola S.A era proprietária de fazendas de açúcar e laranja no estado de São Paulo (onde também atuava no setor da construção civil).

que o salário mínimo. Quando eu saía de férias, até minhas férias, eles não me davam trinta dias. Eu tinha que vender dez dias. [...] Me deixaram lá por doze anos foi quando a vassoura chegou e varreu e me colocaram aqui. Graças a Deus. Muito feliz aqui. E a minha vontade é continuar a viver aqui até o dia que eu for conduzido a morar no pó (informação verbal, grifo nosso)¹⁵².

Como também, pelos trabalhadores Nilton Fernandes da Silva e Ediler Silva dos Santos Azevedo que experienciam a transformação social da condição de trabalhador assalariado da cacauicultura para trabalhador assentado da reforma agrária. Uma dinâmica que adquiriu concretude na forma-conteúdo do espaço produzido: no passado, Fazenda Conjunto Jabuticaba; no presente, Assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia¹⁵³

A gente ainda ouvia sempre que trabalhador era igualmente varão de porteira, saía cinco, vinha as infieira. Que vinha muito, todo mundo precisando. Então todo mundo tinha que procurar eles. Tinha que procurar pra arrumar o trabalho pra ganhar o pão de cada dia. Chovendo ou com sol tinha que ir (informação verbal, grifo nosso)¹⁵⁴.

Todo dia a gente bebia meio litro de cachaça pra aguentar o frio de manhã cedo. Tinha que sair daqui seis pra atravessar quinhentos e vinte metros de brejo todo dia. **A comida era farofa. Só tinha farofa mesmo, de verdade, acontecia só ter até quinta-feira. [...]. O dinheiro era pouco demais** (informação verbal, grifo nosso)¹⁵⁵.

A experiência da socialização política vivenciada pelos trabalhadores assalariados conjuntamente com as famílias ocupantes da fazenda Conjunto Jabuticaba foi determinante para o despertar da consciência de classe. Dessa forma, recusaram o convite feito pelo então proprietário, Armínio de Castro Machado, para continuarem trabalhando em outra fazenda de cacau da “Família dos Machados” – assim como é conhecida a família do proprietário na região – e fizeram a opção política da luta pela reforma agrária¹⁵⁶.

¹⁵²Entrevista realizada no Assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia, no dia 3 de junho de 2018.

¹⁵³ O imóvel rural formado pelas Fazendas Santa Cruz e São José – mais conhecido como “Conjunto Jabuticaba” – foi desapropriado em agosto de 1999, sendo classificado como uma grande propriedade improdutivo. Importante destacar o imóvel tinha uma área registrada de 329,0000 ha (trezentos e vinte e nove hectares), mas que, no ato da vistoria realizada pelo INCRA, em maio de 1999, área medida foi de 382,6817 ha (trezentos e oitenta e dois hectares, sessenta e oito ares e dezessete sentiares). Além da constatação do grau de infestação da vassoura de bruxa N III (100%), houve a retirada de toda a madeira de grande e porte e expressivo valor econômico existente na área, sem autorização do IBAMA. O imóvel também não tinha averbação de área de reserva legal e estava hipotecado junto ao Banco do Brasil, com uma dívida de R\$ 174.265,29. Assim, descumpria o princípio da função social da propriedade na sua dimensão econômica e ambiental, além da constatação da prática ilegal da grilagem de terra. O Conjunto Jabuticaba foi desapropriado no dia 26 de agosto de 1999 e o Assentamento Terra de Santa Cruz criado no dia 12 de abril de 200. Possui uma área de 385,43 ha e tem 25 famílias assentadas. No momento da vistoria, o proprietário mantinha vínculo empregatício apenas com o administrador do imóvel.

¹⁵⁴ Nilton Fernandes da Silva. Entrevista realizada no Assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia, no dia 3 de junho de 2018.

¹⁵⁵ Ediler Silva dos Santos Azevedo. Entrevista realizada no Assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia, no dia 3 de junho de 2018.

¹⁵⁶ Na manhã do dia 7 de março de 1999, a fazenda Conjunto Jabuticaba foi ocupada por 35 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Uma ação política que foi apoiada pelo STR de Santa Luiza, CPT, CEAS,

Vivia aqui há sete anos, aí quando passou a ser da reforma agrária, eles me perguntaram se eu queria ficar junto com eles ou queria acompanhar o fazendeiro. **Eu disse eu vou ficar junto com os companheiros. Aí fiquei, graças a Deus. Se eu tivesse ido junto com o fazendeiro, eu garanto que num tempo desse eu não era o que eu sou.** Ele ainda veio pra me levar, queria me levar pra acompanhar ele. Aí eu não quis ir, fiquei aqui (informação verbal, grifo nosso)¹⁵⁷.

Era de manhã cedo. Quando eu olhei, tinha um movimento de gente pra lá. Foi ali do outro lado. Mas tinha gente de um jeito. Aí eu sentei: será que é os sem terra? Aí a gente foi lá visitar o pessoal, tudo gente boa. Aí eles falaram: por que vocês não entram no meio da gente? E eles convidaram a gente, né. Todo dia nós passava pra lá, e nós roçando manga e eles atrás fazendo roça, plantando milho, plantando feijão. No final de semana, eu ia pra feira. **Aí de noite eu tava no meio deles lá, tomando um golinho escondido mais eles lá e comendo pirão. Eles vinham pra aqui e traziam uns colega, a gente comia, batia lata, tocava um som aqui no radinho aí. Daí pronto, ficamos amigos mesmo[...]** Eu falei assim: Oh João, você vai me desculpar, mas não vou não porque eu já to inscrito aqui na terra e eu vou ficar por aqui (informação verbal, grifo nosso)¹⁵⁸

Uma condição de trabalho que se revelava de forma ainda mais perversa para os “contratistas” que eram os trabalhadores que vivam nas fazendas, mas não eram assalariados. Pior ainda, para os “diaristas” que sequer tinham a condição de moradia assegurada nas fazendas de cacau. A temporalidade do trabalho era transitória, estando condicionada aos períodos de safra (outubro a abril) e entressafra (maio a setembro) da cacauicultura. Uma luta pela sobrevivência na qual “o camarada colocava o saco nas costas e saía andando e pedindo para ver se vendia o dia por um prato de comida”, como foi informado por Derisvaldo da Silva Ramos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia (que também é trabalhador assentado no PA Terra de Santa Cruz, no mesmo município)¹⁵⁹.

Outra experiência destacada foi a de Adecir Ramos Souza que, em meados da década de 1990, “abandonou a construção civil para seguir junto aos movimentos de reforma agrária”, sendo hoje trabalhador assentado no PA Nova Vitória, localizado no município de Ilhéus¹⁶⁰.

Arquidiocese de Salvador e do Movimento CETA. No início do mês de maio de 1999, houve o despejo das famílias que foi seguido da reocupação do imóvel até ser efetivada a desapropriação para fins de reforma agrária.

¹⁵⁷ Nilton Fernandes da Silva. Entrevista realizada no dia 3 de junho de 2018.

¹⁵⁸ Ediler Silva dos Santos Azevedo. Entrevista realizada no dia 3 de junho de 2018.

¹⁵⁹ A jornada de trabalho dos assalariados do cacau era definida entre os dias de segunda a sexta, das seis horas da manhã às dezesseis horas da tarde, acrescida do dia sábado até as onze horas da manhã. Ou então, a depender do acordo estabelecido, de segunda a sexta, das seis horas da manhã às dezessete horas da tarde, sem jornada de trabalho no dia de sábado. Contudo, a depender da distância da sede da fazenda para a roça de cacau, a jornada diária se iniciava às três ou quatro horas da manhã, como foi explicitado na fala do trabalhador assentado Nilton Fernandes da Silva. Tempo que não era considerado no cálculo da jornada de trabalho ou salário pago ao trabalhador.

¹⁶⁰ O Assentamento Nova Vitória foi criado no ano de 2000, no município de Ilhéus. Atualmente, é vinculado ao movimento FTL. Possui uma área de 580,80 hectares e 36 famílias assentadas. Entrevista realizada no Encontro Ampliado da Rede de Agroecologia Povos da Mata na CEPLAC, localizada na rodovia Ilhéus-Itabuna, no dia 10 de novembro de 2017

Uma trajetória de luta pela reforma agrária marcada por rupturas e fragmentações que nos impõem a necessidade de melhor contextualizá-la. Mineiro de origem, nasceu na cidade de Nanuque - Mg e, aos 25 anos, migrou para o município de Itamaraju, no Extremo Sul da Bahia. Região que, como já foi dito, acolheu a chegada do MST em terras baianas: em novembro de 1986, foi realizado o I Congresso Estadual no município de Teixeira de Freitas; em setembro de 1987, primeira ocupação com 600 famílias no município de Alcobaça (hoje, Assentamento 4045); em dezembro de 1987, segunda ocupação com 100 famílias no município de Prado (hoje, Assentamento Riachão das Ostras).

Naquele tempo não existia reforma agrária como hoje, a gente tinha que ganhar a terra na raça a troco de tiro mesmo. Foi uma luta muito difícil, mas conquistamos a terra. Fiquei uns tempos fora de todos os movimentos, mas depois voltei. Parece que quando a gente parte para um movimento é uma doença que a gente tem com a gente que a agente não deixa mais (informação verbal)¹⁶¹

Tempo e espaço no qual Seu Adeci Ramos iniciou a sua militância política na luta pela reforma agrária, tendo participado das primeiras ocupações coordenadas pelo MST, junto com as igrejas e sindicatos, no campo baiano. Mas que, diante das dificuldades enfrentadas, decidiu ir “tentar a sorte” na construção civil em São Paulo. Trabalhou também nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Foi quando, aproveitando a conjuntura agrária estabelecida no Sul da Bahia, em meados da década de 1990, decidiu reintegrar-se à luta pela reforma agrária.

Quando voltei para a reforma agrária, já voltei no tempo que o governo desapropriava terra. Entrei na FETAG que na época andava junto com o MST. Com o fim da parceria, fiquei na FETAG. Foi uma luta, viu. Muitas idas pra Salvador, Brasília, Vitória da Conquista. Na época, o INCRA tinha uma unidade em Vitória da Conquista. Conquistamos várias áreas, isso na época governo FHC (informação verbal)¹⁶².

Uma conjuntura que foi favorecida pelo agravamento da crise da cacauicultura e pela espacialização dos movimentos sociais de luta pela terra (com destaque para o MST que avançava pelo litoral vindo do Extremo Sul da Bahia). Momento no qual o “sonho da terra” foi realizado por Seu Adeci Ramos que assim se transformou em trabalhador assentado da reforma agrária. Uma condição social na qual “está vivendo bem melhor com sua família do que na época que vivia da construção civil”, assim como foi avaliou no seu lugar de fala.

Identificou-se, assim, uma diversidade de situações e sujeitos sociais que ao assumirem a identidade política de trabalhadores e trabalhadoras “sem terra”, forjada como

¹⁶¹ Adeci Ramos Souza. Entrevista realizada na CEPLAC, no dia 10 de novembro de 2017

¹⁶² Adeci Ramos Souza. Entrevista realizada na CEPLAC, no dia 10 de novembro de 2017

relação e processo na luta pela reforma agrária, pautaram “quem eram” e “o que queriam” para o Estado e toda a sociedade. E que assim, se constituíram enquanto expressão de uma força social organizada e atuante na luta por direitos instituídos (ou não) no espaço regional.

Foram os sentidos da conquista da liberdade na regulação do tempo-espaço cotidiano associada às mudanças ocorridas nas condições de realização do trabalho e da reprodução da vida a partir da posse da terra, que assumiram destaque no lugar de fala dos sujeitos pesquisados. Ainda mais, tratando-se da “região que era impossível se falar de reforma agrária”, como comumente consideram os próprios trabalhadores assentados.

Uma conquista que se materializou enquanto negação da condição histórica de pobreza e opressão nas fazendas de cacau e periferias urbanas. Sobretudo, no que se referia ao aspecto mais elementar da condição de existência humana – a alimentação – assim como também foi evidenciado no lugar de fala do trabalhador assentado Nilton Fernandes da Silva.

Naquele tempo tudo era mais difícil. Às vezes ia procurar uma carne e não achava, ia procurar uma farinha, não achava, tinha que levar comida e bebida se quisesse trabalhar. Se perdesse um dia, o fazendeiro descontava ou despachava. Se tivesse qualquer desavença, despachava. E já ia procurar outro trabalho. **Hoje já é diferente, tenho sossego, trabalho o dia que eu quero, trabalho a hora que eu quero, não vivo de baixo de ordem, vou pra roça o dia que eu quero. Se eu disser que hoje vou comprar meu pedaço de carne, eu tenho como comprar. Graças a Deus** (informação verbal, grifo nosso).¹⁶³

Outro aspecto da reprodução da vida que adquiriu centralidade no lugar de fala dos sujeitos pesquisados foi a conquista do direito à moradia. Uma conquista que possibilitou a ressignificação dos fragmentos do presente e das perspectivas do futuro, considerando a experiência histórica do assalariamento na cacauicultura.

A gente não tinha um lugar fixo. Então, a gente morava um ano em uma fazenda, aí depois mudava pra outra, então esse processo de migração era muito comum, **a gente não tinha um espaço que a gente pudesse planejar a vida**, ou seja, tá aqui nessa fazenda hoje, mas amanhã não sei se eu vou tá mais (informação verbal, grifo nosso)¹⁶⁴

Historicamente, a migração foi uma estratégia de sobrevivência para grande parte dos trabalhadores do cacau. Situação na qual o planejamento da vida se realizava na efemeridade do tempo e do espaço, numa territorialidade tensionada entre o devir da chegada e da partida. Nesse sentido, o assentamento também adquire o significado de lugar de moradia,

¹⁶³ Entrevista realizada no Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 3 de junho de 2018.

¹⁶⁴ Luciano Ferreira da Silva. Entrevista realizada no Pré- assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga, no dia 15 de novembro de 2017.

abrigo e proteção. O lugar do acontecer solidário da vida, também marcado pelo entrelaçamento de relações afetivas de parentesco e compadrio entre as famílias assentadas¹⁶⁵.

A partir da conquista da posse da terra que também foram instituídas novas relações de poder no cotidiano social das famílias assentadas. Sobretudo, numa sociedade que ainda mantém viva a memória regional da “civilização do cacau erguida a partir da epopeia da conquista da terra” (AMADO; ADONIAS FILHO, 1965). Constitui-se, assim, um processo de afirmação do sujeito de direito e de estabelecimento de novas práticas espaciais, entendendo que o espaço intervém de várias maneiras na vida social e, portanto, no jogo do poder (CLAVAL, 1979, p.15).

Me chamavam de peão. Ê peão, tá trabalhando aonde? E era o peão de Sr. Fulano de tal. Então a gente não tinha valor. Logo no início quando me ajuntei aqui com os companheiros da reforma agrária me chamaram de sem-terra. Hoje, me chamam até de fazendeiro (informação verbal)¹⁶⁶.

Relações sociais de poder projetadas em múltiplas escalas e dimensões espaciais que assim romperam as fronteiras do isolamento político-institucional no qual os trabalhadores do cacau estiveram historicamente sujeitados. Como também redefiniram as formas de consciência e representação espacial do “ser no mundo”.

Antigamente, a gente não passava da porta do Banco do Nordeste porque as pessoas olhavam pra gente como se a gente até fosse ladrão, não dava nenhum valor a gente. Hoje, a gente entra lá e o gerente até pede para sentar na mesa dele [...] O mundo da gente tá não sei aonde, tá em Brasília, Salvador (informação verbal)¹⁶⁷.

Outros sentidos da conquista da posse da terra que adquiriram centralidade no lugar de fala dos sujeitos pesquisados foi o direito à educação e aposentadoria. Direitos sociais que também foram historicamente negados nas condições de precariedade da vida e do trabalho na cacauicultura.

O sentido da conquista política do direito social à educação foi mais destacado entre os filhos dos trabalhadores assentados que, hoje, transcorridas mais de três décadas da conquista

¹⁶⁵ Nesse sentido, é importante considerar que a maioria das famílias assentadas são originárias dos municípios do Sul da Bahia. Aspecto que torna evidente relações de pertencimento das famílias com o espaço regional, e de parentesco e compadrio entre as próprias famílias. Relações afetivas que foram construídas no processo da luta pela terra e que se mantiveram após a sua conquista, dado o adensamento e a proximidade espacial existente entre os assentamentos rurais, assim como entre estes e os centros urbanos.

¹⁶⁶ Ediler Silva dos Santos Azevedo. Entrevista realizada no Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 3 de junho de 2018.

¹⁶⁷ Nilton Fernandes da Silva. Entrevista realizada no Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 3 de junho de 2018.

dos primeiros assentamentos, entre os anos de 1986 e 1987, constituem a primeira geração da reforma agrária no Litoral Sul da Bahia.

Meu pai sempre foi trabalhador rural, minha mãe também e eles trabalhavam diretamente com cacau, sempre com cacau, mas a gente nunca teve condição de ter um pedaço de terra. A gente só conseguiu ter um pedaço de terra depois que entrou no projeto de assentamento [...]. Eu não tive essa experiência. Por que que eu não tive? **Porque as perspectivas de vida foram outras, as oportunidades também foram outras. Tive oportunidade de fazer um curso de agropecuária**, aí quando eu voltei, já voltei nessa pegada de ir pra uma área de assentamento também, e aí vim pra ocupação (informação verbal, grifo nosso)¹⁶⁸

Outras “perspectivas e oportunidades” que foram conquistadas por Luciano Ferreira da Silva a partir da sua condição de filho de trabalhadores assentados no PA Cascata, localizado no município de Aurelino Leal, junto com Movimento CETA. No ano de 1998, aos dezesseis anos, iniciou a sua militância política na comunidade. Com o incentivo da CPT também passou a integrar a Pastoral da Juventude Rural (PJR). No ano de 2002, participou da criação da coordenação regional da juventude camponesa no Sul da Bahia. No ano de 2005, ingressou no curso o Técnico em Agropecuária Sustentável através do PRONERA. A partir do ano de 2008, integrou a Coordenação Estadual do Movimento CETA, permanecendo durante três mandatos até o ano de 2014. Desde então, vem atuando no setor de produção agroecológica do Movimento CETA em articulação com a Rede de Agroecologia Povos da Mata. Também está cursando a graduação em administração pela Plataforma EAD¹⁶⁹.

Assim como para Samara Araújo dos Santos, filha de trabalhadores assentados no PA Terra de Santa Cruz (CETA), no município de Santa Luzia, que atualmente está no Curso Técnico em Agroecologia do Centro de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos, no Assentamento Terra Vista (MST), no município de Arataca.

Com o tempo fui crescendo e percebi a importância que é o assentamento de reforma agrária. A gente tem organização. **Hoje estou fazendo agroecologia no assentamento Terra Vista uma oportunidade que veio daqui o assentamento** (informação verbal, grifo nosso)¹⁷⁰

Filhos e filhas da luta pela reforma agrária que a partir de experiências educativas de caráter emancipatório vem contribuindo para o fortalecimento da organização social e política dos assentamentos rurais no Sul da Bahia. Assim como das futuras gerações de netos e

¹⁶⁸ Entrevista realizada no Pré- assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga, no dia 15 de novembro de 2017.

¹⁶⁹ No ano de 2003, Luciano Ferreira migrou do assentamento Cascata, no município de Aurelino Leal, onde morava com seus pais, e foi para a ocupação da Fazenda Conjunto Dois Riachões, no município de Ibirapitanga, onde constituiu a sua família. Hoje, Pré-assentamento Dois Riachões que vem se afirmando como uma importante referência na produção agroecológica do cacau cabruca e na luta pela soberania alimentar no Sul da Bahia.

¹⁷⁰ Depoimento obtido na oficina realizada com as famílias do Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 25 de março de 2018.

bisnetos, assim como anunciou Dona Naidles Maria da Silva: “Meu marido faleceu, mas estou com meu filho que também é assentado. Estou lutando e vamos lutar mais para frente. Muito feliz aqui no assentamento, meu neto foi criado aqui dentro e vou receber agora um bisnetinho” (informação verbal)¹⁷¹.

Trajatórias bem distintas das que foram trilhadas no passado pelos filhos dos trabalhadores assalariados da cacauicultura cujas perspectivas de vida eram cerceadas pelas necessidades mais imediatas de sobrevivência¹⁷².

A gente trabalhava pra comer praticamente e com a reforma agrária a gente passou a sonhar com outras coisas [...] Meu pai sempre falava uma coisa, que o dinheiro dava pra comprar do salário mínimo, só dava pra comer até quarta-feira, então assim, essa era a rotina né, então come até quarta e depois como o quê né? Então assim, os pais ficavam numa situação muito difícil que era, como é que criam os filhos nessas condições objetivas que se tinha na época. Então, isso mudou drasticamente (informação verbal)¹⁷³

Destacamos também a conquista do direito social à aposentadoria rural pelo regime geral da Previdência Social. Um direito condicionado à declaração de assentado que é emitida pelo sindicato ou associação, atestando a idade (60 anos para homens e 55 anos para mulheres) e o tempo mínimo de 15 anos de exercício da atividade rural; e à situação de regularidade junto ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), administrado pelo INCRA.

Uma conquista que põe em evidência mais um importante sentido da política de assentamento rural na reprodução social dos trabalhadores rurais. Pois, sem a permanência na terra conquistada pelo empunho da bandeira de luta da reforma agrária, talvez não tivesse sido possível para muitos trabalhadores atestarem o exercício da atividade rural conforme os requisitos da idade e tempo mínimo exigidos. Principalmente, considerando o desemprego massivo dos trabalhadores rurais assalariados com o agravamento da crise da cacauicultura, a partir da década de 1990. Ou que, em tendo sido atestado, ocorreria em condições de maior

¹⁷¹ Depoimento obtido na oficina realizada com as famílias do Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 25 de março de 2018.

¹⁷² É importante considerar que estas novas oportunidades para a juventude rural foram conquistadas no contexto dos governos progressistas do PT. Em especial, através do Programa Nacional Educação na Reforma Agrária (PRONERA). No Pré-assentamento Dois Riachões, por exemplo, dez jovens trilharam a caminhada da formação no contexto do PRONERA, em cursos de nível médio e superior, nas áreas de técnico agrícola (4), agroecologia (4), enfermagem (1) e direito (1).

¹⁷³ Luciano Ferreira da Silva. Entrevista realizada no dia 15 de novembro de 2017.

precarização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva regional, a exemplo do regime da parceria agrícola predominante nas fazendas de cacau nos dias atuais¹⁷⁴.

Aí nos chegamos aqui já de tarde, o pessoal já estava fazendo barraco, barraco preto. Ai eu fiz o meu na beira da estrada. Daí veio o despejo[...] Vai fazer 20 anos, hoje tou aposentado, eu e minha mulher. Graças a Deus. Sou assentado. Tenho um filho que está em São Paulo, outro está no Rio e tou aqui trabalhando até hoje. Não aguento mais como antes por causa da minha coluna mas tenho um menino me ajudando. E nós trabalhando aqui veve. Daqui não quero sair mais (informação verbal)¹⁷⁵.

Uma conquista que ao ser concretizada também evidencia a realidade do envelhecimento da população no campo, assim como foi constatado no assentamento Terra de Santa Cruz, localizado no município de Santa Luzia que tem aproximadamente 70% do total de 25 famílias chefiadas por trabalhadores ou trabalhadoras aposentadas. Um aspecto que caracteriza a atual dinâmica demográfica brasileira, mas que se particulariza nas áreas de assentamentos de reforma agrária nas quais o trabalho e a produção se realizam em regime de economia familiar. Como também, impõe desafios à organicidade da luta política no processo da transição geracional em curso, como destacou Derisvaldo da Silva Ramos enquanto presidente da associação do Assentamento Terra de Santa Cruz. (e também, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia).

A aposentadoria piorou a situação do assentamento, pro coletivo, pra pessoa não, ele foi receber o dinheiro dele, mas pro coletivo não. Tem gente que não tá zelando nem mais a roça dele. Tá satisfeito com o salário que pega. No coletivo não foi mais. Nem na reunião quer ir mais (informação verbal)¹⁷⁶

Um processo de luta pela conquista da terra – que se mantém na dimensão da permanência – e que se revela de forma ainda mais complexa para as mulheres em suas múltiplas dimensões de existência e reprodução social: mulher, militante, trabalhadora, esposa, mãe e filha

Sou filha de um assentado com Rosalina que iniciou o assentamento. [...]. Venho enfrentando muitas mobilizações, a última que foi marcada foi quando eu deixei minha filha de três meses e quando voltei ela estava como seis meses de nascida, eu ficava lá chorando o dia todo pelo meu bebe que tinha deixado em casa com minha mãe [...]Depois casei com Cláudio ali tenho 19 anos de casada e então, uns 20 anos de assentamento (informação verbal)¹⁷⁷

¹⁷⁴ Um sentido de precarização do trabalho no campo que tende a agravar-se com o ajuste fiscal e as reformas em pauta no Brasil. Especialmente, a reforma trabalhista já aprovada e a reforma da previdência que está tramitando no legislativo brasileiro.

¹⁷⁵ Claudiomiro Francisco dos Santos. Depoimento obtido na oficina realizada com as famílias do Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 25 de março de 2018

¹⁷⁶ Entrevista realizada no Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 13 de agosto de 2018.

¹⁷⁷ Adalgiza dos Santos Alves. Depoimento obtido na oficina realizada com as famílias do Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 25 de março de 2018

Passei muita necessidade e hoje estou aqui. O marido fala cai fora eu digo não saio. Digo a ele do meu direito que se ele é assentado eu também sou (informação verbal)¹⁷⁸

Identifica-se, assim, que na percepção dos trabalhadores rurais houve a melhoria das condições de vida nos assentamentos de reforma agrária em relação às condições anteriores vivenciadas nas fazendas de cacau ou mesmo periferias urbanas. Uma melhoria nas condições de moradia, alimentação, trabalho e renda, associada à conquista de direitos instituídos ou não (educação, cultura, seguridade social..) e de afirmação de novas relações de poder e práticas espaciais locais. Melhorias das condições de reprodução da vida, em suas objetividades e subjetividades, que ocorreram a partir da conquista da posse da terra e da condição legal de pequenos produtores rurais.

Uma nova condição social e espacial do sujeito que se estabelece na transmutação da luta pela terra à luta pela vida. E que, abrigando em si as múltiplas determinações e contradições do real, busca a sua afirmação na construção dos sentidos da resistência no território.

6.2 Sentidos da resistência no território

Se os sentidos da conquista da terra se evidenciam nos fragmentos do presente pelas transformações ocorridas na dimensão da reprodução da vida, os sentidos da resistência se definem pelas perspectivas que se anunciam na dimensão da permanência na terra e resistência no território. Sentidos que se realizam de forma indissociada no tempo e no espaço, atribuindo materialidade ao processo de territorialização da reforma agrária.

Um processo de territorialização que na realidade do Litoral Sul da Bahia representa a negação da condição de expropriação e exploração dos deserdados das terras do cacau na formação histórica da “região cacauera”. Ou, lembrando Martins (1991), a reconciliação do divórcio instaurado entre o trabalhador e os meios de realização do trabalho enquanto condição primeira para o domínio do reino do capital e a expansão do capitalismo. Mas que, no entanto, não põem fim aos dilemas que definem o enredamento da “nova cara da luta pela terra” como define Germani (1993), uma vez que a produção do espaço nos assentamentos rurais se realiza

¹⁷⁸ Valdirene Andrade Espinheira. Depoimento obtido na oficina realizada com as famílias do Assentamento Terra de Santa Cruz, em Santa Luzia, no dia 25 de março de 2018

na relação e tensão entre o Estado, os movimentos sociais e as famílias assentadas, enquanto um processo de sujeição e resistência à lógica do capital.

Portanto, pensar a dimensão da resistência é pensar o sentido que vivifica os sujeitos em luta nos territórios em disputa diante dos desafios e ameaças que se impõem no cotidiano social. Uma resistência pela permanência mesmo considerando os descaminhos trilhados pela reforma agrária e os sentidos da precarização da política de assentamentos rurais. Um processo de territorialização que tende a se tornar ainda mais complexo nos tempos de conservadorismo e austeridade que se impuseram no Brasil, a partir de 2016, e que já revelam de ainda mais perversa para os povos e comunidades do campo.

Assim como as ações de violação de direitos territoriais legalmente instituídos no contexto da mundialização da agricultura e reestruturação produtiva regional. Ações que são legitimadas pelo Estado na sua serventia aos interesses hegemônicos do agronegócio e a mineração como ficou evidente nos rastros da passagem dos trilhos do complexo FIOCRUZ- Porto Sul pelos assentamentos Santa Irene, no município de Gongogi; Cruzeiro, no município de Ubaitaba; Dom Helder Câmara e Bom Gosto, no município de Ilhéus.

Permanências e rupturas que imersas ao avanço do neoliberalismo no campo brasileiro, são permeadas pelo aguçamento da diferenciação social das famílias assentadas, fragmentação política dos movimentos sociais e hierarquização dos assentamentos rurais. Situações que não somente se definem pelo entrelaçamento de distintas trajetórias de vida e formas de socialização política dos sujeitos, mas também pelas diferentes bases de organização e produção na realidade de cada espaço produzido.

Nessa perspectiva, entende-se que, se o ano de 1987, com o início da crise da “vassoura de bruxa” e a espacialização dos movimentos sociais, representou um marco para a determinação dos sentidos da conquista da terra no Litoral Sul da Bahia; o ano de 2003, com o início do governo Lula, representou um marco no que se refere aos sentidos da permanência no território. Um marco que em certa medida se definiu de forma contraditória, considerando que ao mesmo tempo que houve importantes conquistas para as famílias assentadas no campo das políticas públicas – ainda que muito aquém da demanda histórica ou até mesmo das metas estabelecidas no II PNRA – , houve também o avanço do projeto neoliberal do “Novo Mundo Rural” (MDA, 1999) que foi implantado pelo governo FHC no campo, ainda que de forma difusa pela incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento com vistas à conquista da “Vida Digna no Campo” (MDA, 2003 a).

Se por um lado a afirmação da identidade enquanto sentimento de pertença sócio-político-institucional à dimensão espacial (MDA, 2005) determinou a institucionalização da

ação política das organizações e movimentos sociais de luta pela terra e assim se revelou de forma estratégica para o Estado garantir o ordenamento territorial, por outro lado, contudo, repercutiu no arrefecimento do processo de territorialização da reforma agrária, na unidade e fragmentação política das organizações e movimentos sociais. Múltiplas determinações e contradições que se particularizaram pelas disputas internas estabelecidas em torno da ocupação das institucionalidades criadas, da mobilização de recursos e aprovação de projetos em editais públicos. Ou mesmo via as articulações político-partidárias junto às prefeituras e ao governo estadual, como também aos deputados e senadores para a aprovação de emendas parlamentares com o avanço das ações de descentralização da reforma agrária.

Constatou-se, assim, que a particularidade da quantidade de assentamentos rurais e diversidade de organizações e movimentos sociais não se traduziu no avanço da construção da unidade da luta política pela reforma agrária no espaço regional. Uma unidade na diversidade da luta que em certa medida foi constituída, em meados da década de 1990, no contexto de acirramento das contradições espaciais da crise cacauceira, mas que se fragmentou em meio às múltiplas determinações e contradições do real.

Um processo de fragmentação política da luta pela reforma agrária que se intensificou a partir da implantação do “novo modelo de Reforma Agrária, alicerçado na transição da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial” (MDA, 2003a). Principalmente, considerando que, desde o ano de 2003, a coordenação do TI Litoral Sul vem sendo exercida por lideranças representativas da base social da reforma agrária: entre os anos de 2003 a 2010, Angélica Anunciação (à época, Polo Sindical Sul/FETAG-BA; hoje, FTL); entre os anos de 2011 e 2012, Elias Jacob e Joelson Ferreira (MST); do ano de 2013 até os dias atuais, Carlos Alberto (MLT), mais conhecido como “Garotinho”, como foi analisado no Capítulo 4.

Uma conflitualidade interna que não só se estabeleceu pela disputa de recursos e projetos para a mobilização da base social da reforma agrária no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial, mas também pela disputa das ações das prefeituras, do governo estadual e das emendas parlamentares em meio ao avanço da descentralização da reforma agrária. Como também, das ações políticas das organizações não governamentais no cotidiano da vida social nos assentamentos rurais. Ações que repercutiram na organicidade dos movimentos sociais junto as famílias assentadas, enquanto sujeitos coletivos historicamente constituídos na tessitura da luta política.

Um processo de fragmentação da luta pela reforma agrária que não somente se estabeleceu na dimensão econômica da disputa interna das organizações e movimentos sociais

pelos recursos, mas também perpassou pela dimensão político-partidária dada a relação histórica do Partido dos Trabalhadores com as organizações e movimentos sociais rurais. Uma realidade que adquiriu concretude na escala do campo brasileiro, a partir do ano 2003, com a eleição do presidente Lula (PT) e se particularizou na escala do campo baiano, a partir de 2007, com a eleição do governador Jaques Wagner (PT), como considerou o advogado Joaci de Souza Cunha que, desde os anos de 1996, integra a equipe rural do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

[...] ainda nos governos carlistas na Bahia essa articulação conseguiu reunir cerca de 3.000 trabalhadores em Salvador com onze movimentos sociais do campo, inclusive, alguns da cidade, com ações conjuntas, ações diretas de impacto como a ocupação da CONDER, com a ocupação do CDA, com bloqueio de rodovia na cidade com grupos rurais e urbanos atuando conjuntamente e, principalmente, essa articulação conseguiu construir algo inédito na história dos movimentos sociais de baianos e brasileiros desde a ditadura militar que foi a montagem de uma pauta de reivindicações conjunta, rural e urbana, apresentada conjuntamente, todos eles com comissões de negociação mistas, ou seja, ainda que a temática principal fosse urbana, na comissão de representação tinha representantes rurais e vice versa. Conseguiram negociar, conseguiram pressionar o Estado a negociar essas pautas nas três esferas, municipal, estadual e nacional. **Isso 2005, 2006 era, digamos assim, o que havia de mais avançado politicamente, organizativamente e de construção de unidade que nós temos notícia na Bahia e no Brasil nessas décadas antes de Jacques Wagner chegar ao poder, ao governo da Bahia** (informação verbal, grifo nosso)¹⁷⁹

Um marco desse processo na escala regional do Litoral Sul da Bahia foi, sem dúvida, a desarticulação do Fórum de Luta pela Terra, Trabalho e Cidadania da Região Cacaueira. Como foi visto no Capítulo 3, o Fórum foi criado em meados da década de 1990, no agravamento da crise cacaueira e avanço da espacialização dos movimentos sociais no campo sul baiano. Além das ações de mobilização como a organização do Grito dos Excluídos dos municípios, também eram realizados encontros regionais a partir de temas que emergiam da conjuntura agrária estabelecida e eram convergentes com as ações políticas das organizações e movimentos sociais no campo e na sua relação cotidiana com a cidade.

Encontros que não só possibilitavam a formação, mas também a articulação política a partir da construção de pautas unificadas de luta do campesinato regional em sua unidade e diversidade, como destacou de forma saudosista Luciano Ferreira, hoje importante liderança do Movimento CETA que, à época, participava do Fórum de Luta pela Terra, Trabalho e Cidadania da Região Cacaueira como integrante da Pastoral da Juventude Rural (PJR).

A gente já teve espaços muito mais fortes. A gente tinha um espaço, por exemplo, a gente tinha um espaço aqui que era o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania. Era o sonho dessa discussão que eu tô dizendo que foi abandonada

¹⁷⁹ Entrevista realizada na sede do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador, no dia 15 de maio de 2018.

pelos movimentos sociais, por quê? Porque era o espaço, que a cada ano tinha uma temática. Teve um ano que a temática foi a luta pela terra, então a mesa era composta por indígena, quilombola, assentado da reforma agrária, movimento social da reforma agrária [...] Babau não era nem cacique ainda, Babau era da juventude indígena que a gente discutia esses processos todos e ficava sonhando com essas coisas (informação verbal, grifo nosso)¹⁸⁰

O Fórum de Luta pela Terra, Trabalho e Cidadania da Região Cacaueira manteve a sua organicidade política até o final do primeiro mandato do governo Lula – portanto, antes da chegada do governador Jaques Wagner ao poder na Bahia –, tendo sido o último encontro regional realizado no Centro Diocesano da Pastoral em Itabuna, nos dias 16 e 17 de julho do ano de 2005. Com o tema “Onde estão as terras para a reforma agrária no Sul da Bahia?”, o encontro contou com a presença de 130 pessoas, representando 35 entidades e movimentos sociais vindos de 16 municípios do Sul da Bahia: FASE, CIMI, PJ (Itabuna e Santa Luzia), Associação dos Moradores do bairro Novo Fonseca (Itabuna), CONLUTE, FETAG, MST, CETA/RAACASUL, CPT, Pastoral da Criança, Pré-Afro, SINTSEF, Programa Integrar, IBL, Associação de Quilombos (Maraú), CARE, CEB’s, DCE/UDESC, PT, Anastácia de Palmares, FTC, Banco do Povo, MNU, CRASBA (Buerarema), Conselho da Cidadania da Paróquia Santa Rita, PSTU, Raízes do Quilombo, Grupo de Ação Negralidade (Ilhéus), Grupo de Capoeira Luanda, UESC, Associação Beneficente Vila Cachoeira (Ilhéus), CRB, CEPLAC, IESB, Associação Coletivista Dom Helder Câmara (Ilhéus), AATR, CPT, INCRA e Grupo GeografAR/UFBA¹⁸¹.

A partir do ano de 2012, a proposta da articulação política foi de certa forma retomada, mas na dimensão e escala mais restrita do “Micro Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania da Região Cacaueira”. Uma articulação cuja organicidade se define de forma mais próxima às áreas de atuação da CPT, CIMI, CETA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, como descreveu Valderli Casais dos Anjos, historiador e agente da CPT Sul Sudoeste.

A CPT e o CIMI sempre preocupados em manter uma articulação e tentar manter a proposta do Fórum, aí a gente viu que a nível de Itabuna, não tava conseguindo mais, devido à migração de muitos movimentos, entidades. Aí como a gente tava atuando

¹⁸⁰ Entrevista realizada no Pré-assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga, no dia 15 de novembro de 2017.

¹⁸¹ À época, ainda enquanto estudante da graduação, participei do encontro enquanto representante do Grupo GeografAR/UFBA conjuntamente com o colega Joallan Cardim Rocha. Importante destacar que a temática do encontro foi um desdobramento do Seminário “A Situação das Terras Públicas na Bahia” que foi promovido pelo Grupo GeografAR/UFBA em parceria com entidades e movimentos sociais, na Faculdade de Direito da UFBA, nos dias de 17 a 19 de março de 2005. Os municípios 16 municípios representados no encontro foram: Itabuna, Camacan, Santa Luzia, Maraú, Arataca, Ubaitaba, Gongogi, Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Aurelino Leal, Barro Preto, Jussari, Buerarema, Itacaré e Uma.

na região de Pau Brasil, Buerarema pra baixo, o CIMI tem mais atuação nas áreas indígenas lá naquela região, e o CETA, como a gente tava trabalhando também, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia [...] porque lá também eles são motivados pela questão do avanço do eucalipto e a questão da demarcação das terras e luta pela terra [...] Aí a gente puxou pra discussão pra manter a proposta do Fórum, mas naquela região onde a gente pudesse tá mais atuante (informação verbal)¹⁸²

Outro aspecto que torna evidente a fragmentação da luta pela reforma agrária na realidade do TI Litoral Sul da Bahia é a quantidade de assentamentos rurais que, atualmente, se apresentam na condição de “independentes”, como também foi visto no Capítulo 3. Ou seja, assentamentos que no passado foram dirigidos pelos movimentos sociais – alguns até por até três ou quatro – mas que em função dos conflitos entre as lideranças das comunidades e dos movimentos sociais ficaram “sem bandeira”, assim definem as próprias famílias assentadas. A única forma de organização política que os identifica é a associação do próprio assentamento.

Diante da realidade constatada, e principalmente, do lugar de fala dos sujeitos pesquisados, entende-se que os sentidos da resistência no território perpassam inicialmente pelo desafio da construção da unidade política dos movimentos sociais do campo. Uma unidade que necessariamente não nega a diversidade, como tão bem analisa Grybowski (1987), ao considerar que a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrenta-las. Mas que é na luta contra a expropriação que reside a possibilidade da construção da unidade na diversidade existente.

Uma possibilidade de construção da unidade que se define, portanto, na dimensão da organização política contra a violência e expropriação e perpassa pelo desafio da agregação de sujeitos e organizações diversas, com sociabilidades e territorialidades particulares, constituídas em diferentes tempos e espaços.

Sentidos de resistência que também perpassam pela disputa de um projeto político de sociedade na qual a realização do trabalho e da produção, e assim, da relação da sociedade com a natureza se realize de forma menos perversa e desigual. Principalmente, considerando que a realização o trabalho e a produção, para além de garantir das condições materiais de reprodução social das famílias assentadas, adquire o sentido de legitimação política da reforma agrária frente ao Estado e a sociedade, e não só assegura a permanência na terra como também a conformação de novos processos de territorialização: territórios e territorialidades.

Uma disputa de projeto político de sociedade que historicamente se esbarra nas múltiplas determinações e contradições definidas em meio aos descaminhos da reforma agrária

¹⁸² Entrevista realizada na sede regional da CPT Sul Sudoeste, no município de Itabuna, no dia 13 de abril de 2018.

no Brasil, e que tende a se inserir numa correlação de forças ainda mais desigual na atual conjuntura agrária brasileira. Nesse sentido, Joelson Ferreira de Oliveira, reconhecida liderança do MST e em tempos mais recentes, também, da Teia dos Povos, avalia: “Paramos no tempo. Os movimentos sociais não foram para além da cerca. Principalmente, no que se refere a disputa pelo projeto político de sociedade a que se propõe (informação verbal)”¹⁸³

Contudo, entende-se apesar dos descaminhos históricos da reforma agrária que se impõem no tempo presente – ou “cercas”, como definiu Joelson Ferreira –, é inegável que a partir da espacialização dos movimentos sociais e territorialização da luta pela reforma agrária, tendo como síntese a materialização de 74 assentamentos criados numa abrangência de 26 municípios, impuseram-se novos sujeitos, discursos e práticas na disputa política de ideologias geográficas e representações espaciais no TI Litoral Sul da Bahia. Ideologias geográficas que, como considera Moraes (2005, p.144) “alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais do Estado, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele”.

Como também, impuseram-se novas matrizes discursivas sobre o desenvolvimento e sustentabilidade no espaço regional. Perspectiva na qual a defesa do sistema cacau cabruca vem sendo empunhada pelos movimentos sociais como estratégia de legitimação política da reforma agrária. Principalmente, considerando o sentido geopolítico da localização, condições edafoclimáticas e principalmente, dos fatores de produção – terra e trabalho – que dispõem as famílias assentadas, como foi analisado no Capítulo 5. Um modelo de desenvolvimento que tem como princípio a prática indissociada da produção do cacau e conservação da natureza – a “conservação produtiva” (SETENTA e LOBÃO, 2012).

Assim, partindo do reconhecimento do sistema cacau cabruca como patrimônio histórico-cultural dos saberes ancestrais e indígenas na floresta tropical e da memória e identidade regional, os movimentos sociais defendem a produção do cacau como meio de trabalho e renda para a melhoria das condições de reprodução das famílias assentadas. Um modelo de desenvolvimento que se define, portanto, na interface da produção e reprodução da vida. E assim, como estratégia de resistência e permanência na terra e território.

Uma estratégia de legitimação política da reforma agrária que se define no contexto mais amplo da luta pela defesa do Bioma da Mata Atlântica e também, da Agroecologia e Soberania Alimentar, sendo pautada a produção consorciada do cacau com alimentos em bases agroecológicas nos assentamentos rurais. Uma estratégia de legitimação política da reforma

¹⁸³ Depoimento dado na atividade de extensão “Questão Agrária Pés no Chão” que foi desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa GeografAR - UFBA, em Salvador, entre os dias de 11 a 15 de dezembro de 2017.

agrária e de resistência das famílias assentadas pela permanência na terra e defesa do território. Sentido no qual a agroecologia se apresenta como estratégia para a re-territorialização do campesinato, através da constituição de territórios camponeses agroecológicos, construtores de soberania alimentar, como parte de uma verdadeira reforma agrária popular (ROSSET, 2016).

Apesar dos desafios da transição agroecológica no Brasil, como considera Sauer e Balestro (2013), vem sendo destacadas as experiências agroecológicas que vem sendo construídas no Litoral Sul da Bahia a partir dos processos de territorialização da Teia dos Povos, criada no ano de 2012, e da Rede de Agroecologia Povos da Mata, no ano de 2015.

Formas de organização em redes de movimentos sociais que imersas à crise das utopias totalizadoras se definiram como perspectiva das lutas populares no Brasil a partir dos anos 90 (SCHERER-WARREN, 1993). Redes sociais que não somente atribuem novos sentidos às sociabilidades humanas, mas também, aos territórios e territorialidades. Sentidos da rede que repercutem no diálogo sobre a dimensão espacial da sociedade na teoria social contemporânea (DIAS, 2005).

Um sentido de resistência no território que se estabelece a partir do “diálogo político campo - cidade em torno do alimento”, como também considera Joaci Cunha (CEAS).

Na medida que você tem um alimento agroecológico, um alimento limpo e oferece ao consumidor o preço que ele tá habituado a pagar, abre um campo de diálogo pra discutir o que é produção de alimento e o que é relação da terra, o que é relação com meio ambiente, o que é relação com o capital que impõe o veneno e a técnica que interessa às grandes empresas. Ou seja, você abre um campo de diálogo político entre campo e cidade fantástico e é nessa perspectiva que eu acho que a gente pode avançar. Mas tudo isso é uma construção difícil, penosa, lenta, não é tarefa de uma só geração (informação verbal)¹⁸⁴.

Uma dinâmica territorial que, na realidade do Litoral Sul da Bahia, significa a garantia da produção e comercialização do alimento, como também a mudança cultural do hábito alimentar dos trabalhadores rurais. Isso porque a conquista da posse da terra não somente possibilitou a garantia do alimento para o autoconsumo – até mesmo das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's) – assim como o consumo do cacau e dos seus derivados como um alimento de alto valor nutritivo e energético. O “alimento dos deuses” historicamente negado a quem de direito o produzia. Ou, como também expressou Luciano Ferreira (CETA) no seu lugar de fala: “O Sul da Bahia produz cacau há mais de 250 anos. Os trabalhadores produziam cacau, mas não tinham direito de comer chocolate. Hoje a gente produz e come, come ainda chocolate de qualidade” (informação verbal)¹⁸⁵

¹⁸⁴ Entrevista realizada no CEAS, em Salvador, no dia 15 de maio de 2018.

¹⁸⁵ Entrevista realizada no Pré-assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga, no dia 15 de novembro de 2017

Uma negação histórica que foi imposta pela lógica hegemônica da monocultura agroexportadora na qual o tempo de realização do trabalho era em sua totalidade destinado para a produção das amêndoas secas do cacau, numa época em que “nem ouro valia como caroço de cacau” (AMADO, 2010). Um aspecto que também definiu o sentido da “Pobre Região Rica”: rica, porque seu vasto território permite o cultivo de produtos de subsistência, outrora convivendo com o cacau; pobre, porque o que a população consome, aqui não é produzido, e o que aqui é produzido a população não consome (ASMAR, 1979).

Uma estratégia de defesa do sistema cacau cabruca em bases agroecológicas de produção que não somente se define na interface da produção e reprodução da vida, enquanto estratégia de permanência na terra e resistência no território, mas também se apresenta para a sociedade enquanto uma nova matriz de desenvolvimento regional. Um campo de disputa da cacauicultura pelo campesinato que também repercute nas perspectivas analíticas dos estudos regionais. Afinal, “a região é um objeto construído a partir dos enfrentamentos históricos entre diferentes atores sociais e distintos projetos de sociedade (ALENTEJANO, 1997, p. 90)

Define-se, assim, um sentido de resistência que se torna evidente pela permanência na terra e defesa do território, e que atribui à reforma agrária uma condição espacial de luta permanente. Uma luta permanente para a imaginação e construção de outro mundo possível. Um outro mundo no qual a trajetória do desenvolvimento seja democrática desde o início, construída pela e para a sociedade (ACOSTA, 2016).

7 CONCLUSÃO

Apesar dos (des)caminhos trilhados pela reforma agrária no Brasil, os assentamentos rurais são realidades concretas que marcam a paisagem e repercutem na produção do espaço, conformando novos processos de territorialização no tempo presente. Afinal, a conquista da terra é uma ação política de reapropriação social da natureza, sendo constituídos novos tempos e espaços, sociabilidades e territorialidades, ainda que por vezes ceifadas pelos dilemas que se definem no cotidiano da reprodução social das famílias assentadas. De forma particular, na realidade do Litoral Sul da Bahia que se particulariza pela quantidade de assentamentos rurais de reforma agrária implantados no campo baiano.

Ao correlacionarmos a dinâmica da implantação da política de assentamentos rurais no Litoral Sul da Bahia, durante o período de 1986 a 2017, com os períodos de cada governo, constatou-se que: do total de 74 assentamentos, foram implantados sete assentamentos no governo de José Sarney (1985-1989), o que corresponde a 9,46% do total; foram implantados 23 assentamentos no primeiro governo de FHC (1995-1998), o que corresponde a 31,08% do total; foram implantados 19 assentamentos no segundo governo de FHC (1999-2002), o que corresponde a 25,28% do total; foram implantados 12 assentamentos no primeiro governo Lula (2003-2006), o que corresponde a 16,22% do total; foram implantados três assentamentos no segundo governo Lula (2007-2010), o que corresponde a 4,05 % do total; foram implantados cinco assentamentos no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), o que corresponde a 6,76% do total; assim como também foram implantados cinco assentamentos no segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016), correspondendo igualmente a 6,7% do total. Nos governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994), e Michel Temer (2016-2018) não houve implantação de assentamentos rurais no Litoral Sul da Bahia

Como também, adquire particularidade pela diversidade de organizações e movimentos sociais. Uma realidade que se apresenta como uma síntese da permanência da questão agrária brasileira. Ou melhor, das lutas sociais que, em diferentes tempos, emergiram na resistência e no enfrentamento às duas formas combinadas de sua manifestação: expropriação e a exploração, como nos ensinou Martins (1991). Lutas sociais que remontam ao processo histórico de expropriação das territorialidades originalmente constituídas pelos povos indígenas e comunidades quilombolas, perpassando pela organização política dos trabalhadores assalariados do cacau que, ainda na década de 1930, integraram o movimento precursor do sindicalismo rural brasileiro, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirangi, no ano de 1937. Uma forma de organização que foi retomada na década de 1950, com a criação

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna (1952) e consolidada na década de 1960, com a criação Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Bahia (1963). Como também remontam à espacialização das ligas camponesas na década de 1960, da luta dos posseiros na década de 1980 e da luta dos trabalhadores rurais sem terra, a partir da década de 1990.

Uma realidade regional que se particulariza no campo baiano, mas que, contudo, não se traduziu no processo efetivo de democratização da terra como foi evidenciado pela análise histórica dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE.

Transcorridas mais de três décadas da conquista das “terras do cacau” pelos trabalhadores rurais “sem terra”, período no qual se definiram diferentes conjunturas econômicas e sociais, assim como marcos políticos e institucionais associados à luta pela reforma agrária no Brasil, tornaram-se evidentes desafios e ameaças aos territórios e territorialidades conquistadas que impõem a necessidade da construção de formas de resistências no cotidiano social.

Desafios e ameaças que estão associados aos (des)caminhos da reforma agrária no Brasil, mas que se particularizam no contexto da reestruturação produtiva do capital no Litoral Sul da Bahia. Um processo que não só repercute na dinâmica da produção, mas também da valorização do espaço produzido e dos conflitos territoriais que se estabelecem. Assim como das formas cotidianas de resistência e enfrentamentos que emergem desse processo.

Uma realidade que, inserida na totalidade do real, adquire concretude numa conformação dialética de subordinação e resistência à lógica do capital, sendo permeada por situações de conflitos, resistências e enfrentamentos cotidianos. Contexto no qual são revivificadas memórias, afirmadas identidades e ações coletivas explicitam formas particulares de realização do trabalho, uso e apropriação da natureza e, portanto, da produção do espaço geográfico.

Sem dúvida, o desafio maior que prevalece é a afirmação do sujeito coletivo na luta pela permanência na terra conquistada em meio aos descaminhos da reforma agrária no Brasil. Um adiamento histórico que não só se manifesta através da elevada concentração da propriedade da terra, aumento da violência e conflitos no campo, criminalização das organizações e movimentos sociais, mas também pela precarização da política de assentamentos rurais.

Um sentido de precarização apreendido no real a partir do avanço da descentralização da reforma agrária, tendo como síntese o estrangulamento do orçamento agrário; o arranjo institucional do sucateamento do INCRA e mais recentemente, extinção do

MDA; e as ações de (não) implantação dos assentamentos e instalação das famílias. Um processo que se define no campo das políticas públicas e que repercute na unidade e fragmentação das ações políticas dos movimentos sociais, e assim, de forma mais ampla no processo de territorialização da luta pela reforma agrária. Um sentido de precarização que assim se estabelece no cotidiano da vida social nos assentamentos, sendo manifestado através do sentimento de abandono e negligência do Estado por parte das famílias assentadas.

Apesar de se constituírem enquanto espaços de vida e trabalho dotados de materialidade pela prática social – há três décadas –, os assentamentos de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia ainda se evidenciam enquanto “projetos” em fase de implementação se considerarmos o cronograma executado das ações de planejamento e gestão do Estado. Um processo que se realizada de forma fragmentada, no tempo e no espaço, e que contradiz os marcos legais e as normas institucionais estabelecidas. Uma compreensão que é fundamental para a análise dos desafios que se impõem à organização interna dos assentamentos rurais no tempo presente. Principalmente, considerando as análises reducionistas que julgam o “sucesso” ou “fracasso” da política de assentamentos rurais pelo critério quantitativo da renda e produção das famílias assentadas. Ações fragmentadas do Estado que determinam hierarquias e segregações entre os assentamentos rurais, e acirram diferenciações e conflitos entre as famílias assentadas.

Se os desafios se definem internamente a partir das múltiplas determinações e contradições do real, aguçadas pelos sentidos da precarização da política de assentamentos rurais e mais recentemente, pelos tempos de conservadorismo e austeridade que se impuseram no Brasil, de forma ainda mais perversa para os povos e comunidades do campo; as ameaças se definem pelo avanço das diversas frentes do capital no vácuo do processo de mundialização da agricultura brasileira e da sua particularidade no contexto da reestruturação produtiva regional. Principalmente, dos setores do agronegócio (cacau, café, eucalipto, pecuária e carcinicultura) e da mineração, através da implantação do complexo logístico da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e do Porto Sul, no município de Ilhéus (BA). Mas também, do turismo e especulação imobiliária dada a extensa faixa litorânea de aproximadamente 176 km que se define entre os municípios de Maraú, ao norte, e Canavieiras, ao sul.

Contudo, apesar dos desafios e ameaças que se impõem no tempo presente, é inegável que a partir da espacialização dos movimentos sociais e da territorialização da luta pela reforma agrária, tendo como síntese a conquista de 74 assentamentos numa abrangência de 26 municípios, impuseram-se novos sujeitos, discursos e práticas na disputa política de

projetos territoriais. Como também, de matrizes discursivas sobre o desenvolvimento regional após a crise da monocultura agroexportadora do cacau, no final da década de 1980.

É nessa perspectiva que a defesa do sistema cacau cabruca vem sendo empunhada pelos sujeitos em luta como estratégia de legitimação da reforma agrária no espaço regional. Um modelo de desenvolvimento que tem como princípio a prática indissociada da produção do cacau e a conservação da natureza. Nesse caso, da conservação do Bioma da Mata Atlântica. Assim, partindo do reconhecimento do sistema cacau cabruca como patrimônio histórico-cultural dos saberes ancestrais e indígenas na floresta tropical e da memória e identidade regional, os movimentos sociais defendem a produção do cacau como meio de trabalho e renda para a melhoria das condições de reprodução das famílias assentadas. Um modelo de desenvolvimento que se define, portanto, na interface da produção e reprodução da vida. E assim, como estratégia de resistência e permanência na terra e território.

Uma estratégia de legitimação política da reforma agrária que se define no contexto mais amplo da luta pela defesa do Bioma da Mata Atlântica e também, da Soberania Alimentar e a Agroecologia, sendo pautada a produção consorciada do cacau com alimentos em bases agroecológicas. Nesse sentido, a defesa do sistema cacau cabruca que vem sendo empunhada pelos movimentos sociais como estratégia de resistência e permanência na terra e território, na interface da produção e reprodução da vida, se coloca enquanto antagonismo ao modelo de “desenvolvimento sustentável” pautado pelo agronegócio do cacau e do chocolate. Ainda que, dialeticamente, as formas cotidianas de resistência nos assentamentos rurais também se definam enquanto sujeição a lógica do capital.

Assim, conclui-se que, se os sentidos da conquista da terra se evidenciam na trajetória histórica da luta pelas transformações ocorridas na dimensão da reprodução da vida, os sentidos da resistência se definem pelas perspectivas que se anunciam na dimensão da permanência no território. Sentidos indissociados que se evidenciam no tempo e no espaço, atribuindo materialidade ao processo de territorialização da reforma agrária. Um processo que se realiza enquanto síntese dialética da sujeição e resistência aos processos monopolistas do capital no campo, sendo constituídos “sujeitos em luta, territórios em disputa”.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016.
- ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia:** Chão do cacau uma civilização regional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 [1976].
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos:** a gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: EUFC, 2000.
- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; SCHWEIZER, Peter José (org.). **Transformações territoriais:** de rural a metropolitano. São Paulo: Editora Alínea, 2008.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 18. Dossiê: geografia e globalização. São Paulo: AGB, p.89-105, jul. 1996.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos Rurais.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997, p. 74-93 (mimeo). Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/02/paulo_alentejano_02.pdf. Acesso em: 10 nov.2014
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. São Paulo: **Terra Livre**. Ano 19, v.2, n.21, jul-dez 2003, p.25-39. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/468>. Acesso em: 7 dez. 2016.
- AMADO, Jorge; ADONIAS FILHO. **A nação grapiúna.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.
- AMADO, Jorge. **Cacau.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- AMADO, Jorge. **Terras do sem fim.** 76ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005[1942].
- AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010[1944].
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste.** 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- ANDRADE, Maicon Leopoldino de. **A monocultura do eucalipto:** conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do Sudoeste Baiano. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- ANTONINO, Lucas Zenha. Mineração e Espoliação territorial na Bahia. *In:* VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Geografias das Redes de Mobilização Social na América Latina. Paraná -Curitiba, 1 a 5 de nov. de 2017. **Anais [...]** Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: <https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/gt-11/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política**: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Editora Vieira, 2007.

ASMAR, Selem Rachid. **Sociologia da microrregião cacauzeira**. Itabuna: Itagrafe, 1983.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass (org.) – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BAIARDI, Amílcar; TEIXEIRA, Francisco. **O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia**. A Rota da Sustentabilidade, Perspectivas e Vicissitudes Relatório Técnico. Salvador: Instituto Arapyáú, 2010.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, 11(31), p.37-49, dez. 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9021>. Acesso em: 5 ago. 2009

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 18. Dossiê: geografia e globalização. São Paulo: AGB, p.89-105, jul. 1996.

BEZZI, Meri Lourdes. Região: desafios e embates contemporâneos. **Série Estudos e Pesquisas**, n 67, Desigualdades Regionais. Salvador: SEI, p.39-87, 2004.

BOGO, Ademar. Eldorado dos Carajás Sempre *In*: **Eldorado dos Carajás 10 anos depois: violência e impunidade no Campo**. São Paulo: Maxprint Editora e Gráfica Ltda, 2006.

BOMBARDI, Larissa Mies; MANFRENDINI, Sidneide; FERNANDEZ, Gabriel de Andrade. Desafios da Produção Agrícola Camponesa nos Assentamentos de Reforma Agrária. Assentamento Milton Santos – Americana/SP. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n 26, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74132>. Acesso em: 12 jul. 2015

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Oeiras -SP: Celta Editora, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis -RJ: Editora Vozes, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra:** como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. *In:* CASTRO, Iná Elias de. COSTA, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** Conceitos e Temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 117-140.

CEAS. Centro de Estudos e Ação Social. **Trabalhadores do cacau: uma presença junto aos assalariados.** Suplemento dos Cadernos do CEAS. Salvador, jan.1990.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira:** processo produtivo do setor agropecuário. Vol. 13. Convenio IICA/CEPLAC. Ilhéus: CEPLAC, 1976.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas.** A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações. Nota Técnica, Ilhéus: CEPLAC/CEPEC, 2009.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Efeito da Estiagem na Produção de Cacau da Bahia nas Safras de 2016/17 e 2017/18.** Nota Técnica, Ilhéus: CEPLAC/CEPEC, 2017.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2003.** Goiânia: CPT Nacional, 2003.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2017.** Goiânia: CPT Nacional, 2017.

COSTA, Francisco Mendes; SOARES, Naisy Silva. **Cacau riqueza de pobres.** Ilhéus: Editus, 2016.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

DANTAS, Emiliano Ferreira Dantas. **Os meeiros do cacau do Sul da Bahia:** trabalho, corpo e documentação. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

DEMETER, Paulo Roberto. Combatendo o desemprego na Região Cacaueira da Bahia: o papel dos movimentos sociais populares. **Cadernos de Pesquisa**, n. 7, p. 171 – 190, São Paulo: CEBRAP, maio de 1997.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. *In:* DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluízio Capdeville. **A região cacauêira da Bahia**. Recife: SUDENE, 1983.

FÁLCON, Gustavo. **Coronéis do cacau**. Salvador: Solisluna, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**, 2004. Disponível <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/questão-agrária-conflitualidade-e-desenvolvimento-territorial>. Acesso em 05 maio 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. p. 153-179. *In*: MITIDIERO, Marco Antonio Jr.; GARCIA, Maria Franco Garcia; VIANA, Pedro Costa Guedes. **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FETAG. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fetag-ba.org.br>. Acesso em 5 maio 2008.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A espacialização da luta pela terra no Litoral Sul da Bahia**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial no Litoral Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Título original: *Las venas abiertas de América Latina*. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Mecanismos de formação da propriedade cacauêira no eixo Ilhéus-Itabuna, 1980-1950**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Em torno da propriedade da terra**. Salvador: Arembepe, 1997.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **CEPLAC de corpo e alma: história de uma experiência**. Ilhéus: CEPLAC, 1985.

GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión agraria y asentamientos de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra**. Bahia, Brasil (1964 – 1990). Tese (Programa Pensamiento Geográfico y Organización del Territorio) – Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Barcelona, Barcelona:1993.

GERMANI, Guiomar Inez. Assentamentos de Reforma Agrária: produção de novos espaços de vida e de conflito. **Cultura Vozes**, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 67-84.

- GERMANI, Guiomar Inez. A questão agrária na Bahia: Permanência e mudanças. *In*: Francisco Mendonça, Cicilian Luiza Löwen Sahr e Márcia da Silva. (org.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMAN, 2009, p. 348-370.
- GEOGRAFAR, Grupo de Pesquisa. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Banco de Dados**. Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br>. Acesso em 05 jun. 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GOMES, Horiestes. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- GONÇALVES, Vitor Santos. **Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888)**. Ibicaraí: Via *Litterarum*, 2017.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: GRAZIANO DA SILVA, J. (org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1996. p. 1-40.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981 b.
- GRAZIANO, Xico; NAVARRO; Zander. **Novo mundo rural. A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- GUERREIRO DE FREITAS, Antônio Fernando. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1979.
- GUIMARÃES, Eduardo Alfredo Morais. Ciência, técnica e tecnologia: vassoura de bruxa, cacau cabruca e a ideia de progresso no Sul da Bahia. *In*: 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Belo Horizonte, 8 a 11 de out. de 2014. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1688. Acesso em: 5 jun. 2018.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 25, n.74. São Paulo, 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>. Acesso em 12 de nov. de 2017.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2017. Resultados Preliminares. Disponível em <http://www.censosibge.gov.br>. Acesso em 1 set. 2018.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Diagnostico do II Plano Regional Reforma Agrária**. Salvador, outubro de 2015.

JUNGMANN, Raul. O cadastro da terra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/18/opiniaio/8.html>. Acesso em: 10 set. 2016

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonildes *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau**: a presença comunista no Sul da Bahia (1935-1936). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOBÃO, D. E.; SETENTA, W. C.; VALLE, R. R. Sistema agrossilvicultural cacauero. Modelo de agricultura sustentável. **Revista da Sociedade de Agrosilvicultura**, v. 1, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.sbag.org.br/07-SBAG-v1-n2-2004-163-173.pdf> . Acesso em 10 jan. 2017

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Duarte Vilela, Paulo Márcio M. Araujo (org.). **Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio**. Brasília: MAPA/SE/CGAC, 2006

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul - dez. 2002. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/160/148>. Acesso em: 10 jul. 2014

MARTINS, José de Souza. A Sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, 10 (19), 1980. p. 31-47.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ªed. Revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, volume I. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio. *et al* (org.) **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sergio (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre-Rio de Janeiro: UFRGS-CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sergio (org.). **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004

MELLO e SILVA, Sylvio. C. Bandeira; SILVA, Barbara-Cristine M. Nentwig; LEÃO, Sônia de Oliveira. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus e Itabuna**. Série Estudos Regionais. Recife: SUDENE, 1987.

- MENEZES, Maria Aparecida de. O Cotidiano Camponês e sua Importância enquanto Resistência à Dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n.1, p. 32-44, jan.-jun. 2002. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_87.pdf. Acesso em: 30 jan. 2016
- MENEZES, Jose A Souza; CARMO-NETO, D. **A modernização do agribusiness cacau**. Campinas: Fundação Cargil, 1993.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Vida Digna no Campo**. Brasília: MDA/INCRA, 2003a.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: MDA/INCRA, 2003b.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Regional de Reforma Agrária da Bahia**. Brasília: MDA/INCRA, 2004.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: MDA/SDT, 2005
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas do Meio Rural - 2008**. Brasília: MDA/DIIEESE, 2008.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Agricultura familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para o Novo Mundo Rural**. Brasília: MDA/INCRA, 1999.
- MIRA, Elson Cedro. **Mudança institucional e reconversão produtiva no Sul da Bahia**. Ilhéus: Editus, 2015.
- MITIDIERO, Marco Antonio Jr. Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **AGRÁRIA**, São Paulo, n 14, p.4-22, junho 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i14p4-22>. Acesso em 25 dez. 2018
- MONBEIG, Pierre. Os problemas geográficos do cacau no sul do Estado da Bahia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, 1945, p.1878-1883.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderlei Messias da **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, Antônio Carlos Robert Moraes. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5ª ed São Paulo: Annablume. 2005.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão campo-cidade no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira.** 2ª ed Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos. **Resistência e territorializações: a moradia camponesa, com ênfase nos projetos de assentamento de reforma agrária do estado da Bahia.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MURITIBA, Maria Jocélia Souza. **Luta pela terra, reforma agrária e territorialização: produção de espaços para trabalho e vida.** Itaetê-Bahia, 1997-2007. Dissertação. (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2018.

NAVARRO, Zander. Movimentos Rurais no Sudeste da Bahia (1995/1964). *In: Cadernos dos CEAS*, Salvador, n. 85, maio-jun. 1983. p.14-23.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? *In: BUAINAIN, Antonio Marcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander.* Editores Técnicos. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.)* **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iãnde Editorial, 2016. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>. Acesso em 1.3.2017.

PDTRS. Plano Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável. **Território Litoral Sul da Bahia**, 2010.

PTDSS. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Solidário. **Território Litoral Sul da Bahia**, 2016. Atualização em 2018.

PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano.** Tradução Cláudia Freira. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Paixão da terra.** Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Oligarquia Fazendo Justiça com as Próprias Mãos (A geografia da violência no campo brasileiro 2007). **Caderno conflitos no campo – Brasil 2007.** Goiânia: CPT, 2007, p.143-148

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana, 2011. **GEOgraphia**, v. 8, n. 16 (2006). Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521>. Acesso em 05 de mar. de 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. CUIN, Danilo. O Campo se Manifesta. A Questão (da Reforma Agrária). **Caderno de conflitos no campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT, 2015, p.150-162

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. 3ª ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1980-1992)**. Ilhéus: Editus, 2001.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: Ilhéus**. Editus, 2008.

ROSSET, Peter. La Reforma Agraria, la Tierra y el Territorio: evolución del pensamiento de La Vía Campesina. **Mundo Agrario**, v. 17. n. 35, p. 1-13, agost. 2016. Disponível em <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe021>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, n.3, p. 715-751, set-dez. 2007, Disponível em <https://www.scielo.br/revistas/se/paboutj.htm#003>. Acesso em 05 maio 2009.

SACK, David Robert. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela (org.) **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2011, p. 63-89.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico**. Bahia: S. A. Artes Gráficas, 1955.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004 a.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 1º reimpr. São Paulo: EDUSP, 2004b.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. 1º reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012 a.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. 2º reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012b.

SANTOS e SANTOS, C J. S. **O Processo de territorialização do MST no projeto de assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Tiago Rodrigues. “**CETA: nossa luta é justa e certa!**”: formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009). Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS FILHO, Lindolfo. P. *et al.* Produção de cacau e a vassoura-de-bruxa na Bahia. **Agrotópica**, Ilhéus, v.20, p.73-82, jan-dez 2008. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/agrotropica/> Acesso em: 3 set.2017

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. *In*: PRAGA, Nilson Cesar (org.) **Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 33-50.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. (org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra **Raízes**. Campina Grande, v. 21, n .1, p. 10-31, jan - jun. 2002. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_86.pdf. Acesso em: 30 jan. 2016

SEI. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**. v 1. Salvador, Bahia, 2015.

SEPLANTEC. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) – Sul da Bahia**. Salvador: SEPLANTEC/CAR, 1997.

SERPA, Angelo. (org.) **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade**. Salvador, Edufba, 2015.

BAHIA. Secretaria do Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico Econômico Preliminar**. Salvador: SEPLAN; SEMA, 2013

SETENTA, Wallace & LOBÃO, Dan Érico. **Conservação produtiva: cacau por mais 250 anos**. Itabuna. 2012.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. Primeiros Passos. Coleção. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**, Biblioteca de La Revista de Occidente. Madri, 1977.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOS Mata Atlântica. **Atlas da Mata Atlântica**, 2018. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes>. Acesso em 20/09/2018.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de. COSTA, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 77-116.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p.83-145, out. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso: 8 out. 2017

TEIXEIRA, Gerson; INTINI, João. **Análise sobre a Proposta de Lei Orçamentária 2018**. Os ‘Cortes Rasos’ nas Ações Estruturantes da Área Agrícola, Agrária e Ambiental. Brasília: Núcleo Agrário do Partido do Trabalhadores. Câmara dos Deputados, 2017.

TRICART, Jean; SANTOS, Milton. **Estudos da geografia da Bahia: geografia e planejamento**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1958.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus: rede urbana regional e interações espaciais**. Ilhéus: Editus, 2014.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultural popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANEXO A – TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2017

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Bacia do Jacuípe	Baixa Grande - Capela do Alto Alegre - Capim Grosso - Gavião - Ipirá - Mairi - Nova Fátima - Pé de Serra - Pintadas - Quixabeira - Riachão do Jacuípe - São José do Jacuípe - Serra Preta - Várzea da Roça - Várzea do Poço.
Bacia do Paramirim	Boquira – Botupora – Caturama - Erico Cardoso - Ibitipanga – Macaúbas – Paramirim - Rio Do Pires.
Bacia do Rio Corrente	Brejolandia – Canapolis – Cocos – Coribe – Correntina – Jaborandi - Santa Maria Da Vitoria – Santana - Sao Felix Do Coribe – Serra Dourada - Tabocas Do Brejo Velho.
Bacia do Rio Grande	Angical – Baianopolis – Barreiras – Buritirama – Catolandia - Cotegipe – Cristopolis - Formosa Do Rio Preto - Luís Eduardo Magalhaes – Mansidão - Riachão Das Neves - Santa Rita De Cassia - São Desiderio - Wanderley.
Baixo Sul	Aratuípe - Cairu - Camamu - Gandu - Ibirapitanga - Igrapiúna - Ituberá - Jaguaripe - Nilo Peçanha - Piraí do Norte - Presidente Tancredo Neves - Taperoá - Teolândia - Valença - Wenceslau Guimarães.
Chapada Diamantina	Abaíra - Andaraí - Barra da Estiva - Boninal - Bonito - Ibiocoara - Ibitiara - Iramaia - Iraquara - Itaetê - Jussiapé - Lençóis - Marcionílio Souza - Morro do Chapéu - Mucugê - Nova Redenção - Novo Horizonte - Palmeiras - Piatã - Rio de Contas - Seabra - Souto Soares - Utinga – Wagner.
Costa do Descobrimento	Belmonte - Eunápolis - Guaratinga - Itabela - Itagimirim - Itapebi - Porto Seguro - Santa Cruz Cabralia
Extremo Sul	Alcobaça - Caravelas - Ibirapóã - Itamaraju - Itanhém - Jucuruçu - Lajedão - Medeiros Neto - Mucuri - Nova Viçosa - Prado - Teixeira de Freitas – Vereda.
Irecê	América Dourada - Barra do Mendes - Barro Alto - Cafarnaum - Canarana - Central - Gentio do Ouro - Ibipéba - Ibititá - Ipupiara - Irecê - Itaguaçu da Bahia - João Dourado - Jussara - Lapão - Mulungu do Morro - Presidente Dutra - Uibaí - São Gabriel - Xique-Xique.
Itaparica	Abaré - Chorrochó - Glória - Macururé - Paulo Afonso – Rodelas.
Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba - Alagoinhas - Aporá - Araçás - Aramari - Cardeal da Silva - Catu - Conde - Crisópolis - Entre Rios - Esplanada - Inhambupe - Itanagra - Itapicuru - Jandaíra - Olindina - Ouricangas - Pedrão - Rio Real - Sátiro Dias.
Litoral Sul	Almadina - Arataca - Aurelino Leal - Barro Preto - Buerarema - Camacan - Canavieiras - Coaraci - Floresta Azul - Ibicaraí - Ilhéus - Itabuna - Itacaré - Itaju do Colônia - Itajuípe - Itapé - Itapitanga - Jussari - Maraú - Mascote - Pau-Brasil - Santa Luzia - São José da Vitória - Ubaitaba - Una – Uruçuca.
Médio Rio de Contas	Aiquara - Apuarema - Barra do Rocha - Boa Nova - Dário Meira - Gongogi - Ibirataia - Ipiáú - Itagi - Itagibá - Itamari - Jequié - Jitaúna - Manoel Vitorino - Nova Ibiá – Ubatã.
Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba - Firmino Alves - Ibicuí - Iguai - Itambé - Itapetinga - Itarantim - Itororó - Macarani - Maiquinique - Nova Canaã - Potiraguá - Santa Cruz da Vitória

Metropolitano de Salvador	Camaçari - Candeias - Dias D'Ávila - Itaparica - Lauro de Freitas - Madre de Deus - Mata de São João - Pojuca - Salvador - São Francisco do Conde - São Sebastião do Passé - Simões Filho - Vera Cruz.
Piemonte da Diamantina	Caém - Jacobina - Miguel Calmon - Mirangaba - Ourolândia - Saúde - Serrolândia - Umburanas - Várzea Nova.
Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim - Iaçú - Ibiquera - Itaberaba - Itatim - Lajedinho - Macajuba - Mundo Novo - Piritiba - Rafael Jambeiro - Ruy Barbosa - Santa Terezinha - Tapiramutá.
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha - Antônio Gonçalves - Caldeirão Grande - Campo Formoso - Filadélfia - Jaguarari - Pindobaçu - Ponto Novo - Senhor do Bonfim.
Portal do Sertão	Água Fria - Amélia Rodrigues - Anguera - Antônio Cardoso - Conceição da Feira - Conceição do Jacuípe - Coração de Maria - Feira de Santana - Ipecaetá - Irará - Santa Bárbara - Santanópolis - Santo Estêvão - São Gonçalo dos Campos - Tanquinho - Teodoro Sampaio - Terra Nova.
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu - Cachoeira - Castro Alves - Conceição do Almeida - Cruz das Almas - Dom Macedo Costa - Governador Mangabeira - Maragogipe - Muniz Ferreira - Muritiba - Nazaré - Salinas da Margarida - Santo Amaro - Santo Antônio de Jesus - São Felipe - São Félix - Sapeaçu - Saubara - Varzedo.
Semiárido Nordeste II	Ajustina - Antas - Banzaê - Cícero Dantas - Cipó - Coronel João Sá - Euclides da Cunha - Fátima - Heliópolis - Jeremoabo - Nova Soure - Novo Triunfo - Paripiranga - Pedro Alexandre - Ribeira do Amparo - Ribeira do Pombal - Santa Brígida - Sítio do Quinto.
Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes - Canudos - Casa Nova - Curaçá - Juazeiro - Pilão Arcado - Remanso - Sento Sé - Sobradinho - Uauá.
Sertão Produtivo	Brumado - Caculé - Caetitê - Candiba - Contendas do Sincorá - Dom Basílio - Guanambi - Ibiassucê - Ituaçu - Iuiu - Lagoa Real - Livramento de Nossa Senhora - Malhada de Pedras - Palmas de Monte Alto - Pindaí - Rio do Antônio - Sebastião Laranjeiras - Tanhaçu - Tanque Novo - Urandi.
Sisal	Araci - Barrocas - Biritinga - Candeal - Cansanção - Conceição do Coité - Ichu - Itiúba - Lamarão - Monte Santo - Nordestina - Queimadas - Quijingue - Retirolândia - Santaluz - São Domingos - Serrinha - Teofilândia - Tucano - Valente.
Sudoeste Baiano	Anagé - Aracatu - Barra do Choça - Belo Campo - Bom Jesus da Serra - Caetanos - Cândido Sales - Caraíbas - Condeúba - Cordeiros - Encruzilhada - Guajeru - Jacaraci - Licínio de Almeida - Maetinga - Mirante - Mortugaba - Piripá - Planalto - Poções - Presidente Jânio Quadros - Ribeirão do Largo - Tremedal - Vitória da Conquista.
Vale do Jiquiriçá	Amargosa - Brejões - Cravolândia - Elísio Medrado - Irajuba - Itaquara - Itiruçu - Jaguaquara - Jiquiriçá - Lafayette Coutinho - Laje - Lajedo do Tabocal - Maracás - Milagres - Mutuípe - Nova Itarana - Planaltino - Santa Inês - São Miguel das Matas - Ubaira.
Velho Chico	Barra - Bom Jesus da Lapa - Brotas de Macaúbas - Carinhanha - Feira da Mata - Ibotirama - Igaporã - Malhada - Matina - Morpará - Muquém do São Francisco - Oliveira dos Brejinhos - Paratinga - Riacho de Santana - Serra do Ramalho - Sítio do Mato.

Fonte: SEPLAN (2017). Elaborado pela autora.

ANEXO B – POPULAÇÃO RESIDENTE NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA, 1991, 2000 E 2010

MUNICÍPIOS	População residente														
	1991					2000					2010				
	População total	População urbano	%	População rural	%	População total	População urbano	%	População rural	%	População total	População urbano	%	População rural	%
Almadina	10.004	6.028	60,3	3.976	39,7	7.862	5.200	66,1	2.662	33,9	6.357	5.080	79,9	1.277	20,1
Arataca	13.594	4.456	32,8	9.138	67,2	11.218	5.176	46,1	6.042	53,9	10.392	5.588	53,8	4.804	46,2
Aurelino Leal	15.737	9.268	58,9	6.469	41,1	17.149	13.940	81,3	3.209	18,7	13.595	11.426	84,0	2.169	16,0
Barro Preto	10.214	4.589	44,9	5.625	55,1	8.602	5.159	60,0	3.443	40,0	6.453	5.295	82,1	1.158	17,9
Buerarema	20.839	15.959	76,6	4.880	23,4	19.118	16.249	85,0	2.869	15,0	18.605	15.277	82,1	3.328	17,9
Camacan	37.023	16.344	44,1	20.679	55,9	31.055	24.282	78,2	6.773	21,8	31.472	24.685	78,4	6.787	21,6
Canavieiras	33.019	20.658	62,6	12.361	37,4	35.322	26.343	74,6	8.979	25,4	32.336	25.903	80,1	6.433	19,9
Coaraci	31.064	21.659	69,7	9.405	30,3	27.852	23.086	82,9	4.766	17,1	20.964	19.130	91,3	1.834	8,7
Floresta Azul	13.940	7.766	55,7	6.174	44,3	11.614	7.915	68,2	3.699	31,8	10.660	7.343	68,9	3.317	31,1
Ibicaraí	30.560	19.332	63,3	11.228	36,7	28.861	19.333	67,0	9.528	33,0	24.272	17.885	73,7	6.387	26,3
Ilhéus	223.750	144.104	64,4	79.646	35,6	222.127	162.277	73,1	59.850	26,9	184.236	155.281	84,3	28.955	15,7
Itabuna	185.277	177.561	95,8	7.716	4,2	196.675	191.184	97,2	5.491	2,8	204.667	199.749	97,6	4.918	2,4
Itacaré	18.431	4.275	23,2	14.156	76,8	18.120	7.951	43,9	10.169	56,1	24.318	13.642	56,1	10.676	43,9
Itaju do Colônia	9.773	2.885	29,5	6.888	70,5	8.580	6.389	74,5	2.191	25,5	7.309	5.860	80,2	1.449	19,8
Itajuípe	24.931	15.924	63,9	9.007	36,1	22.511	16.123	71,6	6.388	28,4	21.081	16.839	79,9	4.242	20,1
Itapé	15.644	7.565	48,4	8.079	51,6	14.639	8.666	59,2	5.973	40,8	10.995	7.180	65,3	3.815	34,7
Itapitanga	10.474	6.095	58,2	4.379	41,8	10.382	7.095	68,3	3.287	31,7	10.207	7.591	74,4	2.616	25,6
Jussari	8.470	4.609	54,4	3.861	45,6	7.556	5.124	67,8	2.432	32,2	6.474	4.876	75,3	1.598	24,7
Maraú	17.496	2.621	15,0	14.875	85,0	19.621	2.849	14,5	16.772	85,5	19.101	3.561	18,6	15.540	81,4
Mascote	20.178	1.550	7,7	18.628	92,3	16.093	11.853	73,7	4.240	26,3	14.640	11.679	79,8	2.961	20,2
Pau Brasil	16.179	9.279	57,4	6.900	42,6	13.048	8.740	67,0	4.308	33,0	10.852	7.382	68,0	3.470	32,0
Santa Luzia	16.319	7.410	45,4	8.909	54,6	16.061	8.329	51,9	7.732	48,1	13.344	8.072	60,5	5.272	39,5
São José da Vitória	8.768	5.217	59,5	3.551	40,5	6.210	5.065	81,6	1.145	18,4	5.715	5.162	90,3	553	9,7
Ubaitaba	21.062	12.508	59,4	8.554	40,6	23.854	18.582	77,9	5.272	22,1	20.691	17.598	85,1	3.093	14,9
Una	23.757	5.347	22,5	18.410	77,5	31.261	14.021	44,9	17.240	55,1	24.110	15.030	62,3	9.080	37,7
Uruçuca	30.763	9.040	29,4	21.723	70,6	20.323	14.158	69,7	6.165	30,3	19.837	15.779	79,5	4.058	20,5
LITORAL SUL	867.266	542.048	62,5	325.218	37,5	845.714	635.089	75,1	210.625	24,9	772.683	632.893	81,9	139.790	18,1
BAHIA	11.867.344	7.015.955	59,1	4.851.389	40,9	13.085.769	8.769.524	67,0	4.316.245	33,0	14.016.906	10.103.022	72,1	3.913.884	27,9

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1991, 2000 e 2010. Resultados da Amostra.

Elaboração: SEI/DIPEQ/COPEP. Dados Sistematizados a partir do microdados: 1991, 2000 e 2010.

ANEXO C- ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA CRIADOS NO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA, 1986 -2017

Município	Assentamento	Fazenda_Imóvel	Fam_Capac.	Fam_Assent.	Área_ha	Criação	Obtenção
Almadina	Pancadinha		14	não informado	317,88	22/06/2016	12/06/2008
Arataca	Terra Vista	Bela Vista	100	56	756,03	27/03/1995	29/10/1993
Arataca	Rio Aliança	Contrato, Serrinha	50	49	567,57	11/03/1998	07/10/1997
Arataca	Grupo Santo Antônio	Grupo Santo Antônio	80	34	514,00	21/12/1998	03/08/1998
Aurelino Leal	Cascata	Cascata, Ipiranga	40	38	597,94	30/12/1998	03/08/1998
Barro Preto	Fazenda Brasil	Brasil	50	50	599,20	19/07/2004	19/03/2003
Buerarema	Buique	Buique	33	29	366,02	06/06/1997	08/10/1996
Buerarema	Itararé	Itararé	45	38	555,59	20/11/2000	28/09/1999
Buerarema	Poderosa	Poderosa /São João	7	7	115,57	13/02/2014	02/09/2009
Camacan	Nova Ypiranga	Nova Ypiranga	100	105	817,90	03/11/1997	18/09/1996
Camacan	Recordação	Conj. Recordação e Faz. Açucena	40	38	429,47	21/12/1998	25/09/1998
Camacan	Auxiliadora	Auxiliadora	35	30	388,48	30/12/1998	25/09/1998
Camacan	Entre Rios/ Dois Irmãos Camacan	Dois Irmãos	30	28	321,69	03/08/2004	29/09/2003
Canavieiras	Puxim/Sarampo	Sarampo	78	64	2.842,56	11/08/1986	04/09/1985
Canavieiras	São José	São José	33	31	367,78	28/11/1996	07/06/1996
Canavieiras	Campinhos	Campinho	40	25	500,00	04/04/1997	19/08/1996
Canavieiras	Pinga Pinga	Pinga Pinga	25	25	498,00	04/04/1997	12/01/1995
Canavieiras	Canaa II	Monte Cristo e Pau Assu	55	53	812,57	21/11/2005	03/05/2004
Coaraci	Pedra Dourada	Pedra Dourada	30	23	373,21	06/06/1997	23/09/1996
Coaraci	Ojeferson Santos	Futurosa e Outras	30	28	300,43	23/08/2006	02/08/2005
Ibicaraí	Conjunto Vila Isabel	Conj. Vila Isabel e Conjunto Vila Isabel	60	38	1.016,12	14/05/1999	14/05/1999
Ibicaraí	Etevaldo Barreto Pelé	Conjunto Santana	40	29	518,26	18/10/2002	24/09/2001
Ibicaraí	Loreta Valadares	Novo Horizonte	31	31	519,50	12/07/2004	23/06/2003
Ilhéus	Fábio Henrique Cerqueira	Conceição	30	27	269,86	25/07/1996	20/12/1995
Ilhéus	Cosme Muniz/Cova da Árvore	Conceição II	40	35	423,99	17/12/1997	07/10/1996
Ilhéus	Josefa Vitória	São José	22	22	180,83	04/08/1998	20/11/1997
Ilhéus	Ressureição/Nova Jerusalem	São José	35	35	538,44	15/10/1998	20/11/1997
Ilhéus	Conjunto Bom Gosto/Jerusalem	Conjunto Bom Gosto	40	37	431,30	09/09/1999	07/12/1998

Município	Assentamento	Fazenda_Imóvel	Fam_Capac.	Fam_Assent.	Área_ha	Criação	Obtenção
Ilhéus	Dois Irmãos	Dois Irmãos	25	21	461,87	12/04/2000	09/11/1999
Ilhéus	Frei Vantuy	Bom Gosto	47	47	476,44	12/04/2000	28/09/1999
Ilhéus	Nova Vitória	Nova Diva	36	36	580,80	12/04/2000	25/06/1999
Ilhéus	Dom Helder Câmara	Fortaleza II	26	26	241,07	18/12/2002	06/08/2001
Ilhéus	Oregon ¹	Oregon	40	22	648,00	30/12/1996	
Ilhéus	João Amazonas	Bonfim	75	63	833,26	02/08/2004	23/06/2003
Ilhéus	São Bento	São Bento	16	14	235,48	18/03/2005	25/02/2003
Ilhéus	Fazenda Rochedo e Outras	Rochedo e Outras	35	30	342,30	07/12/2006	28/12/2005
Itabuna	Manoel Chinês	B Lembrança, Iaquara, B. Vista, S. Rita, Procissão	40	39	415,00	12/04/2000	25/08/1999
Itabuna	Conjunto Alemita	Conjunto Alemita	30	30	343,34	19/08/2005	05/08/2004
Itacaré	Marambaia	Marambaia	32	32	830,54	11/11/1986	29/08/1986
Itacaré	Pancada Grande	Nova Esperança	48	48	843,63	03/11/1997	20/06/1997
Itacaré	João Epifanio	Paraíso	32	32	368,77	14/12/2001	18/09/2001
Itacaré	Nova Vida	Vale Negro I, II, III e IV	44	43	576,30	11/08/2006	06/09/2004
Itacaré	Conjunto Laranjeira	Conjunto Laranjeira/Floresta do Sul	30	29	927,00	30/10/2001	13/01/2000
Itajuípe	Loanda	Loanda	50	49	408,40	21/11/1996	04/09/1995
Itajuípe	Helvecia/Rosa Luxemburgo	Helveica e Carita	55	28	467,72	14/08/2000	09/11/1999
Itajuípe	Conj. Cruzeiro do Norte e Sta.Maria	Cruzeiro do Norte e Santa Maria	11	6	86,33	04/12/2012	01/11/2007
Maraú	Santa Maria	Santa Maria	60	54	1.407,00	11/11/1986	02/05/1996
Maraú	Liberdade	Liberdade	57	52	725,50	30/10/2001	21/12/1999
Maraú	Luzitânia	Luzitânia	30	27	278,67	18/12/2008	26/12/2006
Maraú	Maçaranduba Nova Esperança	Maçaranduba	38	35	586,63	09/05/2013	18/08/2009
Mascote	Nancy	Nancy	32	25	542,30	06/06/1997	23/09/1996
Mascote	Primavera	Primavera	6	não informado	48,35	09/05/2013	25/09/2008
Pau Brasil	Pau Brasil	Sto. Antônio, Boa Esperança	10	10	160,65	14/05/2009	10/07/2007
Santa Luzia	Fazenda Poço	Poço	68	68	1.848,00	12/05/1987	30/07/1986
Santa Luzia	Terra de Santa Cruz	Santa Luzia	25	23	382,68	12/04/2000	26/08/1999
Santa Luzia	Conjunto Coary	Coary e Terra Boa	18	18	258,34	30/10/2001	29/11/1999
Santa Luzia	Sossego I	Sossego I	18	17	705,46	23/08/2005	26/10/2004
Santa Luzia	Pindorama	Pindorama	20	20	612,35	15/10/2013	09/10/2007
Ubaitaba	Cachoeira Bonita e Conceição	Cachoeira Bonita e Conceição do Oricó	60	38	965,33	28/12/1999	25/08/1999

Município	Assentamento	Fazenda_Imóvel	Fam_Capac.	Fam_Assent.	Área_ha	Criação	Obtenção
Ubaitaba	Conjunto Cruzeiro do Sul/Batalha	Conj. Cruzeiro do Sul	60	56	909,88	28/12/2000	09/06/1999
Ubaitaba	Nossa Senhora Aparecida	Cocos	25	21	261,02	29/03/2007	23/05/2006
Una	Guanabara	Canabrava	12	13	286,00	22/01/1987	01/10/1986
Una	Fazenda Cajueiro	Cajueiro	66	54	1.874,93	12/05/1987	18/12/1986
Una	Fazenda Fortaleza	Fortaleza	50	49	1.056,10	12/05/1987	19/12/1986
Una	Ipiranga	Ipiranga	45	43	1.261,00	29/05/1998	13/11/1997
Una	Vitoropolis	Vitoropolis	22	20	404,36	12/04/2000	04/11/1999
Una	Nova Galicia	Nova Galícia	35	32	489,56	26/11/2002	20/03/2002
Una	Santa Tereza do Guarani I	Santa Tereza do Guarani I	16	15	406,38	09/06/2015	23/12/2011
Una	Nova Jerusalem		15	não informado	359,42	22/07/2016	26/12/2013
Una	Robertão	Monte Carlo São João	21	não informado	662,64	11/08/2016	26/12/2013
Uruçuca	Tijuípe	Conjunto Tijuípe	40	2	1.110,60	29/12/1995	26/04/1988
Uruçuca	São Jorge	São José,São Jorge	52	42	557,42	30/12/1998	31/08/1988
Uruçuca	Fazenda Vava	Vava	19	18	159,95	08/10/2003	20/03/2002
Uruçuca	Santa Isabel		24	não informado	282,52	11/08/2016	26/12/2013
TOTAL	74 ASSENTAMENTOS		2.829	2.352	43.629,49		

Fonte: SIPRA/INCRA (2017); GeografAR (2018). Elaborado pela autora.

¹O Assentamento Oregon foi criado, mas não houve a sua implantação porque, tratando-se de uma área de grande biodiversidade e elevado grau de endemismo, a sua criação foi contestada por parte do movimento ambientalista junto ao IBAMA. Assim, a área desapropriada pelo INCRA foi doada ao governo do estado da Bahia para a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC). Criado através do Decreto nº 6227, de 21 de fevereiro de 1997, com recursos provenientes do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE), o PESC possui, atualmente, uma área de 9.275 hectares e abrange os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré.